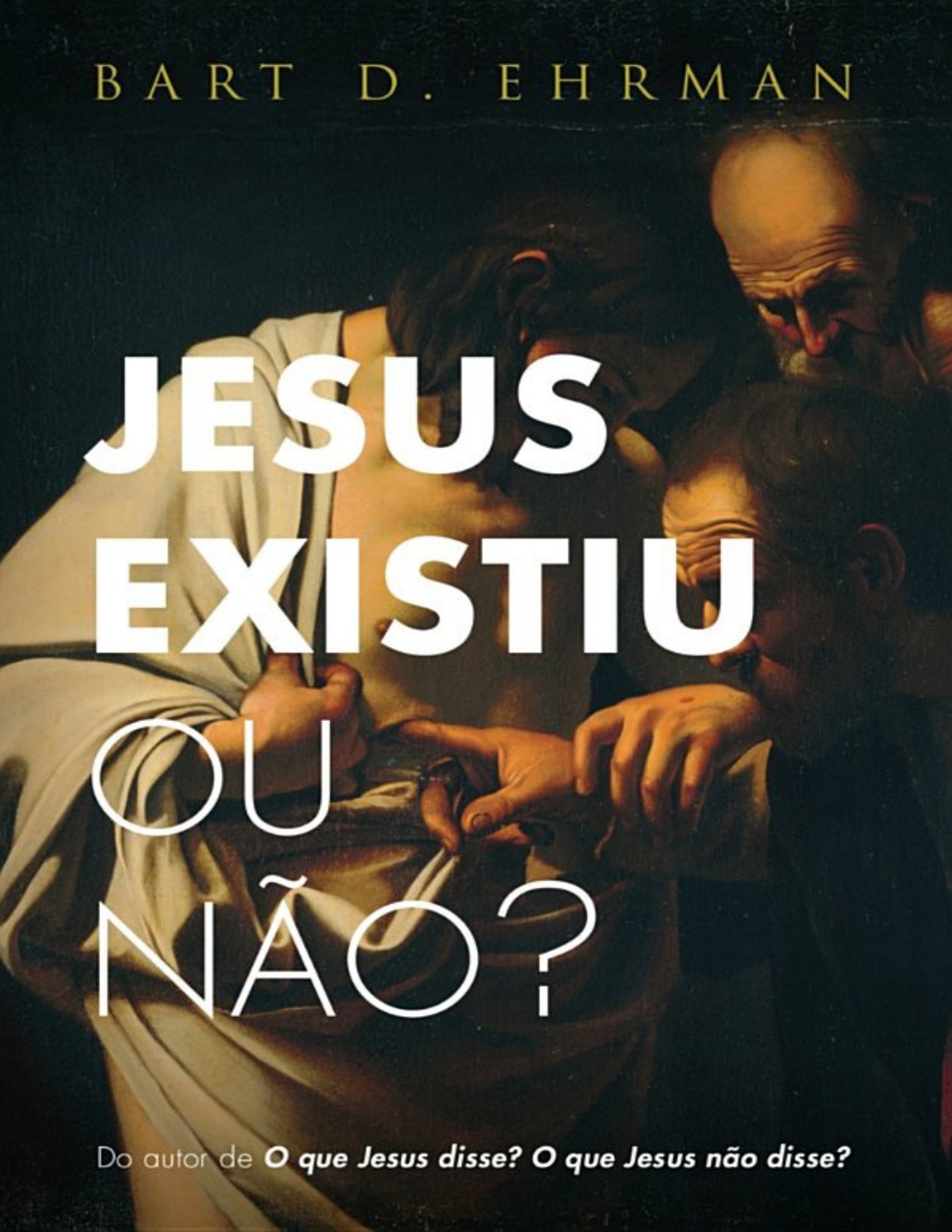
BART D. EHRMAN
JESUS EXISTIU OU NÃO?
Do autor de O que Jesus disse? O que Jesus não disse?

JESUS EXISTIU OU NÃO?

BART D. EHRMAN

JESUS EXISTIU OU NÃO?

AGIR

Título original: *Did Jesus exist?*

Copyright © 2012 por Bart D. Ehrman
Copyright da tradução © Nova Fronteira 2014

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta obra pode ser apropriada e estocada em sistema de banco de dados ou processo similar, em qualquer forma ou meio, seja eletrônico, de fotocópia, gravação etc., sem a permissão do detentor do copirraite.

Texto revisto pelo novo Acordo Ortográfico

EDITORA NOVA FRONTEIRA PARTICIPAÇÕES S.A.
Rua Nova Jerusalém, 345 – Bonsucesso – 21042-235
Rio de Janeiro – RJ – Brasil
Tel.: (21) 3882-8200 – Fax: (21) 3882-8212/8313

COORDENAÇÃO EDITORIAL
Obá Editorial

TRADUÇÃO
Anthony Cleaver

PREPARAÇÃO DE TEXTO
Luiza Thebas
Rayssa Ávila

REVISÃO
Débora Tamayose Lopes
Maurício Katayama

DIAGRAMAÇÃO
Thaís Gaal Rupeika
Winnie Affonso

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

E32j

Ehrman, Bart D., 1955-

Jesus existiu ou não? / Bart D. Ehrman. - 1. ed. - Rio de Janeiro : Agir, 2014.

il. ; 23 cm.

Tradução de: Did Jesus exist?

Inclui bibliografia

ISBN 9788522030675

1. Jesus Cristo - Historicidade. 2. Cristianismo. I. Título.

14-12250

CDD: 220.6

CDU: 27-23

SUMÁRIO

Agradecimentos

Introdução

Parte I – Evidências do Jesus histórico

Capítulo 1 Introdução à visão mítica de Jesus
Capítulo 2 Fontes não cristãs da vida de Jesus
Capítulo 3 Os Evangelhos como fontes históricas
Capítulo 4 Evidências de Jesus em fontes externas aos Evangelhos
Capítulo 5 Dois dados cruciais sobre a historicidade de Jesus

Parte II – As alegações dos miticistas

Capítulo 6 O argumento miticista: alegações fracas e irrelevantes
Capítulo 7 Invenções miticistas: criando o Cristo mítico

Parte III – Quem foi o Jesus histórico?

Capítulo 8 Buscando o Jesus da história
Capítulo 9 Jesus, o profeta apocalíptico

Conclusão Jesus e os miticistas

Bibliografia

Notas

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer a diversas pessoas que generosamente me ajudaram a escrever e editar este livro: meu irmão, estudioso clássico na Universidade Estadual de Kent, Radd Ehrman; um de meus amigos mais próximos, tanto dentro quanto fora dessa área de estudo, Jeffrey Siker, da Universidade Loyola Marymount; outra amiga próxima dentro e fora da área, Judy Siker, do Seminário Teológico San Francisco; meu estimado colega Mark Goodacre, da Universidade Duke, instituição rival do outro lado da cidade; minha aluna e assistente de pesquisa do programa de pós-graduação da Duke, Maria Doerfler; meu aluno e assistente de pesquisa do programa de pós-graduação da Universidade da Carolina do Norte-Chapel Hill, Jason Combs; minha filha singularmente perspicaz, Kelly Ehrman; e meu diligente e exímio editor e amigo da HarperOne, Roger Freet. Todos eles leram cuidadosamente meu manuscrito e sugeriram (inúmeras) mudanças. Quando dei atenção a eles, o manuscrito ficou bem melhor; quando não dei, assumo a culpa. Eu também gostaria de agradecer aos outros membros da equipe da HarperOne que viabilizaram a publicação deste livro, em especial Julie Burton, Claudia Boutote e Mark Tauber. É um grupo extraordinário, e é um privilégio trabalhar com eles.

Gostaria de agradecer também aos frequentadores do CIA – o grupo de leitura de Cristianismo na Antiguidade, formado por docentes e pós-graduandos em Novo Testamento/Cristianismo Primitivo tanto da UNC quanto da Duke – por uma animada noite de debate sobre dois dos capítulos.

INTRODUÇÃO

Há vários anos planejo escrever um livro sobre como Jesus se tornou Deus. Um pregador itinerante e praticamente desconhecido, vindo de uma região rural remota e atrasada do Império Romano, um profeta judeu que anunciou a iminência do fim do mundo tal qual o conhecemos, que provocou a ira de líderes religiosos e civis da Judeia e que foi consequentemente crucificado por revolta contra o estado – como foi que, apenas um século depois de sua morte, esse camponês judeu pouco conhecido passou a ser chamado de Deus? Como estavam dizendo que ele era um ser divino cuja existência precedia o mundo, que ele havia criado o universo e que era semelhante ao próprio Deus Todo-Poderoso? Como Jesus foi deificado e adorado como Senhor e Criador de tudo?

Confesso que estou ansioso por escrever o livro, já que essas perguntas estão entre as mais urgentes de toda a história da religião. Mas fui continuamente forçado a adiá-lo, pela precedência de outros projetos. Contudo, será meu próximo livro. Por enquanto, há algo ainda mais urgente, uma pergunta prévia que devo considerar primeiro. Este livro trata dessa pergunta prévia.

Todas as semanas recebo dois ou três e-mails perguntando se Jesus existiu como ser humano. Quando comecei a receber esses e-mails há alguns anos, achei a pergunta um tanto estranha e não a levei a sério. É claro que Jesus existiu. Todos sabem que ele existiu. Não sabem?

Mas os e-mails continuaram, e fui levado a pensar por que tanta gente me fazia essa pergunta. Fiquei ainda mais surpreso ao saber que eu era – erroneamente – citado em alguns círculos como tendo dito que Jesus nunca existiu. Decidi investigar a questão. Para meu espanto, descobri que há uma extensa bibliografia dedicada à discussão da existência ou não de Jesus.

Fiquei admirado, porque sou um estudioso do Novo Testamento e do cristianismo primitivo e, há 30 anos, escrevo extensamente sobre a figura histórica de Jesus, os Evangelhos, os primórdios do movimento cristão e os primeiros 300 anos da história da igreja cristã. Assim como todos os estudiosos do Novo Testamento, li milhares de livros e artigos em inglês e outras línguas europeias sobre Jesus, o Novo Testamento e o cristianismo primitivo. No entanto, eu desconhecia completamente (assim como a maioria de meus colegas da área) a existência dessa bibliografia cética.

Quero esclarecer logo que nenhuma dessas obras foi escrita pelos especialistas em Novo Testamento e cristianismo primitivo que lecionam nos renomados seminários teológicos, escolas de estudos religiosos e nas principais, ou mesmo secundárias, universidades ou faculdades da América do Norte ou da Europa (ou de qualquer outro lugar do mundo). Dos milhares de estudiosos do cristianismo primitivo que lecionam em tais escolas, não há nenhum de meu conhecimento que tenha qualquer dúvida sobre a existência de Jesus. Entretanto, há uma grande quantidade de obras, algumas extremamente inteligentes e bem informadas, levantando essa questão.

Esses livros e artigos (além de sites na internet) variam bastante em qualidade. Alguns concorrem com *O código da Vinci* na paixão por conspirações e na superficialidade de conhecimento histórico, não só sobre o Novo Testamento e o cristianismo primitivo, mas sobre religiões antigas em geral e, de modo ainda mais amplo, sobre o mundo antigo. No entanto, alguns estudiosos honestos – não professores universitários de estudos religiosos, mas estudiosos mesmo assim, dos quais ao menos um tem doutorado na área de pesquisa do Novo Testamento – assumiram essa posição e escreveram sobre o assunto. Seus livros podem não ser conhecidos pelo público interessado em questões relacionadas a Jesus, aos Evangelhos e à igreja cristã primitiva, contudo ocupam um nicho respeitável como voz de um grupo (bastante) pequeno, mas (frequentemente) ruidoso. Quem passa a dar atenção a essa voz logo percebe quanto ela pode ser persistente e clamorosa.

E, em certos lugares, essa voz está se fazendo ouvir em alto e bom som. Até mesmo uma busca rápida na internet revela a extensão da influência desse ceticismo radical no passado e a velocidade de sua disseminação atual. Durante décadas foi uma visão dominante em países como a antiga União Soviética. E ainda mais surpreendente é que essa parece ser a visão prevalecente em certas regiões do Ocidente hoje em dia.

Os autores dessa literatura cética se autodenominam "miticistas", ou seja, os que acreditam que Jesus é um mito. Os miticistas raramente definem o que entendem pela palavra *mito*, uma omissão que os verdadeiros estudiosos da religião consideram infeliz e altamente problemática, já que, academicamente, a definição técnica do conceito variou bastante ao longo dos anos. Para os miticistas, o termo muitas vezes parece significar apenas um relato sem fundamentação histórica, uma narrativa aparentemente histórica

que na verdade não aconteceu. Nesse sentido, Jesus é um mito porque, embora haja vários relatos antigos sobre ele, nem todos eles seriam fatuais. Sua vida e seus ensinamentos teriam sido inventados por antigos contadores de histórias. Ele nunca teria existido de verdade.

Aqueles que acham que Jesus não existiu frequentemente assumem posturas militantes e são notavelmente hábeis em refutar evidências que, para o resto do mundo civilizado, soam altamente convincentes e até mesmo indiscutíveis. Esses autores sempre têm uma resposta, e os mais inteligentes entre eles devem ser levados a sério, nem que seja para mostrar por que a alegação principal deles não pode estar correta. Não importa o que mais se pense sobre Jesus, o fato é que ele certamente existiu. É isso que este livro vai demonstrar.

Quase não há necessidade de enfatizar o que já insinuei: a existência de Jesus é defendida por praticamente todos os especialistas no mundo. É claro que isso por si só não constitui *prova*. Afinal, a opinião de especialistas não deixa de ser apenas opinião. Mas por que alguém iria ignorar a opinião de especialistas? Se você vai ao dentista, quer que ele seja um especialista ou não? Se você constrói uma casa, quer que o projeto seja feito por um arquiteto profissional ou por seu vizinho? Há quem argumente que o caso da existência histórica de Jesus é diferente, pois, afinal, trata-se de história, e o acesso dos especialistas ao passado é tão limitado quanto o de qualquer pessoa. No entanto, isso simplesmente não é verdade. A principal fonte de conhecimento sobre Idade Média de alguns de meus alunos pode ser o filme *Monty Python em busca do cálice sagrado*, mas será que é a melhor opção? Da mesma maneira, milhões de pessoas adquiriram seu "conhecimento" sobre o cristianismo primitivo – sobre Jesus, Maria Madalena, o imperador Constantino, o Concílio de Niceia – lendo Dan Brown, o autor do supracitado *O código da Vinci*. Mas, no final das contas, essa é realmente uma escolha inteligente?

Os historiadores sérios do movimento cristão primitivo – todos eles – passam anos se preparando para ser especialistas na área. A simples leitura das fontes antigas requer o domínio de várias línguas antigas como grego, hebraico e latim, muitas vezes aramaico, siríaco e copta, além de línguas acadêmicas modernas (alemão e francês, por exemplo). E isso é apenas o começo. A especialização exige anos de estudo paciente de textos antigos e uma base sólida da história e da cultura da antiguidade greco-romana, das religiões do mundo mediterrâneo, pagãs e judaicas, conhecimento da história da igreja cristã e do desenvolvimento de sua vida social e de sua teologia, além de várias outras coisas. Chama a atenção o fato de que praticamente todos os que passaram vários anos estudando para obter tais qualificações estão convencidos de que Jesus foi uma figura histórica real. Novamente, isso não vale como evidência, mas no mínimo é motivo para reflexão. No campo da biologia, evolução pode ser "apenas" uma teoria (como enfatizam

penosamente certos políticos), mas é uma teoria aceita, com boas razões, por todos os cientistas genuínos de todas as universidades reconhecidas do mundo ocidental.

Ainda assim, como fica claro com a avalanche de comentários eventualmente indignados em todos os sites relevantes, simplesmente não há maneira de convencer os teóricos da conspiração quanto à inconsistência de sua posição e de que as evidências em favor da visão tradicional são totalmente persuasivas. Qualquer um que opte por acreditar em algo contrário a evidências que a maioria das pessoas considera inquestionavelmente convincentes – o Holocausto, a aterrissagem na Lua, o assassinato de presidentes ou até mesmo o local de nascimento de um presidente – nunca poderá ser convencido. É simplesmente *impossível* convencê-lo.

Assim, não tenho a expectativa de convencer ninguém do time contrário com este livro. Minha intenção é convencer pessoas genuinamente interessadas em saber como nós temos certeza de que Jesus de fato existiu, um consenso entre praticamente todos os estudiosos da antiguidade, dos textos bíblicos, dos clássicos e das origens cristãs, não só nos Estados Unidos, mas em todo o mundo ocidental. Como eu, muitos desses estudiosos não têm nenhum interesse pessoal na questão. Não sou cristão nem tenho o compromisso de defender uma causa ou uma agenda cristã. Sou agnóstico com inclinações ateístas, e minha vida e visão de mundo seriam basicamente as mesmas tenha Jesus existido ou não. Minhas crenças não seriam muito diferentes. A resposta à questão da existência histórica de Jesus não me deixará nem mais nem menos feliz, satisfeito, esperançoso, simpático, rico, famoso ou imortal.

Como historiador, porém, dou importância a evidências, assim como ao passado. E, para alguém que valoriza tanto as evidências quanto o passado, uma investigação imparcial da questão não deixa dúvidas: Jesus realmente existiu. Pode não ter sido o Jesus em que sua mãe acredita, ou o Jesus dos vitrais, ou o Jesus do televangelista de quem você menos gosta, ou o Jesus glorificado pelo Vaticano, pela Convenção Batista do Sul, pela megaigreja local ou pela Igreja Gnóstica da Califórnia. Mas ele existiu, e podemos afirmar algumas coisas sobre ele com relativa certeza.

Seja como for, devo admitir que escrevo este livro com certa dose de temor e nervosismo. Sei que alguns leitores que apoiam causas agnósticas, ateístas ou humanistas e que geralmente apreciam meus outros textos rejeitarão com alarde minhas argumentações históricas. Ao mesmo tempo, certos leitores que acham alguns de meus outros textos perigosos ou ameaçadores ficarão surpresos, talvez até satisfeitos, por verem que me junto a eles em uma causa comum. É possível que muitos leitores questionem a necessidade de escrever um livro explicando que Jesus existiu. Eu responderia a eles que *todo* personagem, evento ou fenômeno históricos precisam ter sua existência comprovada. Um historiador nunca pode se contentar com suposições. E há várias vozes rumorosas por aí declarando para quem quiser ouvir que Jesus é um

mito. Essa posição miticista é interessante do ponto de vista histórico e fenomenológico, como parte de um ceticismo mais amplo que tem influenciado setores do mundo acadêmico e merece uma análise sociológica lúcida. Não tenho a competência ou o conhecimento necessários para realizar essa análise abrangente, embora pretenda incluir em minha conclusão alguns comentários breves e gerais sobre o fenômeno miticista. O que posso fazer como historiador é mostrar por que é provável que esteja errado ao menos um conjunto de argumentos céticos sobre o passado de nossa civilização, mesmo que esses argumentos estejam se infiltrando na consciência popular em ritmo alarmante. Jesus existiu, e as pessoas que negam abertamente esse fato o fazem não porque analisaram as evidências com o olhar desapaixonado de um historiador, mas porque essa negação está a serviço de alguma causa própria. Do ponto de vista imparcial, houve um Jesus de Nazaré.

Parte I
Evidências do Jesus histórico

CAPÍTULO 1

INTRODUÇÃO À VISÃO MÍTICA DE JESUS

Os estudiosos modernos do Novo Testamento são famosos, ou infames, por fazerem alegações sobre Jesus que contradizem aquilo em que a maioria das pessoas, especialmente os cristãos, acredita. Alguns afirmam que Jesus foi um político revolucionário que queria instigar as massas em Israel a se rebelarem violentamente contra seus dominadores romanos. Outros alegam que ele era uma espécie de filósofo cínico antigo sem nenhum interesse real na Bíblia Hebraica (as escrituras judaicas) ou em Israel entendido como o povo de Deus, mas que se ocupava de ensinar o povo a viver de maneira simples, despojado dos bens materiais dessa vida. Outros insistem que Jesus se preocupava basicamente com a má situação econômica de seu povo oprimido e clamava por reformas socioeconômicas, como uma espécie de protomarxista. Outros ainda declaram que sua preocupação principal era a opressão das mulheres e que era um protofeminista. Alguns dizem que ele se interessava principalmente por questões religiosas, mas era fariseu. Outros, que ele era membro da comunidade dos manuscritos do mar Morto, um essênio. Alguns dizem que ele pregava uma ética totalmente burguesa, era casado e tinha filhos. Outros ainda sugerem que ele era homossexual. E essas são apenas algumas das teorias mais sérias.

Apesar dessa variedade de opiniões, há vários pontos de consenso entre praticamente todos os estudiosos em antiguidade. Jesus foi um homem judeu, reconhecido como pregador e mestre, que foi crucificado (uma forma romana de execução) em Jerusalém durante o reinado do imperador Tibério, quando Pôncio Pilatos era governador da Judeia. Embora essa seja a visão de quase todos os acadêmicos da área no mundo, não é como entende um grupo de autores geralmente rotulados, muitas vezes por si próprios, como miticistas.

Em uma recente exposição exaustiva dessa posição, um dos principais proponentes da teoria miticista de Jesus, Earl Doherty, define a concepção da seguinte maneira: é “a

teoria de que não houve nenhum Jesus histórico digno desse nome, que o cristianismo começou com uma crença em uma figura espiritual e mítica, que os Evangelhos são essencialmente alegóricos e ficcionais e que não é possível identificar somente uma pessoa por trás da tradição de pregação na Galileia".[1] Em termos mais simples, o Jesus histórico não existiu. Ou, se existiu, não teve nada a ver com a fundação do cristianismo.

Para dar algum embasamento acadêmico a sua teoria, os miticistas citam às vezes uma passagem de uma das maiores obras modernas dedicadas à investigação do Jesus histórico, o merecidamente famoso *A busca do Jesus histórico*, de autoria do estudioso do Novo Testamento, teólogo, filósofo, organista clássico, médico, humanista e detentor do Prêmio Nobel da Paz Albert Schweitzer:

> Não há nada mais negativo do que o resultado do estudo crítico da vida de Jesus. O Jesus de Nazaré que se anunciou publicamente como o Messias, que pregou a ética do reino de Deus, que fundou o reino do céu na terra e que morreu para consagrar definitivamente seu trabalho nunca teve qualquer existência. Essa imagem não foi destruída por ação externa; ela ruiu, rachada e desintegrada pelos problemas históricos concretos que afloram continuamente.[2]

Fora de seu contexto, essas palavras podem parecer sugerir que o próprio Schweitzer não acreditava na existência do Jesus histórico. No entanto, nada poderia estar mais longe da verdade. Para Schweitzer, o mito era a visão liberal de Jesus predominante em sua época, proposta nos diversos livros que ele incisivamente resumiu e argutamente desacreditou em *A busca do Jesus histórico*. Schweitzer sabia muito bem que Jesus realmente existiu; na segunda edição do livro, escreveu uma crítica devastadora aos miticistas de sua época e, ao final do livro, mostrou a verdadeira identidade de Jesus, segundo sua análise ponderada. Segundo Schweitzer, ele foi um profeta apocalíptico que pregava o fim iminente da história como a conhecemos. Jesus acreditava que teria papel fundamental nas ações futuras de Deus, quando as forças do mal que dominavam nosso mundo seriam derrotadas para dar lugar a um novo reino. Segundo Schweitzer, Jesus iludiu-se seriamente a respeito de si mesmo e dos acontecimentos futuros. O fim do mundo nunca veio, e Jesus acabou crucificado por causa de suas ideias. Mas foi uma pessoa real, um pregador judeu de quem muito se pode saber por meio do estudo cuidadoso dos Evangelhos.

Para Schweitzer, o problema do Jesus histórico é que ele foi, na verdade, uma figura *excessivamente* histórica. Ou seja, Jesus foi uma pessoa tão enraizada em sua própria época e lugar – um judeu palestino do século I com uma compreensão judaica antiga do mundo, de Deus e da existência humana – que não é fácil traduzi-lo em linguagem moderna. O Jesus aclamado por pregadores e teólogos atuais não existiu. Esse Jesus em

particular (ou as várias versões particulares dele) é um mito. Houve, porém, um Jesus histórico, que foi essencialmente um homem típico de sua época. E podemos saber como ele era.

O pensamento de Schweitzer a respeito do Jesus histórico coincide com o meu, ao menos em linhas gerais. Como Schweitzer e praticamente todos os estudiosos da área desde então, concordo que Jesus existiu, que inevitavelmente era judeu, que há informação histórica sobre ele nos Evangelhos e que, portanto, é possível saber alguma coisa sobre o que ele disse e fez. Além disso, concordo com o apontamento geral de Schweitzer de que Jesus é mais bem compreendido como um profeta judeu que previu uma ruptura cataclísmica da história em um futuro próximo, quando Deus destruiria as forças do mal para estabelecer seu próprio reino na terra. Explicarei ao final do livro por que tantos estudiosos que dedicaram a vida a explorar nossas fontes antigas sobre o Jesus histórico consideram essa visão tão convincente. Por ora, quero enfatizar a questão fundamental: embora algumas teorias sobre Jesus possam ser livremente rotuladas de mitos (no sentido do termo adotado pelos miticistas: tais teorias não são história, mas criações fictícias), Jesus em si não foi um mito. Ele realmente existiu.

Antes de apresentar as evidências desse consenso acadêmico, prepararei o terreno traçando um breve histórico daqueles que defendem a visão oposta, a de que nunca houve um Jesus histórico.

Uma breve história do miticismo

Não há necessidade de um relato abrangente da teoria de que Jesus nunca existiu. Direi apenas algumas palavras sobre os representantes mais importantes dessa visão até a época de Schweitzer no início do século XX, seguidas de comentários sobre alguns dos representantes contemporâneos mais influentes que resgataram a teoria nos últimos anos.

O primeiro autor a negar a existência de Jesus parece ter sido, no século XVIII, o francês Constantin François Volney, membro da Assembleia Constituinte durante a Revolução Francesa.[3] Em 1791, Volney publicou um ensaio (em francês) intitulado "Ruínas do Império". Ele argumentou nesse texto que, essencialmente, todas as religiões são uma só – uma proposição ainda popular em países de língua inglesa, entre pessoas que não são especialistas em estudos religiosos, principalmente na versão formulada por Joseph Campbell na segunda metade do século XX. Para Volney, o cristianismo também não passava de uma variante de uma única religião universal. Particularmente, essa variante fora inventada pelos cristãos primitivos, que criaram o salvador Jesus como uma espécie de deus-sol. A alcunha mais famosa de Jesus, "Cristo", fora inspirada no nome do deus indiano Krishna, de som semelhante.

Alguns anos depois um livro bem mais sério e influente foi publicado por outro francês, Charles-François Dupuis, secretário da Convenção Nacional revolucionária. *Origem de todos os cultos* (1795) era uma obra enorme de 2.017 páginas. O objetivo principal de Dupuis era desvendar a natureza da "divindade original" por trás de todas as religiões. Em uma seção longa do estudo, Dupuis deu atenção especial às chamadas "religiões de mistérios" da antiguidade. Essas várias religiões eram consideradas "de mistérios" porque a precisão de seus ensinamentos e rituais era guardada em segredo pelos devotos. O que sabemos é que essas diversas religiões secretas eram populares por todo o Império Romano, em regiões orientais e ocidentais. Dupuis analisou cuidadosamente as informações fragmentadas disponíveis na época, argumentando que deuses como Osíris, Adônis (ou Tamuz), Baco, Attis e Mitra eram todos manifestações da divindade solar. Dupuis concordou com seu compatriota Volney: Jesus também fora originalmente inventado como mais uma personificação do deus-sol.

O primeiro estudioso da Bíblia autêntico a alegar que Jesus nunca existiu foi o teólogo alemão Bruno Bauer, considerado altamente idiossincrático e inteligente pelos estudiosos do Novo Testamento.[4] Ele praticamente não tinha discípulos no meio acadêmico e, ao longo de quase quatro décadas, escreveu vários livros, incluindo *Criticism of the Gospel History of John* [*Crítica do Evangelho de João*] (1840), *Criticism of the Gospels* [*Crítica dos Evangelhos*] (dois volumes, 1850-1852) e *The Origin of Christianity from Graeco-Roman Civilization* [*A origem do cristianismo a partir da civilização greco-romana*] (1877). No início de sua carreira acadêmica, Bauer concordava com os outros estudiosos da área sobre a existência de material historicamente confiável nos três primeiros Evangelhos do Novo Testamento, conhecidos como "Evangelhos Sinóticos" (Mateus, Marcos e Lucas; são chamados de sinóticos porque seus relatos são tão parecidos que podem ser lidos "ao mesmo tempo", em paralelo, diferentemente do Evangelho de João, cuja maior parte se constitui de outras histórias). No decorrer de seus estudos, porém, ao fazer uma análise cuidadosa, detalhada e extremamente crítica das narrativas dos Evangelhos, Bauer começou a ver Jesus como uma invenção literária dos autores evangelistas. Concluiu que o cristianismo era uma amálgama do judaísmo com a filosofia romana do estoicismo. Obviamente, era um ponto de vista radical para um professor de teologia da Universidade de Bonn, uma instituição pública, e acabou custando-lhe o emprego.

A visão miticista foi encampada algumas décadas mais tarde na Inglaterra por J. M. Robertson, considerado em alguns círculos como o principal racionalista britânico do começo do século XX. Sua obra mais importante, *Christianity and Mythology* [*Cristianismo e mitologia*], foi publicada em 1900.[5] Robertson argumentou que havia semelhanças notáveis entre o que os Evangelhos diziam sobre Jesus e as crenças de povos antigos sobre deuses da fertilidade pagãos, que, assim como Jesus, haviam alegadamente ressuscitado. Robertson e muitos outros acreditavam que esses deuses da fertilidade

eram baseados em ciclos da natureza: assim como as lavouras, que morrem no começo do inverno e reaparecem na primavera, o mesmo ocorre com os deuses com os quais são identificadas. Eles morrem e renascem. A morte e ressurreição de Jesus eram, portanto, baseadas nessa crença primitiva, transposta para a realidade judaica. Além disso, embora possa ter existido um homem chamado Jesus, ele não tinha nada a ver com o Cristo adorado pelos cristãos. Este era uma figura mítica baseada em um antigo culto a Josué, um deus vegetativo de morte e ressurreição, ritualmente sacrificado e ingerido. Foi mais tarde que os devotos desse Josué divino transformaram-no em uma figura histórica, o suposto fundador do cristianismo.

Muitas dessas teorias foram popularizadas por um estudioso alemão do início do século XX chamado Arthur Drews, cujo trabalho *The Christ Myth* [*O mito de Cristo*] (1909) foi possivelmente o livro de miticismo mais influente já escrito, graças ao seu enorme impacto sobre um leitor em particular.[6] Essa obra convenceu Vladimir Ilyich Lenin de que Jesus não foi uma figura histórica real. Isso foi um dos principais motivos da popularização da teoria mítica na então recém-criada União Soviética.

Após certo hiato, as proposições miticistas ressurgiram recentemente. Nos capítulos 6 e 7, eu analiso os argumentos principais dessa posição, mas quero falar aqui sobre os autores, um grupo corajoso e pitoresco. Já mencionei Earl Doherty, considerado por muitos como o maior representante dessa linha de pensamento no período moderno. Doherty admite não ter nenhuma qualificação superior em estudos bíblicos ou áreas afins. No entanto, tem formação em estudos clássicos, e seus livros demonstram amplo repertório de leitura e conhecimento profundo, algo admirável para quem é, em sua própria visão, um amador na área. Sua obra principal é o já clássico *The Jesus Puzzle: Did Christianity Begin with a Mythical Christ?* [*O enigma de Jesus: O cristianismo começou com um Cristo mítico?*], que ganhou uma segunda edição ampliada, publicada não como uma revisão (apesar de ser uma), mas como um novo livro, *Jesus: Neither God nor Man: The Case for a Mythical Christ* [*Jesus: nem Deus nem homem: O argumento em favor de um Cristo mítico*]. As teses gerais dos dois livros são basicamente as mesmas.

Robert Price, por outro lado, é um acadêmico altamente qualificado em áreas relacionadas. Começou como cristão evangélico conservador de linha dura, com mestrado pelo Seminário Teológico Gordon-Conwell, uma instituição evangélica conservadora. Em seguida, fez doutorado em teologia sistemática na Universidade Drew e depois um segundo doutorado em estudos do Novo Testamento, também em Drew. Que eu saiba, ele é o único estudioso qualificado do Novo Testamento que lança mão de uma abordagem miticista. Assim como ocorreu com outros evangélicos conservadores que perderam a fé, a queda de Price foi grande. Seu primeiro livro importante, *The Incredible Shrinking Son of Man: How Reliable is the Gospel Tradition?* [*A incrível redução do Filho de Deus: Até que ponto se pode confiar na tradição evangélica?*], responde à pergunta do

subtítulo sem a mínima sombra de ambiguidade. A tradição evangélica sobre Jesus não é nada confiável. Price defende sua tese com uma análise detalhada de todas as interpretações tradicionais dos Evangelhos, usando argumentos vigorosos e inteligentes. Ele escreveu outros livros, entre os quais o que mais nos interessa aqui é *The Christ-Myth Theory and Its Problems* [*A teoria do Cristo mítico e seus problemas*], a ser publicado dentro de algumas semanas (no momento em que escrevo). Agradeço a Robert e à Atheist Press por terem disponibilizado a obra para mim.[7]

Por sinal, o editor da Atheist Press é Frank Zindler, outro representante ativo da visão miticista. Zindler também é acadêmico, mas sem qualificações em estudos bíblicos ou em qualquer disciplina sobre a antiguidade. Ele é cientista, com formação em biologia e geologia. Lecionou em faculdades comunitárias da Universidade Estadual de Nova York durante 20 anos, antes de, segundo ele, ser expulso por apoiar Madalyn Murray O'Hair em sua tentativa de remover das notas de dólar as palavras "In God We Trust" ("Em Deus confiamos"). Extremamente prolífico, Zindler escreve sobre vários assuntos. Muitos de seus textos foram compilados em uma obra colossal de quatro volumes intitulada *Through Atheist Eyes: Scenes from a World That Won't Reason* [*Pelos olhos de um ateu: Cenas de um mundo que não raciocina*]. O primeiro volume dessa obra-prima chama-se *Religions and Scriptures* [*Religiões e escrituras*] e contém vários ensaios direta e indiretamente relacionados a abordagens miticistas de Jesus, escritos em linguagem popular.[8]

Um tipo de apoio diferente ao miticismo é encontrado na obra de Thomas L. Thompson *The Messiah Myth: The Near Eastern Roots of Jesus and David* [*O mito do Messias: As raízes de Jesus e Davi no Oriente Próximo*]. Thompson é formado em estudos bíblicos, mas não tem qualificação em Novo Testamento ou cristianismo primitivo. É um estudioso da Bíblia Hebraica que leciona na Universidade de Copenhague, na Dinamarca. Em sua própria especialidade, ele acredita que certas figuras da Bíblia Hebraica, como Abraão, Moisés e Davi, nunca existiram. Ele transfere essa perspectiva para o Novo Testamento e argumenta que Jesus também não existiu, mas foi inventado por cristãos que queriam criar a figura de um salvador a partir das escrituras judaicas.[9]

Mencionarei outros miticistas ao longo do livro, entre os quais estão Richard Carrier, que, além de Price, é o único miticista de meu conhecimento com formação superior em uma área de destaque (doutorado em estudos clássicos da Universidade de Columbia); Tom Harpur, um jornalista religioso de renome no Canadá, que lecionou estudos do Novo Testamento em Toronto antes de assumir as carreiras de jornalista e de editor; e um batalhão de autores sensacionalistas que não são acadêmicos, e nem alegam ser, em nenhuma acepção da palavra.

Outros autores frequentemente classificados como miticistas apresentam um ponto de vista ligeiramente diferente, segundo o qual houve realmente um Jesus histórico,

mas não foi ele o fundador do cristianismo, uma vez que a religião foi fundamentada na figura mítica de Cristo inventada por seus partidários originais. Archibald Robertson representou essa hipótese em meados do século passado e acrescentava que, embora houvesse um Jesus na história, "não sabemos praticamente nada sobre esse Jesus".[10]

O miticista mais renomado dos tempos modernos – ao menos entre estudiosos do Novo Testamento que conhecem o assunto – é George A. Wells, cuja posição é semelhante à anterior. Wells é professor emérito de alemão na Universidade de Londres e especialista em história intelectual alemã moderna. Ele já escreveu vários livros e artigos defendendo uma posição miticista, nenhum mais incisivo do que sua obra de 1975, *Did Jesus Exist?* [*Jesus existiu?*].[11] Wells certamente faz bem a lição de casa para defender sua teoria: embora não seja especialista em estudos do Novo Testamento, ele domina o jargão e tem profundo conhecimento acadêmico da área. Ainda que a maioria dos estudiosos do Novo Testamento não considere seu trabalho convincente nem particularmente bem argumentado, era destacadamente o melhor trabalho miticista disponível antes dos estudos de Price.

Levando os miticistas a sério

Pode-se dizer que os miticistas, tanto como um grupo quanto individualmente, não são levados a sério pela grande maioria dos estudiosos nas áreas do Novo Testamento, cristianismo primitivo, história antiga e teologia. Isso é amplamente admitido pelos próprios miticistas, para seu desgosto. Em uma das obras clássicas da área, Archibald Robertson diz, com boa dose de razão:

> O miticista [...] não recebe tratamento justo dos teólogos profissionais. Ou eles conspiram para ignorá-lo completamente ou, quando isso não é possível, tratam-no como um amador cuja falta de qualificações acadêmicas [...] anula qualquer valor de suas opiniões. Naturalmente, esse tratamento desperta a beligerância do miticista.[12]

Pouco mudou desde o surgimento do volume curto de Robertson, há 65 anos. Os estudiosos qualificados seguem depreciando os miticistas, que em geral reclamam abertamente desse tratamento. Como já mencionado, o miticista mais reconhecido entre os estudiosos do Novo Testamento é G. A. Wells. No extenso e merecidamente aclamado estudo de quatro volumes sobre o Jesus histórico escrito por John Meier, um dos principais estudiosos da área, Wells e suas ideias são peremptoriamente descartados com uma única frase:

> O livro de Wells, que baseia seus argumentos nessas e outras alegações igualmente não fundamentadas, pode ser considerado como representante de todo o conjunto de

livros populares sobre Jesus que não me dou ao trabalho de analisar detalhadamente.[13]

Até mesmo livros que aparentemente abordariam a discussão da existência de Jesus simplesmente ignoram a polêmica. Um exemplo é o volume *I Believe in the Historical Jesus* [*Eu acredito no Jesus histórico*], do britânico I. Howard Marshall, especialista no Novo Testamento. O título sugere que pelo menos alguma atenção será dada à controvérsia da existência ou não de um Jesus histórico, mas o livro apenas apresenta as posições teologicamente conservadoras de Marshall sobre o Jesus histórico. O autor menciona apenas um miticista, Wells, descartando suas ideias em um único parágrafo, com a afirmação de que nenhum estudioso da área considera seus argumentos convincentes, já que as fontes evangélicas abundantes, baseadas em uma variedade de tradições orais, mostram que Jesus deve sim ter existido.[14]

Mais adiante explicarei com mais detalhe por que acho que Wells, Price e diversos miticistas merecem ser ponderados seriamente, mesmo que, no fim das contas, suas alegações não sejam consideradas válidas.[15] Vários outros miticistas, no entanto, não demonstram nenhuma indicação de estudo metodológico em suas argumentações; pelo contrário, oferecem aos seus leitores alegações inocentes e sensacionalistas tão extravagantes, errôneas e mal fundamentadas que não é de surpreender que não sejam levados a sério pelos estudiosos. Tais livros sensacionalistas têm seu público; afinal, são escritos para serem lidos. Porém, se despertam alguma reação nos estudiosos, é simplesmente de perplexidade por ver obras tão inexatas, com base em pesquisas tão malfeitas, sendo publicadas. Apresento dois exemplos a seguir.

The Christ Conspiracy [*A conspiração de Cristo*]

Em 1999, sob o pseudônimo de Acharya S, D. M. Murdock publicou o sonho de todo teórico da conspiração: *The Christ Conspiracy: The Greatest Story Ever Sold* [*A conspiração de Cristo: o maior conto já vendido*].[16] O objetivo do livro era provar definitivamente que o cristianismo é fundamentado no mito do deus-sol Jesus, que foi inventado por um grupo de judeus do século II EC.[17]

Miticistas desse gênero não deveriam se surpreender de ver que suas ideias não são levadas a sério por estudiosos autênticos, que seus livros não são resenhados em publicações acadêmicas, mencionados pelos especialistas da área ou sequer lidos por eles. O livro contém tantos erros factuais e afirmações bizarras que é difícil acreditar que seja uma obra séria. Se for séria, é difícil acreditar que a autora esteja familiarizada com estudos históricos acadêmicos. Sua "pesquisa" parece ter se restringido a ler e citar uma quantidade de livros não acadêmicos que dizem a mesma coisa que ela pretende dizer.

Procura-se em vão uma citação de fonte primária antiga, e as citações de especialistas autênticos (basicamente Elaine Pagels) são tiradas do contexto e erroneamente interpretadas. Mesmo assim, ao contestar estudiosos que defendem outros pontos de vista, como a de que Jesus existiu (ela os chama de "historicizadores"), Acharya afirma: "Supondo que o desprezo dos historicizadores por esses estudiosos [isto é, os miticistas] seja deliberado, só podemos concluir que isso ocorre porque os argumentos dos miticistas são inteligentes e argutos demais para serem refutados".[18] É impossível deixar de se perguntar se, na verdade, o livro não passa de uma boa sátira.

O argumento básico do livro é o de que Jesus seria o deus-sol: "Assim, o filho de Deus é o filho do sol". Os relatos sobre Jesus seriam

> na verdade baseados na movimentação do sol pelo céu. Em outras palavras, Jesus Cristo e os outros em que ele é inspirado são personificações do sol, e a fábula evangélica não passa de uma repetição da fórmula mitológica que gira em torno da movimentação do sol pelo céu.[19]

Na opinião de Acharya, o cristianismo começou como uma religião astroteológica, em que esse deus-sol Jesus foi transformado em um judeu histórico por um grupo de filhos de Zadok, judeus sírio-samaritanos gnósticos, que também eram gnósticos *therapeutae* (um grupo de judeus sectários) em Alexandria, no Egito, após a fracassada revolta dos judeus contra Roma em 135 EC. Os judeus se frustraram em sua tentativa de estabelecer um estado independente na Terra Prometida, o que os deixou profundamente decepcionados. Eles teriam inventado esse Jesus como uma salvação para os que estavam arrasados pela destruição de seus sonhos nacionalistas. A própria Bíblia seria um texto astroteológico com significados ocultos que precisam ser desvendados através da compreensão de seu simbolismo astrológico.

Veremos adiante que todos os argumentos principais de Acharya são, na verdade, incorretos. Jesus não foi inventado em Alexandria na metade do século II da era cristã. Ele já era conhecido na década de 30 do século I, em círculos judaicos da Palestina. Não foi originalmente um deus-sol (como se houvesse um paralelo com Deus-Filho!); com efeito, nas tradições mais antigas disponíveis a seu respeito, ele nem era considerado um ser divino. Era visto como um profeta e messias judeu. Nenhuma das tradições mais antigas associam fenômenos astrológicos a Jesus. Essas tradições são verificáveis, a partir de várias fontes originadas pelo menos um século antes do momento da criação astrológica defendida por Acharya, uma criação supostamente feita por um povo que não vivia na mesma região do Jesus histórico nem tampouco falava a língua dele.

Para dar uma ideia do nível acadêmico dessa peça sensacionalista, listei algumas das aberrações encontradas no livro, na ordem em que aparecem. Acharya alega que:

- *Justino, o padre e teólogo cristão do século II, nunca cita nem menciona nenhum dos Evangelhos* (p. 25). Isso é simplesmente inverídico: ele menciona os Evangelhos em diversos momentos, geralmente os chama de "Memórias dos apóstolos" e cita diferentes passagens, especialmente de Mateus, Marcos e Lucas.
- *Os Evangelhos foram forjados centenas de anos após os acontecimentos que narram* (p. 26). Na verdade, os Evangelhos foram escritos ao final do século I, cerca de 35 a 65 anos depois da morte de Jesus, e há prova material disso: um fragmento de manuscrito dos Evangelhos que data do início do século II. Como pode ter sido forjado séculos mais tarde?
- *Não há nenhum manuscrito do Novo Testamento anterior ao século IV* (p. 26). Isso está totalmente errado: existem numerosos fragmentos de manuscritos datados dos séculos II e III.
- *Os autógrafos (Evangelhos originais) "foram destruídos depois do Concílio de Niceia"* (p. 26). Na realidade, não sabemos o que houve com as cópias originais do Novo Testamento; provavelmente se desgastaram devido ao uso excessivo. Não há evidência alguma sugerindo que tenham se conservado até Niceia ou que tenham sido destruídos depois; há várias contraprovas indicando que não subsistiram até Niceia.
- *"A canonização do Novo Testamento levou mais de mil anos", e "muitos concílios" foram necessários para diferenciar os livros genuínos dos falsos* (p. 31). O primeiro autor a listar o cânone do Novo Testamento foi o padre e teólogo cristão Atanásio em 367; o comentário sobre "vários concílios" é mera invenção.
- *Paulo nunca cita palavras de Jesus* (p. 33). Acharya obviamente nunca leu os escritos de Paulo. Veremos que ele cita sim palavras de Jesus.
- *"Os Atos de Pilatos", um relatório lendário do julgamento e execução de Jesus, já foi considerado um texto canônico* (p. 44). Nenhuma de nossas escassas referências a "Os Atos de Pilatos" indica ou mesmo sugere tal coisa.
- *O "verdadeiro significado da palavra gospel[20] é 'God's Spell'[21], que remete a magia, hipnose e ilusão"* (p. 45). Não, a palavra *gospel* vem do termo em inglês antigo *god spel*, que significa "boa notícia", uma tradução bastante precisa da palavra grega *euaggelion*. Não tem nada a ver com magia.
- *O padre e teólogo cristão "Irineu era gnóstico"* (p. 60). Na verdade, ele foi um dos mais virulentos opositores dos gnósticos da igreja primitiva.
- *Agostinho era "originalmente um mandeu, ou seja, um gnóstico, até depois do Concílio de Niceia"* (p. 60). Agostinho só nasceu 19 anos após o Concílio de Niceia e, certamente, não era gnóstico.
- *"'Pedro' não é apenas 'a rocha' mas também 'o pinto', ou pênis, conforme a gíria da palavra usada até hoje". Acharya mostra então em um desenho a mão (própria?) de um homem com*

> *uma cabeça de pinto, mas com um enorme pênis ereto no lugar do nariz, com a seguinte legenda: "Escultura de bronze do Pinto, símbolo de São Pedro, escondida no tesouro do Vaticano"* (p. 295). Não há nenhuma estátua de Pedro na forma de galo com nariz de pênis, nem no Vaticano nem em qualquer outro lugar além de livros como esse, que adoram inventar coisas.

Em suma, se falamos de alguma conspiração aqui, não é a de cristãos primitivos inventando a figura de Jesus, mas a de autores modernos inventando histórias dos cristãos primitivos e de suas crenças referentes a Jesus.

The Jesus Mysteries [*Os mistérios de Jesus*]

Também é de 1999 o (planejado) *best-seller* de Timothy Freke e Peter Gandy *The Jesus Mysteries: Was the "Original Jesus" a Pagan God?* [*Os mistérios de Jesus: o "Jesus original" era um deus pagão?*]. Freke e Gandy escreveram juntos diversos livros nos últimos anos, a maioria desvendando os segredos conspiratórios do passado comum a todos nós. Notavelmente, assim como Acharya S, eles argumentam que Jesus foi inventado por um grupo de judeus semelhantes aos *therapeutae*, de Alexandria, no Egito, levando à invenção de uma nova religião de mistérios (os mistérios de Jesus) que floresceu no início do século III. Em sua argumentação, porém, Jesus não teria sido um deus-sol. Era uma criação baseada em mitologias de deuses que morriam e ressuscitavam, disseminadas por todo o mundo pagão. A partir disso vem sua tese principal: "A história de Jesus não é a biografia de um messias histórico, mas um mito baseado em narrativas pagãs perenes. O cristianismo não foi uma revelação nova e extraordinária, mas uma adaptação judaica da antiga religião de mistérios pagã".[22]

Freke e Gandy asseveram que, no cerne de toda religião de mistérios pagã, havia o mito de um homem-deus que morria e ressuscitava dos mortos. Essa figura divina assumia vários nomes nas religiões pagãs: Osíris, Dionísio, Attis, Adônis, Baco, Mitra. Mas "fundamentalmente todos esses homens-deuses são o mesmo ser mítico".[23] Freke e Gandy pensam assim porque todas essas figuras supostamente estão baseadas em uma mitologia muito semelhante: o pai era um deus, a mãe era uma virgem mortal, todos nasceram em uma caverna em 25 de dezembro diante de três pastores e reis magos, seus milagres incluem a transformação de água em vinho, todos entraram na cidade montados em um jumento, foram todos crucificados na Páscoa como sacrifício pelos pecados do mundo, desceram ao inferno e no terceiro dia ressuscitaram. Uma vez que as mesmas coisas são ditas sobre Jesus, é óbvio que as histórias em que os cristãos acreditam são todas simplesmente imitações das religiões pagãs.

Historiadores da antiguidade sérios ficam escandalizados com tais afirmações – ou ficariam caso se dessem ao trabalho de ler o livro de Freke e Gandy. Os autores não fornecem nenhuma evidência para sua tese da mitologia padrão sobre homens-deuses. Não citam nenhuma fonte do mundo antigo que possa ser verificada. Não é como se eles tivessem desenvolvido uma interpretação alternativa das evidências disponíveis. Eles nem ao menos citam as evidências disponíveis. E por uma boa razão: não existem evidências para isso.

Por exemplo, qual é a prova de que Osíris nasceu em 25 de dezembro diante de três pastores? Ou de que foi crucificado? E que sua morte redimiu os pecados? Ou que voltou à vida na terra após ser ressuscitado dos mortos? Nenhuma fonte antiga diz nada disso sobre Osíris (nem dos outros deuses). Mas Freke e Gandy dizem que é de conhecimento comum. E "provam" essas afirmações citando outros autores dos séculos XIX e XX que o disseram. Mas esses autores também não citam nenhuma evidência histórica. É tudo baseado em alegações, e Freke e Gandy acreditam nelas simplesmente porque as leram em algum lugar. Isso não é pesquisa histórica séria. É um texto sensacionalista motivado pelo desejo de vender livros.

De todo modo, segundo a teoria de Freke e Gandy, o "Cristo" original era um homem-deus igual a todos os outros homens-deuses pagãos. Foi apenas em um segundo momento que ele foi encampado pelos judeus e transformado na figura histórica de um messias judeu, criando-se assim o Jesus da história. Nessa reconstrução, nem o apóstolo Paulo nem nenhum outro membro da igreja primitiva sabia alguma coisa sobre esse Jesus histórico. Eles adoravam o Cristo pagão que havia sido judaizado antes que alguém tivesse a ideia de transformá-lo em uma pessoa real que viveu e morreu na Judeia. O Evangelho de Marcos foi essencial para dar vida a essa pessoa; foi ele quem historicizou o mito para benefício dos judeus que precisavam não de uma divindade, mas de uma figura histórica real para salvá-los. Freke e Gandy alegam que muitos cristãos da parte oriental do Império Romano – que, assim como Paulo, eram gnósticos – entendiam que a versão historicizada do mito não era uma verdade literal, mas uma espécie de extensão do mito. Apenas os cristãos do império do Ocidente ignoravam isso. Uma vez que o centro de atividade destes era Roma, foi ali que surgiu a Igreja Católica Romana, segundo a qual é verdadeira a visão historicizada da figura do salvador. As versões mitológicas originais dos gnósticos foram reprimidas, resultando no cristianismo tradicional, com uma figura histórica de Jesus em sua origem. Mas ele não teria existido de verdade. Foi uma invenção baseada nos deuses das religiões de mistérios pagãs.

Há vários problemas nessa teoria, como ficará claro em capítulos subsequentes. Por ora basta dizer que o que sabemos sobre Jesus – o histórico – não vem do final do século I, de círculos egípcios fortemente influenciados pelas religiões de mistérios pagãs, mas

vem da Palestina, de judeus comprometidos com sua religião judaica decididamente antipagã, na década de 30 do século I.

Mesmo desconsiderando os grandes problemas de suas alegações principais, é difícil levar o livro a sério. Parece uma monografia de graduação, tanto nos detalhes quanto na tese geral, repleta de inconsistências e dados obviamente falsos. As fontes "acadêmicas" citadas pelos autores são quase sempre obras já datadas, de 1925, 1899 e assim por diante. É fácil entender por quê. As ideias que eles defendem podem ter sido aceitas há mais de um século, mas nenhum estudioso acredita nelas hoje em dia.

Como exemplo de inconsistência, considere estas duas afirmações, separadas por não mais que duas páginas. Primeira: "Os cristãos de Jerusalém sempre foram gnósticos, porque no século I a comunidade cristã era composta exclusivamente de diferentes tipos de gnosticismo!".[24] Em seguida, uma página depois: "Quanto mais analisávamos as evidências que havíamos pesquisado, mais parecia evidente que aplicar os termos 'gnóstico' e 'literalista' ao cristianismo do século I não fazia sentido algum".[25] O que querem dizer, afinal? Os cristãos de Jerusalém do século I eram gnósticos ou o termo "gnóstico" não faz sentido no contexto do século I? É difícil conciliar ambos.

Além disso, como no livro de Acharya, a quantidade de erros factuais é constrangedora. Eis alguns exemplos, na ordem em que aparecem (e esta não é uma lista exaustiva):

- *Constantino tornou o cristianismo a religião oficial do império* (p. 11). Errado. Ele o tornou uma religião legal. O cristianismo só veio a figurar como religião oficial no fim do século IV, com Teodósio.
- *Os mistérios eulesinos remetiam ao homem-deus Dionísio* (pp. 18, 22). Não é verdade. Esses mistérios não se relacionam a Dionísio, mas à deusa Deméter.
- *"As descrições do batismo cristão feitas por autores cristãos são indistinguíveis das descrições pagãs do batismo das religiões de mistérios"* (p. 36). Como é possível saber isso? Não há uma descrição em fonte alguma de qualquer tipo de batismo das religiões de mistérios.
- *Os "autores dos Evangelhos" "criaram deliberadamente" o nome grego Jesus a partir de uma "transliteração artificial e forçada do nome hebraico Josué" de modo a "garantir que expressasse" o "número simbolicamente significante" 888* (p. 116). Os autores dos Evangelhos não "criaram" o nome grego Jesus. Ele é o equivalente grego do nome aramaico Yeshua e do hebraico Josué. É encontrado, por exemplo, no Antigo Testamento grego, bem antes da época dos autores evangélicos, e é um nome comum nos escritos do historiador judeu Josefo.
- *Os romanos eram "conhecidos por guardar cuidadosamente os registros de todas as suas atividades, especialmente os procedimentos legais", portanto é de surpreender que "não haja*

registro do julgamento de Jesus por Pôncio Pilatos nem de sua execução" (p. 133). Se os romanos eram tão zelosos com seus registros, não é só a falta de registros de Jesus que é estranha, mas a de praticamente *todos* os que viveram no século I. Simplesmente não temos certidões de nascimento, atas de julgamentos, atestados de óbito ou qualquer outro tipo de documento padrão comum hoje em dia. Freke e Gandy obviamente não citam um único exemplo de qualquer outra sentença de morte no século I.

- *Muitos cristãos primitivos rejeitaram o Evangelho de Marcos por não o considerarem canônico* (p. 146). Na verdade, o Evangelho de Marcos foi aceito em toda parte como canônico; aliás, todos os documentos cristãos subsistentes que se referem a ele aceitam sua canonicidade.
- *Paulo nunca menciona Cristo em seus ensinamentos éticos* (p. 152). Conforme veremos, isso está simplesmente errado; ver I Coríntios 7:10-11; 9:14; 11:22-24.

- *A versão original do Evangelho de Marcos "não incluía qualquer referência à ressurreição"* (p. 156). Isso não é verdade. A versão original de Marcos não contém um episódio específico, em que Jesus aparece diante de seus discípulos após a ressurreição, mas o texto não deixa dúvidas de que Jesus se ergueu dos mortos. Ver, por exemplo, Marcos 16:6, que é uma passagem original do Evangelho.
- *Cristãos primitivos "de todas as seitas", incluindo Eusébio, o famoso historiador da Igreja Cristã, não aceitavam as duas cartas a Timóteo e a carta a Tito como parte do cânone das escrituras* (p. 161). O fato é que praticamente todos os que mencionam essas cartas aceitam-nas como canônicas, incluindo Eusébio, que as cita repetidamente em seus escritos.
- *A palavra empregada com sentido de dádivas espirituais,* charismata*, é derivada do "termo* makarismo*, do âmbito das religiões de mistérios, que se refere à natureza abençoada daquele que testemunhou os mistérios"* (p. 162). Isso é pura invenção. Não há qualquer relação etimológica entre os dois termos. *Charismata* vem da palavra grega *charisma*, que significa "presente". Não existe relação com as religiões de mistérios.
- *Os romanos "destruíram totalmente o estado da Judeia em 112 EC"* (p. 178). Essa é uma alegação bem estranha. Sequer houve guerra entre Roma e Judeia em 112 EC; houve guerras em 66-70 e 132-35 EC.

Embora seja útil dar uma ideia das afirmações sensacionalistas encontradas nesse tipo de literatura, não acho que autores sérios que defendem uma agenda miticista (por exemplo, G. A. Wells, Robert Price e, recentemente, Richard Carrier) devam ser tachados da mesma maneira ou considerados culpados por associação. Suas obras devem ser julgadas por seus próprios méritos, independentemente dos defeitos e das

fraquezas dos sensacionalistas. Há autores que fizeram pesquisas sérias e realmente alegam que Jesus não existiu. Ainda que utilizem alguns argumentos comuns aos daqueles que acabo de mencionar, eles não vão tão longe. Analisarei esses argumentos em maior detalhe adiante. Porém, quero primeiramente mostrar as evidências positivas que convencem a todos, menos os miticistas, de que Jesus existiu. Mas, para que essas evidências façam sentido, preciso no mínimo dar uma ideia geral dos motivos que levam alguns dos autores mais inteligentes e mais bem informados a dizer que ele não existiu.

A posição miticista básica

A tese da maioria dos miticistas contra a existência histórica de Jesus envolve tanto argumentos negativos como positivos, com predominância dos primeiros.[26]

No conjunto negativo, os miticistas geralmente enfatizam que não há referências confiáveis sobre a existência de Jesus em nenhuma fonte não cristã do século I. Jesus supostamente viveu até aproximadamente o ano de 30, mas nenhum autor grego ou romano (nenhum autor não cristão, nesse sentido) faz menção a ele em menos de 80 anos depois disso. Se Jesus foi uma figura tão importante – ou mesmo se não foi tão importante – não deveria haver referências a ele em algumas das várias fontes do século I que chegaram até nós? Temos textos de historiadores, políticos, filósofos, estudiosos de religião, poetas e cientistas; temos inscrições de edifícios e cartas pessoais de gente comum. Nenhum desses escritos não cristãos do século I contém uma única referência a Jesus.

Aqueles que defendem a existência histórica de Jesus geralmente argumentam que, na verdade, ele é mencionado por um autor: o historiador judeu Josefo, que escreveu vários livros ao final do século I que chegaram até nós. Os miticistas, porém, alegam que as duas referências a Jesus no livro de Josefo *História dos hebreus* (são as duas únicas referências a Jesus em toda a vasta obra de Josefo) não foram escritas originalmente por ele, mas inseridas posteriormente em seus textos por escribas cristãos. Se isso for verdade, não temos uma única referência a Jesus em textos não cristãos anteriores aos escritos de Plínio, um governador romano em 112 EC de uma província na atual Turquia, e aos escritos dos historiadores romanos Tácito e Suetônio alguns anos mais tarde. Alguns miticistas asseveram que essas referências também foram inseridas posteriormente nesses textos, que não são originais. Logo analisaremos todas essas referências; por ora basta notar que os miticistas argumentam que, se Jesus realmente existiu, é difícil acreditar que os escritores de sua época ou das décadas seguintes não tenham falado dele, contestado e comentado suas ideias ou ao menos mencionado sua existência.

Além disso, eles geralmente alegam que, com exceção dos Evangelhos do Novo Testamento, o Jesus histórico não ocupa uma posição de destaque nem mesmo nos primeiros textos cristãos. Enfatizam particularmente que o apóstolo Paulo não diz nada ou quase nada sobre o Jesus histórico. Essa afirmação pode chocar a maioria dos leitores do Novo Testamento, mas uma leitura cuidadosa das cartas de Paulo revela onde está o problema. Paulo tem muito a dizer sobre a morte e a ressurreição de Jesus – especialmente a ressurreição – e claramente adora Jesus como seu Senhor. Mas ele realmente diz muito pouco sobre o que Jesus disse ou fez enquanto estava vivo. Qual o motivo disso, se Jesus foi uma pessoa histórica? Por que Paulo não cita as palavras de Jesus, como o Sermão da Montanha? Por que ele nunca se refere às parábolas de Jesus? Por que ele não comenta as ações de Jesus? Por que não menciona nenhum de seus milagres? Seus exorcismos? Suas controvérsias? Sua viagem a Jerusalém? Seu julgamento por Pôncio Pilatos? E os questionamentos continuam nessa linha.

Diante disso, os defensores da historicidade de Jesus enfatizam novamente que Paulo parece citar Jesus em várias ocasiões (por exemplo, I Coríntios 11:22-24). Alguns miticistas rebatem que essas citações, assim como as de Josefo, não faziam parte originalmente dos escritos de Paulo, mas foram inseridas posteriormente. Outros argumentam que Paulo não está citando as palavras do Jesus histórico, mas as palavras do "Jesus" celestial transmitidas através dos profetas cristãos nas comunidades de Paulo. Em ambos os casos, os miticistas acreditam que Paulo não tinha conhecimento de um Jesus histórico ou não se referia a uma pessoa assim. Para ele, Cristo era um ser celestial de grandeza mítica. É possível se perguntar, neste momento, como uma pessoa que nunca existiu pode ter morrido. Os miticistas têm uma explicação para isso também, como veremos adiante. Por enquanto basta saber que, em geral, eles insistem que Paulo não se referia ao Jesus histórico e sublinham que isso seria muito estranho caso ele realmente soubesse da existência de Jesus. Isso também pode ser dito dos outros escritos do Novo Testamento, sem contar os Evangelhos.

Isso significa que Mateus, Marcos, Lucas e João são nossas únicas fontes autênticas de conhecimento sobre o Jesus histórico, e os miticistas consideram essas quatro fontes altamente problemáticas enquanto documentos históricos. Para começar, na melhor das hipóteses esses textos foram escritos ao final do século I, quatro ou cinco décadas depois do suposto período em que Jesus viveu, ou até mais tarde. Se ele realmente existiu, não deveria haver fontes mais antigas? E como podemos confiar em rumores que circularam tantos anos depois dos eventos narrados?

Os miticistas geralmente destacam que as narrativas dos Evangelhos não são confiáveis. Seus vários relatos sobre o que Jesus disse e fez estão repletos de contradições e discrepâncias e, portanto, são totalmente incertos. São tendenciosos em relação ao seu tema, não apresentando uma visão imparcial da história "como realmente

aconteceu". É possível provar que certas histórias foram modificadas e que alguns relatos sobre Jesus foram obviamente inventados. Na verdade, quase todas – ou mesmo todas – as histórias podem ter sido inventadas. Isso vale especialmente para os chamados milagres de Jesus, narrados pelos autores dos Evangelhos para convencer as pessoas a acreditar nele, mas incríveis a ponto de ser literalmente incríveis – são impossíveis de se acreditar.

Ademais, muitos miticistas insistem que os quatro Evangelhos são essencialmente um só, o Evangelho de Marcos, no qual os outros três foram baseados. Isso significa que, dos vários autores – pagãos, judeus e cristãos – do século I cujos textos subsistiram (supondo que o Evangelho de Marcos seja realmente do século I), apenas um descreve ou ao menos menciona a vida do Jesus histórico. Como isso seria possível, se Jesus realmente existiu?

Dados todos esses problemas, alguns miticistas insistem que o ônus da prova recai sobre quem afirma que Jesus realmente existiu. Mas, ao lado desses argumentos negativos, há um argumento positivo muito importante: existem paralelos recorrentes entre os relatos sobre Jesus – muitos deles incríveis, todos baseados em testemunhos tardios e não confiáveis – e mitos sobre deuses pagãos e outros homens divinos discutidos no mundo antigo. Assim, os miticistas geralmente invocam narrativas de outros deuses ou semideuses, como Héracles, Osíris, Mitra, Attis, Adônis e Dionísio, que alegadamente nasceram em 25 de dezembro do ventre de uma mãe virgem, realizaram feitos milagrosos em favor de outros, morreram (muitas vezes para benefício dos outros), ergueram-se dos mortos e mais tarde partiram para viver no reino divino.

Eu já disse algumas palavras sobre tais alegações, e vamos examiná-las mais detalhadamente adiante. Por ora enfatizo que o argumento dos miticistas se baseia em dois pilares: considerando-se o argumento negativo, de que não há nenhuma testemunha confiável que faça menção ao Jesus histórico, e o argumento positivo, de que sua história parece ter sido baseada em relatos de outras divindades. É mais simples acreditar que ele nunca existiu, que foi inventado como mais um ser sobrenatural. Nessa interpretação das evidências, o cristianismo seria fundamentado em um mito.

Tendo passado uma ideia geral das razões dos miticistas, antes de refutá-las, apresentarei as evidências que têm convencido todos os outros estudiosos, tanto amadores quanto profissionais, de que Jesus realmente existiu. Esse será o tema de vários capítulos subsequentes.

CAPÍTULO 2

FONTES NÃO CRISTÃS DA VIDA DE JESUS

Espero reações bastante diferentes a este livro em comparação a outros que escrevi ao longo dos anos. Para minha grande surpresa, geralmente me acusam – ou me agradecem pela mesma coisa, depende de quem me escreve – de ser anticristão por causa do que escrevo em meus livros. Acho isso surpreendente porque não me considero anticristão. Quando digo isso às pessoas, muitas vezes recebo uma resposta cética: "É *claro* que você é anticristão. Você ataca o cristianismo de tantas maneiras diferentes!".

Mas eu nunca enxerguei as coisas dessa maneira. No meu entendimento, a única coisa que ataco em meus escritos (e mesmo assim não diretamente) é uma interpretação evangélica fundamentalista e conservadora do cristianismo. Concluir que eu ataco o cristianismo é o mesmo que dizer que quem não gosta de picolé de framboesa não gosta de nenhum tipo de sorvete. Você poderia argumentar (com razão) que picolé não é sorvete, portanto não gostar de picolé não tem nada a ver com sorvete. Mas, mesmo que você pense que o picolé é parecido suficientemente com o sorvete para chamá-lo assim também, não gostar de picolé de framboesa significa apenas dizer que há um sabor de picolé que você preferiria não tomar, se houver essa opção.

Não estou querendo dizer que me considero um apologista do cristianismo ou de causas cristãs. Não sou nem um nem outro. Mas nunca ataquei o cristianismo em si nos meus livros. Ataquei um sabor específico de cristianismo. É verdade que em minha região, o sul dos Estados Unidos, o sabor que ataco é o preferido da maioria dos cristãos praticantes. Em uma perspectiva histórica e mundial, porém, o cristianismo protestante altamente conservador, seja o fundamentalismo, seja o evangelismo radical, é uma voz minoritária. É o grupo que diz que a Bíblia é a palavra infalível de Deus, sem contradições, discrepâncias ou erros de qualquer tipo. Eu apenas acho que isso não é verdade, assim como a maioria dos cristãos ao longo da história.

Considero a Bíblia um excelente livro ou conjunto de livros. Nesse sentido, posso discordar de vários de meus amigos ateus, agnósticos e humanistas que têm me apoiado. Mas pessoalmente adoro a Bíblia. Eu a leio o tempo todo, nos originais grego e hebraico; eu a estudo; eu a ensino. Faço isso há mais de 35 anos. E não tenho planos de parar em um futuro próximo. Só não acho que a Bíblia seja perfeita. Longe disso. A Bíblia contém uma multiplicidade de vozes que muitas vezes se contradizem, discordando em detalhes pequenos e temas importantes que envolvem questões básicas, como a aparência de Deus, quem é o povo de Deus, quem é Jesus, como ter uma relação correta com Deus, por que há sofrimento no mundo, como devemos nos comportar e assim por diante. E eu discordo totalmente do ponto de vista da maioria dos autores bíblicos em questões isoladas.

Mesmo assim, considero que todas essas vozes têm valor e devem ser ouvidas. Alguns autores da Bíblia eram gênios religiosos, e, assim como escutamos outro gênios de nossa tradição – Mozart e Beethoven, Shakespeare e Dickens –, devemos dar atenção aos autores da Bíblia. Em minha opinião, porém, eles não são mais inspirados por Deus do que qualquer outro gênio. E contradizem uns aos outros o tempo todo.

Embora haja inúmeros problemas históricos no Novo Testamento, eles não chegam a colocar a existência de Jesus seriamente em dúvida. Ele certamente existiu e, na minha perspectiva, também era uma espécie de gênio religioso, ainda mais do que os autores que escreveram sobre ele mais tarde. Ao mesmo tempo, provavelmente não tinha muita educação; é possível que fosse semianalfabeto. Mas certamente existiu, e até hoje seus ensinamentos causam impacto no mundo. Com certeza isso é uma maneira de medir genialidade.

Como esse é o argumento geral do livro, imagino que vou ofender os leitores que me consideram anticristão, por não pactuar com sua visão. E os leitores cristãos podem ficar satisfeitos de ver que até alguém como eu concorda com eles em alguns pontos básicos (embora certamente não gostem de outras coisas que tenho a dizer no livro). Minha meta, contudo, não é agradar nem ofender ninguém. É analisar uma questão histórica com todo o rigor que ela merece e exige e, ao fazê-lo, mostrar que realmente existiu um Jesus histórico e que podemos afirmar certas coisas sobre ele.

Comentários preliminares

Antes de mostrar as evidências a favor da existência de Jesus, preciso fazer alguns comentários preliminares sobre historiadores e seu processo de estabelecer o que provavelmente aconteceu no passado. A primeira coisa a enfatizar é que é isso mesmo que os historiadores fazem, estabelecer um provavelmente. Não temos acesso direto ao passado. As coisas só acontecem uma vez. Não há como repetir um evento passado. Isso

faz com que as evidências históricas sejam diferentes das evidências usadas em ciências puras. Uma experiência científica pode ser repetida. Aliás, deve ser repetida. Quando uma experiência é repetida várias vezes com os mesmos resultados, prevê-se que esses resultados serão obtidos a cada vez que se fizer a experiência. Eis um exemplo que uso com meus alunos do primeiro ano de graduação: se quero provar que uma barra de ferro afunda em água morna, mas que uma barra de sabonete flutua, só preciso de cem tinas de água e cem barras de cada tipo. Quando eu começar a jogá-las na água, o ferro afundará todas as vezes, e o sabonete flutuará. Isso prova o que certamente acontecerá se eu decidir repetir a experiência no futuro.

Em história, porém, não temos o luxo de poder repetir um evento passado, portanto procuramos por outras formas de evidência. Como sabemos que provamos algo historicamente? Em rigor, não podemos provar nada historicamente. Tudo que podemos fazer é levantar evidências suficientes (mencionarei logo adiante de que tipo) para convencer um número suficiente de pessoas (quase todos, esperamos) a respeito de determinada alegação histórica. Por exemplo, a de que Abraham Lincoln realmente proferiu o Discurso de Gettysburg ou que Júlio César realmente atravessou o Rubicão. Se você quiser demonstrar que esses eventos históricos de fato aconteceram, terá de reunir uma quantidade de evidências convincentes. (É claro que não há muita dúvida em relação a esses dois casos em particular.)

E quanto à existência histórica de Jesus? Entre os miticistas, é comum hoje em dia a ideia de que, até prova em contrário, a posição padrão deve ser é a de que Jesus não existiu. Isso é expresso claramente por Robert Price: "O ônus da prova parece recair sobre aqueles que acreditam que houve um homem histórico chamado Jesus".[27] Eu não penso dessa maneira. Por um lado, uma vez que todas as fontes antigas relevantes (como veremos) supõem a existência desse homem e que todos os estudiosos que já escreveram sobre o assunto, com a exceção de um punhado de miticistas, nunca manifestaram qualquer dúvida séria a esse respeito, o ônus da prova certamente não recai sobre aqueles que defendem a posição quase unânime. Por outro lado, e em consideração a Price e seus colegas miticistas, talvez a questão deva ser vista de maneira mais neutra. Como dizia meu colega de longa data E. P. Sanders, eminente professor de estudos do Novo Testamento da vizinha Universidade Duke, "O ônus da prova recai sobre quem faz a alegação". Ou seja, se Price deseja argumentar que Jesus não existiu, o ônus da prova por tal argumento é dele. Se eu quero argumentar que Jesus existiu sim, o ônus da prova é meu. Nada mais justo.

No entanto, há outro princípio histórico enunciado por Price com o qual concordo. Trata-se de uma ideia que se articula bem com o que acabo de dizer sobre o fato de os historiadores serem incapazes de repetir o passado, sendo obrigados a basear suas conclusões em evidências que remetem aos acontecimentos mais prováveis. No

raciocínio convincente de Price, "O historiador não alega ter poderes videntes para conhecer o passado [...] O historiador, por assim dizer, 'pós-vê' o passado baseado em fatores e analogias determináveis. *Mas é tudo uma questão de probabilidades*".[28] Ao contrário de cientistas, que conseguem, com confiança quase absoluta, "prever" o que vai acontecer a partir de seu conhecimento do que de fato acontece, historiadores "pós-veem", isto é, sugerem o que provavelmente aconteceu baseados em seu conhecimento das evidências.

Mas que tipos de evidência existem? Essa é uma pergunta metodológica básica: como podemos estabelecer com probabilidade razoável que alguém do passado realmente existiu, sejam os supracitados Abraham Lincoln e Júlio César ou qualquer outro, Harry Truman, Carlos Magno, Hipátia, Jerônimo, Sócrates, Anne Frank ou Bilbo Bolseiro?

Tipos de fonte que os historiadores desejam

Os historiadores podem explorar vários tipos de evidência diferentes para determinar a existência passada de uma pessoa. Primeiramente, há uma clara preferência por evidências materiais, físicas, como fotografias. É difícil negar que Abraham Lincoln existiu, já que todos nós já vimos fotos suas. É claro que as fotos poderiam ter sido forjadas como parte de uma trama pérfida para reescrever a história dos Estados Unidos. E é isso que os teóricos da conspiração dizem (não apenas sobre Lincoln, mas sobre eventos ainda mais bem documentados, como o Holocausto). Mas, para a maioria de nós, uma pilha de boas fotografias de fontes diferentes geralmente é suficiente para nos convencer.

Além de evidências físicas, procuramos por produtos subsistentes cuja origem possa ser associada à pessoa com relativa certeza. Em alguns casos isso pode incluir pedaços de construções, como as casas e os edifícios de Frank Lloyd Wright, por exemplo. Mas com maior frequência inclui vestígios literários, textos em geral. Júlio César nos deixou um relato das Guerras Gálicas. Anne Frank nos deixou um diário. E temos vários escritos que podemos relacionar com bastante segurança a um homem (também fotografado) chamado Charles Dickens. É praticamente certo que todos eles existiram.

Finalmente, os historiadores procuram por outros tipos de evidência, não originalmente *da* pessoa, mas *sobre* ela – isto é, referências, citações ou discussões feitas por terceiros. São evidentemente os tipos de fonte histórica mais abundantes que temos, os tipos que temos sobre a vasta maioria das pessoas do passado, especialmente as que viveram antes da invenção da fotografia. O que procuramos nesse tipo de evidência, especialmente em relação a alguém como Jesus, uma pessoa que viveu, se é que viveu, há quase dois mil anos? Que tipos de fonte são necessárias para convencer os historiadores de sua existência?

Os historiadores preferem ter várias fontes escritas, não apenas uma ou duas. Quanto mais, melhor, obviamente. Com apenas uma ou duas, pode-se desconfiar de que a história foi inventada (embora seja preciso haver boas razões para se pensar assim; simples negativismo ou pessimismo não é suficiente para se duvidar de uma fonte). Mas, quando há diversas fontes – assim como quando há várias testemunhas de um acidente automobilístico –, é difícil asseverar que uma delas simplesmente inventou tudo.

Os historiadores também preferem ter fontes de datas próximas ao período da pessoa ou evento que estão descrevendo. Com o passar do tempo, a tendência para invenção realmente aumenta, portanto é bem melhor obter relatos quase contemporâneos ao objeto. Se nossos primeiros registros sobre Moisés são de 600 anos depois da época em que ele supostamente viveu, esses relatos são bem menos confiáveis do que registros que possam ser razoavelmente datados de seis anos depois que ele viveu. Quanto mais próximo no tempo, melhor.

Além de numerosas e antigas, os historiadores também gostam que as fontes sejam ricas em informações. Em vez da mera menção do nome de uma pessoa em uma fonte, é preferível que haja relatos longos e detalhados (em várias fontes antigas). Além disso, é obviamente melhor que esses relatos extensos venham de fontes imparciais. Isso significa que, se a fonte for tendenciosa de alguma maneira, é preciso levar esse aspecto em consideração. O problema é que a maioria das fontes é tendenciosa: se seus autores não tivessem opiniões sobre o assunto, não falariam sobre ele. No entanto, quando encontramos relatos que não servem aos propósitos do narrador, temos uma boa indicação de que as histórias são (razoavelmente) imparciais.

Ademais, em uma situação ideal, as várias fontes que discutem uma figura ou um evento devem corroborar o que cada uma das outras diz, se não nos detalhes, ao menos nos pontos principais. Se uma fonte antiga diz que Otaviano era um general romano que se tornou imperador, mas outra diz que ele era um camponês do norte da África que nunca saiu de sua aldeia natal, você está diante de um problema: com o próprio Otaviano ou, nesse caso, com a fonte. Contudo, se você reuniu várias fontes de períodos próximos que narram diversas histórias sobre o imperador romano Otaviano – isto é, que corroboram os relatos umas das outras –, então você tem uma boa evidência histórica.

Ao mesmo tempo, é importante certificar-se de que as várias fontes são independentes entre si e não precisam umas das outras para fornecer informações. Se quatro autores antigos mencionam um aristocrata romano de Éfeso chamado Marco Bílio, mas você descobre que três deles tiraram sua informação do quarto, suas várias fontes se tornam uma só. A informação comum não representa corroboração, mas colaboração, o que é bem menos útil.

Em suma, se um historiador fizesse uma lista ideal de fontes sobre uma pessoa que viveu na antiguidade, incluiria uma grande quantidade de fontes que fossem de uma época próxima, que tivessem relatos extensos sobre a pessoa, que fossem até certo ponto imparciais em seu conteúdo e que corroborassem os relatos umas das outras, sem sinais de colaboração.

Com uma lista assim em mente, o que podemos dizer sobre as evidências para a existência de Jesus?

Fontes da existência de Jesus: o que não temos

Pode ser útil começarmos analisando o que *não* temos em termos de registros históricos de Jesus, preparando, assim, o terreno para uma análise mais detalhada no próximo capítulo sobre o que efetivamente *temos*.

EVIDÊNCIAS MATERIAIS?

Para começar, não há evidências materiais ou físicas da existência de Jesus (800 anos antes da invenção da fotografia), e isso inclui qualquer tipo de evidência arqueológica. Não que isso seja um argumento forte contra sua existência, já que não há evidência arqueológica de nenhum habitante da Palestina da época de Jesus além de aristocratas da mais alta elite, ocasionalmente mencionados em inscrições (e até mesmo eles não têm nenhum outro tipo de evidência arqueológica). Na verdade, não temos vestígios arqueológicos de nenhum judeu não aristocrata da década de 20 do século I EC, quando Jesus teria sido adulto. E não há ninguém que acredite que Jesus fosse aristocrata. Assim, por que teríamos evidências arqueológicas de sua existência?

Também não temos nenhum texto escrito por Jesus. Muitos podem considerar isso estranho, mas na verdade não tem nada de incomum. A vasta maioria das pessoas do mundo antigo não sabia escrever, como veremos mais detalhadamente. Muitos discutem se Jesus sabia ler ou não, se é que ele viveu, obviamente. Mas, mesmo que soubesse ler, não há indicações em nossas fontes mais antigas de que soubesse escrever, e nenhum dos Evangelhos faz qualquer referência a algo escrito por ele.[29] Portanto, não há nada estranho no fato de não haver escritos dele. Devo enfatizar que não temos escritos de 99,99% das pessoas que viveram na antiguidade. Claro que isso não prova que elas não existiram. Isso apenas significa que, se quisermos demonstrar que alguma delas viveu, temos de procurar por outros tipos de evidência.

FONTES NÃO CRISTÃS DO SÉCULO I?

É verdade, como os miticistas não deixam de destacar, que nenhum autor grego ou romano do século I menciona Jesus. Seria bastante conveniente para nós se mencionassem, mas infelizmente não é o caso. Ao mesmo tempo, isso também é um fato um tanto irrelevante, já que essas mesmas fontes não mencionam milhões de pessoas que efetivamente viveram. Nesse ponto, Jesus é igual à vasta maioria dos seres humanos de épocas antigas.

Além disso, é um erro argumentar, como às vezes faz um miticista ou outro, que alguém supostamente tão espetacular quanto Jesus, que realizou tantos milagres e feitos fantásticos, decerto seria discutido ou pelo menos mencionado em fontes pagãs caso tivesse realmente existido.[30] Alguém capaz de curar enfermos, exorcizar demônios, andar sobre a água, alimentar multidões com apenas alguns pães e ressuscitar os mortos certamente seria alvo de comentários! A falha nessa linha de raciocínio é que não estamos nos perguntando se Jesus fez ou não milagres e, se os fez, por que eles (e ele) não são mencionados em fontes pagãs. Estamos nos perguntando se Jesus de Nazaré realmente existiu. Primeiro precisamos estabelecer que ele existiu, para só então questionar se ele realizou milagres. E, se decidirmos que ele realizou milagres, só então podemos investigar por que ninguém o menciona. No entanto, podemos igualmente decidir que o Jesus histórico não foi um ser com poderes miraculosos, mas um simples ser humano. Nesse caso, não surpreende que as fontes romanas não o mencionem, assim como não surpreende que essas mesmas fontes não mencionem nenhum de seus tios, primos ou sobrinhos, ou praticamente nenhum outro judeu de sua época.

Devo reiterar que é totalmente "mítica" (no sentido dado pelos miticistas) a ideia de que os romanos mantinham registros detalhados de tudo e que, por consequência, somos extraordinariamente bem informados sobre o mundo da Palestina romana. O raciocínio se estende à suposição de que deveríamos, portanto, saber de algum comentário contemporâneo sobre Jesus, se ele realmente existiu. Se os romanos mantinham tantos registros, onde estão eles? Nós certamente não temos nada. Basta ponderar tudo que não sabemos sobre a administração de Pôncio Pilatos como governador da Judeia. Temos conhecimento, por intermédio do historiador judeu Josefo, de que o governo de Pilatos durou dez anos, entre 26 e 36 EC. Seria fácil argumentar que ele foi a figura mais importante da Palestina romana durante toda a duração de seu governo, mas que registros há daquela década, relativos a ele? Que registros romanos temos de suas grandes realizações, sua rotina diária, os decretos que instituiu, as leis que promulgou, os prisioneiros que levou a julgamento, as sentenças de morte que assinou, seus escândalos, entrevistas, procedimentos legais? Não temos nenhum. Absolutamente nada.

A questão pode ser levada adiante. Que evidências arqueológicas temos do governo de Pilatos na Palestina? Há algumas moedas cunhadas durante seu governo (ninguém

esperaria moedas de Jesus, já que ele não cunhou nenhuma) e um, apenas um, fragmento de inscrição descoberto em Cesareia Marítima em 1961 indicando que ele era o prefeito romano. Nada mais. E quais os textos redigidos por ele que subsistiram? Nem uma única palavra. Isso significa que ele não existiu? Não, ele é mencionado em diversas passagens na obra de Josefo, nos escritos do filósofo judeu Fílon de Alexandria e nos Evangelhos. Ele certamente existiu, embora, assim como Jesus, não haja escritos dele nem seus registros contemporâneos. E o mais notável é que temos muito mais informação sobre Pilatos do que sobre qualquer outro governador da Judeia no período romano.[31] Assim, é um "mito" moderno dizer que temos registros romanos abundantes da antiguidade, que certamente mencionariam alguém como Jesus se ele tivesse existido.

Também vale ressaltar que Pilatos é mencionado apenas de passagem nos escritos de Tácito, o único historiador romano que se refere a ele. Isso ocorre em uma passagem que também menciona Jesus (*Anais* 15). Se, nos textos gregos e romanos, essa é a única menção a um importante governador aristocrático romano de uma província expressiva, quais as chances de um professor judeu de classe baixa (o que Jesus provavelmente era, segundo todos os que concordam que ele existiu) ser mencionado neles? Quase nenhuma.

Eu ainda poderia acrescentar que nossa principal fonte de conhecimento sobre a Palestina judaica no período de Jesus é o historiador Josefo, um destacado aristocrata judeu que tinha grande influência nos assuntos sociais e políticos de sua época. E quantas vezes Josefo é mencionado nas fontes gregas e romanas de sua época, o século I EC? Nenhuma.

Podemos fazer uma analogia. Se daqui a sessenta anos um historiador fosse escrever a história do sul dos Estados Unidos nos séculos XX e XXI, digamos, quais as chances de ele mencionar Zlatko Plese? (Zlatko é meu brilhante colega que leciona filosofia antiga, gnosticismo, variantes do cristianismo primitivo e outros assuntos.) Praticamente nulas. O que isso prova? Tecnicamente falando, não prova nada. No entanto, isso poderia sugerir que Zlatko nunca existiu ou que não teve grande impacto na vida política, social ou cultural do sul dos Estados Unidos. Acontece que Zlatko existe sim (levei-o para jantar ontem à noite). Portanto, se ele não for mencionado na historiografia futura do sul dos Estados Unidos, sem dúvida será porque ele não causou grande impacto na região. Para provar que ele existiu, será preciso procurar outras evidências, como cópias dos dois livros que ele escreveu. (Diferentemente de Jesus, Zlatko sabe escrever. E, diferentemente do século I, nossa época dispõe de produção e distribuição de livros em larga escala, além de bibliotecas para guardá-los.) O mesmo raciocínio se aplica ao caso de Jesus. O fato de ser raramente mencionado tem pouca relevância para a questão de sua existência. É possível que ele simplesmente tenha

causado pouco impacto, assim como a esmagadora maioria das pessoas que viveram no Império Romano no século I. Muitos cristãos não gostam de ouvir que Jesus não exerceu grande influência no mundo em sua época, mas isso parece ser verdade. Significa que ele não existiu? Não, significa que, para estabelecer sua existência, temos de procurar outros tipos de evidência.

TESTEMUNHAS OCULARES?

Ainda em relação à questão das evidências que não temos, devo enfatizar que não há um único registro escrito por uma testemunha ocular, seja pagã, judia ou cristã, do que Jesus disse ou fez. Mas e os Evangelhos do Novo Testamento? Seus autores não são testemunhas oculares? Embora os Evangelhos de Mateus e João fossem assim considerados no passado, atualmente não é o que pensa a maioria dos historiadores críticos, por uma boa razão.

Segundo a tradição da igreja primitiva, os quatro Evangelhos do Novo Testamento foram escritos por Mateus, Marcos, Lucas e João. Mesmo nessa tradição, Marcos e Lucas não foram testemunhas oculares da vida de Jesus. Marcos foi supostamente o companheiro (posterior) de Pedro, que o ouviu pregar sobre Jesus e reorganizou seus ensinamentos em uma narrativa que veio a ser o Evangelho que leva seu nome. Mesmo se aceitarmos a tradição de que foi realmente Marcos quem escreveu o Evangelho, ele não deixa de ter obtido suas informações em segunda mão. Lucas era de um período ainda mais tardio: era considerado um dos companheiros do apóstolo Paulo, que não foi um dos seguidores de Jesus em vida. Lucas foi supostamente um médico gentio que pesquisou a vida de Jesus e depois escreveu sua narrativa. Se a tradição sobre Lucas estiver correta, estamos lidando com um autor que foi discípulo de alguém que não foi discípulo. Mateus, por outro lado, teria sido um dos doze discípulos, o cobrador de impostos que Jesus chamou para ser um de seus seguidores (ver Mateus 9:9-13). E acreditava-se que João fosse o misterioso "discípulo amado" do Quarto Evangelho (ver, por exemplo, João 19:26-27), identificado como um dos discípulos mais próximos de Jesus, João, filho de Zebedeu.

Hoje em dia, além dos círculos fundamentalistas e evangélicos conservadores, os estudiosos são praticamente unânimes em afirmar que provavelmente todas essas atribuições de autoria estão erradas. Um aspecto importante a observar é que nenhum dos autores dos Evangelhos se identifica pelo nome ou narra suas histórias sobre Jesus em primeira pessoa. Os Evangelhos são todos escritos anonimamente, e os autores descrevem os discípulos, inclusive Mateus e João, em terceira pessoa, falando sobre o que "eles" fizeram (não "eu" ou "nós"). Mais significativo ainda é que os seguidores diretos de Jesus eram, como ele, camponeses de classe baixa em áreas rurais da Galileia, falantes de aramaico. Seriam capazes de escrever Evangelhos?

Várias pesquisas importantes sobre alfabetismo surgiram em anos recentes mostrando quanto seus níveis eram baixos na antiguidade. O estudo mais citado é o do professor da Universidade de Columbia William Harris, no livro *Ancient Literacy* [*Alfabetismo no mundo antigo*].[32] Analisando minuciosamente todas as evidências existentes, Harris chega à convincente, porém surpreendente, conclusão de que, nos períodos mais alfabetizados do mundo antigo, apenas 10% da população sabia ler alguma coisa ou possivelmente copiar textos. Um número bem menor do que isso, obviamente, era capaz de redigir uma frase, e era ainda mais raro haver quem pudesse compor uma narrativa ou ainda um livro inteiro. Mas quem eram esses 10%? Eram a elite, que tinha tempo, dinheiro e lazer para obter uma educação. Essa não é uma descrição muito precisa dos discípulos de Jesus. Eles não eram aristocratas ou membros das classes altas.

Na Palestina romana, a situação era ainda pior. O estudo de alfabetismo na Palestina mais aprofundado é o da professora de estudos judaicos da Universidade de Londres Catherine Hezser, que mostra que, na época de Jesus, é provável que apenas 3% dos judeus palestinos fossem alfabetizados.[33] Novamente, estes seriam as pessoas que saberiam ler e talvez escrever seus nomes e copiar palavras. Um número menor ainda saberia redigir frases, parágrafos, capítulos e livros: mais uma vez, as elites urbanas.

A questão fica ainda mais nítida a partir de outra consideração. A língua nativa de Jesus, de seus discípulos e da maioria do povo na Palestina era o aramaico. Os Evangelhos, porém, não foram escritos em aramaico, mas em grego. E grego de bom nível, altamente proficiente. Os autores dos Evangelhos eram falantes e escritores de grego excepcionalmente cultos. Deviam ser de classes relativamente altas, quase certamente de áreas urbanas fora da Palestina. Em geral, os estudiosos concordam que esses textos datam do final do século I: o Evangelho de Marcos seria o mais antigo, provavelmente escrito por volta de 70 EC; os Evangelhos de Mateus e Lucas teriam sido elaborados pouco depois, possivelmente entre 80 e 85 EC; e o de João seria o último, no período de 90-95 EC. Os autores desses livros não eram os discípulos originais de Jesus ou provavelmente nem mesmo eram seguidores dos doze discípulos diretos de Jesus. Eram cristãos de épocas posteriores que ouviram as histórias sobre Jesus, disseminadas oralmente ano após ano, década após década, e finalmente decidiram escrevê-las.

É possível que os autores dos Evangelhos tenham se baseado em fontes escritas também, além de nas tradições orais, como veremos detalhadamente no próximo capítulo. Lucas afirma explicitamente que tem conhecimento de relatos anteriores sobre a vida de Jesus (1:1-4), e há boas razões para achar que tanto ele como Mateus tinham acesso a uma versão do Evangelho de Marcos, do qual tiraram muitas de suas histórias. Ambos provavelmente também tiveram contato com um documento que os estudiosos rotularam como *Q* (de *Quelle*, que significa "fonte" em alemão). Esse material não

chegou aos nossos dias, mas aparentemente existiu no passado, em grego, e consistia de vários ensinamentos e alguns feitos de Jesus. Ao lado desses dois documentos, Mateus e Lucas podem ter utilizado ainda outras fontes para seus relatos; quanto a Marcos, não sabemos a quais fontes recorreu para suas narrativas. João é um caso totalmente diferente, já que as histórias que ele narra sobre Jesus são bastante distintas das encontradas nos Evangelhos sinóticos de Mateus, Marcos e Lucas.[34]

De todo modo, o que enfatizo aqui é que os Evangelhos do Novo Testamento não foram escritos por testemunhas oculares da vida de Jesus. Nem os evangelhos que não constam do Novo Testamento, dos quais ainda existem mais de 40, completos ou em fragmentos.[35] Aliás, não temos nenhum tipo de relato sobre Jesus de uma testemunha ocular, escrito na época dele.

Esse fato, porém, também não deve ser superestimado ao se considerar a questão da existência ou não de Jesus. A ausência de testemunhas oculares seria relevante se, e apenas se, tivéssemos razão para pensar que deveríamos encontrar testemunhas oculares caso Jesus tenha realmente existido. Isso está longe de ser o caso, no entanto. Voltemos à nossa comparação anterior com Pôncio Pilatos. É uma figura tremendamente importante, nos sentidos político, econômico, cultural e social, para o cotidiano e a história da Palestina durante a vida adulta de Jesus (supondo que ele tenha existido). Já indiquei que dificilmente havia alguém mais importante. E quantos relatos de testemunhas oculares temos de Pilatos, de sua própria época? Nenhum. Não há um só. Josefo está na mesma situação. E essas são figuras da mais alta projeção em sua contemporaneidade.

Novamente, há uma ligação estreita entre esse quadro e o alfabetismo naquela época e lugar. Quase ninguém sabia escrever, e a maioria dos que sabiam não produziu escritos que tenham chegado até nós. O que é tão surpreendente quanto verdadeiro é que, de toda a Palestina romana no século I inteiro, há apenas um autor de textos literários cujas obras sobreviveram (por textos literários entendo livros literários de qualquer natureza: ficção, história, filosofia, ciências, poesia, política, o que for). Esse autor é Josefo. Não há outros. Igualmente notável, em todos os registros históricos, é que conhecemos o nome de apenas mais um autor de escritos desse tipo, um homem chamado Justo de Tiberíades, mas, como já foi sugerido, seus livros não subsistiram até os dias atuais.[36]

Portanto, se Jesus realmente existiu, deveria haver relatos de testemunhas oculares sobre ele? Como poderia ser assim, se o único autor palestino de qualquer gênero a que temos acesso foi um homem (Josefo) que nasceu vários anos depois que Jesus morreu?

Referências não cristãs a Jesus

Agora que já analisamos boa parte das fontes que *não* temos disponíveis para determinar se Jesus viveu ou não, podemos começar a examinar as fontes a que *temos* acesso. Começarei com um breve resumo das fontes normalmente denominadas como referências não cristãs a Jesus. Vou me restringir ao que foi produzido até aproximadamente cem anos depois da data tradicionalmente atribuída à morte de Jesus, já que é praticamente impossível considerar os escritos posteriores a isso como testemunhos imparciais e confiáveis. Isso porque tais textos foram sem dúvida baseados no que os autores simplesmente ouviram sobre Jesus, provavelmente de seus seguidores. Esse aspecto também pode se aplicar até mesmo às referências não cristãs que citarei aqui, como veremos adiante. Por conveniência, vou separar as referências não cristãs em romanas e judaicas.

REFERÊNCIAS ROMANAS

No período de um século após a data tradicional da morte de Jesus, ele é mencionado em três ocasiões por autores romanos. Como vimos, nenhum deles escreveu durante a vida de Jesus ou mesmo no primeiro século cristão. Todos escreveram entre 80 e 85 anos depois da data tradicional de sua morte.

Plínio, o Jovem

Dentre as que conhecemos, a primeira referência a Jesus em uma fonte não cristã e não judaica, de qualquer tipo, aparece nos escritos de Plínio, o Jovem, governador da província romana de Bitínia e Ponto, na Ásia Menor (atual Turquia). Plínio é chamado de "o Jovem" para diferenciá-lo de seu tio, ainda mais famoso do que ele, Plínio, "o Velho", mais conhecido não como administrador romano, mas como naturalista que escreveu vários tomos científicos que chegaram a nós. Plínio, o Velho, era inveteradamente curioso, como cientistas tendem a ser, e, quando soube em 79 EC que o Monte Vesúvio estava em erupção, decidiu se aproximar dele o máximo possível para pesquisar. Infelizmente, seu navio se aproximou demais, e ele morreu envenenado pelos vapores. Seu sobrinho, Plínio, o Jovem, também observou a erupção, mas de uma distância saudável, e escreveu sobre ela em um de seus textos subsistentes.

Plínio, o Jovem, é mais conhecido entre os estudiosos do cristianismo primitivo em razão de uma série de cartas que escreveu mais tarde ao imperador romano Trajano, pedindo conselhos para governar sua província. A carta número 10 de 112 EC é particularmente importante, já que é o único momento em que Plínio parece mencionar a existência de Jesus. O assunto principal da carta não é Jesus, mas um problema político. Uma lei fora promulgada na província de Plínio tornando ilegal a reunião de pessoas em grupos sociais. Pode parecer uma lei estranha, mas tinha uma função bem

prática. As autoridades romanas temiam que os habitantes locais se reunissem por motivos políticos, o que poderia resultar em levantes armados. No entanto, ao proibir todo tipo de reunião, os romanos criaram um problema inesperado, já que a lei se aplicava a todos os grupos sociais, inclusive brigadas de incêndio. Consequentemente, não havia na província de Plínio meios efetivos de combater focos de incêndio, e aldeias inteiras estavam queimando.

Nessa carta número 10, Plínio discute o problema dos incêndios e, nesse contexto, menciona outro grupo que estava se encontrando ilegalmente, a comunidade cristã local.[37] Plínio soubera de fontes confiáveis que os cristãos haviam se reunido (ilegalmente) de manhã cedo. Ele nos fornece algumas informações importantes sobre o grupo: incluía pessoas de várias condições socioeconômicas que faziam refeições comunitárias. Plínio pode ter contado isso ao imperador por causa dos rumores, que aparecem em fontes posteriores, de que os cristãos praticavam canibalismo. (Afinal, comiam a carne do Filho de Deus e bebiam seu sangue.) Além disso, informa Plínio ao imperador, os cristãos "cantam hinos de louvor a Cristo como a um deus".

E isso é tudo que ele diz sobre Jesus: os cristãos o adoravam cantando para ele. Como podemos notar, ele nem o chama de Jesus, usando seu epíteto mais comum, Cristo. Se Plínio sabia ou não o verdadeiro nome do homem, é impossível saber. Poderíamos nos perguntar também se ele sabia que Cristo fora (algum dia?) um homem, mas o fato de ele mencionar que os hinos eram oferecidos a Cristo "como a um deus" claramente sugere que Cristo era outra coisa.

Essa referência é evidentemente bastante limitada. Mas nos mostra que, no início do século II, havia cristãos adorando alguém chamado Cristo na região da Ásia Menor. Já sabíamos disso mediante outras fontes (cristãs), que veremos adiante. De todo modo, Plínio parece ter obtido o que sabe sobre Cristo dos cristãos que o informaram e, portanto, ele não nos fornece um testemunho totalmente independente de que Jesus realmente existiu, apenas o testemunho de cristãos que viveram aproximadamente 80 anos depois da suposta morte de Jesus. Esses cristãos possivelmente leram alguns dos Evangelhos e certamente ouviram histórias sobre Jesus. Assim, podemos ao menos dizer que a ideia de que Jesus existiu era prevalecente no início do século II, ainda que a referência de Plínio não nos forneça muito mais do que isso.

Suetônio

Ainda mais limitada é uma referência encontrada nos escritos do biógrafo romano Suetônio, igualmente citada com frequência em discussões sobre a existência de Jesus. Suetônio é mais famoso por ter escrito doze biografias de imperadores romanos. Sua obra *As vidas dos doze Césares*, escrita em 115 EC, é uma leitura interessante até hoje. Inclusive foi base para o romance histórico de Robert Graves *Eu, Claudius, imperador*

(1934), que originou a ainda mais famosa minissérie da BBC *I, Claudius*. Em uma das biografias que Suetônio escreveu sobre Cláudio, imperador romano de 41 a 54 EC, aparentemente ocorre uma segunda referência a Jesus. O autor indica que, em certo momento de seu reinado, Cláudio deportou todos os judeus de Roma em razão dos distúrbios que haviam sido "instigados por Chrestus".

Ele não diz mais nada sobre o homem. Ainda assim, vários estudiosos ao longo dos anos têm considerado a situação em Roma relevante para a compreensão da história do cristianismo primitivo. Segundo essa teoria, os judeus romanos que estavam convencidos de que Jesus era o messias, ou Cristo (*Chrestus*), provocaram a ira dos judeus que não acreditavam nisso. As reações violentas fugiram do controle, e são esses os distúrbios mencionados por Suetônio. Então Cláudio expulsou todos.

Essa interpretação dos eventos parece encontrar alguma sustentação no livro dos Atos do Novo Testamento, que também se refere ao incidente (18:2). Um problema dessa reconstrução é que, se Suetônio realmente se referia a uma situação desse tipo, ele errou a grafia da alcunha de Jesus, já que Cristo em latim seria *Christus,* e não *Chrestus* (embora esse tipo de erro ortográfico fosse comum). Como *Chrestus* também era um nome, simplesmente pode ser que havia um judeu chamado *Chrestus* que provocou um tumulto, resultando em distúrbios na comunidade judaica.

De qualquer forma, mesmo que Suetônio esteja se referindo a Jesus através de uma alcunha com grafia errada, ele não nos ajuda muito em nossa busca por referências não cristãs a Jesus. O próprio Jesus já estaria morto há vinte anos por ocasião desses distúrbios em Roma, então, na melhor das hipóteses, Suetônio apenas fornece evidência de que havia cristãos em Roma durante o reinado de Cláudio, se é que podemos considerar a menção como evidência. Mas isso poderia ser verdade tendo Jesus existido ou não, já que os miticistas argumentariam que o "mito" de Cristo já fora inventado a essa altura, assim como a suposta vida da figura fictícia de Jesus.

Contudo, enquanto essas duas primeiras e raras referências são limitadas, uma terceira, do historiador romano Tácito, parece ser mais promissora.

Tácito

Tácito escreveu a famosa obra *Anais* em 115 EC como uma história do Império Romano de 14 a 68 EC. Provavelmente, o trecho mais famoso dessa obra de 16 volumes deve ser o que discute o incêndio que consumiu boa parte de Roma durante o reinado do imperador Nero, em 64 EC. Segundo Tácito, foi o imperador em pessoa quem contratou os incendiários porque queria implementar seus próprios planos arquitetônicos e não podia fazê-lo enquanto as partes mais antigas da cidade ainda estivessem em pé. Mas o tiro saiu pela culatra, já que muitos cidadãos – incluindo, sem dúvida, aqueles cujas casas haviam sido queimadas – desconfiaram do imperador. Nero

precisava transferir a culpa para alguém e, assim, ainda de acordo com Tácito, alegou que os cristãos haviam provocado o incêndio. A maioria da população estava disposta a acreditar na acusação – Tácito nos diz –, porque os cristãos eram amplamente difamados por seu "ódio à raça humana".

Então Nero mandou que os cristãos fossem presos e publicamente executados de maneiras extremamente dolorosas e humilhantes. Alguns deles – Tácito diz – foram cobertos de piche e incendiados ainda vivos para iluminar os jardins de Nero; outros foram enrolados em peles frescas de animais e atirados aos cães selvagens, que os destroçaram.

No contexto desse relato sangrento, Tácito explica que "Nero acusou falsamente aqueles que [...] a população chamava de cristãos. O autor do crime com esse nome, Cristo, fora executado por ordens do procurador, Pôncio Pilatos, enquanto Tibério era imperador, mas a perigosa superstição, embora momentaneamente reprimida, ressurgiu não só na Judeia, a origem desse mal, mas até mesmo na cidade [de Roma]".

Mais uma vez o nome de Jesus não é mencionado, mas é obvio que Tácito se refere a ele e sabe alguns dados básicos a seu respeito. Ele se chamava Cristo e foi executado por ordens de Pôncio Pilatos durante o reinado de Tibério. Ademais, isso presumivelmente se deu na Judeia, onde Pilatos era governador e onde os seguidores de Jesus surgiram. Tudo isso confirma informações disponíveis em fontes cristãs, que examinaremos adiante.

Alguns miticistas argumentam que essa referência em Tácito não foi escrita por ele – alegam o mesmo em relação a Plínio e Suetônio, as referências menos importantes –, que foi inserida em seus escritos (interpolada) por cristãos que as copiaram, produzindo os manuscritos de Tácito que temos hoje. (Não temos os originais, apenas cópias posteriores.)[38] Não tenho conhecimento de nenhum autêntico classicista ou estudioso da antiguidade romana que pense assim, e isso parece altamente improvável. Os miticistas certamente têm seus motivos para argumentar dessa maneira: preferem pensar que não há *nenhuma* referência a Jesus em fontes antigas além do Novo Testamento. Portanto, quando encontram uma referência dessas, alegam que não era original, que foi inserida por cristãos. Mas a melhor maneira de lidar com uma evidência não é simplesmente desprezá-la quando se revela inconveniente. Tácito evidentemente sabia alguma coisa sobre Jesus.

Ao mesmo tempo, as informações não são particularmente úteis para determinar que realmente existiu um homem chamado Jesus. Como Tácito saberia isso? É evidente que ele ouvira falar de Jesus, mas estava escrevendo aproximadamente 85 anos depois da data em que Jesus teria morrido, e a essa altura os cristãos sem dúvida já estavam contando histórias sobre Jesus (os Evangelhos já haviam sido escritos, por exemplo), tenham os miticistas razão ou não. De qualquer modo, parece certo que Tácito está

baseando seu comentário sobre Jesus em rumores, em vez de, por exemplo, em pesquisa histórica detalhada. Se tivesse feito alguma pesquisa séria, seria de se esperar que ele dissesse mais, nem que fosse pouca coisa. Mais importante ainda, porém, é que o comentário de Tácito, por mais breve que seja, contém um erro bem específico. Ele chama Pilatos de "procurador" da Judeia. Graças à inscrição descoberta em 1961 em Cesareia, sabemos que Pilatos, como governador, tinha título e posição não de procurador (que se ocupava basicamente de cobrança de impostos), mas de prefeito (que também comandava forças militares). Isso mostra que Tácito não consultou nenhum registro contemporâneo oficial sobre o que aconteceu com Jesus (se é que existiu tal registro, o que é altamente improvável). Portanto, ele ouviu a informação. Agora, se foi de cristãos ou outra fonte qualquer, é impossível dizer.

Essas três referências são as únicas que chegaram até nós em fontes pagãs do período de cem anos após a data tradicional da morte de Jesus (por volta do ano 30 EC). Em minha opinião, Suetônio é ambíguo demais para ser de alguma utilidade. Plínio é um pouco mais útil, mostrando que cristãos do início do século II tinham conhecimento de Cristo e o adoravam como um ser divino. Tácito é o mais útil de todos, pois sua referência mostra que altos funcionários públicos romanos do início do século II sabiam que Jesus tinha existido e fora executado pelo governador da Judeia. Já é um começo.

FONTES JUDAICAS

Como já indiquei, subsistiram menos fontes judaicas datadas do período de cem anos depois da morte de Jesus do que fontes pagãs (gregas e romanas). Os manuscritos do mar Morto, que não contêm menções ou alusões a Jesus, apesar do que dizem os livros sensacionalistas, foram provavelmente escritos no século I AEC. Existem escritos do importante filósofo judeu Fílon, da primeira metade do século I EC. Ele não menciona Jesus, nem deveríamos esperar que o fizesse, já que o cristianismo provavelmente ainda não havia chegado à sua cidade natal, Alexandria, à época de sua morte em 50 EC, acredite-se ou não na teoria mítica de Jesus. Da Palestina, o único autor da época que chegou até nós é Josefo, como já vimos. Ao que tudo indica, com base nos textos disponíveis hoje, mas apesar da forte contestação dos miticistas, Josefo realmente se refere a Jesus pelo menos duas vezes.

Josefo

Flávio Josefo é uma das figuras mais importantes do judaísmo antigo. Seus relatos históricos copiosos são nossa principal fonte de informação sobre a vida e a história da Palestina no século I. Ele esteve pessoalmente envolvido em alguns dos eventos mais importantes que narra, especialmente em sua obra de oito volumes *Guerra dos judeus*.[39]

Josefo nasceu em uma família aristocrática na Palestina aproximadamente seis ou sete anos depois da data tradicional da morte de Jesus. Antes de começar a escrever, teve participação ativa nos assuntos políticos e militares dos judeus na Palestina. Em 66 EC houve uma grande revolta em que os judeus tentaram se livrar do domínio romano. Josefo foi nomeado general das tropas judias na Galileia, no norte da Palestina. Os romanos reagiram enviando as legiões estacionadas na Síria. Para alcançar o centro da rebelião, tiveram de passar pela Galileia, o que fizeram com relativa facilidade, já que as forças de Josefo não eram páreo para os exércitos romanos. Conforme o relato de Josefo em sua autobiografia, ele e suas tropas remanescentes foram cercados e preferiram fazer um pacto de suicídio a se entregar ao inimigo. Cada um tiraria um número; o primeiro seria morto pelo segundo, que seria morto pelo terceiro e assim por diante, até que sobrassem apenas dois, que cometeriam suicídio. Os homens assim o fizeram, e, por sorte ou manipulação, Josefo tirou um dos dois últimos números. Quando todos os outros soldados estavam mortos, ele convenceu seu companheiro a não cometer suicídio e se entregar aos romanos.

Como aristocrata e líder militar, Josefo foi levado à presença do general romano responsável pelo ataque, um homem chamado Vespasiano. Josefo então demonstrou grande autocontrole e astúcia. Ele informou o general de que Deus havia lhe revelado que ele, Vespasiano, estava destinado a ser o futuro imperador de Roma. No fim das contas, a profecia de Josefo se concretizou: depois que o imperador Nero cometeu suicídio em 68 EC e seguiu-se uma série breve de três outros imperadores, as tropas de Vespasiano declararam-no imperador. Ele retornou a Roma para assumir o posto, encarregando seu filho Tito do ataque a Jerusalém.

Josefo serviu de intérprete durante o cerco à cidade, que durou três anos. Quando Jerusalém caiu, a oposição judaica foi massacrada o Templo sagrado e grande parte da cidade foram destruídos. Josefo foi levado a Roma, onde lhe foi oferecida uma posição de prestígio na corte de Vespasiano. Com apoio imperial, ele então se dedicou a escrever suas diversas obras históricas. A primeira foi sua narrativa de tudo que acontecera na guerra em que ele próprio tivera um papel tão importante. Cerca de vinte anos depois (por volta de 93 EC) ele completou sua obra-prima, um relato de vinte volumes da história do povo judeu desde a época de Adão (bem no começo!) até seus próprios dias, intitulada *História dos hebreus*.

Em seus vários escritos, Josefo menciona um grande número de judeus, especialmente se eles tinham alguma importância para a situação social, política e histórica da Palestina. Assim, ele fala sobre diversas pessoas chamadas Jesus e também alude brevemente a João Batista. Em duas ocasiões, ao menos na versão de sua obra que chegou até nós, ele se refere a Jesus de Nazaré.

De certa maneira, é mais fácil analisar essas duas referências na ordem inversa. A segunda delas é bem breve e aparece no Livro 20 de *História dos hebreus*. Trata-se de quando Josefo narra um incidente que ocorreu em 62 EC, antes da revolta dos judeus, quando o líder civil e religioso de Jerusalém, o sumo sacerdote Ananus, cometeu abuso de poder. O governador romano deixou passar a má conduta, e, na sua negligência, Ananus ordenou a execução ilegal de um homem chamado Tiago, que Josefo identifica como "irmão de Jesus, que é chamado de o Messias" (*História dos hebreus* 20.9.1). Nota-se que nesse texto, à diferença das referências pagãs que examinamos anteriormente, Jesus é chamado pelo nome. E são fornecidas duas informações sobre ele: ele tinha um irmão chamado Tiago, e algumas pessoas consideravam-no o Messias. Ambos os dados são amplamente mencionados nas fontes cristãs também, mas é interessante constatar que Josefo tinha ciência disso.

Como sempre, os miticistas argumentam que essa passagem não constava originalmente do texto de Josefo e que foi inserida posteriormente por escribas cristãos. Antes de lidar com essa alegação, quero examinar a segunda passagem, que é a que suscita maior controvérsia. É um trecho conhecido pelos estudiosos como *Testimonium Flavianum*, isto é, o testemunho de Flávio Josefo sobre a vida de Jesus.[40] O excerto configura a maior referência a Jesus que analisamos até o momento e é indiscutivelmente a mais importante. Nos melhores manuscritos de Josefo o texto diz:

> Nessa época surgiu Jesus, um homem sábio, se é que se pode chamá-lo de homem. Pois ele era um realizador de feitos surpreendentes, um mestre de pessoas que recebem a verdade com prazer. E ele conquistou seguidores entre vários judeus e entre várias pessoas de origem grega. Ele era o messias. E quando Pilatos, devido a acusações feitas por líderes entre nós, o condenou à cruz, aqueles que o amavam antes não cessaram de amá-lo. Pois ele apareceu diante deles no terceiro dia, ressuscitado, exatamente como os profetas divinos haviam falado dessas e de outras incontáveis maravilhas sobre ele. E até os dias de hoje a tribo dos cristãos, que leva seu nome, não desapareceu (*História dos hebreus* 18.3.3).

Os problemas dessa passagem são perceptíveis a qualquer um com um mínimo de conhecimento sobre Josefo. Sabemos bastante sobre ele, tanto por meio da autobiografia que ele escreveu quanto de outras autorreferências em seus escritos. Ele era sem dúvidas judeu e certamente nunca se converteu a um seguidor de Jesus. Essa passagem, no entanto, contém comentários que apenas um cristão faria: que Jesus era mais do que um homem, que ele era o Messias e que ele ressuscitou dos mortos de acordo com as profecias das escrituras. Para a maioria dos estudiosos, o judeu Josefo nunca teria ou

poderia ter escrito essas coisas. Assim, como esses comentários acabaram fazendo parte de seu texto?

É preciso lembrar que o próprio Josefo admitiu ter agido como vira-casaca na guerra com Roma. É assim que, historicamente, ele é lembrado pela maioria dos judeus. Entre seu próprio povo, ele não era um autor adorado, lido por geração após geração. Seus escritos, aliás, nem foram transmitidos por judeus durante a Idade Média, mas por cristãos. Isso sugere como podemos explicar as extraordinárias alegações cristãs sobre Jesus nessa passagem. Quando escribas cristãos copiaram o texto, acrescentaram aqui e ali algumas palavras para que o leitor entendesse que *esse* Jesus era aquele Messias sobre-humano erguido dos mortos, como previsto nas escrituras.

A grande questão é se um (ou mais de um) escriba cristão simplesmente acrescentou alguns detalhes específicos relacionados ao cristianismo ou se a passagem inteira foi produzida por um cristão e inserida em local apropriado da obra *História dos hebreus* de Josefo.

A maioria dos estudiosos do judaísmo primitivo e especialistas em Josefo acredita na primeira versão – a de que um ou mais escribas cristãos "retocaram" levemente a passagem. Sem os comentários declaradamente cristãos, é possível que a passagem fosse originalmente inócua, algo como:

> Nessa época surgiu Jesus, um homem sábio. Ele era um realizador de feitos surpreendentes, um mestre de pessoas que recebem a verdade com prazer. E ele conquistou seguidores entre vários judeus e entre várias pessoas de origem grega. Quando Pilatos, por acusações feitas por líderes entre nós, o condenou à cruz, aqueles que o amavam antes não cessaram de amá-lo. E até os dias de hoje a tribo dos cristãos, que leva seu nome, não desapareceu.[41]

Se essa é a versão original da passagem, Josefo tinha algumas informações históricas sólidas sobre a vida de Jesus: que ele era conhecido por sua sabedoria e seus ensinamentos, era considerado autor de feitos surpreendentes, tinha vários seguidores, foi condenado à crucificação por Pôncio Pilatos graças a acusações feitas contra ele por judeus e continuou tendo seguidores entre os cristãos após a sua morte.

Os miticistas argumentam, no entanto, que a passagem inteira foi criada por um autor cristão e inserida nos escritos de Josefo. Se for esse o caso, então é possível que a referência posterior a Tiago como "o irmão de Jesus, que é chamado de o Messias" também seja interpolada, para reforçar a ideia da inserção anterior. Um dos argumentos mais completos dessa posição é fornecido por Earl Doherty, tanto em sua obra original, *The Jesus Puzzle* [*O enigma de Jesus*], como na forma ampliada em seu livro mais recente, *Jesus: Neither God nor Man* [*Jesus: nem Deus nem homem*]. Em sua opinião, "há boas razões para supor que Josefo não escreveu nada sobre Jesus e provavelmente nem tinha

conhecimento de tal figura".[42] Doherty estabelece argumento atrás de argumento no sentido contrário à concepção de que Josefo fez qualquer referência a Jesus, muita vezes citando ideias de outros autores e às vezes fornecendo argumentos próprios. Analisarei aqui os pontos principais.

Primeiro, alguns autores (G. A. Wells, por exemplo) sustentam que, se suprimirmos o *Testimonium* inteiro da obra, o parágrafo anterior se encaixa bem ao posterior, com o texto fluindo naturalmente. Assim, essa passagem parece intrusiva.[43] Doherty observa com acerto, porém, que os escritores da antiguidade (que nunca usavam notas de rodapé) frequentemente se desviavam dos temas principais, e de fato é possível encontrar outras digressões em trechos próximos da passagem. O argumento da remoção e fluência, portanto, não é muito convincente.

Para Doherty, mais surpreendente é o fato de que nenhum autor cristão anterior ao padre e teólogo Eusébio (que escreveu no início do século IV) parece ter ciência dessa passagem. Nos séculos II e III houve vários escritores cristãos (Justino, Tertuliano, Orígenes, entre outros) determinados a defender tanto o cristianismo quanto o próprio Jesus das acusações de seus oponentes. E, no entanto, eles nunca mencionam essa passagem de Josefo a favor de Jesus. Isso é razoável? Os apologistas cristãos não teriam interesse em recorrer a uma testemunha neutra para sustentar suas afirmações sobre Jesus, contra a oposição pagã?

Esse argumento tampouco me parece forte. A versão editada de Josefo – que alguns consideram como a original, sem a adição dos comentários cristãos – contém muito pouco que pudesse ser usado pelos primeiros autores cristãos para defender Jesus e seus seguidores dos ataques de intelectuais pagãos. É um depoimento extremamente neutro. O fato de citar Jesus como sábio ou autor de feitos surpreendentes não teria dado muita munição para os apologistas cristãos. Não temos como saber se eles conheciam essa passagem de Josefo, mas, se conheciam, não acho que a considerariam tão importante a ponto de usá-la para defender Jesus de acusações pagãs. Em geral, essas acusações diziam que ele era o filho bastardo de uma mulher judia seduzida por um soldado romano, que era um carpinteiro inexperiente, que se descontrolava facilmente e que sofreu uma morte vergonhosa na cruz.[44] Nada do possível depoimento original de Josefo parece relevante para qualquer uma dessas acusações.

Doherty alega ainda que a passagem não parece ser autenticamente de Josefo, em parte porque, "em relação a todos os outros supostos messias ou líderes populares contrários aos romanos ou por eles executados, ele não faz nada além de censurá-los".[45] Isso ocorre com todos os pretendentes a messias da época de Josefo: ele era totalmente contrário a qualquer um que instigasse uma revolta contra Roma (lembre-se: ele estava escrevendo como convidado privilegiado da corte do imperador romano). Mas cabe enfatizar que na possível forma original do *Testimonium* não há uma única palavra sobre

Jesus ser uma figura messiânica ou mesmo um líder político. Ele é simplesmente um professor com seguidores, incriminado (especificamente) por líderes judeus por motivos desconhecidos e depois executado. Além disso, lendo-se a passagem sem as lentes cor-de-rosa da tradição cristã, seu ponto de vista a respeito de Jesus pode ser basicamente interpretado como negativo. O fato de ser atacado por líderes do povo judeu sem dúvida provaria que ele não era um judeu íntegro. E ter sido condenado à crucificação, a pior execução imaginável para o público romano, fala por si. Embora Jesus pudesse ser um bom professor, ele era uma ameaça para o estado ou, no mínimo, era um transtorno, e, portanto, o estado lidou com ele de uma maneira apropriada e severa, condenando-o à morte.

Doherty também contesta a ideia de que Josefo chamaria Jesus de "sábio", de alguém que aparentemente ensinava a "verdade". Se Josefo conhecia os ensinamento de Jesus – com os quais ele certamente teria discordado frontalmente –, ele nunca poderia ter dito tais coisas. Essa alegação pode ser facilmente refutada com dois argumentos. Por um lado, não há motivo para achar que Josefo conhecesse os ensinamentos de Jesus, e, por outro, muito do que Jesus ensinava era na verdade igual ao que outros mestres famosos do judaísmo ensinavam: por exemplo, amar a Deus acima de todas as coisas, amar o próximo como a si mesmo, fazer o bem aos outros, alimentar os famintos e ajudar os pobres e oprimidos, além de várias outras coisas que, ao longo da história, sempre pareceram sábias e corretas às pessoas, fossem elas cristãs ou não.

Doherty apresenta outras proposições, mas, para ser franco, a maioria é mais ineficaz ainda e não merece atenção especial aqui. Na edição revisada de seu livro, porém, ele discute extensamente as ideias de Ken Olson, um doutorando da Universidade Duke que argumenta que a linguagem do *Testimonium* não parece estilisticamente consistente em comparação à linguagem usada por Josefo em suas outras obras. Olson já foi meu aluno (fez alguns de meus cursos de pós-graduação na Universidade da Carolina do Norte) e é um rapaz bastante inteligente. Só para constar, ele não é miticista. Sua tese de doutorado examina o *Testimonium*, e vários de seus argumentos principais estão resumidos em um artigo que ele publicou na revista acadêmica *Catholic Biblical Quarterly* [*Trimestrário Bíblico Católico*] em 1999.[46] Nesse artigo, Olson sustenta que o primeiro autor a mencionar o *Testimonium*, o padre e teólogo cristão Eusébio (que escreveu antes da produção de qualquer um dos manuscritos de Josefo subsistentes até hoje), foi na verdade quem o forjou e, portanto, foi o responsável pela inserção de trechos em Josefo. Esse argumento está fundamentado em um análise cuidadosa de palavras e frases usadas no *Testimonium*. Olson destrincha o vocabulário e o fraseado caso a caso, mostrando que a passagem tem vários paralelos com os escritos de Eusébio, mas não com os de Josefo. Em outras palavras, a linguagem e o estilo da passagem sugerem que ela foi escrita por Eusébio.

A tese de Olson proposta no artigo é intrigante, mas, por mais que o autor tenha me impressionado, a verdade é que sua tese não se sustentou diante das análises críticas. As respostas de estudiosos de Josefo e do cristianismo primitivo como J. Carleton Paget e Alice Whealey são extremamente convincentes.[47] Com efeito, há muito pouco no *Testimonium* que se pareça mais com Eusébio do que Josefo, e grande parte da passagem realmente parece ter sido escrita por Josefo. É mais provável que, em sua essência, a passagem tenha sido mesmo escrita por Josefo em pessoa.[48]

Há mais uma razão para pensar assim: se um escriba (ou Eusébio, ou qualquer outra pessoa) quisesse inserir um testemunho contundente sobre as virtudes de Jesus nos escritos de Josefo (fazendo do *Testimonium* uma interpolação posterior), certamente o teria feito de uma maneira bem mais vistosa e óbvia. Aqueles que escreveram relatos apócrifos sobre Jesus floreiam tanto nos fatos (recontando vários dos milagres de Jesus, por exemplo) quanto na maneira de dizê-los (enfatizando sua natureza divina, não simplesmente declarando que era o Messias). O *Testimonium* é tão discreto, com apenas algumas frases relativamente simples aqui e ali, que não soa como um relato apócrifo cristão sobre Jesus escrito especialmente para a ocasião. Assemelha-se bem mais ao que geralmente ocorre no percurso dos manuscritos da antiguidade: um trabalho de retoque que qualquer escriba seria capaz de fazer.

Enfim, a maioria dos estudiosos segue convicta de que Josefo de fato escreveu sobre Jesus, provavelmente algo parecido com a versão editada que citei anteriormente.

Mas essa não é a discussão principal que desejo levantar sobre o *Testimonium*. A questão fundamental é que, seja o *Testimonium* um texto autêntico de Josefo (na versão editada) ou não, isso provavelmente não tem importância nenhuma para a pergunta que estou tentando responder no fim das contas. A existência ou não de Jesus tem de ser decidida com base em outros tipos de evidência. E eis por quê. Digamos que Josefo realmente escreveu o *Testimonium*. Isso significaria que em 93 EC – cerca de sessenta anos após a data tradicional da morte de Jesus – um historiador judeu da Palestina tinha certas informações sobre ele. Josefo teria obtido essas informações ouvindo os relatos sobre Jesus que estavam em circulação. Nada sugere que Josefo tivesse de fato lido os Evangelhos (é quase certo que não) ou feito qualquer tipo de pesquisa preliminar sobre a vida dele em qualquer tipo de registro romano (não havia nenhum). Porém, sabemos de várias outras formas que rumores sobre Jesus já se espalhavam pela Palestina ao final do século I e até bem antes disso. Assim, mesmo que o *Testimonium*, em sua versão editada, tenha sido escrito por Josefo, ele não nos dá mais evidência do que as que já temos sobre a questão da existência ou não de Jesus.

Se, por outro lado, considerarmos verdadeira a hipótese de que o *Testimonium* possa não ter sido escrito por Josefo, não é grande a diferença no sentido de nos ajudar a decidir se Jesus existiu ou não. Certamente não há motivo para pensar que Josefo

deveria mencionar Jesus, caso ele realmente tenha existido. O autor não menciona a maioria dos judeus do século I. Estimativas recentes sugerem que havia possivelmente um milhão de judeus vivendo na Palestina no início do século I. (Somando as diferentes pessoas vivendo em um ano qualquer e levando em conta as pessoas que nascem e morrem, o total de judeus vivendo ao longo do período é obviamente bem mais alto.)[49] Josefo não fala sobre 99% deles – ou melhor, mais de 99%. Então por que mencionaria Jesus? Não se pode dizer que ele se referiria a Jesus apenas porque qualquer um que realizasse todos aqueles atos milagrosos certamente seria mencionado. Conforme enfatizei anteriormente, só podemos analisar o que Jesus *fez* depois de estabelecer que ele viveu, e não antes. Assim, apesar dos embates longos e duros entre miticistas e seus oponentes em torno do *Testimonium* de Josefo, o fato é que esse texto tem pouca relevância para a questão da existência de Jesus.

FONTES RABÍNICAS

Para completar minha lista de referências antigas a Jesus, preciso dizer algumas palavras sobre o Talmude judaico. Não que ele seja relevante, mas, quando se fala em referências históricas a Jesus, muitos *supõem* que seja relevante.[50] O Talmude é uma coleção de materiais do judaísmo primitivo independentes entre si: são disputas jurídicas, relatos, folclore, costumes e ditados. A maior parte desse material tem relação direta com os ensinamentos e a história dos primeiros rabinos, isto é, professores judeus. A coleção foi reunida bem depois da época em que Jesus teria vivido.

O cerne do Talmude é o Mishnah, uma coleção de ensinamentos rabínicos sobre a lei judaica, baseados em tradições orais que circulavam há muito tempo e foram escritas no início do século III, cerca de duzentos anos depois da suposta morte de Jesus. A maior parte do Talmude, porém, consiste em uma série chamada Gemara, composta de comentários tardios feitos por rabinos sobre o Mishnah. Há dois conjuntos desses comentários: um produzido no século IV por estudiosos judeus que viviam na Palestina e outro produzido no século V por estudiosos da Babilônia. Considera-se que este último tem maior autoridade.

Por muito tempo os estudiosos valeram-se do Talmude como se ele tivesse informações históricas exatas sobre a vida, as leis e os costumes dos judeus de um período bem anterior, a partir do século I. Poucos críticos mantêm essa postura atualmente. De uma forma ou de outra, o material não deixa de ser um produto de seu próprio tempo, embora baseado em relatos orais anteriores.

Jesus não é mencionado na seção mais antiga do Talmude, o Mishnah, mas aparece nos comentários posteriores do Gemara. Um dos problemas com essas referências bem tardias é que Jesus não é chamado pelo nome, embora seja razoavelmente evidente que

é a ele que remetem. Há certas passagens, por exemplo, que se referem a uma pessoa chamada "Ben [filho de] Panthera". Panthera era o nome tradicionalmente dado ao soldado romano que, supunha-se, teria seduzido Maria, chamada de cabeleireira nessas passagens. Seu filho, portanto, teria nascido fora do casamento. Já há muito tempo os estudiosos reconhecem que essa versão parece um ataque sutil à tradição cristã do nascimento de Jesus como "filho de uma virgem". Em grego, a palavra para virgem é *parthenos*, cuja grafia se aproxima de Panthera.

Outras menções feitas pelo Talmude trazem Jesus como um feiticeiro que adquiriu seus poderes de magia negra no Egito. Comparem-se aos relatos dos Evangelhos sobre como Jesus fugiu para o Egito com sua família logo após seu nascimento e sobre suas habilidades de realizar milagres demonstradas ao longo da vida. O Talmude diz que ele reuniu cinco discípulos e foi enforcado na véspera da Páscoa, após um arauto anunciar durante quarenta dias as acusações de feitiçaria contra ele. É possível que estejamos novamente diante de uma interpretação tendenciosa dos relatos dos Evangelhos, nos quais Jesus é morto durante a Páscoa, mas em um processo precipitado, com um julgamento extremamente rápido, que resultou em execução aproximadamente doze horas depois da prisão.

Essas referências do Talmude a Jesus se originaram centenas de anos depois da época em que ele teria vivido, portanto são de pouca valia para nossa investigação. Quando foram escritas, o cristianismo era uma força considerável no Império Romano, e todo cristão que contava histórias sobre Jesus naturalmente presumia que ele tivesse existido como uma pessoa real. Assim, se queremos evidências para sustentar a tese de que ele realmente existiu algum dia, temos de buscá-las em outras fontes.

CAPÍTULO 3

OS EVANGELHOS COMO FONTES HISTÓRICAS

No início do capítulo anterior mencionei uma crítica surpreendente que recebi ao longo dos anos e, agora, cito mais uma. Ocasionalmente, em resenha ou e-mail, meus leitores apresentam listas curtas, mas duras, de reclamações sobre algum livro que escrevi. Dois dos itens dessas listas são: (a) que eu ataco a Bíblia desnecessariamente (refutei essa reclamação no capítulo 2) e (b) que não digo nada de novo, apenas repito o que os estudiosos já sabem há muito tempo. Eu estranho essa crítica dupla por vários motivos, mas particularmente porque me parece haver uma contradição entre (a) e (b). Como posso atacar alguma coisa se estou simplesmente dizendo o que os estudiosos já sabem há muito tempo? Não vejo como conciliar esses dois juízos.

Ao mesmo tempo, entendo como se dá essa desaprovação. Cristãos evangélicos extremamente conservadores e fundamentalistas não concordam com o que muitos estudiosos vêm dizendo há algum tempo sobre a Bíblia, e o que os críticos condenam é a minha decisão de revelar publicamente essa informação. É o direito deles. No entanto, em minha opinião o público também tem o direito de saber o que os estudiosos descobriram após inúmeras horas, dias, meses e anos de discussão sobre temas espinhosos. Rejeitar tudo que eu digo como "nada de novo" é simplesmente um ataque pessoal. Meus livros populares (ao contrário de meus livros acadêmicos, que foram escritos para a meia dúzia de pessoas no mundo que se interessaria) são destinados a leigos e têm como objetivo levar a um público maior, em linguagem acessível, as conclusões verdadeiramente importantes e interessantes dos estudiosos. Como alguém pode ser contra a ampliação do conhecimento das pessoas?

A mesma reclamação pode muito bem ser feita em relação a este capítulo. Nele eu não contribuo para o progresso do conhecimento acadêmico nem apresento nenhuma teoria nova. O que discuto aqui é de conhecimento comum entre estudiosos da área. Na verdade, a maior parte do que vou dizer consiste de informação padrão com a qual, em

larga medida, até mesmo meus críticos conservadores irão concordar, para sua grata surpresa ou desespero. O capítulo trata da importância das fontes evangélicas para a questão da existência ou não de Jesus. Meu argumento é que, quando se adquire uma compreensão mais profunda da natureza e origem dos Evangelhos, eles fornecem evidências bastante fortes de que realmente houve um Jesus histórico que viveu na Palestina romana e foi crucificado sob as ordens de Pôncio Pilatos. Veremos nos capítulos seguintes que esse não é o único tipo de evidência que encontramos para a existência de Jesus. Muito pelo contrário: há outros dados convincentes a serem considerados. Mas os Evangelhos são um ponto de partida óbvio.

Comentário preliminar sobre os Evangelhos como fontes históricas

Conforme tentarei demonstrar em seguida, os Evangelhos, suas fontes e as tradições orais que estão por trás deles fornecem um conjunto de razões convincentes para a tese de que Jesus realmente existiu. Não é o caso de simplesmente aceitar tudo que se encontra nos Evangelhos como historicamente autêntico. Longe disso. Os Evangelhos estão repletos de material não histórico, relatos de eventos que nunca poderiam ter acontecido. Isso fica evidente, por exemplo, nas muitas discrepâncias encontradas em questões significativas e em episódios menos importantes. Se há dois relatos contraditórios do mesmo evento, é impossível que ambos sejam verídicos. E uma leitura atenta dos Evangelhos em seus mínimos detalhes revela contradições assim por toda a parte. Esses pequenos detalhes acabam levando a questões maiores, que muitas vezes também se contradizem.

Assim mesmo, os Evangelhos contêm informações históricas. Esse material precisa ser resgatado por meio de uma análise criteriosa e crítica. Antes disso, porém, devo fazer um comentário preliminar sobre os Evangelhos como fontes históricas. Os Evangelhos do Novo Testamento são ocasionalmente separados de todas as outras evidências históricas e tratados de maneira especial porque fazem parte da Bíblia, a coleção de livros que os cristãos reuniram e consideram escrituras sagradas. Os Evangelhos são assim tratados por dois grupos de leitores fundamentalmente opostos, e minha avaliação é que ambos estão completamente errados. Seja qual for o uso que se faça dos Evangelhos – por exemplo, em comunidades de fé –, eles podem e devem ser considerados fontes históricas de informação.

De um lado, estão cristãos fundamentalistas e evangélicos conservadores que frequentemente tratam os Evangelhos como uma literatura à parte de tudo que já foi produzido porque, em sua opinião teológica, esses livros foram inspirados por Deus.

Dessa forma, literatura inspirada não deveria se sujeitar ao tipo de investigação histórica e crítica a que outros tipos de literatura são submetidos.

Considero errado esse tipo de tratamento não apenas porque sou agnóstico e não acredito que a Bíblia seja a palavra inspirada por Deus. Eu já considerava equivocada essa visão mesmo quando eu era um cristão convicto e comprometido. É errada porque, seja qual for sua opinião sobre os livros da Bíblia – se você acredita neles ou não, se os considera inspirados ou não –, não deixam de ser *livros*. Isto é, foram escritos por pessoas comuns em circunstâncias e contextos históricos, à luz precisa dessas circunstâncias e contextos. Não há uma maneira divina de se interpretar literatura divina, mesmo que tal literatura exista. Continua sendo literatura e deve ser interpretada da mesma maneira que a literatura. Não existe uma hermenêutica especial descida dos céus para orientar a leitura desses livros de maneira diferente dos outros. Seus autores eram humanos (fossem inspirados ou não), escreveram em idiomas humanos e em contextos humanos, seus livros são reconhecíveis como livros humanos, escritos de acordo com as convenções retóricas de seu período histórico. São humanos e históricos, seja qual for a opinião que se tenha deles, e tratá-los de maneira diferente significa interpretá-los mal.

No lado oposto, há outro grupo insistindo que os livros da Bíblia devem ser tratados de maneira especial. São alguns agnósticos e ateus que alegam que os Evangelhos, como parte das escrituras sagradas cristãs, têm menos valor como fonte histórica de informação do que outros livros. Por mais estranho que pareça, os descrentes que defendem esse ponto de vista estão cerrando fileiras com os fundamentalistas que alegam o mesmo, na prática. Ambos os grupos tratam os Evangelhos como textos não históricos por razões diferentes: os fundamentalistas porque acreditam que os Evangelhos são inspirados, e os ateus (aqueles que defendem essa postura) porque o fato de os Evangelhos serem aceitos por algumas pessoas como escrituras sagradas torna-os, portanto, não históricos.

A (eventual) opinião ateísta da Bíblia como texto não histórico é tão equivocada quanto a (típica) opinião fundamentalista. A verdade é que os autores dos livros que vieram a constituir a Bíblia não sabiam que estavam produzindo livros que seriam mais tarde considerados escrituras e provavelmente não tinham intenção nenhuma de produzi-las. Os autores dos Evangelhos – cristãos anônimos falantes de língua grega que viveram de 35 a 65 anos após a data tradicional da morte de Jesus – estavam simplesmente redigindo episódios que tinham ouvido sobre a vida de Jesus. Alguns desses episódios podem ser historicamente exatos, outros talvez não. Mais uma vez, a questão é que os autores não escreveram pensando que estavam produzindo escrituras sagradas para a tradição cristã. Estavam meramente escrevendo livros sobre Jesus.

Esses autores não tiveram nada a ver com os acontecimentos futuros que fizeram com que seus livros fossem considerados inspirados, colocados em um cânone e chamados de Novo Testamento. Os autores eram pessoas reais, de carne e osso, históricas; haviam ouvido relatos sobre Jesus, provavelmente lido versões anteriores de sua vida, e decidiram escrever suas próprias versões. O próprio "Lucas" (seja lá quem realmente foi e qual nome tinha) diz isso no início do terceiro Evangelho:

> Muitas pessoas já tentaram escrever a história dos acontecimentos que se passaram entre nós. Elas começaram do que nos foi transmitido por aqueles que, desde o princípio, foram testemunhas oculares e ministros da palavra. Assim sendo, após fazer um estudo cuidadoso de tudo o que aconteceu desde o princípio, também eu decidi escrever para você uma narração bem ordenada [...] (1:1-3).

Devo enfatizar que não estou dizendo que Lucas e os outros autores dos Evangelhos estivessem tentando apresentar relatos desinteressados da vida de Jesus. Esses autores jamais seriam desinteressados, e esses interesses devem ser sempre considerados pelos críticos que examinam o que eles têm a dizer. Ao mesmo tempo, porém, eles eram pessoas históricas relatando o que tinham ouvido, usando formas de retórica e de apresentação historicamente contextualizados. O fato de seus livros terem se transformado posteriormente em documentos de fé não tem relação nenhuma com a validade deles como fontes históricas. Retirar os Evangelhos do registro histórico não é nem justo nem academicamente aceitável.

Alguns miticistas, no entanto, fazem exatamente isso. Apenas para dar um exemplo, o Evangelho de Lucas indica que a cidade natal de Jesus era Nazaré, e veremos adiante que muitos miticistas negam que Nazaré existisse na época de Jesus. Eles se recusam a aceitar a informação de Lucas e dos outros Evangelhos porque não os consideram fontes historicamente confiáveis, já que fazem parte da Bíblia. Mas a verdade é que Lucas herdou tradições orais sobre o vínculo de Jesus com Nazaré e registrou o que ouviu. Essa informação pode estar certa ou errada, mas o fato de cristãos posteriores terem incluído seu livro no cânone do Novo Testamento muito tempo depois de sua morte não tem nada a ver com a questão. Os escritos de Lucas sobre Jesus têm a mesma validade dos escritos de qualquer outro biógrafo da antiguidade (Suetônio, por exemplo, ou Plutarco) – ou, em uma comparação talvez mais adequada, de qualquer outro biógrafo de uma figura religiosa, como Filóstrato e seu relato de Apolônio de Tiana.

Uma analogia possível se faz com o estudo da Revolução Americana. Não desconsideramos os primeiros relatos sobre a revolução simplesmente porque foram escritos por norte-americanos. Nós levamos em consideração seus interesses e às vezes desconfiamos profundamente de suas descrições dos eventos, mas não nos recusamos a usá-los como fontes históricas. Relatos contemporâneos sobre George Washington, até

mesmo de seus seguidores mais devotos, ainda têm validade como fontes históricas. Não usá-los como fontes significa sacrificar nossas conexões mais importantes com o passado e por motivos puramente ideológicos, não históricos.

Isso também vale para os Evangelhos. Independentemente de sua suposta condição de escrituras inspiradas, eles podem ser vistos e usados como fontes históricas significativas. À luz desse comentário importante, o que podemos dizer sobre os Evangelhos e seus testemunhos da vida do Jesus histórico?

Os Evangelhos e suas fontes escritas

Uma vez aceita a ideia de que os Evangelhos podem e devem ser tratados como fontes históricas, assim como qualquer outra fonte histórica que carrega a parcialidade de seu autor, começa a ficar claro por que há um consenso, praticamente universal entre os historiadores, de que Jesus de Nazaré viveu na Palestina no século I e foi crucificado pelo prefeito da Judeia, independentemente de outras opiniões a seu respeito. Não é porque "assim dizem os Evangelhos" e, portanto, deve ser verdade (a explicação dos fundamentalistas, claro). É por diversos outros motivos familiares aos estudiosos da área. Esta seção inicial não soará convincente para quem afirma o oposto, por motivos que explorarei, mas precisamos começar em algum ponto, e o melhor é analisarmos os testemunhos subsistentes que temos à disposição.

Já vimos que os historiadores, na tentativa de estabelecer que um evento passado ocorreu ou que uma pessoa viveu, procuram por várias fontes que corroborem os relatos umas das outras, sem que haja colaboração entre elas. E é essa a situação que temos com os Evangelhos e seus testemunhos sobre Jesus. O Evangelho mais antigo sobre a vida de Jesus é provavelmente o de Marcos, escrito por volta de 70 EC, datação geralmente aceita tanto pelos estudiosos conservadores do Novo Testamento como pelos liberais (alguns conservadores consideram-no anterior a isso; pouquíssimos liberais calculam que seja posterior). Ainda vamos examinar as fontes de Marcos; por ora estamos interessados no simples fato de que, cerca de quarenta anos após a (suposta) vida de Jesus, temos uma narrativa relativamente completa sobre o que ele disse e fez e também sobre sua morte por crucificação. (Até que ponto podemos considerá-la historicamente confiável é outra questão, que será analisada em uma próxima etapa.)

Há um consenso quase universal entre os estudiosos do Novo Testamento de que tanto Mateus como Lucas tiveram acesso ao Evangelho de Marcos e usaram-no como base para muitas de suas histórias sobre Jesus. Isso é praticamente certo, por razões que não nos interessam aqui, mas que estão disponíveis em uma grande variedade de publicações sobre o Novo Testamento.[51] Alguns miticistas – voltaremos a isso no capítulo 7 – distorceram essa conclusão crítica para argumentar que todos os Evangelhos

(mesmo o de João, que é pouco similar ao de Marcos) são basicamente estabelecidos sobre Marcos e que, portanto, existe uma única fonte, e não várias, sobre a vida de Jesus. Nada podia estar mais longe da verdade. Mateus e Lucas de fato usaram o Evangelho de Marcos, mas também há trechos significativos em ambos os Evangelhos sem relação alguma com Marcos. E, nessas passagens, Mateus e Lucas registraram tradições detalhadas e independentes sobre a vida, os ensinamentos e a morte de Jesus. Assim, embora não forneçam corroboração sem colaboração no conteúdo comum aos Evangelhos, isso ocorre em relação ao material original de cada um. Esses textos provavelmente foram escritos de dez a quinze anos depois do Evangelho de Marcos, de modo que por volta do ano 80 ou 85 temos pelo menos três relatos autônomos da vida de Jesus (já que vários dos relatos de Mateus e de Lucas são independentes em relação a Marcos), todos escritos no período de pouco mais de uma geração depois da época em que Jesus teria vivido, supondo que ele tenha existido.

Mas isso não é tudo. Há ainda outros Evangelhos independentes. O Evangelho de João é ocasionalmente descrito como o "Evangelho dissidente" porque é bem diferente dos relatos sinóticos de Mateus, Marcos e Lucas.[52] Antes da narrativa que conduz à morte de Jesus, a maioria das histórias de João só é encontrada no seu Evangelho, ao mesmo tempo que não é incluída a maioria dos episódios comuns aos três outros Evangelhos. Quando há histórias em João que também constam de outros Evangelhos, ele as conta de maneira tão diferente que não parece ter recebido seus relatos de nenhum dos outros.[53] Isso é ainda mais inevitável de concluir, claro, ao pensarmos nas histórias de João que não coincidem com as histórias dos sinóticos, caso da maioria das passagens. Vale também para o relato de João da morte de Jesus. João é geralmente considerado o último dos Evangelhos canônicos na ordem em que foram escritos, datado de por volta de 90 a 95 EC. Assim, ainda no século I temos quatro narrativas independentes da vida e morte de Jesus (Mateus e Lucas são independentes em várias de suas histórias corroborativas; João é possivelmente independente em todas, certamente na maioria).

A composição de Evangelhos, no entanto, continuou depois de João, e alguns desses relatos posteriores também são independentes. Desde a descoberta em 1945 do famoso Evangelho de Tomé, uma coleção de 114 ditos de Jesus, os estudiosos vêm discutindo sua data.[54] Embora haja quem o situe no século I, possivelmente antes de todos os Evangelhos canônicos, a opinião mais aceita é a de que, na versão que chegou aos nossos dias, o Evangelho de Tomé seja do início do século II, talvez de 110-120 EC. Além disso, enquanto há estudiosos que acham que Tomé baseou alguns de seus ditos em Mateus, Marcos e Lucas – há coincidências em cerca de metade deles –, a maioria considera o Evangelho de Tomé independente, com informação obtida de outras fontes. Seja como for, boa parte do Evangelho de Tomé, se não todo, não é derivada dos textos

canônicos. Assim, ele seria um quinto testemunho independente da vida e dos ensinamentos de Jesus.

O mesmo quadro pode ser observado com o Evangelho de Pedro, descoberto em 1886. Trata-se de um relato fragmentado do julgamento, morte e ressurreição de Jesus.[55] Novamente, embora haja alguma semelhança entre trechos do relato e os Evangelhos canônicos, a opinião geral é que Pedro preserva uma narrativa independente, derivada de outras fontes não canônicas. Há bons debates entre estudiosos em relação à quantidade de material sobre a vida de Jesus originalmente incluída nessa narrativa. O fragmento subsistente começa no meio de uma frase durante a cena em que Pilatos lava as mãos quanto ao sangue de Jesus (uma cena também encontrada no Evangelho de Mateus; mas em Pedro ela é narrada de maneira diferente e provavelmente vem de uma fonte diferente). Alguns estudiosos defendem que o Evangelho narrava apenas a paixão de Jesus, mas outros, de maneira um tanto mais convincente, sustentam que era um Evangelho completo, incluindo também uma narrativa do ministério de Jesus.[56] Seja como for, já que essas passagens são parcial ou totalmente diferentes dos outros Evangelhos – assim como provavelmente era a versão completa, embora isso não afete meu argumento –, esse seria um sexto relato independente da vida e morte de Jesus.

Outro relato independente é um texto bastante fragmentado chamado Papiro Egerton 2.[57] Também nesse caso é difícil saber a dimensão do Evangelho completo original que integra esses trechos remanescentes. Sobreviveram quatro episódios da vida de Jesus, um deles sem paralelo nos Evangelhos do Novo Testamento ou em nenhum outro Evangelho conhecido.[58] Assim, esse material é um sétimo relato independente, provavelmente em relação a todas as quatro histórias narradas ou, pelo menos, quanto à história não encontrada em outros Evangelhos.

Evidentemente há vários outros Evangelhos, cerca de quarenta, escritos até a Idade Média e não encontrados no Novo Testamento. Incluem narrativas de Jesus quando recém-nascido e criança, nas quais ele usa seus poderes milagrosos para fazer arte e para o bem, narrativas de seu ministério, narrativas de sua morte e ressurreição. Quase todos esses relatos são altamente fabulosos e, com o passar do tempo, perderam progressivamente seu valor como fontes históricas e independentes. Se, como fizemos anteriormente, nos restringirmos a cem anos após a data tradicional da morte de Jesus, ainda temos pelo menos sete relatos independentes, alguns bastante extensos. (É importante recordar: mesmo que algumas dessas fontes tenham se baseado em outras em determinadas passagens – por exemplo, Mateus e Lucas em relação a Marcos –, elas são completamente originais em outros trechos e, portanto, são testemunhos independentes.) Assim, é um erro argumentar que Marcos é nossa única testemunha independente de Jesus como pessoa histórica. Outros seis relatos também são independentes, completa ou parcialmente. Para um historiador, representam um

material de trabalho muito rico, algo incomum para relatos de qualquer outra figura do mundo antigo, seja quem for.

E isso não esgota a questão. Pode parecer fácil desconsiderar esses sete relatos argumentando que são temporalmente distantes da época dos eventos que narram (o mais antigo surgiu depois de um intervalo de quatro décadas) e que são altamente tendenciosos em relação ao seu tema. Refletiremos sobre a parcialidade em breve. Por enquanto, é importante começar a analisar de onde esses relatos independentes tiraram sua informação sobre Jesus.

FONTES ESCRITAS DOS TESTEMUNHOS SUBSISTENTES

Os miticistas que buscam depreciar o valor dos Evangelhos como fontes para a determinação da existência histórica de Jesus muitas vezes não entendem que os relatos subsistentes, escritos cerca de quarenta anos ou mais após a data tradicional da morte de Jesus, foram baseados em fontes escritas anteriores, que não mais existem. Entretanto, é óbvio que elas existiram no passado e eram anteriores aos Evangelhos que temos hoje. Cabe repetir as palavras iniciais do Evangelho de Lucas:

> Muitas pessoas já tentaram escrever a história dos acontecimentos que se passaram entre nós. Elas começaram do que nos foi transmitido por aqueles que, desde o princípio, foram testemunhas oculares e ministros da palavra. Assim sendo, após fazer um estudo cuidadoso de tudo o que aconteceu desde o princípio, também eu decidi escrever para você uma narração bem ordenada [...] (1:1-3).

Conforme veremos adiante, é preciso analisar cautelosamente tudo o que os Evangelhos dizem, com um olhar crítico. Mas não há motivo para suspeitar que Lucas esteja mentindo. Ele conhecia "muitos" autores anteriores que haviam compilado narrativas sobre o tema que ele próprio estava prestes a desenvolver, a vida de Jesus. E desde meados do século XIX há um amplo consenso entre os estudiosos sobre a natureza dessas fontes anteriores e sobre como chamá-las. Mais uma vez, não estou dizendo que todos os estudiosos concordam nos mínimos detalhes. Pelo contrário, há debates vigorosos sobre assuntos específicos. Porém, em linhas gerais, como interessa aos meus objetivos aqui, há um consenso considerável baseado em investigações aprofundadas das questões relevantes, realizadas por estudiosos que têm dedicado a vida ao estudo desse tema.

Praticamente todos concordam que um dos antecessores de Lucas é o Evangelho de Marcos. Esse dado por si mesmo é interessante, já que Lucas, ao comentar sobre os "muitos" que "tentaram escrever a história dos acontecimentos" antes dele, parece sugerir que ele não considerava esses primeiros esforços bem-sucedidos, que eles na

verdade precisavam de alguma correção. É por isso que ele próprio (ao contrário deles?) desejava fornecer "uma narração bem ordenada". Se for isso o que Lucas sugere, podemos inferir que ele não tinha uma opinião muito positiva do Evangelho de Marcos ou, pelos menos, considerava-o inadequado aos seus objetivos. Produziu então sua própria narrativa. Ainda assim, ele certamente gostava bastante do Evangelho de Marcos, pois copiou várias das histórias dele em seu próprio Evangelho, às vezes literalmente. Só não podemos esquecer ele tinha outras fontes também.

Já mencionei uma delas, a narrativa evangélica que não mais existe e que os estudiosos chamam de *Q*.[59] O motivo pelo qual se pensa que essa fonte é anterior aos Evangelhos sinóticos e que foi usada por seus autores tem a ver com a relação literária entre Mateus, Marcos e Lucas. Há obviamente algum tipo de relação, já que todos contam as mesmas histórias, muitas vezes na mesma sequência e frequentemente com as mesmas palavras. Alguém está copiando. Embora Mateus e Lucas usem Marcos como uma de suas fontes, eles compartilham entre si várias passagens que não são encontradas em Marcos, como o Pai Nosso e as Beatitudes. Esses dois Evangelhos evidentemente não obtiveram essas passagens de Marcos, já que ele não as incluiu. E há razões sólidas para achar que um deles não tirou esse material do outro. Assim, a melhor solução para a questão da origem dessas passagens é que são derivadas de alguma outra fonte compartilhada.[60] Os estudiosos alemães responsáveis pela elaboração mais completa dessa teoria chamaram essa outra fonte de "*Quelle* dos ensinamentos", fonte dos ensinamentos. A palavra *Quelle* é abreviada na linguagem comum como Q. Q, então, é o material que Mateus e Lucas têm em comum e que não é encontrado em Marcos. Foi derivado de um Evangelho que não subsistiu.

Q parece ter sido basicamente composto de ditos de Jesus, à maneira do posterior Evangelho de Tomás. Na opinião da maioria dos estudiosos, Q não incluía um relato da morte e ressurreição de Jesus, já que Mateus e Lucas não compartilham nenhuma das histórias da Paixão que também não seja encontrada em Marcos. Em minha opinião é muito difícil saber se Q tinha ou não uma narrativa da Paixão. É possível, por exemplo, que Mateus tenha copiado algumas das histórias da Paixão de Q que Lucas tenha preterido. Se for esse o caso, não podemos saber se as histórias encontradas apenas em Mateus – incluindo algumas passagens da narrativa da Paixão – eram na verdade histórias de Q, que Lucas simplesmente decidiu não reproduzir por razões particulares.

Independentemente de conter ou não um relato da morte e ressurreição de Jesus, Q não deve ser posterior a Marcos, e vários estudiosos consideram-no anterior, talvez da década de 50.

Lucas usou outras fontes também, como ele insinua. Ele não diz quantas, porém muitas de suas histórias estão presentes apenas no seu Evangelho, como as parábolas do filho pródigo e do bom samaritano. Lucas deve tê-las obtido de outra fonte: há muito

os estudiosos oferecem boas razões para achar que não foram simplesmente inventadas por Lucas. Chamam essa outra fonte perdida de L, a fonte especial de Lucas. L pode ter sido um documento, pode ter sido um grande número de documentos ou pode ter incluído tanto documentos escritos como tradições orais sobre Jesus (falarei de tradições orais em breve).

O Evangelho de Mateus também é baseado em fontes escritas. Como já mencionado, ele usou Marcos, ainda mais do que Lucas, e Q. Mas ele também acrescentou várias histórias só encontradas em seu Evangelho: a visita dos reis magos para adorar o menino Jesus, por exemplo, e a parábola das ovelhas e cabritos no juízo final. Elas devem ter vindo, portanto, da fonte (ou das fontes) especial de Mateus, que os estudiosos analogamente rotularam de M. Assim como L, M pode ter sido um único documento escrito, vários documentos ou uma combinação de tradições orais e fontes escritas.

Assim, quando analisamos os Evangelhos sinóticos de Mateus, Marcos e Lucas, não estamos falando apenas de três livros escritos nas últimas décadas do século I. Estamos falando de no mínimo quatro fontes: Marcos, Q, M e L, sendo que as duas últimas podem facilmente se configurar como algumas ou várias outras fontes escritas.

Muitos dos principais estudiosos do Evangelho de Marcos acham que também ele foi compilado não só a partir de tradições orais que ainda circulavam na época do autor, mas de várias fontes escritas. Uma tese frequente é a de que Marcos usou uma narrativa da Paixão que fora escrita anos antes, com os episódios da prisão, do julgamento, da morte e da ressurreição de Jesus já redigidos em texto. O comentário mais recente e mais autorizado sobre o Evangelho de Marcos é da autoria de Joel Marcus e possui dois volumes, nos quais ele sustenta que Marcos usou uma fonte, ou certo número de fontes, em seu relato das palavras e dos feitos de Jesus anteriores à narrativa da Paixão.[61] Se ele tiver razão, não só os Evangelhos sinóticos posteriores mas também o Evangelho mais antigo subsistente foi baseado em várias fontes.

O Evangelho de João também é amplamente considerado como tendo base em fontes escritas que se perderam. Eu já disse antes, mas o motivo para achar que João não se baseou nos Evangelhos sinóticos é que, sempre que uma história comum aparece, ela é contada de maneira extremamente diferente, nunca com as mesmas palavras. E já não é recente a desconfiança dos estudiosos quanto à possibilidade de João ter à sua disposição um relato escrito mais antigo sobre os milagres de Jesus (a chamada Fonte de Signos), pelo menos dois relatos dos discursos longos de Jesus (as Fontes dos Discursos) e também uma fonte da Paixão.[62]

Até agora mencionei apenas os quatro Evangelhos canônicos. Não é possível determinar com certeza absoluta se algum dos Evangelhos posteriores – os de Pedro ou Tomé, por exemplo – remontam a fontes escritas, embora no caso desses dois

Evangelhos alguns estudiosos tenham argumentado vigorosamente que sim. Um argumento extremamente plausível, baseado em análises criteriosas do texto, é o de April DeConick, que sustenta que, em sua essência, o Evangelho de Tomé foi embasado em um Evangelho de circulação anterior a 50 EC.[63]

Todas essas fontes escritas de que falei são mais antigas do que os Evangelhos subsistentes, todas corroboram vários dados essenciais relatados sobre Jesus nos Evangelhos e, mais importante, são todas independentes entre si. Deixe-me enfatizar este último ponto. Não podemos pensar que os primeiros Evangelhos cristãos remontam a uma única fonte que "inventou" a ideia de que houve um homem chamado Jesus. A conclusão de que Jesus existiu é estabelecida a partir de várias fontes independentes que deviam estar circulando em diversas regiões do Império Romano nas décadas anteriores à produção dos Evangelhos que chegaram aos dias atuais. Onde estaria essa fonte solitária que "inventou" Jesus? De algumas décadas após a data tradicional de sua morte restaram vários relatos de sua vida encontrados em uma ampla extensão geográfica. Além do Evangelho de Marcos, temos Q, M (possivelmente composta de várias fontes), L (também possivelmente de várias fontes), duas ou mais narrativas da Paixão, uma fonte de signos, duas fontes de discursos, o evangelho original por trás do Evangelho de Tomé e possivelmente outros textos. E essas são apenas as fontes que conhecemos, que podemos razoavelmente inferir que existiram a partir dos parcos vestígios literários subsistentes dos primeiros anos da igreja cristã. Ninguém sabe quantas realmente havia. Lucas diz que havia "muitas", e ele pode muito bem ter razão. Assim, mais uma vez, a história não acaba aqui.

As tradições orais sobre Jesus

A próxima pergunta a ser feita é de onde todas essas fontes dos Evangelhos – Marcos, Q, M, L, fonte dos discursos, narrativas da Paixão, fonte de Tomé e assim por diante – tiraram suas histórias. Essa é uma investigação que vem ocupando estudiosos do Novo Testamento há quase cem anos. Nas primeiras décadas do século XX, um grupo de estudiosos alemães desenvolveu um método de estudo dos Evangelhos para lidar com essa questão. Esse método é tradicionalmente chamado, em português, de "crítica da forma".

CRÍTICA DA FORMA E TRADIÇÕES ORAIS SOBRE JESUS

A iniciativa original de aplicar a crítica da forma aos Evangelhos partiu de um reconhecido estudioso do Novo Testamento chamado Karl Ludwig Schmidt. O método foi desenvolvido, de várias maneiras diferentes, pelo ainda mais famoso Martin Dibelius

e principalmente pelo mais renomado de todos, Rudolf Bultmann, provavelmente o mais influente estudioso do Novo Testamento do século XX.[64]

Os críticos da forma estavam basicamente interessados em saber o que aconteceu enquanto as histórias sobre Jesus eram oralmente transmitidas. A teoria deles era que, após a morte de Jesus, quando missionários cristãos fundaram igrejas por todo o Mediterrâneo, as histórias sobre Jesus foram contadas e recontadas nas várias situações em que os cristãos se encontravam. Esses estudiosos foram chamados de críticos da "forma" porque queriam saber como os diferentes tipos de história acabaram tomando a forma que têm hoje. Por que tantos relatos dos milagres parecem seguir a mesma estrutura básica? Uma pessoa se aproxima de Jesus, seu problema (ou doença) é descrito, há um breve diálogo com Jesus, Jesus concorda em curar a pessoa, ele o faz com uma palavra ou um toque, e as multidões ficam maravilhadas. Todas as histórias de milagres parecem ter os mesmos elementos.

Ou então as histórias de controvérsias: Jesus e seus discípulos fazem algo ofensivo aos líderes judeus, os líderes protestam, Jesus conversa com eles, e a história termina com Jesus proferindo uma frase desmoralizante, mostrando que saiu triunfante sobre eles. É sempre a mesma forma, uma história após a outra.

Os críticos da forma investigavam dois eixos: qual era a "situação na vida" (*Sitz im Leben* em alemão) em que os diferentes tipos de história sobre Jesus eram contados? E como os vários tipos de história assumiram sua forma (de modo que há uma forma específica para histórias de milagres, outra para histórias de controvérsias e assim por diante)? Não havia consenso entre os críticos em relação aos detalhes de suas teorias, mas a compreensão geral das tradições orais sobre Jesus era bastante consistente. As histórias sobre Jesus assumiram sua forma característica durante o processo de repetir a narração. Isso significa que as histórias mudavam, às vezes radicalmente, quando eram recontadas, mas tomaram sua forma ao longo dos anos. E algumas histórias foram inventadas nesse processo, desenvolvidas para atender às necessidades das comunidades cristãs e lidar com as situações em que se encontravam. Se uma comunidade, por exemplo, enfrentava a oposição dos judeus da sinagoga local porque seus membros não obedeciam estritamente às leis do sábado, uma história poderia ser inventada com Jesus enfrentando a oposição de judeus pelo mesmo motivo. E vejam! Jesus prevalece sobre seus adversários com uma resposta devastadora às suas objeções.

Hoje, que eu saiba, nenhum crítico da forma concorda com as teorias específicas de Schmidt, Dibelius e Bultmann, os pioneiros na área. Mas a ideia básica por trás do enfoque deles ainda é amplamente admitida: antes que os Evangelhos fossem escritos e antes que fossem produzidas as fontes em que os Evangelhos se baseiam, à medida que as histórias sobre Jesus eram contadas e recontadas, elas mudaram de forma, e outras foram inventadas. Eu já havia feito essa insinuação ao falar das fontes M e L, cogitando

que talvez não fossem fontes escritas simplesmente, mas uma mescla total ou parcial com tradições orais. Isso parece ser verdade em relação a todas as fontes da figura histórica de Jesus. São todas baseadas em tradições orais, e isso tem implicações importantes para a investigação sobre a existência ou não de Jesus.

O que parece ter acontecido é que as histórias sobre Jesus circularam oralmente durante muito tempo, não só antes da composição dos Evangelhos subsistentes, mas antes mesmo da produção de suas fontes. Se os estudiosos estiverem certos de que Q e a essência do Evangelho de Tomé, só para tomar dois exemplos, são de fato da década de 50 do século I EC e foram baseados em tradições orais que já circulavam há muito tempo, quando teriam se originado essas tradições orais? Quem defende que Jesus existiu não tem dificuldade em responder a essa pergunta: elas se originaram durante o ministério de Jesus, por volta do ano de 29 ou 30. Mas mesmo quem tem suas dúvidas deve supor que havia histórias circulando sobre ele nas décadas de 30 e 40. Para começo de conversa, e este será o assunto do capítulo seguinte, como é que alguém como Paulo poderia perseguir cristãos, se não havia cristãos? E como eles poderiam existir se não sabiam nada sobre Jesus?

Os miticistas muitas vezes replicam que os cristãos que Paulo conheceu antes de ele próprio se tornar cristão – bem como os cristãos posteriores, das igrejas que ele fundou após a sua conversão – não sabiam nada sobre um Jesus histórico, mas adoravam o Cristo divino, que era fundamentado em mitos pagãos sobre deuses que morriam e renasciam. Analisaremos mais tarde os pontos fracos desse argumento e também veremos que Paulo fala sobre Jesus como um ser humano que ministrou ensinamentos importantes e foi crucificado por incitamento de líderes judeus na Palestina. Contudo, mesmo se não pensarmos no contexto de Paulo, ainda há vários motivos para achar que histórias sobre Jesus circulavam por todas as principais áreas urbanas do Mediterrâneo desde muito cedo. Caso contrário, é impossível explicar todas as fontes escritas que surgiram em meados e no final do século I, pois essas fontes são independentes entre si, foram escritas em lugares diferentes, contêm relatos notavelmente diversos do que Jesus disse e fez. No entanto, várias delas, mesmo sendo independentes, concordam em vários aspectos básicos da vida e morte de Jesus: ele era um pregador judeu da Palestina que foi crucificado por ordem de Pôncio Pilatos, por exemplo. De onde vieram todas essas fontes? Não podem ter sido imaginadas de modo totalmente independente por cristãos espalhados por toda a parte, porque há componentes demais em comum. Em vez disso, foram baseadas em tradições orais, que já estavam circulando há muito tempo antes de serem escritas, e isso não é pura especulação. Certos aspectos das histórias de Jesus presentes nos Evangelhos escritos, que, por sua vez, foram baseados em relatos escritos anteriores, mostram claramente que elas foram fundadas na tradição oral (como o

próprio Lucas indicou) e que essas tradições já existiam há muito tempo – desde o surgimento da religião cristã na própria Palestina.

AS ORIGENS ARAMAICAS DE (ALGUMAS) TRADIÇÕES ORAIS

Embora os Evangelhos tivessem sido escritos em grego, assim como suas fontes, algumas das tradições que subsistiram foram originalmente transmitidas em aramaico, a língua da Palestina. Essas tradições remontam no mínimo aos primeiros anos do movimento cristão, antes de sua expansão a regiões de língua grega, em outras áreas do Mediterrâneo.

Parte da evidência disso é que, em diversas passagens dos Evangelhos, algumas palavras ou frases principais são deixadas no original aramaico, e o autor, escrevendo em grego, tem de traduzi-las para seus leitores. Isso acontece, por exemplo, no relato curioso de Marcos 5, em que Jesus ergue uma menina dos mortos. A história começa descrevendo como o pai da menina, Jairo, procura Jesus e implora que ele cure sua filha, que está muito doente. Jesus concorda em ir vê-la, mas é detido pelo caminho. Antes que consiga chegar até a menina, os escravos da casa aparecem dizendo a Jairo que é tarde demais, pois a menina já morreu. Entretanto, isso não impede Jesus. Ele vai até a casa, entra no quarto da menina, segura sua mão inerte e diz a ela: "Talita cúmi". Isso não é grego. É aramaico. Então Marcos traduz para seus leitores: "[…] que quer dizer: 'Menina, – eu lhe digo – levante-se!'". E assim ela faz, para o júbilo geral.

Essa história era originalmente contada em aramaico, mas, quando foi vertida para o grego, o tradutor deixou a fala principal na língua original, o que exigiu acrescentar uma explicação para os leitores que não fossem bilíngues. Isso pode parecer estranho, mas não é. É, na verdade, muito comum em sociedades multilíngues até hoje. Durante minha pós-graduação, tive um professor que vivera vários anos na Alemanha e era fluente no idioma. Tínhamos de saber alemão para fazer nossa pesquisa, mas a maioria de nós só havia aprendido a ler em alemão, e não a falar. Meu professor, porém, não apreciava nossas deficiências. Muitas vezes contava uma piada (em inglês) sobre algo que lhe acontecera na Alemanha e, quando chegava ao clímax, mudava para alemão. Era muito mais engraçado no original, e o pressuposto era que fôssemos capazes de entender. Nós ríamos bem alto ao final da piada para que ele não desconfiasse que não havíamos entendido nada.

Isso também acontece nos Evangelhos. O clímax é deixado em aramaico. Assim, por exemplo, no final do Evangelho de Marcos, quando Jesus está morrendo na cruz, ele clama a Deus "Eloi, Eloi, lamá sabactâni?" (Marcos 15:34), e Marcos então explica o que isso significa em grego: "quer dizer: 'Meu Deus, meu Deus, por que me abandonaste?'".

E não apenas o Evangelho de Marcos, mas o de João, de maneira independente de Marcos e dos outros, contém várias palavras em aramaico. Há três momentos desses

apenas na passagem João 1:35-51. Dois discípulos souberam por João Batista que Jesus era o "Cordeiro de Deus que tira os pecados do mundo" e querem conhecê-lo pessoalmente. Eles procuram Jesus e chamam-no de "Rabi", uma palavra em aramaico traduzida em seguida pelo autor: "que quer dizer Mestre". Quando André, um dos dois, se convence de quem Jesus é, ele corre para contar ao seu irmão Simão: "Encontramos o Messias". *Messias* é a palavra em aramaico, e João a traduz: "que quer dizer Cristo". Jesus então fala com Simão e lhe diz: "Você vai se chamar Cefas". Novamente, é uma palavra em aramaico, que João traduz: "que quer dizer Pedra".

Poucos discutem que algumas das histórias dos Evangelhos foram originalmente contadas em aramaico e que, portanto, remontam aos primórdios do movimento cristão na Palestina. Isso também é claramente demonstrado por um segundo tipo de evidência. Algumas passagens dos Evangelhos não contêm palavras em aramaico, mas só fazem sentido quando suas palavras e frases em grego são traduzidas de volta para o aramaico. Isso significa que tiveram origem em tradições aramaicas que apenas mais tarde foram vertidas para o grego.

Um dos exemplos mais claros ocorre em Marcos 2:27-28, quando Jesus cala seus críticos com um comentário desmoralizante. Seus discípulos atravessavam um campo de cereais no sábado e, como estavam com fome, começam a comer alguns grãos. Os fariseus veem isso (os fariseus parecem estar *por toda parte* em Marcos) e protestam, porque os discípulos estariam infringindo as leis do sábado. Para Jesus, porém, segundo a maneira como Marcos retrata, as necessidades humanas (nesse caso, a fome) têm prioridade sobre interpretações rigorosas das leis do sábado. Então ele informa a seus adversários: "O sábado foi feito para servir ao homem, e não o homem para servir ao sábado. Portanto, o Filho do Homem é senhor até mesmo do sábado".

A última frase não faz muito sentido no contexto, por duas razões. Para começar, ainda que Jesus, que é o Filho do Homem no Evangelho de Marcos, seja o senhor do sábado, o que isso tem a ver com a reclamação de seus críticos? Não estão criticando o que ele fez, mas o que seus discípulos fizeram. Além disso, qual a relação entre a última frase e a anterior? Às vezes digo a meus alunos que, ao encontrar a palavra "portanto" em uma passagem, eles devem verificar que função ela tem. Nesse caso, "portanto" não faz sentido. O que o fato de o sábado ter sido feito para os humanos e não o contrário tem a ver com Jesus ser o senhor do sábado?

Ambos os problemas se resolvem quando se traduz a passagem de volta ao aramaico. Em aramaico, a mesma palavra é usada tanto para "homem" como para "filho do homem". É a palavra *barnash*. Portanto, a passagem originalmente dizia: "O sábado foi feito para servir ao *barnash*, e não o *barnash* para servir ao sábado. Portanto, o *barnash* é senhor até mesmo do sábado". Agora a palavra "portanto" faz sentido. A razão pela qual os humanos (*barnash*) são os senhores do sábado está na frase anterior: o sábado foi feito

para servir aos humanos, e não o contrário. Por fim, a última frase agora se encaixa no contexto da história. Os discípulos (os *barnash*) são os senhores do sábado, que foi criado para o bem deles.

Logo, originalmente essa história circulou em aramaico. Ao ser vertida para o grego, o tradutor resolveu que ela deveria não só tratar dos discípulos, mas de Jesus também. Então ele traduziu *barnash* de duas maneiras diferentes, duas vezes se referindo aos "humanos" em geral ("homem") e uma vez a Jesus em particular ("o Filho do Homem"), criando um problema em grego que não existia em aramaico. A história se originou em uma comunidade de cristãos de língua aramaica que viviam na Palestina nos primeiros anos do movimento de Jesus.

Traduzir o grego dos Evangelhos de volta ao aramaico traz outras vantagens para quem está interessado em saber o que Jesus realmente disse e fez, um assunto ao qual retornarei depois de estabelecer com mais cuidado a existência quase certa de Jesus. Algumas palavras de Jesus, porém, não podem ser traduzidas para o aramaico. É impossível que Jesus as tenha dito, já que ele falava aramaico. A seguir, um exemplo bastante famoso.

Em João 3 está a história bem conhecida da conversa de Jesus com o rabino Nicodemos. Jesus está em Jerusalém, Nicodemos se aproxima e diz que sabe que ele é um mestre vindo de Deus. Jesus diz a ele: "Se alguém não nasce *anothen*, não poderá ver o Reino de Deus". Deixei a palavra-chave em grego. *Anothen* tem dois significados: pode ser "uma segunda vez" ou então "de cima". Assim, essa é a passagem em que Jesus informa seu seguidor que ele precisa "nascer de novo". Ao menos é assim que Nicodemos entende, pois fica chocado e pergunta como seria possível a ele retornar ao ventre da mãe e nascer uma segunda vez. Na verdade, porém, o que Jesus quer dizer não é "uma segunda vez"; ele quer dizer "de cima". Esse é o significado da palavra *anothen* em outras passagens do Evangelho de João, e é isso que Jesus quer dizer aqui, já que ele corrige Nicodemos e inicia uma longa explicação sobre uma pessoa nascer do Espírito que vem de cima (do reino celestial) para ver o Reino de Deus.

Em outras palavras, essa conversa gira em torno do duplo significado da palavra-chave *anothen*, que Nicodemos entende de uma maneira, mas Jesus utiliza de outra. Sem esse duplo significado, a conversa não flui nem faz sentido. O ponto principal é que, embora a palavra grega *anothen* tenha duplo sentido, ela não pode ser reproduzida em aramaico. Em aramaico, a expressão para "de cima" não significa "uma segunda vez", e o que se diz para "uma segunda vez" não significa "de cima". Em outras palavras, é impossível que essa conversa tenha acontecido em aramaico. Mas aramaico era a língua que Jesus falava e certamente a língua que ele teria usado para conversar com um importante rabino judeu em Jerusalém (mesmo que soubesse outra língua, o que é improvável). Assim, a conversa não poderia ter acontecido da maneira como é relatada.

Outras tradições dos Evangelhos, porém, certamente têm origens aramaicas. Isso é altamente significativo. Judeus aramaicos da terra natal de Jesus já estavam contando histórias sobre ele bem antes de Paulo escrever suas cartas na década de 50 da Era Comum, provavelmente poucos anos após a data tradicional de sua morte. Uma das razões pelas quais isso é importante é que a maioria dos miticistas se vale do argumento de as epístolas do Novo Testamento terem sido escritas antes dos Evangelhos e, principalmente as de Paulo, dizerem pouco ou nada (como afirmam) sobre o Jesus histórico. As epístolas versariam apenas sobre o Cristo mítico que, assim como os deuses pagãos (de novo, como os miticistas argumentam), morreu e ressurgiu dos mortos. Então os registros mais antigos do cristianismo não sustentariam a ideia de que Jesus realmente existiu; ele era apenas um conceito mítico. Replicarei que essa perspectiva está totalmente errada. Uma questão importante é se havia mesmo uma mitologia comum de deuses que morriam e ressuscitavam. Se existiu, é difícil imaginar que tal mitologia exerceu alguma influência no mundo dos primeiros seguidores de Jesus na Palestina. Além disso, há boas razões para achar que Paulo tinha pleno conhecimento da existência de um Jesus histórico, sobre quem discorreu, citando até mesmo suas palavras. Paulo de fato achava que essa pessoa histórica fora elevada a uma condição divina, mas para Paulo não era um dos deuses pagãos de morte e ressurreição, se é que realmente existia uma visão pagã desse tipo.

Conclusão

As evidências que apresentei neste capítulo são apenas parte das evidências existentes. Contudo, é fácil perceber por que já bastam para convencer quase todos os estudiosos que pensaram no assunto. Não estamos lidando apenas com um Evangelho que relata o que Jesus disse e fez, produzido em algum período próximo do final do século I EC. Há vários Evangelhos subsistentes – eu citei sete – que são completamente independentes entre si ou independentes em um número significativo de suas tradições. Todos eles comprovam a existência de Jesus. Ademais, esses testemunhos independentes corroboram várias informações básicas – por exemplo, não só que Jesus viveu, mas que era um pregador judeu que foi crucificado pelos romanos por indução das autoridades judaicas de Jerusalém. Mais importante ainda, esses testemunhos independentes são baseados em um número relativamente grande de textos anteriores, Evangelhos perdidos que quase certamente existiram algum dia. Não há dúvida de que alguns desses manuscritos remontam pelo menos à década de 50 da Era Comum. Procedem de várias regiões em torno do Mediterrâneo e são também independentes entre si. Se a preferência dos historiadores é voltada aos diversos testemunhos que

corroboram as evidências uns dos outros sem mostrar sinais de colaboração, temos isso em relativa abundância nas fontes escritas que atestam a existência do Jesus histórico.

Mais importante de tudo é que cada um desses vários textos evangélicos se baseia em tradições orais que circulavam há anos entre comunidades de cristãos de diferentes regiões do mundo, todas elas atestando a existência de Jesus. Algumas dessas tradições devem ter se originado em comunidades de língua aramaica da Palestina, provavelmente na década de 30 EC, alguns anos após a data tradicional da morte de Jesus. A vasta rede dessas tradições, numericamente significativas, basicamente autônomas entre si e espalhadas por uma área ampla, comprova com certeza quase absoluta que, independentemente do que se diga sobre Jesus, no mínimo é preciso admitir que ele existiu. Além disso, veremos a seguir que há ainda mais evidências.

CAPÍTULO 4

EVIDÊNCIAS DE JESUS EM FONTES EXTERNAS AOS EVANGELHOS

Assim como a maioria dos escritores, recebo toneladas de e-mails. Ocasionalmente recebo uma pergunta, normalmente de um cristão, que me deixa totalmente perplexo por causa da perplexidade do leitor. Muita gente simplesmente não consegue entender como é que eu leciono estudos bíblicos em ambiente universitário se não acredito na Bíblia.

Fico perplexo porque estou acostumado à vida universitária, em que professores ensinam toda sorte de coisas nas quais "não acreditam". Na maioria das principais universidades, os professores de estudos clássicos ensinam as obras de Platão, mas não são necessariamente platônicos, e professores de Ciências Políticas lecionam os escritos de Karl Marx, mas não precisam ser marxistas. Professores de literatura ensinam grandes obras literárias, embora não sejam romancistas nem poetas, e criminologistas ensinam a história do crime, mas não são assassinos.

Por que deveria ser diferente com a Bíblia? Eu ensino a Bíblia não porque acredite pessoalmente nela, mas porque, assim como as outras disciplinas, é uma matéria importante. Aliás, é surpreendentemente importante. Seria fácil argumentar que a Bíblia é o livro mais importante da história da civilização ocidental. Que outro livro chega perto em termos de valor histórico, social e cultural? Quem não gostaria de saber mais sobre um livro que transformou a vida de milhões de pessoas e influenciou civilizações inteiras? É importante não apenas para os fiéis. Longe disso. É importante para todos nós – ao menos para todos os interessados em história, sociedade e cultura humana.

Poderíamos argumentar também que Jesus é a pessoa mais importante da história do mundo ocidental de um ponto de vista histórico, social ou cultural, relevância religiosa à parte. Assim, as fontes de informação mais antigas que temos dele, os Evangelhos do Novo Testamento, são naturalmente de extrema importância. E não só os Evangelhos, mas todos os livros do Novo Testamento.

Devo admitir que, no meu curso de Introdução ao Novo Testamento na graduação, dou mais ênfase a Jesus e aos Evangelhos do que ao resto do Novo Testamento, incluindo os escritos de Paulo. Não é que Paulo não seja importante. Pelo contrário, também ele tem uma importância enorme em todos os sentidos. Mas, pessoalmente, tenho maior interesse e atração pelo Novo Testamento e por Jesus. Isso não ocorre com vários de meus colegas que ensinam o Novo Testamento em faculdades, universidades, seminários e escolas de estudos religiosos em toda a América do Norte. Muitos deles adoram Paulo e concentram todas as suas pesquisas e boa parte de seus cursos nele. Paulo também teve grande influência no mundo ocidental, e seus escritos são em várias aspectos muito mais difíceis de interpretar do que os Evangelhos. Alguns estudiosos dedicam a vida acadêmica inteira a tentar decifrar os ensinamentos de uma única carta de Paulo.

Constataremos neste capítulo que Paulo tem grande importância para o estabelecimento da existência histórica de Jesus, assim como várias outras fontes além dos Evangelhos. Este capítulo será dedicado a essas evidências. Começaremos nossa análise com fontes posteriores a Paulo, antes de considerar seu testemunho, que é o do autor cristão mais antigo a chegar até nós.

Fontes posteriores externas ao Novo Testamento

Logo de início, devo enfatizar o óbvio. Todas as fontes que mencionam Jesus até o século XVIII supõem que ele tenha existido. Isso vale para qualquer período que se queira investigar: a Reforma, a Renascença, a Idade Média, a Antiguidade Tardia e antes ainda. Vale para os autores de todos os tipos, cristãos, judeus e pagãos. Notavelmente, vale não só para os que vieram a acreditar em Jesus, mas também para os descrentes em geral e os adversários do cristianismo em particular. Muitos estudiosos julgam essa circunstância significativa. Nem mesmo os opositores judeus e pagãos que atacavam o cristianismo e o próprio Jesus consideravam a possibilidade de ele não ter existido. Isso fica claro quando se leem os escritos dos apologistas cristãos, começando com autores como o escritor anônimo da Carta a Diogneto e os mais famosos Justino Mártir, Tertuliano e Orígenes (todos do século II e início do século III), que defendem Jesus de diversas acusações, muitas delas escandalosas. No entanto, não há um só indício de alegações de que ele não teria existido. Isso também se evidencia em fragmentos subsistentes de autoria de adversários dos cristãos, como o judeu Trifão, com quem Justino dialoga, ou o filósofo pagão Celso, extensivamente citado por Orígenes. A afirmação da não existência de Jesus é uma ideia moderna, sem precedentes na antiguidade. Foi inventada no século XVIII. Poderíamos até mesmo chamá-la de um mito moderno, o mito do Jesus mítico.

Já vimos que há pelo menos sete relatos evangélicos sobre Jesus que subsistiram, todos inteira ou parcialmente independentes entre si, escritos no período de um século a partir da data tradicional da morte de Jesus. São baseados em numerosas fontes escritas preexistentes e em abundantes tradições orais que remontam a fontes aramaicas na Palestina, quase certamente da década de 30 da Era Comum. Mantendo o mesmo limite temporal, o que podemos dizer de fontes além dos Evangelhos?

FONTES NÃO CRISTÃS

Primeiramente devemos retornar ao escritos de Josefo e Tácito. É quase certo que Tácito tinha acesso a informações sobre Jesus, como a de que ele foi crucificado na Judeia durante o governo de Pôncio Pilatos. Josefo aparentemente também tinha conhecimento de alguns aspectos principais sobre Jesus, tanto de sua vida como de sua morte em razão de Pôncio Pilatos. O que não enfatizei anteriormente, mas devo ressaltar agora, é que não há absolutamente nada que sugira que o pagão Tácito ou o judeu Josefo tenham adquirido seu conhecimento sobre Jesus por meio da leitura dos Evangelhos. Eles ouviram falar sobre Jesus. Isso significa que a informação que forneceram era anterior aos Evangelhos. Seus informantes eram sem dúvida cristãos, ou – o que é ainda mais provável – pessoas (não cristãs) conhecidas que haviam ouvido de cristãos histórias sobre Jesus. É impossível saber se esses cristãos haviam se influenciado pelas fontes que já discutimos, mas é totalmente possível que eles próprios tivessem ouvido histórias sobre Jesus. Indiretamente, portanto, Tácito e (possivelmente) Josefo fornecem confirmação da existência de Jesus sem que precisemos recorrer aos Evangelhos, embora, conforme assinalei, eles não nos deem informação que não exista nas outras fontes disponíveis.

FONTES CRISTÃS

Há também fontes independentes importantes entre autores cristãos da mesma época de Tácito, autores que transmitem informações sobre o Jesus histórico e certamente confirmam sua existência sem recorrer às fontes evangélicas. Três desses autores são particularmente importantes.

Pápias

Pápias foi um líder da igreja cristã do início do século II cujos escritos chegaram até nós apenas em fragmentos, citados por autores cristãos posteriores.[65] Por meio de tais referências, sabemos que Pápias escreveu uma obra de cinco volumes intitulada *Exposição dos oráculos do Senhor*. Acredita-se que esse livro (bastante?) grande tenha sido

escrito por volta de 120-130 EC. Não sabemos ao certo por que escribas cristãos não copiaram o livro, preservando-o assim para a posteridade. Parece, no entanto, que algumas das ideias que Pápias promovia eram vistas como ofensivas, ou ao menos ingênuas. O grande historiador da igreja do século IV, Eusébio, descreve-o como "um homem de inteligência curta" (*História eclesiástica* 3.39).

Inteligente ou não, Pápias é uma fonte importante para o estabelecimento da existência histórica de Jesus. Ele lera alguns Evangelhos, embora não haja motivo para pensar que conhecesse os que foram incluídos no Novo Testamento, conforme mostrarei logo. O mais importante, porém, é que ele tinha outros meios de acesso aos ensinamentos de Jesus. Conhecia pessoalmente indivíduos que haviam se relacionado com os próprios apóstolos ou seus companheiros. A seguinte citação de seus escritos, feita por Eusébio, comprova enfaticamente:

> Também não hesitarei em lhe apresentar, juntamente com essa exposição, um relato ordenado de todas as coisas que eu cuidadosamente aprendi e cuidadosamente recordo dos presbíteros; pois estou seguro da verdade deles [...] Sempre que chegava alguém que fora companheiro de um dos presbíteros, eu indagava cuidadosamente por suas palavras, o que André ou Pedro disseram, ou o que Filipe e Tomé disseram, ou Tiago, ou João, ou Mateus, ou qualquer um dos outros discípulos do Senhor, e as coisas que Ariston e o presbítero João, discípulos do Senhor, estavam dizendo. Pois eu não achava que o que viesse dos livros poderia me beneficiar tanto quanto o que viesse de uma voz viva e durável.[66]

Eusébio resume o que Pápias declarou sobre suas fontes de conhecimento sobre Jesus, em uma passagem que cabe citar integralmente:

> Esse Pápias, que acabamos de discutir, afirma ter recebido as palavras dos apóstolos daqueles que foram seus seguidores e indica que ele próprio ouviu Ariston e o presbítero João. E assim ele os cita frequentemente pelo nome e registra em seus livros as tradições que eles transmitiram. Esses comentários também devem ser de alguma utilidade para nós [...]
>
> E ele registra outros assuntos que chegaram a ele das tradições não escritas, incluindo algumas parábolas bizarras do salvador, seus ensinamentos e diversos outros relatos lendários [...]
>
> E em seu próprio livro ele transmite outros relatos dos oráculos do Senhor de Ariston, que já mencionamos, bem como tradições do presbítero João. Já remetemos leitores instruídos a eles e agora nos sentimos obrigados a acrescentar, a esses

relatos de sua obra anteriormente citados, uma tradição que ele narra de Marcos, que escreveu o Evangelho. Estas são suas palavras:

E isto é o que o presbítero costumava dizer,

Quando Marcos era o intérprete [ou tradutor] de Pedro, ele registrou de maneira precisa tudo que recordava das palavras e atos do Senhor – mas não em ordem. Pois ele nem ouviu o Senhor nem o acompanhou; mais tarde, porém, como indiquei, ele acompanhou Pedro, que costumava adaptar seus ensinamentos às necessidades do momento, sem compor, por assim dizer, uma redação ordenada dos oráculos do Senhor. E assim Marcos não fez nada de errado ao escrever alguns dos assuntos conforme ele os recordava. Pois sua intenção era uma só: não excluir nada que tivesse ouvido nem incluir qualquer falsidade.

Eis, portanto, o que Pápias diz sobre Marcos. E isto é o que ele diz sobre Mateus:

E então Mateus registrou os oráculos na língua hebraica, e cada um as interpretou [ou traduziu] de acordo com sua capacidade.

E ele registrou outro relato de uma mulher que fora falsamente acusada de vários pecados diante do Senhor,[67] que também é encontrado no Evangelho segundo os Hebreus [...] (Eusébio, *História eclesiástica* 3.39).

Esse é um registro extremamente valioso porque Eusébio cita, e depois comenta, as palavras exatas de Pápias. Pápias afirma explicitamente que tinha acesso a pessoas que conheciam os apóstolos de Jesus ou pelos menos os companheiros dos apóstolos (os "presbíteros": é difícil saber, com base em sua afirmação, se ele está chamando os companheiros dos apóstolos de presbíteros ou se os presbíteros eram aqueles que conheciam os companheiros. Eusébio prefere a primeira opção). Quando essas pessoas visitavam sua cidade, Hierápolis, na Ásia Menor, Pápias, como líder da igreja, as entrevistava sobre o que sabiam de Jesus e os apóstolos. Muitos estudiosos cristãos conservadores usam essa afirmação para provar que o que Pápias diz é historicamente correto (especialmente a respeito de Marcos e Mateus), mas isso vai além do que as evidências comprovam.[68] Ainda assim, há uma questão sobre a qual não resta dúvida. Algumas das tradições sobre Jesus transmitidas por Pápias podem ser falsas, mas ele afirma de maneira bastante categórica – e não há motivo para achar que ele esteja mentindo descaradamente – que conhece pessoas que se relacionaram com os apóstolos

(ou os companheiros dos apóstolos). Não é um testemunho ocular da vida de Jesus, mas é bastante próximo.

O erro dos estudiosos conservadores está em achar que Pápias fornece informações confiáveis sobre as origens dos Evangelhos de Mateus e Marcos. O problema é que, apesar de ele "saber" que havia um relato sobre a vida de Jesus escrito por Marcos e uma coletânea dos ensinamentos de Jesus feita por Mateus, não há motivo para achar que ele está se referindo aos livros que *nós* chamamos de Marcos e Mateus. Na verdade, o que ele diz sobre esses livros não coincide com o que nós sabemos dos Evangelhos canônicos. Ele parece estar remetendo a outros escritos, e foi apenas mais tarde que cristãos concluíram (erroneamente) que ele estava se referindo aos dois livros que acabaram sendo incorporados às escrituras.[69]

Trata-se, portanto, de um testemunho independente dos Evangelhos. É mais uma categoria de testemunho independente entre as várias que já vimos até agora. E dessa vez o testemunho remete diretamente, de maneira explícita e confiável, aos próprios discípulos de Jesus.

Inácio de Antióquia

Inácio foi um dos autores mais expressivos do cristianismo primitivo, sem contar os do Novo Testamento. Foi bispo da importante igreja de Antióquia, na Síria, e viu-se implicado na perseguição aos cristãos perpetrada nessa cidade, provavelmente em 110 EC. A perseguição contava com certa aprovação oficial dos romanos. O próprio Inácio foi preso por atividades cristãs. Não conhecemos o teor específico das acusações contra ele, mas foi condenado a ser transportado para Roma e executado na arena, jogado a feras selvagens. A caminho de seu martírio, ele escreveu sete cartas que chegaram até nossos dias. Seis dessas cartas são dirigidas a igrejas na Ásia Menor que haviam enviado representantes para lhe dar apoio moral na viagem a Roma. A outra foi escrita aos cristãos de Roma, pedindo surpreendentemente que não interferissem nos procedimentos de sua condenação. Inácio desejava desesperadamente sofrer a morte violenta de um mártir, à imitação de Jesus, que também fora condenado a uma morte sangrenta.

As cartas de Inácio são extremamente interessantes.[70] As que escreveu para as diversas igrejas estão repletas de apelos para que mantenham a unidade e respeitem a liderança dos bispos. Além disso, atacam as concepções de cristãos que, na opinião de Inácio, representavam "falsas opiniões", isto é, heresias. Algumas das cartas condenam formas de cristianismo que insistiam em preservar leis e costumes judaicos. As que mais nos interessam, no entanto, são as que criticam os cristãos que insistiam em dizer que Jesus não era uma pessoa verdadeira, de carne e osso. Esses adversários de Inácio não eram versões antigas dos miticistas modernos. Eles certamente não acreditavam

que Jesus fora inventado com base em deuses que morriam e ressuscitavam, supostamente adorados por pagãos. Para eles, Jesus teve uma existência real, histórica. Ele viveu nesse mundo e pregou ensinamentos inspirados. Mas era Deus na terra, e não um humano comum, como todos nós.

Inácio considera esse raciocínio abominável e totalmente oposto ao que Jesus realmente era, conforme afirma o mais enfaticamente possível nas passagens abaixo, novamente citadas integralmente. A primeira é de uma carta escrita por Inácio para os cristãos da cidade de Esmirna:

> Pois vocês têm fé completa em Nosso Senhor, de ele que era com efeito da linhagem de Davi segundo a carne, Filho de Deus segundo a vontade e o poder de Deus, de fato nascido de uma virgem e batizado por João para que se cumprisse nele toda a justiça. Na época de Pôncio Pilatos e do tetrarca Herodes, foi também de fato pregado em carne por nossa causa – devemos nossa vida ao fruto de seu sofrimento bendito – a fim de que por sua ressurreição ele levantasse eternamente seu sinal em benefício de seus santos fiéis, tanto judeus como gentios, no único corpo de sua igreja.
>
> Tudo isso padeceu ele por nossa causa, para que obtivéssemos a salvação; e padeceu de fato, assim como de fato ressuscitou a si próprio – não padecendo apenas em aparência, como afirmam alguns infiéis. Eles é que só vivem aparentemente; e, conforme pensam, assim irá lhes suceder, já que não terão corpo, como os demônios. Pois eu sei e dou fé que ele permaneceu em carne, mesmo após a ressurreição (*Epístola aos esmirnenses* 1-2).[71]

Essas citações revelam claramente o que Inácio pensava da existência de Jesus. Ele era totalmente humano; nasceu homem de fato, foi de fato batizado, foi de fato crucificado. Embora haja alusões a tradições que foram incorporadas aos Evangelhos, não há evidências conclusivas sugerindo que Inácio esteja baseando suas visões nos livros que mais tarde vieram a fazer parte do Novo Testamento. A conclusão também se aplica à sua exortação aos cristãos da cidade de Trales:

> E assim mantenham-se surdos quando alguém falar a vocês de outra coisa que não Jesus Cristo, que era descendente da raça de Davi e de Maria, que de fato nasceu, comeu e bebeu, foi de fato perseguido à época de Pôncio Pilatos, foi de fato crucificado e morto à vista daqueles que estão nos céus, na terra e debaixo da terra (*Epístola aos tralianos,* 9).

Inácio, portanto, nos fornece mais um testemunho independente da vida de Jesus. Novamente, não se pode alegar que escrevia em uma época tardia demais para servir aos

nossos propósitos. Não há evidências de que dependesse dos Evangelhos. E ele era bispo de Antióquia, a cidade que não só Pedro como Paulo visitaram com frequência, conforme diz o próprio Paulo em Gálatas 2. Suas opiniões também remetem diretamente à época dos apóstolos.

I Clemente

A carta I Clemente foi escrita pelos cristãos de Roma à igreja de Corinto para resolver situações que os haviam deixado insatisfeitos. Os líderes da igreja coríntia haviam sido alijados do poder e substituídos por outros, e os cristãos romanos, ao menos aqueles responsáveis pela carta, não gostaram do que aconteceu. O objetivo da carta é convencer a igreja em Corinto a restaurar os "presbíteros" ao seu lugar de direito.

É uma carta comprida, repleta de advertências contra a inveja e a sede de poder. Sua autoria é tradicionalmente atribuída ao quarto bispo de Roma, Clemente, embora a carta por si mesma não indique ter sido escrita por ele, já que ele nem é mencionado. Seja como for, há boas razões para achar que a carta foi escrita em algum momento da década de 90 EC, ou seja, cerca de vinte anos antes de Inácio e por volta da mesma época de alguns livros que acabaram incorporados ao Novo Testamento.[72] Há várias citações do Antigo Testamento grego, e o autor se refere explicitamente à primeira carta de Paulo aos coríntios. Mas ele não menciona os Evangelhos do Novo Testamento e, embora cite algumas palavras de Jesus, não indica que vieram de textos escritos. Na verdade, o estilo dessas citações é bem diferente de qualquer dito de Jesus encontrado nos Evangelhos subsistentes.

O mais impressionante é que o autor de I Clemente, assim como Inácio e depois Pápias, supõe não só que Jesus existiu, mas que grande parte de sua vida é de conhecimento comum. Algumas das várias coisas que ele diz sobre o Jesus histórico:

- As palavras de Cristo devem ser guardadas com zelo (I Clemente 2.1).
- Seus sofrimentos estavam "diante de vossos olhos" (2.1).
- O sangue de Cristo é precioso ao Pai, derramado para nossa salvação (7.4).
- O sangue do Senhor trouxe redenção (12.7).
- Jesus pregava benevolência e paciência; então o autor cita uma série de ensinamentos de Jesus semelhantes aos encontrados em Mateus e Lucas (13.1-2).
- O Senhor Jesus Cristo veio humilde, não com arrogância ou soberba (16.2).
- Jesus veio de Jacó "segundo a carne" (32.2).
- O Senhor ornou-se de boas obras (33.7).
- Citação das "palavras de nosso Senhor Jesus" (46.8, semelhante a Mateus 26:24 e Lucas 17:2).
- Aquele que tem amor em Cristo deve cumprir os mandamentos de Cristo (49.1).

- Por amor a nós, o Senhor Jesus Cristo "deu seu sangue por nós, sua carne por nossa carne, sua vida por nossa vida" (49.6).

Mais uma vez, temos um testemunho independente não só da vida de Jesus como figura histórica, mas de alguns de seus ensinamentos e atos. Assim como todas as fontes externas ao Novo Testamento que mencionam Jesus, o autor de I Clemente não tinha dúvida nenhuma de sua existência e, portanto, nenhuma razão para defendê-la. Todos sabiam que ele existira. Isso vale também para os escritos do Novo Testamento que não fazem parte dos quatro Evangelhos que já analisamos.

Fontes canônicas externas aos Evangelhos e Paulo

É um erro pensar que, entre os escritos do Novo Testamento, apenas os Evangelhos atestam a existência histórica de Jesus. Essa é uma alegação – no mínimo uma insinuação – que os miticistas fazem ocasionalmente com o objetivo de reduzir nossas fontes sobre Jesus ao menor número possível, quando não apenas ao Evangelho de Marcos. Até onde podemos deduzir, todos os autores do Novo Testamento tinham conhecimento do Jesus histórico. Uma possível exceção é o autor da carta de Tiago, que menciona Jesus apenas duas vezes, de passagem (1:1 e 2:1), sem nada dizer sobre sua vida terrena. Mas, mesmo em uma carta tão curta quanto a de Judas, os apóstolos de Jesus são mencionados (versículo 17), o que naturalmente pressupõe que Jesus existiu e tinha seguidores. O livro que fala com mais delonga sobre os apóstolos é o dos Atos, que foi escrito pelo autor do Evangelho de Lucas, embora preserve informações sobre a vida de Jesus que são independentes de tudo que está no Evangelho e que, na opinião da maioria dos historiadores críticos, são baseadas em tradições que circulavam antes da produção dos Evangelhos.

O LIVRO DOS ATOS

O Atos dos Apóstolos fornece uma narrativa da difusão do cristianismo pelo Império Romano nos anos posteriores à morte de Jesus. Se Jesus é a figura principal do Evangelho de Lucas, nesse outro volume do autor são os seguidores que ocupam o centro da atenção. O autor mostra um interesse particular nas atividades missionárias de Pedro (nos capítulos 1-12, basicamente) e Paulo (capítulos 13-28). Em seu relato, ele mostra como o movimento cristão cresceu a partir de um pequeno grupo de seguidores de Jesus nos anos imediatamente posteriores à sua morte até se tornar um fenômeno mundial, uma religião aberta não só a judeus, como o próprio Jesus e seus discípulos,

mas também a gentios, pois Deus (segundo a narrativa) contava com os apóstolos para espalhar as boas novas de Jesus "até os extremos da terra" (1:8).

A TRADIÇÃO DE JESUS NO ATOS

O primeiro ponto importante para nossa tentativa de estabelecer a historicidade de Jesus é que o autor do Atos tem acesso a tradições que não são indicadas em seu Evangelho, portanto estamos diante de mais um testemunho independente. Para o autor do Atos, Jesus era realmente um homem que viveu e morreu na Judeia, como comprovam os relatos da ressurreição de Jesus no capítulo 1 e os discursos abundantes que ocorrem por toda a narrativa. O primeiro capítulo retrata o encontro dos discípulos com Jesus após a ressurreição. Eles recebem suas últimas instruções em Jerusalém, onde Jesus acabara de ser morto. Um dos episódios interessantes encontrados nesse capítulo é a declaração do apóstolo Pedro sobre o traidor, Judas Iscariotes, que teria adquirido um campo com o dinheiro recebido por entregar Jesus às autoridades e, caindo de ponta-cabeça, sobre o terreno derramou suas entranhas. Por esse motivo, indica Pedro, o campo veio a ser conhecido como "Hacéldama", uma palavra aramaica que significa "campo de sangue" (1:16-19).

Um dos motivos do destaque para essa passagem é que, em sua narrativa evangélica anterior, Lucas não diz nada sobre a morte de Judas, assim como não o fizeram Marcos e João. O relato mais famoso da morte de Judas está no Evangelho de Mateus, em que ficamos sabendo que Judas se arrependeu de seu ato infame e tentou devolver as trinta moedas de prata aos sumos sacerdotes. Eles se recusaram a recebê-las; então Judas lançou-as no templo, retirou-se e se enforcou. Os sacerdotes não podiam depositar o dinheiro no cofre do santuário, pois era "dinheiro de sangue" (usado para trair sangue inocente), portanto usaram-no para comprar um terreno que serviria de cemitério. Por esse motivo, o campo veio a ser conhecido como "Campo de Sangue" (Mateus 27:3-10).

Não há maneira de conciliar esses dois relatos da morte de Judas. No primeiro ele compra o campo, no segundo quem compra são os sacerdotes; no primeiro o campo é chamado de Campo de Sangue porque Judas sangrou sobre ele, no segundo porque foi comprado com dinheiro de sangue; no primeiro Judas morre ao cair no campo e espalhar suas entranhas, no segundo ele se enforca. Essas diferenças mostram que Lucas tinha a influência de uma tradição independente sobre a morte de Judas, no mínimo tão antiga quanto a de Mateus. Há motivos para achar que no núcleo de ambas as histórias está uma tradição histórica: elas confirmam de modo independente a existência de um campo em Jerusalém que tinha alguma relação tanto com o dinheiro que Judas recebeu para trair Jesus quanto com a morte do apóstolo. Além disso, o lugar era conhecido como Campo de Sangue, ainda que Mateus também o chame de "campo de oleiro". Seria possivelmente um campo de argila vermelha usado por oleiros e, por

causa da cor, era chamado de Campo de Sangue, nome que de uma maneira ou outra estava ligado à morte do traidor de Jesus?

Seja qual for a solução dada ao problema, há duas questões particularmente importantes. Uma é que Mateus e Atos fornecem relatos divergentes no que se refere a esse evento, o que faz do Atos uma tradição independente nesse caso. A outra é que o Atos contém uma evidência clara de sua origem antiga e palestina: tal como ocasionalmente nos Evangelhos, há aqui uma palavra-chave deixada em aramaico (*Hacéldama* significa "campo de sangue"), a língua original da história. Esse aspecto remonta à comunidade cristã mais antiga da Palestina. Lucas não está simplesmente registrando tradições de sua própria época, a década de 80 EC; ele está registrando tradições que – parte delas, ao menos – se originaram até meio século antes.

Além disso, Lucas tem acesso a ensinamentos do Jesus histórico não registrados em outras fontes, nem mesmo em seu próprio Evangelho, e isso fica claro em passagens como Atos 20:35, em que está registrado que o apóstolo Paulo diz: "Em tudo mostrei a vocês que é trabalhando assim que devemos ajudar os fracos, recordando as palavras do próprio Senhor Jesus, que disse: 'Há mais felicidade em dar do que em receber'". Não é necessário acreditar que a figura histórica de Paulo – o homem em si – disse isso mesmo. É apenas uma narrativa de um autor posterior *alegando* que Paulo o disse. Se Paulo conhecia ou não esse ensinamento de Jesus é motivo de controvérsia. O que fica claro, porém, é que Lucas achava que ele o conhecia e, mais importante para nossa investigação, que é a tradição de um ensinamento de Jesus que não tem paralelo nos Evangelhos. Assim, o livro dos Atos fornece evidência adicional externa aos Evangelhos de que cristãos primitivos acreditavam que Jesus realmente havia existido, era judeu, pregava ensinamentos morais e morrera em Jerusalém depois de ser traído por um de seus seguidores, Judas.

OS DISCURSOS DO ATOS

Ainda mais relevantes para nossos propósitos são os discursos registrados no livro dos Atos, transmitidos pelas vozes dos apóstolos em momentos determinantes da narrativa. Cerca de um quarto do Atos é composto dos discursos proferidos por Pedro no terço inicial do livro e por Paulo nos últimos dois terços. Esses discursos têm intrigado os estudiosos há muito tempo. Sabemos por meio de historiadores antigos como Tucídides que autores de relatos históricos habitualmente inventavam os discursos de suas personagens principais. Não havia outra maneira de apresentar um discurso em uma biografia ou história na antiguidade: os autores raramente estavam presentes na ocasião para ouvir o que realmente foi dito, bem como quase nunca (ou nunca) faziam

anotações. Assim, indica Tucídides, os historiadores inventavam discursos que consideravam apropriados para a ocasião.

Particularmente notável nos discursos do Atos, porém, é que eles são em grande parte baseados não na imaginação fértil de Lucas, mas em tradições orais. Pensamos assim porque certos trechos desses discursos representam posições teológicas que não casam muito bem com as opiniões do próprio Lucas, conforme se pode apurar por meio de uma análise criteriosa de sua obra de dois volumes. Em outras palavras, alguns discursos do Atos contêm o que os estudiosos chamam de tradições pré-literárias: versões orais que já circulavam em épocas bem mais antigas e hoje só são encontradas em forma escrita no Atos. Esse é um dado importante, pois mostra, mais uma vez, que o livro dos Atos não é simplesmente um documento da década de 80 CE. Ele incorpora tradições bem mais antigas, que indicam enfaticamente que Jesus foi um homem judeu que existiu, realizou feitos espetaculares, pregou ensinamentos e foi executado, como ser humano, em Jerusalém.

Um dos aspectos que mais chama a atenção em diversos discursos do Atos é que eles apresentam um ponto de vista em relação a Jesus que os estudiosos há muito consideram ser uma das mais antigas (se não a mais antiga) formulações cristãs do que significava chamar Jesus de Filho de Deus. É evidente que, com o passar do tempo, os cristãos vieram a acreditar que Jesus sempre fora o Filho de Deus, desde o início dos tempos, e que ele veio ao mundo apenas para exercer seu ministério milagroso e pregar seus ensinamentos sobrenaturais durante um período breve, antes de retornar ao céu, de onde viera. Essa é a interpretação que pode ser encontrada no último dos Evangelhos, o de João. Mas essa não era a percepção primitiva de Jesus. Antes de qualquer um achar que Jesus preexistiu como o ser divino que criou o mundo (ver João 1:1-18, por exemplo), havia cristãos que achavam que Jesus só passou a existir ao nascer de uma virgem e que era justamente por ter nascido de uma virgem – e ter o próprio Deus como "pai" – que ele era o Filho de Deus.

Esse modo de pensar parece estar incorporado no Evangelho de Lucas. Nenhuma palavra em Lucas sugere a preexistência de Jesus. Em vez disso, sua mãe concebe pelo Espírito Santo, e é assim que Jesus vem ao mundo. Diz o anjo Gabriel a Maria na Anunciação, quando lhe explica como ela terá um filho: "O Espírito Santo virá sobre você, e a força do Altíssimo a cobrirá com sua sombra. Por isso, o Santo que vai nascer de você será chamado Filho de Deus" (Lucas 1:35). Assim, Jesus é o Filho de Deus porque Deus engravidou sua mãe.

Em um estágio anterior da tradição, antes que os cristãos começassem a falar da preexistência de Jesus ou de sua concepção virginal, eles (ou alguns deles) acreditavam que ele se tornara o Filho de Deus ao ser "adotado" por Deus como seu filho. Segundo esse ponto de vista, Jesus não era filho de Deus nem metafísica nem fisicamente. Era

filho de Deus em sentido metafórico, por adoção. Os cristãos achavam que isso tinha acontecido pouco antes de Jesus começar a pregar em público. Assim, contavam histórias sobre o que acontecera bem no início, quando ele foi batizado por João: os céus se abriram, o Espírito de Deus desceu sobre ele (o que significa que ele não tinha o Espírito até então), e uma voz do céu declarou: "Você é meu filho, eu hoje o gerei". Não se deve minimizar a importância da palavra *"hoje"* nessa citação de Salmos 2. Foi no dia de seu batismo que Jesus se tornou filho de Deus.[73]

Havia ainda tradições mais antigas sobre Jesus que não falavam dele como Filho de Deus por toda a eternidade nem a partir de seu nascimento milagroso ou do início de suas pregações. Nessas tradições cristãs, provavelmente as mais antigas de todas, Jesus se tornou o Filho de Deus quando Deus o ergueu dos mortos. Foi então que Deus concedeu um favor especial ao homem Jesus, louvando-o aos céus e chamando-o de seu filho, o Messias, o Senhor. Embora esse não seja exatamente o entendimento de Paulo, é encontrado em um credo antigo (ou seja, em uma tradição pré-literária) que Paulo cita no início de sua carta aos Romanos, quando fala de Cristo como "Filho de Deus que, como homem, foi descendente de Davi e, segundo o Espírito Santo, foi constituído Filho de Deus com poder, através da ressurreição dos mortos" (1:3-4). Um motivo para achar que isso é um credo antigo – e não um ponto de vista de Paulo – é que Paulo defende outras ideias sobre Jesus como Filho de Deus e as expressa com suas próprias palavras em outros momentos. No entanto, ele cita esse credo provavelmente porque está escrevendo a carta para agradar a um grupo de cristãos, a igreja de Roma, que não conhece Paulo nem o que ele representa, e o credo era uma formulação comum em várias igrejas da época. Em outras palavras, é uma tradição bastante antiga, anterior aos escritos de Paulo.

Mais surpreendente ainda é que uma tradição semelhante pode ser encontrada em alguns dos discursos do Atos, em uma comprovação de que esses discursos assimilam material de tradições sobre Jesus que já existiam bem antes de Lucas empunhar sua pena. Assim, por exemplo, em um discurso atribuído a Paulo em Atos 13 (mas que não é de fato da autoria de Paulo; Lucas escreveu o discurso, incorporando material mais antigo), Paulo diz a um grupo de judeus que estava evangelizando: "Nós anunciamos a vocês este Evangelho: a promessa que Deus fez aos antepassados, ele a cumpriu plenamente para nós, seus filhos, quando ressuscitou Jesus, como está escrito no segundo Salmo: 'Você é o meu filho, eu hoje o gerei'" (Atos 13:32-33).

Novamente, a palavra "hoje". Segundo essa tradição primitiva, bem anterior a Lucas, foi no dia da ressurreição que Jesus se tornou Filho de Deus. Algo semelhante é encontrado em um discurso precedente, proferido pelo apóstolo Pedro: "Que todo o povo de Israel fique sabendo com certeza que Deus tornou Senhor e Cristo aquele Jesus que vocês crucificaram" (Atos 2:36).

Em ambos os discursos há, portanto, vestígios de tradições bem mais antigas, não só em relação a Lucas e o livro dos Atos, mas a qualquer um dos Evangelhos e até mesmo a qualquer texto cristão que tenha subsistido. Eles incorporam uma espécie de cristologia de adoção, segundo a qual Jesus foi exaltado por Deus e feito seu filho no momento da ressurreição. Em ambos Jesus é visto como uma figura totalmente humana que foi crucificada em Jerusalém por indução dos judeus. Só então Deus o adotou como seu filho.

O fato de encontrarmos material bastante primitivo, bem anterior aos Evangelhos, nos discursos do Atos também é importante porque esses discursos não deixam dúvida quanto à natureza de Jesus como um mortal que viveu na terra e foi crucificado sob Pôncio Pilatos por insistência dos judeus. As passagens abaixo foram tiradas de três dos discursos mais significativos:

> Homens de Israel, escutem estas palavras: Jesus de Nazaré foi um homem que Deus confirmou entre vocês, realizando por meio dele os milagres, prodígios e sinais que bem conhecem. E Deus, com sua vontade e presciência, permitiu que Jesus lhes fosse entregue, e vocês, através de ímpios, o mataram, pregando-o numa cruz. Deus, porém, ressuscitou Jesus, libertando-o das cadeias da morte, porque não era possível que ela o dominasse (2:22-24).

> Deus [...] glorificou o seu servo Jesus. Vocês o entregaram e o rejeitaram diante de Pilatos, que estava decidido a soltá-lo. Vocês, porém, renegaram o Santo e o Justo e pediram clemência para um assassino. Vocês mataram o Autor da vida, mas Deus o ressuscitou dos mortos. E disso nós somos testemunhas (3:13-15).

> Porque os habitantes de Jerusalém e seus chefes [...] embora não encontrassem nenhum motivo para condenar Jesus à morte, pediram a Pilatos que ele fosse morto. Depois de fazerem tudo o que a Escritura diz a respeito de Jesus, eles o tiraram da cruz e o puseram num túmulo. Mas Deus o ressuscitou dos mortos (13:27-30).

Essas tradições primitivas dos discursos do Atos não apresentam nenhuma ambiguidade em seus pontos de vista sobre Jesus. São no mínimo tão antigas quanto as histórias evangélicas mais primitivas que subsistiram e, igualmente importante, são independentes delas. Como ocorreu no capítulo anterior, quanto mais aprofundamos nossa análise das fontes que restaram, mais se multiplicam as evidências históricas da vida de Jesus.

AS EPÍSTOLAS NÃO PAULINAS

As epístolas do Novo Testamento estão repletas de referências ao ser humano Jesus, que de fato existiu e morreu crucificado. Não há necessidade de realizar aqui uma análise detalhada; citarei apenas algumas das passagens mais importantes de livros escritos por uma variedade de autores, nenhum dos quais conhecia o trabalho dos outros nem os escritos dos Evangelhos.

Entre os escritos que circularam sob o nome de Paulo, há alguns que na verdade não são de sua autoria.[74] Um deles é a carta I Timóteo, que registra a tradição conhecida por meio de tantas outras fontes: "Diante de Deus, que dá a vida a todas as coisas, e de Jesus Cristo, que deu testemunho diante de Pôncio Pilatos numa bela profissão de fé, eu ordeno a você [...]" (6:13). Não sabemos quem era esse autor; só sabemos que não era Paulo e que ele não dá nenhum indício de que conhecia nossos Evangelhos. No entanto, ele confirma uma das alegações centrais dessas outras obras.

Paulo não foi o único autor imitado por escritores posteriores. Pedro provavelmente também não escreveu nenhum dos dois livros do Novo Testamento que levam seu nome.[75] É bastante evidente que esses outros autores sustentam a ideia de que Jesus era um ser humano real. Começo com várias passagens do livro conhecido como I Pedro, que mais uma vez não demonstra nenhum conhecimento de nossos Evangelhos:

> De fato, para isso é que vocês foram chamados, pois Cristo também sofreu por vocês, deixando-lhes exemplo para que sigam os passos dele. Ele não cometeu nenhum pecado, e mentira nenhuma foi encontrada em sua boca. Quando insultado, não revidava; ao sofrer, não ameaçava. Antes, depositava a sua causa nas mãos daquele que julga com justiça. Sobre o madeiro levou os nossos pecados em seu próprio corpo, a fim de que nós, mortos para nossos pecados, vivêssemos para a justiça. Através dos ferimentos dele é que vocês foram curados (2:21-24).
>
> De fato, o próprio Cristo morreu uma vez por todos pelos pecados, o justo pelos injustos, a fim de os conduzir a Deus. Ele sofreu a morte em seu corpo, mas recebeu vida pelo Espírito (3:18).
>
> Uma vez que Cristo sofreu na carne, vocês também devem estar armados com esta convicção [...] (4:1).
>
> Faço uma admoestação aos presbíteros que estão entre vocês, eu que sou presbítero como eles, testemunha dos sofrimentos de Cristo [...] (5:1).

O fato de que essas passagens não são efetivamente de autoria de Pedro é irrelevante para os propósitos deste livro. Elas são mais um testemunho independente da vida (terrena) de Jesus e de sua morte concreta de fato. Mais enfático ainda é II Pedro, outro

texto forjado em nome de Pedro e que não apresenta evidências claras de qualquer familiaridade com os Evangelhos, ainda que claramente conheça a tradição registrada neles sobre a experiência de Jesus no Monte da Transfiguração:

> De fato, não tiramos de fábulas complicadas o que lhes ensinamos sobre o poder e a vinda de nosso Senhor Jesus Cristo. Pelo contrário, falamos porque fomos testemunhas oculares da majestade dele. Pois ele recebeu de Deus Pai a honra e a glória, quando uma voz vinda da sua Glória lhe disse: "Este é o meu Filho amado: nele encontro o meu agrado". Esta voz veio do céu, e nós próprios a ouvimos quando estávamos com ele no monte santo (1:16-18).

De alguma época anterior a II Pedro, provavelmente por volta do final do século I, vem o tratado de I João, que a tradição erroneamente atribui ao discípulo de Jesus, João, filho de Zebedeu. O autor anônimo desse tratado não escreveu o Evangelho de João, mas há bons motivos para achar que ele o conhecia e vivia na mesma comunidade que o produziu. De todo modo, esse autor também afirma enfaticamente que Jesus surgiu na terra como um ser humano real, capaz de ser sentido, tocado, escutado e visto:

> Aquilo que existia desde o princípio, o que ouvimos, o que vimos com nossos olhos, o que contemplamos e o que nossas mãos apalparam: falamos da Palavra, que é a Vida. Porque a Vida se manifestou, nós a vimos, dela damos testemunho, e lhes anunciamos a Vida Eterna. Ela estava voltada para o Pai e se manifestou a nós. Isso que vimos e ouvimos, nós agora o anunciamos a vocês, para que vocês estejam em comunhão conosco. E a nossa comunhão é com o Pai e com o seu Filho Jesus Cristo (1:1-3).

Até mesmo o livro do Apocalipse, com todas as suas imagens bizarras e visões apocalípticas fantásticas, entende que Jesus foi uma figura histórica real. Para seu autor, ele foi alguém que "viveu" e que "morreu" (1:18). Assim como o Evangelho de João, mas sem depender dele, esse texto, escrito por um autor diferente, retrata Jesus como o "cordeiro que foi imolado" para a salvação (5:6). Deixando de lado o viés teológico que o livro imprime à morte de Jesus, o que importa nesse contexto é que também ele fornece um testemunho independente da tradição cristã de um Jesus real.

Para um último exemplo, recorrerei à carta aos Hebreus, um livro de autoria anônima que acabou aceito no cânone do Novo Testamento por teólogos da igreja que acharam erroneamente que o texto fosse de Paulo. Esse livro não depende das cartas de Paulo nem mostra nenhuma evidência de conhecimento dos Evangelhos. No entanto, contém diversas referências à vida do Jesus histórico. Estas são apenas algumas das passagens essenciais a serem consideradas:

- Jesus apareceu “no período final em que estamos ultimamente” (1:2).
- Deus falou por meio dele, ou seja, em sua proclamação (1:2).
- Ele “realizou a purificação dos pecados”, ou seja, teve uma morte sangrenta (1:3).
- Deus disse a ele: “Você é meu Filho, eu hoje o gerei”; e o chamou de “Filho de Deus” (1:5).
- Ele foi o primeiro a anunciar a salvação (2:3).
- Deus apoiou o testemunho dele e/ou de seus seguidores por meio de sinais, prodígios, milagres de todos os tipos e dons do Espírito Santo (2:4).
- Ele experimentou a morte “pela graça de Deus”, ou seja, Deus não interferiu em sua morte (2:9).
- Ele foi elevado à perfeição pelo sofrimento (2:10).
- Ele assumiu a forma de carne e sangue (2:14).
- Ele era semelhante a seus irmãos (os judeus? todas as pessoas?) em tudo (2:17).
- Ele foi colocado à prova (2:18) em todas as coisas, menos no pecado (4:15).
- Ele foi fiel a Deus (3:2).
- Ele fez orações e súplicas em voz alta e com lágrimas para ser salvo da morte – presumivelmente antes da crucificação (5:7).
- Ele aprendeu a ser obediente através do sofrimento (5:8).
- Ele foi crucificado (6:6; 12:2).
- Ele era descendente da tribo de Judá (7:14).
- Ele ensinou, em referência a Deus: “Não queres e não te agradam sacrifícios e ofertas, holocaustos e sacrifícios pelo pecado” (10:8).
- Ele disse: “Eis-me aqui para fazer a tua vontade” (10:9).
- Ele sofreu fora de Jerusalém (13:12).
- Ele suportou humilhação (13:13).

Em suma, de acordo com esse autor desconhecido, que se baseou nas tradições orais que ele ouvira, Jesus foi um homem de verdade que viveu no passado, um ser humano de carne e osso, um judeu da linhagem de Judá que sentia as mesmas tentações que qualquer um, sofreu em obediência a Deus e foi crucificado, morrendo sem que Deus amenizasse seu sofrimento. Trata-se de mais um testemunho independente da vida e morte de Jesus. Assim, não temos apenas os sete testemunhos evangélicos independentes sobre a existência de Jesus; temos também os discursos do Atos (alguns dos quais são fundados em tradições palestinas primitivas), a narrativa do Atos, as epístolas do Novo Testamento e os escritos de três líderes da igreja – todos evidentemente independentes entre si.[76]

O testemunho de Paulo

O apóstolo Paulo é o autor cristão mais antigo a que temos acesso, de qualquer tipo. Muitos leitores da Bíblia supõem que os Evangelhos foram os primeiros livros do Novo Testamento a serem escritos, pois aparecem primeiro no conjunto e discutem a vida de Jesus, que obviamente deu início a tudo. Mas Paulo estava escrevendo alguns anos antes da produção dos Evangelhos. Sua primeira carta (I Tessalonicenses) é normalmente datada de 49 EC, e a última (Romanos?) de aproximadamente 12 a 13 anos mais tarde. Entre os miticistas é comum a teoria de que Paulo não fala sobre o Jesus histórico nem tinha noção alguma a respeito dele. Entretanto, isso é simplesmente inverídico, como mostra bem uma análise de seus escritos. Aparentemente, um dos motivos dessa alegação dos miticistas é justamente o fato de Paulo ser nosso primeiro testemunho subsistente, tendo escrito depois de um intervalo de 20 anos da data tradicional da morte de Jesus. Se Paulo não soubesse nada do Jesus histórico, então talvez ele não tivesse existido. Um segundo motivo é relacionado ao primeiro: os miticistas querem argumentar que Paulo, em vez de considerar Jesus um ser humano que viveu alguns anos antes, acreditava em uma espécie de Cristo mítico, um ser puramente divino sem existência histórica real, como os deuses de morte e ressurreição cíclicas supostamente adorados por pagãos. Tratarei dessa versão no capítulo 7. Por ora quero analisar as evidências de que Paulo compreendia Jesus como uma figura histórica, um judeu que viveu, pregou e foi crucificado por incitamento de adversários judeus.

Uma das maneiras pelas quais os miticistas tentam contornar o fato de que nossa fonte cristã mais antiga contém várias referências ao Jesus histórico é alegando que tais referências não faziam parte *originalmente* dos escritos de Paulo; elas teriam sido inseridas por escribas cristãos posteriores que queriam que os leitores de Paulo *pensassem* que ele estava se referindo ao Jesus histórico. Essa postura em relação aos escritos de Paulo pode ser descrita como reconstrução histórica baseada no princípio da conveniência. Quando uma evidência histórica se revela inconveniente para certa teoria, basta alegar que a evidência não existe, e de repente se toma a razão.

A VIDA DE JESUS EM PAULO

A verdade é que, seja conveniente ou não, Paulo fala sobre Jesus e supõe que ele de fato tinha existido, que era um pregador judeu e que morreu por crucificação. A seguir, enumero os fatos mais importantes que Paulo diz sobre a vida de Jesus.

Primeiro, Paulo indica de maneira inequívoca que Jesus realmente nasceu humano e foi judeu em sua existência humana. Ele afirma isso em Gálatas 4:4: "Quando, porém, chegou a plenitude do tempo, Deus enviou o seu Filho. Ele nasceu de uma mulher, submetido à Lei, para resgatar aqueles que estavam submetidos à Lei [...]". Essa afirmação também indica que a missão de Jesus era direcionada a judeus, o que é

confirmado em outra carta de Paulo, em Romanos 15:8: "Digo a vocês que Cristo se tornou servidor dos judeus em vista da fidelidade de Deus, a fim de cumprir as promessas feitas aos patriarcas". Essa alegação de que o ministério de Jesus era direcionado aos judeus, para cumprir o que estava prometido nas escrituras, sugere uma das afirmações mais importantes que Paulo faz sobre Jesus, a de que ele era de fato o messias judeu. A crença de que Jesus é o Messias está tão enraizada em Paulo que a expressão "Jesus Cristo", que significa "Jesus, o Messias" (já que a palavra grega *Cristo* é a tradução literal da palavra hebraica *messias*), é extremamente comum em seu texto, assim como a sequência inversa "Cristo Jesus" e a palavra isolada "Cristo", usada como título. Em outras palavras, Paulo tinha tanta convicção de que Jesus era de fato o messias judeu que usava o termo "Cristo" (messias) como se fosse um dos nomes de Jesus.

Isso explica em parte por que Paulo insistia que Jesus descendia fisicamente de Davi. Muitos acreditavam que o "filho de Davi" seria o futuro governante dos judeus; para Paulo, era Jesus. Já vimos a passagem decisiva em Romanos 1:3-4, em que Paulo fala do Evangelho que "se refere ao Filho de Deus que, como homem, foi descendente de Davi". Jesus foi, portanto, um ser real, um descendente físico de Davi, mesmo sendo o filho de Deus.

Naturalmente, Jesus nasceu em uma família. Já vimos que Paulo menciona indiretamente a mãe de Jesus ao indicar que ele "nasceu de uma mulher". Em outro momento ele menciona os irmãos de Jesus, que, ao lado de suas esposas, se tornaram missionários após a morte de Jesus. Paulo faz essa afirmação em I Coríntios 9:5, quando observa que também ele deveria ter o direito da companhia de uma esposa em suas viagens missionárias, mas optava por viajar só (porque, como indica dois capítulos antes, ele não era casado): "Ou não temos direito de levar conosco nas viagens uma mulher cristã, como fazem os outros apóstolos e os irmãos do Senhor, e Pedro?". Não se deve achar que Paulo está se referindo aos "irmãos do Senhor" no sentido espiritual, de que todos os homens são irmãos em Cristo. Se fosse o que quisesse dizer, o resto da passagem não seria compreensível, pois significaria que os próprios apóstolos e até mesmo Pedro não eram "irmãos espirituais" do Senhor, já que são diferenciados daqueles que *são* irmãos. Assim, há um consenso praticamente universal entre os intérpretes da Bíblia de que Paulo se refere aos irmãos de fato de Jesus.

Sabemos os nomes de alguns dos irmãos de Jesus por meio de nossas tradições evangélicas mais antigas. O Evangelho de Marcos os identifica como Tiago, José, Judas e Simão (6:3). Também indica que Jesus tinha irmãs, embora não mencione seus nomes. Em outro momento, Paulo também reconhece um dos irmãos de Jesus, ninguém menos que Tiago, também referido por Marcos. Essa é uma das passagens mais contestadas pelos miticistas e será analisada em profundidade no próximo capítulo. O comentário

aparece em Gálatas 1:18-19, um dos raros depoimentos autobiográficos de Paulo, em que ele reflete sobre seu passado e conta o que fez depois de sua conversão: "Três anos mais tarde, fui a Jerusalém para conhecer Pedro, e fiquei com ele quinze dias. Entretanto, não vi nenhum outro apóstolo, a não ser Tiago, o irmão do Senhor. Deus é testemunha: o que estou escrevendo a vocês não é mentira".

Quando Paulo jura não estar mentindo, eu geralmente acredito. Durante aqueles quinze dias, ele viu Pedro e Tiago e ninguém mais. Novamente, Tiago não pode ser apenas um "irmão" de Jesus no sentindo de irmandade cristã, pois ser o irmão de Jesus é o que o diferencia de Pedro, como explicarei detalhadamente no capítulo seguinte. No momento basta saber que Paulo sabia que Jesus tinha irmãos e que um deles era Tiago, que ele conhecia pessoalmente.

Paulo também parece saber que Jesus tinha doze discípulos, ou talvez seja melhor dizer que Paulo sabia de um grupo fechado de discípulos de Jesus que eram chamados de "os doze". Reformulei a ideia dessa maneira porque alguns estudiosos acham que o mais importante não era o número exato de discípulos, mas o número simbólico relacionado a eles. Paulo mostra ter conhecimento deles em sua afirmação sobre as aparições de Jesus depois de sua ressurreição, quando indica que, depois de ser erguido dos mortos no terceiro dia, Jesus "apareceu a Pedro e depois aos Doze" (I Coríntios 15:5). Não é necessário concluir que Pedro não era um dos doze; Paulo pode estar simplesmente dizendo que Jesus apareceu primeiro a Pedro e depois ao grupo inteiro. É interessante que ele os chame de "os doze" nesse contexto, já que, segundo tanto Mateus como o livro dos Atos, o discípulo Judas Iscariotes, um dos membros desse grupo fechado, já havia desertado e até morrido (por enforcamento em Mateus, caindo e espalhando as entranhas no Atos). O fato de Paulo mencionar que "os doze" viram Jesus após a ressurreição significa que ele não conhece as histórias sobre Judas (assim como possivelmente Marcos e João) ou, conforme já sugeri, o grupo era identificado como "os doze" mesmo após o abandono de um de seus membros.

Paulo sabe que Jesus era professor porque cita diversos ensinamentos dele. Tratarei desses ensinamentos em breve. Por ora vale notar que dois dos ensinamentos de Jesus citados por Paulo foram proferidos, segundo ele, na Última Ceia, na noite em que Jesus foi entregue às autoridades para enfrentar sua sina.

> De fato, eu recebi pessoalmente do Senhor aquilo que transmiti para vocês: na noite em que foi entregue, o Senhor Jesus tomou o pão e, depois de dar graças, o partiu e disse: "Isto é o meu corpo que é para vocês; façam isto em memória de mim". Do mesmo modo, após a Ceia, tomou também o cálice, dizendo: "Este cálice é a Nova Aliança no meu sangue; todas as vezes que vocês beberem dele, façam isso em memória de mim" (I Coríntios 11:23-25).

Quando Paulo afirma que "recebeu" essa tradição "pessoalmente do Senhor", parece querer dizer que, de alguma maneira – uma revelação? –, a verdade do relato foi confirmada a ele por Deus ou por Jesus. No entanto, os termos "receber" e "transmitir", conforme os estudiosos observam com frequência, são usados regularmente em círculos judaicos para se referir a tradições que são passadas de um mestre a outro. Nesse caso, é uma tradição sobre a Última Ceia de Jesus, que Paulo obviamente conhece. A cena que ele descreve é bastante próxima à descrição do evento no Evangelho de Lucas (com algumas diferenças cruciais); por sua vez, há menos semelhanças em comparação a Mateus e Marcos.

Uma questão que podemos desenvolver é a ênfase dada por Paulo a esse evento ter ocorrido "na noite em que foi entregue". Tradicionalmente, essa passagem é traduzida como "na noite em que foi traído" e interpretada como uma referência à traição de Judas Iscariotes. O problema dessa interpretação é que a palavra que Paulo usa não significa "trair", e sim "entregar", e ele a usa em outras passagens para se referir ao que Deus fez quando "entregou" seu filho à sua sorte, como em Romanos 8:31-32: "Se Deus está a nosso favor, quem estará contra nós? Ele não poupou seu próprio Filho, mas o entregou por todos nós. Como não nos dará também todas as coisas junto com o seu Filho?". É a mesma palavra em grego: "entregar".

Portanto, Paulo provavelmente não está se referindo à traição de Judas na passagem sobre a Última Ceia em I Coríntios 11:23-25. Está claramente remetendo a um evento histórico. É importante notar que ele menciona que essa cena aconteceu à noite, mas que não se trata de uma referência mitológica vaga, é apenas uma menção a um evento histórico concreto. Paulo sabe que Jesus teve uma Última Ceia com seus discípulos em que previu sua morte iminente, na mesma noite em que foi entregue às autoridades.

Além disso, Paulo acha que Jesus foi morto por indução dos "judeus". Isso é indicado em uma passagem muito contestada, não apenas entre miticistas. Em I Tessalonicenses, Paulo lista diversos atos censuráveis de seus adversários judeus que vivem na Judeia:

> Irmãos, vocês imitaram as igrejas de Deus que estão na Judeia, as igrejas de Jesus Cristo, pois vocês sofreram da parte de seus compatriotas, assim como também elas sofreram por causa dos judeus [ou dos judeianos]. Estes mataram o Senhor Jesus e os profetas, e agora nos perseguem. Desagradam a Deus e são inimigos de todo mundo. Eles querem impedir-nos de pregar a salvação aos pagãos. E com isso vão enchendo sempre mais a medida dos seus pecados, até que a ira de Deus acabe por cair sobre eles (2:14-16).

É esta última frase que tem causado problemas para os intérpretes. O que Paulo quis dizer ao afirmar que a ira de Deus acaba por cair sobre os judeus (de Judeia)? Faria sentido se Paulo estivesse escrevendo após a destruição da cidade de Jerusalém pelos

romanos, ou seja, depois de 70 EC. Faz menos sentido quando se sabe que a carta foi de fato escrita por volta de 49 EC. Por isso, diversos estudiosos acreditam que esse trecho inteiro foi inserido em I Tessalonicenses e, portanto, não foi escrita por Paulo. A passagem teria sido acrescentada por um escriba cristão que copiava a carta após a destruição de Jerusalém.

Não concordo com essa suposição por uma série de motivos. Para começar, se a única parte da passagem que não parece ter vindo da pena de Paulo é a última frase, faria mais sentido dizer que apenas essa frase foi inserida pelo suposto escriba cristão. Não há motivo para duvidar da passagem inteira, apenas das palavras finais.

No entanto, eu não duvido nem dessas palavras. Em primeiro lugar, que evidências concretas há de que as palavras não constavam da carta I Tessalonicenses originalmente escrita por Paulo? Nenhuma. É certo que não temos a carta original, apenas cópias posteriores feitas por escribas, mas também não há um só manuscrito em que a frase (muito menos o parágrafo inteiro) esteja faltando. Ela está presente em todos os manuscritos que chegaram até nós. Se a passagem foi incluída depois da queda de Jerusalém, por volta, digamos, do final do primeiro século da Era Comum, ou mesmo do segundo, quando cristãos começaram a culpar pela queda da cidade o fato de terem sido judeus os que mataram Jesus, por que nenhum dos manuscritos de I Tessalonicenses copiados antes da inserção da passagem contém vestígios do texto original? Por que não foi feita *nenhuma* cópia da versão antiga? Precisamos de melhores evidências da suposta inserção por um escriba para termos certeza de que ela ocorreu. E mais uma vez: o problema não é o parágrafo inteiro, apenas a última frase.

Outro ponto a ser examinado é que Paulo achava que a ira de Deus já estava se manifestando no mundo. Uma passagem decisiva é Romanos 1:18-32, em que Paulo afirma logo de início em tom inequívoco: "A ira de Deus se manifesta do céu contra toda impiedade e injustiça dos homens, que com a injustiça sufocam a verdade". Quando Paulo diz que a ira de Deus "se manifesta", não quer dizer que ela pode ser vista de alguma forma meramente etérea. Ele está dizendo que sua presença é sentida de maneira poderosa. A ira de Deus estava naquele momento sendo direcionada contra todo o comportamento ímpio e injusto. Nessa passagem de Romanos, Paulo está falando da ira de Deus manifestada contra os pagãos que se recusaram a se converter então, no fim dos tempos, antes do retorno de Jesus à terra. Não seria estranho concluir que ele igualmente achava que a ira de Deus se manifestava contra os judeus que também agiram de modo ímpio e injusto. E ele tem uma lista longa de ofensas contra as quais Deus respondia.

Em suma, acredito que Paulo tenha de fato escrito I Tessalonicenses 2:14-16. Com certeza escreveu tudo o que vai até o versículo 16. Isso significa, portanto, que Paulo acredita que foram os judeus (ou as pessoas de Judeia) os verdadeiros responsáveis pela

morte de Jesus. Essa concepção é compartilhada pelos autores dos Evangelhos, embora não seja bem-vista por aqueles que hoje se revoltam contra a exploração torpe de teorias como essa na história do antissemitismo.

Por fim, Paulo afirma enfaticamente em seus escritos que Jesus foi crucificado. Em nenhum momento ele menciona Pôncio Pilatos ou os romanos, mas talvez nem houvesse necessidade disso. Seus leitores sabiam muito bem do que ele estava falando. Crucificação era a forma de punição comum imposta pelos romanos e podia ser usada com criminosos condenados pelas autoridades romanas. A crucificação de Jesus é um dos temas constantes nas cartas de Paulo. Uma amostra breve de sua postura pode ser encontrada em I Coríntios 2:2: "Entre vocês, eu não quis saber outra coisa a não ser Jesus Cristo, e Jesus Cristo crucificado". Ou em I Coríntios 15:3-4, uma passagem que enfatiza a importância desse ensinamento sobre a morte de Cristo no contexto da mensagem de Paulo: "Por primeiro, eu lhes transmiti aquilo que eu mesmo recebi, isto é: Cristo morreu por nossos pecados, conforme as Escrituras; ele foi sepultado [...]". Adiante voltarei a esta última questão. Jesus não foi apenas crucificado, foi sepultado. Em outras palavras, teve uma morte humana, por execução, pela mão dos romanos, e morreu de fato, pois foi sepultado.

OS ENSINAMENTOS DE JESUS EM PAULO

Além dessas informações sobre a vida e a morte de Jesus, Paulo cita em várias ocasiões os ensinamentos por ele ministrados. Já vimos dois ditos de Jesus na primeira carta de Paulo aos coríntios (11:23-25). Paulo indica que essas palavras foram ditas durante a Última Ceia de Jesus. Elas guardam bastante semelhança com as palavras de Jesus registradas anos depois no relato de Lucas sobre a ceia (Lucas 22:19-20).

Os outros dois ensinamentos de Jesus em I Coríntios também apresentam paralelos na tradição dos Evangelhos. O primeiro aparece nas instruções de Paulo sobre a legitimidade do divórcio, quando ele parafraseia as palavras de Jesus exortando os fiéis a se manterem casados. Que se trata de uma tradição que remonta aos ensinamentos de Jesus fica evidente pela explicação de Paulo, nesse momento, sobre não ser ele quem está dando essa instrução, porque ela já foi dada antes pelo próprio Senhor: "Aos que estão casados, tenho uma ordem. Aliás, não eu, mas o Senhor: a esposa não se separe do marido; e caso venha a separar-se não se case de novo, ou então se reconcilie com o marido. E o marido não se divorcie de sua esposa" (I Coríntios 7:10-11).

O trecho "e caso venha a separar-se não se case de novo, ou então se reconcilie com o marido" é visto por muitos como um adendo de Paulo a essa prescrição de Jesus. Editores e tradutores eventualmente o separam do resto da frase por meio de parênteses ou travessões. O resto é preceito que Paulo aprendeu com o próprio Senhor. Há certa convergência com algumas palavras proferidas por Jesus no Evangelho de Marcos: "Jesus

respondeu: 'O homem que se divorciar de sua mulher e se casar com outra cometerá adultério contra a primeira mulher. E se a mulher se divorciar de seu marido e se casar com outro homem, ela cometerá adultério" (Marcos 10:11-12).

Há quem argumente que Jesus não poderia ter falado tal coisa, já que na Palestina de sua época era proibido que uma mulher se divorciasse de seu marido. Não poderia, portanto, ser o caso de Paulo citar um ensinamento de Jesus (já que ele nunca teria dito isso). G. A. Wells, por exemplo, defende que não se trata da citação de um ensinamento do Jesus histórico, mas de uma profecia do céu recebida por um profeta cristão, que Paulo entendeu como tendo vindo "do Senhor".[77] Discutirei esse argumento em breve. A essa altura, porém, quero enfatizar alguns pontos sobre esse ensinamento em particular. O mais flagrante é que há uma enorme diferença entre dizer que certas autoridades na Palestina romana não permitiam que as mulheres se divorciassem e dizer que as mulheres não se divorciavam. Estudos recentes mostram que mulheres judias da Palestina de fato se divorciavam de seus maridos, independentemente do que diziam as autoridades, de modo que o ensinamento de Jesus é perfeitamente adequado nesse contexto.[78] Ele não considerava isso uma boa prática e queria proibi-la.

Ao mesmo tempo, se Jesus ministrou ou não esse ensinamento não é diretamente relevante para a nossa investigação, e, portanto, a objeção de Wells pouco importa. Marcos *achava* que Jesus dissera algo assim, por consequência Paulo transmite algo próximo ao que Jesus supostamente disse. Além disso, Paulo indica que a fonte desse ensinamento não é sua própria sabedoria e percepção sobre harmonia familiar, mas o próprio Senhor. Parece ser bastante provável que Paulo está baseando sua exortação em uma tradição sobre divórcio que ele conhece, ou pensa conhecer, remontando ao Jesus histórico.

Algo semelhante acontece em outro momento de I Coríntios em que Paulo parece se referir a um ensinamento de Jesus. No capítulo 9, ele discute a questão do direito dos apóstolos de contar com apoio financeiro de terceiros para empreender seus esforços missionários. Paulo é a favor, embora ele próprio não tire vantagem dessa prática regularmente, e usa um ensinamento de Jesus para sustentar sua posição: "Da mesma forma, o Senhor ordenou que aqueles que anunciam o Evangelho vivam do Evangelho" (I Coríntios 9:14). Já se reconhece em geral que essa recomendação do Senhor é encontrada em nossas tradições evangélicas de formas ligeiramente diferentes em Mateus e Lucas (ou seja, a tradição vem de Q). A versão de Lucas é a mais adequada. Jesus está instruindo seus discípulos sobre como proceder ao espalhar o Evangelho: "Permaneçam nessa mesma casa, comam e bebam do que tiverem, porque o trabalhador merece o seu salário. [...]" (Lucas 10:7).

Nesses dois casos, assim como nas referências que Paulo faz no relato da Última Ceia, há paralelos estreitos entre o que Paulo diz que Jesus disse (em citação ou

paráfrase) e as supostas palavras de Jesus registradas em outras fontes. Para a maioria dos intérpretes, está claro que a intenção de Paulo é realmente citar os ensinamentos de Jesus.

Não há outras ocorrências de Paulo citando Jesus de maneira óbvia, embora estudiosos tenham encontrado indícios frequentes dos ensinamentos de Jesus em Paulo.[79] A grande dúvida é por que Paulo não cita Jesus mais vezes. Essa é uma questão delicada que exigirá uma reflexão mais aprofundada ao final deste capítulo. Por ora devo apenas enfatizar o ponto mais importante: Paulo evidentemente acreditava que Jesus existiu e ocasionalmente citava seus ensinamentos.

Em diversos outros momentos Paulo indica que está repetindo uma "palavra" ou "mandamento do Senhor". Isso ocorre em sua carta mais antiga, I Tessalonicenses, quando ele discute o evento futuro em que Jesus retornaria do céu, todos os mortos seriam ressuscitados, e todos os fiéis vivos se juntariam a eles em uma reunião celestial com o Senhor (4:13-18). Nesse contexto, Paulo afirma: "Eis o que declaramos a vocês, baseando-nos na palavra do Senhor: nós, que ainda estaremos vivos por ocasião da vinda do Senhor, não teremos nenhuma vantagem sobre aqueles que já tiverem morrido. De fato, a uma ordem, à voz do arcanjo e ao som da trombeta divina, o próprio Senhor descerá do céu. Então os mortos em Cristo ressuscitarão primeiro" (I Tessalonicenses 4:15-16). Para Paulo, os que estavam mortos se reuniriam com Jesus primeiro e seriam imediatamente seguidos pelos que ainda não tinham morrido. E ele sabia tudo isso através da "Palavra do Senhor".

Conforme mencionado anteriormente, o miticista G. A. Wells argumenta que os ditos de Jesus nos escritos de Paulo não vieram de tradições sobre o ministério do Jesus histórico, mas de profecias anunciadas nas igrejas de Paulo, revelações diretas do Senhor do céu. Esse pode ter sido o caso em algumas ocasiões, e é possível que essa passagem em I Tessalonicenses seja um exemplo disso. O motivo para pensar assim é que não há nenhum registro do Jesus histórico dizendo que tal coisa aconteceria por ocasião de seu retorno (no entanto, ver Mateus 24:3-44). Assim, há duas opções: ou Paulo conhecia uma tradição em que o Jesus histórico supostamente discutia essa questão, ou ele aprendeu esse ensinamento por meio de uma profecia em uma de suas igrejas.

No fim das contas, acho impossível chegar a uma conclusão. Jesus sem dúvida disse muitas coisas – centenas, milhares de coisas – que não estão registradas nos Evangelhos mais antigos. E mais tarde ainda foram atribuídos a Jesus vários outros dizeres, mesmo que ele provavelmente não os tivesse proferido (por exemplo, muitas das falas no Evangelho de Tomé e em Evangelhos posteriores). Paulo pode muito bem ter ouvido falar de ensinamentos de Jesus, como aquele de I Tessalonicenses, que não subsistiram em outras fontes (fossem realmente ditos por Jesus ou não). Ou então ele pode ter obtido essa informação sobre a segunda vinda de Jesus a partir de uma profecia. No

entanto, estamos diante de uma situação diferente em relação aos ensinamentos de Jesus nas cartas de Paulo que analisamos anteriormente. Quando Paulo alega que Jesus disse algo e temos um registro de Jesus falando praticamente a mesma coisa, é razoável concluir que Paulo está se referindo a algo que ele acredita que Jesus de fato dissera.[80]

RESUMO PROVISÓRIO: PAULO E JESUS

Em suma, Paulo mostra que sabia que Jesus existiu e revela que tinha ao menos alguma informação sobre a vida dele. Via de regra, os miticistas não consideram nada disso relevante para o debate sobre o conhecimento ou a crença de Paulo a respeito do Jesus histórico. Analisarei em breve diversos de seus argumentos mais comuns. Antes, porém, quero enfatizar alguns pontos por meio de um resumo do que vimos até agora sobre a posição de Paulo no que se refere ao Jesus histórico.

Paulo comprovadamente não escreveu um Evangelho sobre Jesus nem incluiu muitas tradições sobre ele em seus escritos. Vários leitores do Novo Testamento estranham isso. Por que Paulo não nos conta mais sobre Jesus? Deveria ser uma questão importante para ele. Aprofundarei essa discussão adiante, já que um dos argumentos mais usados pelos miticistas é o de que, se Paulo soubesse da existência de um Jesus histórico, teria nos contado muito mais sobre ele. No momento quero ressaltar duas coisas. Primeiro, temos de ter em mente que os escritos disponíveis de Paulo eram cartas direcionadas a suas igrejas (e à igreja de Roma, que ele não fundou). Ele está escrevendo para tratar de problemas que surgiram nessas igrejas. O objetivo não é detalhar tudo que ele sabia ou pensava sobre Deus, Cristo, o Espírito Santo, a igreja, a condição humana e assim por diante. Ele fala de problemas que suas igrejas enfrentavam. Eu mesmo já escrevi centenas de cartas sobre questões religiosas nos últimos 35 anos. Seria muito fácil pegar sete delas e não encontrar uma única citação das palavras de Jesus ou uma única referência ao que ele supostamente fez ou vivenciou. Isso significa que não sei que Jesus existiu?

Segundo, o que Paulo efetivamente diz deixa bem claro que ele sabia, ou ao menos acreditava, que Jesus havia existido como uma pessoa histórica alguns anos antes. Paulo menciona que Jesus nasceu, que era judeu, um descendente direto do rei Davi, que tinha irmãos, um dos quais se chamava Tiago, que exerceu uma espécie de ministério entre os judeus, que tinha doze discípulos, que era um pregador, que previu a própria morte, que participou da Última Ceia na noite em que foi entregue, que foi morto por incitamento de judeus da Judeia e que morreu por crucificação. Ele também se refere em diversas ocasiões aos ensinamentos de Jesus. Paulo certamente sabia que Jesus existiu e conhecia alguns dados sobre ele.

Além disso, devo enfatizar que Paulo indica em diversas ocasiões que ele próprio herdou tradições sobre Jesus de outras pessoas que vieram antes dele. Isso está claramente implícito quando ele diz que "transmitiu" o que havia "recebido" anteriormente, uma linguagem técnica usada na antiguidade para se referir à comunicação de tradições e ensinamentos entre rabinos judeus. Mesmo quando Paulo não afirma estar transmitindo tradições recebidas, há ocasiões em que fica claro que é isso que está fazendo. Já mencionei, por exemplo, Romanos 1:3-4, um antigo credo de adoção sobre Jesus que indica que ele apenas "se tornou" Filho de Deus ao ser ressuscitado dos mortos. Esse credo não foi escrito por Paulo: ele emprega palavras e expressões não encontradas em outros escritos de Paulo (por exemplo, "Espírito de santidade") e contém conceitos estranhos a Paulo (como esse de que Jesus foi constituído Filho de Deus na ressurreição). Ele está usando, portanto, um credo mais antigo, anterior aos seus escritos.

Onde Paulo obteve todas essas tradições, de quem e, mais importante, quando? O próprio Paulo nos dá algumas pistas. Ele indica em Gálatas I que, antes de sua conversão, fora um opositor feroz da igreja, mas que depois se converteu graças a uma misteriosa revelação de que Jesus era realmente o Filho de Deus. Três anos depois, ele nos diz, visitou Jerusalém e ali passou quinze dias com Pedro e Tiago. Pedro era um dos doze discípulos de Jesus, e Tiago era irmão dele. Ressaltarei a importância desse fato no próximo capítulo. Por ora quero simplesmente observar que essa visita é uma das ocasiões mais prováveis de onde foi que Paulo aprendeu todas as tradições a que se refere e mesmo as tradições que ele não menciona explicitamente, mas que suspeitamos estarem inseridas em seus escritos. E quando isso poderia ter ocorrido?

Com as ocasionais indicações de tempo fornecidas por Paulo ("três anos depois" ou "após quinze anos"), é possível estabelecer uma cronologia aproximada de sua vida. Como ponto de partida sólido, podemos dizer que Paulo deve ter se convertido em algum momento depois da morte de Jesus, por volta de 30 EC, e antes de 40 EC. Esta última data é baseada em II Coríntios 11:32, em que Paulo indica que Aretas, rei dos nabateus, estava decidido a prendê-lo por ser cristão. Aretas morreu por volta do ano 40, portanto Paulo se converteu em algum momento da década de 30 EC. Reunindo e analisando todos os números fornecidos por Paulo, os estudiosos concluem que ele deve ter se convertido no início da década de 30, possivelmente em 32 ou 33, apenas dois ou três anos após a morte de Jesus.

Isso significa que, se Paulo foi a Jerusalém visitar Pedro e Tiago três anos após sua conversão, deve ter recebido lá as tradições mencionadas em suas cartas posteriores, de meados da década de 30, em 35 ou 36, digamos. O legado que herdou era evidentemente mais antigo do que isso e, portanto, deve datar de dois ou três anos após a morte de Jesus.

Tudo isso deixa extremamente claro que, quase imediatamente após a data tradicional da morte de Jesus, em geral já se conheciam sua existência e sua morte. Não temos de esperar pelo Evangelho de Marcos, por volta de 70 EC, para ter informação sobre o Jesus histórico, como os miticistas gostam de alegar. Essas evidências de Paulo coincidem perfeitamente com o que encontramos nas tradições evangélicas, cujas fontes orais quase certamente remontam à década de 30 na Palestina romana. Paulo também mostra que, poucos anos após o período de vida de Jesus, seus seguidores já estavam falando sobre as coisas que ele dissera, fizera e vivenciara como um pregador judeu na Palestina que foi crucificado pelos romanos por indução das autoridades judaicas. Trata-se de uma poderosa confluência de evidências: as fontes dos Evangelhos e os relatos de nosso autor cristão mais antigo. É difícil explicar tal confluência sem concluir que Jesus realmente existiu.

CONTRA-ARGUMENTOS MITICISTAS

Já apontei que alguns estudiosos têm dedicado a vida inteira ao estudo da vida e das cartas de Paulo. Conheço pessoalmente dezenas de estudiosos que passaram vinte, trinta, quarenta anos de suas vidas ou mais trabalhando para entender Paulo. Alguns são fundamentalistas, alguns são cristãos teologicamente moderados, alguns são cristãos extremamente liberais, e outros são agnósticos ou ateus. Nenhum deles, que eu saiba, acha que Paulo não acreditava na existência de um Jesus histórico. As evidências são simplesmente muito claras e sólidas. Muitos miticistas, porém, alegam que esse consenso acadêmico está errado e apresentam alguns argumentos interessantes para provar sua ideia. Embora não me convençam, acredito que esses argumentos devem ser seriamente analisados.

Teorias de interpolação

Vamos retomar a discussão sobre uma maneira relativamente fácil de contornar as evidências de Paulo concernentes ao Jesus histórico. Trata-se de alegar que tudo que Paulo declarou sobre o homem Jesus não constava originalmente de seus escritos, foi inserido mais tarde por escribas cristãos que queriam que Paulo dissesse mais sobre a vida terrena do seu Senhor. Conforme sugeri, isso me parece um "academicismo de conveniência", pois as evidências inconvenientes a uma teoria são descartadas como inexistentes (mesmo que realmente existam). Devo enfatizar que os estudiosos paulinos que têm dedicado muitos anos ao estudo de Romanos, e Gálatas, e I Coríntios não são os que argumentam que Paulo não menciona detalhes da vida de Jesus em nenhum momento – detalhes como ter nascido de uma mulher, ser judeu e descendente de Davi, haver pregado aos judeus, ter feito uma refeição singular às vésperas de sua morte e ter

transmitido vários ensinamentos importantes. São apenas os miticistas, que têm interesses particulares para defender que Paulo nada sabia de um Jesus histórico, que insistem na alegação de essas passagens não constarem originalmente dos escritos de Paulo. É sempre importante analisar a fonte.

Apesar do desejo dos miticistas de não encontrar tais passagens, não há evidências textuais de que elas não constavam originalmente dos escritos de Paulo (aparecem em todos os manuscritos que subsistiram) e nenhuma base literária sólida para achar que não faziam parte de Paulo. É praticamente certo que Paulo as escreveu. Além disso, se os escribas estavam tão preocupados em inserir aspectos da vida de Jesus nos escritos de Paulo, é estranho que não tenham se dedicado a isso com mais afinco, por exemplo, acrescentando comentários sobre o nascimento de Jesus do ventre de uma virgem em Belém, suas parábolas, seus milagres, seu julgamento diante de Pilatos e assim por diante. No fim das contas, sejam quais forem as teorias sobre o que Paulo achava de Jesus e as explicações de por que ele não discorreu mais acerca disso, podemos seguramente afirmar que ele sabia da existência de Jesus e conhecia informações fundamentais sobre sua vida e morte.

O argumento de G. A. Wells

Em minha opinião, muito mais interessante é o argumento sobre o conhecimento de Paulo do Jesus histórico insistentemente defendido por G. A. Wells. Se Paulo sabia da existência do Jesus histórico, pergunta Wells, por que não menciona quase nada do que é dito sobre Jesus nos Evangelhos? Ele não cita quase nenhum ensinamento de Jesus (há apenas três referências a eles). Paulo considerava os outros ensinamentos de Jesus irrelevantes? Se eram relevantes, por que não são mencionados? Além disso, não há praticamente nada sobre os eventos da vida de Jesus: nenhuma descrição de milagres, exorcismos ou ressurreições. Não eram importantes para Paulo? Não há praticamente nenhum detalhe sobre a morte de Jesus: a viagem a Jerusalém, a traição, o julgamento diante de Pôncio Pilatos e assim por diante. Nada disso interessava a Paulo? No raciocínio de Wells, todas essas tradições deviam ser extremamente importantes para Paulo, e ele teria escrito sobre elas se as conhecesse. Se não o fez, o que se sugere é que, na verdade, Paulo não tinha conhecimento delas.

Para Wells, o fato de Paulo não citar extensivamente os ensinamentos de Jesus ou mencionar seus milagres é altamente significativo. Os ensinamentos de Jesus seguramente seriam importantes, especialmente quando Paulo trata dos mesmos temas. Por exemplo, assinala Wells, Paulo indica que “nem sabemos o que convém pedir” (Romanos 8:26).[81] Mas Jesus mostrou a seus discípulos o que convém pedir quando ensinou a eles o Pai Nosso. Se Paulo tivesse algum conhecimento de Jesus, não saberia ao menos isso? Paulo também ensinou que os seguidores de Jesus deveriam ser castos (I

Coríntios 7). Se conhecesse Jesus, certamente saberia que Jesus também elogiou aqueles que renunciaram ao casamento por causa do reino do céu (Mateus 19:12). Paulo ensinou aos seguidores de Cristo: "Abençoem os que perseguem vocês; abençoem e não amaldiçoem" (Romanos 12:14). Por que então não citaria o Sermão da Montanha para fortalecer seu argumento, para mostrar que essa prescrição não era simplesmente baseada em uma visão particular sua? Em relação aos milagres – já que, nas palavras de Wells, "Os judeus certamente esperavam a ocorrência de milagres na era messiânica" –, é quase impossível entender por que Paulo não recorre a um único milagre de Jesus nem sequer menciona que Jesus os realizou, como apoio à sua mensagem evangélica.

Em relação a todas as omissões de Paulo, Wells faz uma observação metodológica particularmente significativa. A questão não é simplesmente a falta de alguns detalhes da vida de Jesus nos escritos de Paulo. O problema é que ele não menciona coisas que especificamente ajudariam a fortalecer seus argumentos para os leitores. Nas palavras de Wells: "É evidente que o silêncio nem sempre é prova de ignorância, e qualquer autor sabe muitas coisas que deixa de mencionar. O silêncio de um autor só tem importância quando se estende a assuntos obviamente relevantes para o tema que ele se propôs a discutir".[82] No fim das contas, Wells não entende por que, se Paulo realmente acreditava que Jesus havia vivido poucos anos antes, "não há nenhuma menção a seu ministério galileu; nenhuma menção a Belém, Nazaré ou Galileia; nenhuma sugestão de que Jesus pregava por meio de parábolas ou realizava milagres; e nenhuma indicação de que ele morreu em Jerusalém". Em relação à crucificação, "era de se esperar que ele ao menos aludisse a quando e onde ocorreu esse evento importante, se era de seu conhecimento".[83] Enfim, Wells conclui que Paulo não tinha conhecimento de um homem chamado Jesus que vivera apenas alguns anos antes, um pregador judeu galileu que foi crucificado pelos romanos por ordens de Pôncio Pilatos.

A contestação do contra-argumento

À primeira vista, o argumento de Wells parece bastante forte. No entanto, não resiste a uma análise cuidadosa, por motivos bem convincentes. Para começar, Wells pode ter razão ou não (como veremos detalhadamente adiante) quando diz que Paulo teria citado o Pai Nosso ou a instrução para abençoar os perseguidores se conhecesse esses ensinamentos. Mas, mesmo que Paulo tivesse conhecimento do Jesus histórico e mesmo que soubesse *muita* coisa sobre ele, não há motivo para concluir que ele deveria saber desses ensinamentos específicos de Jesus. Vários autores que tinham plena consciência da existência de Jesus, até aqueles que vieram depois de Paulo, não dizem nada sobre o Pai Nosso ou a ordem para abençoar perseguidores. Chama a atenção, por exemplo, o fato de que nenhuma dessas passagens aparece no Evangelho de Marcos. Marcos achava que Jesus existiu? É evidente que sim. Então por que não incluiu esses dois

ensinamentos tão importantes? Ou não serviam aos seus propósitos, ou ele nunca ouvira falar deles, embora ele também mostrasse interesse tanto por orações quanto por perseguições. (Os ensinamentos chegaram a Mateus e Lucas por meio de Q.)

Certos materiais que Wells espera que Paulo mencione eram completamente irrelevantes aos assuntos e aos destinatários das cartas de Paulo. Por exemplo, a alegação de que Paulo teria se referido aos milagres de Jesus para demonstrar que ele era o Messias. Se Paulo estivesse discutindo a questão de Jesus ser ou não o Messias com um grupo de judeus, é bem possível que tivesse mencionado os milagres de Jesus. No entanto, as sete cartas de Paulo que subsistiram não foram escritas para judeus a fim de convencê-los a acreditar em Jesus. Muito pelo contrário. Foram escritas para congregações de cristãos que já acreditavam em Jesus e não precisavam de persuasão (congregações, aliás, basicamente compostas de gentios, não judeus). Por que Paulo teria necessidade de apelar aos milagres de Jesus para convencer pessoas já comprometidas com a causa?

Um dos maiores pontos fracos do argumento de Wells é supor que ele sabe o que Paulo *teria* feito. Tentar adivinhar as intenções de alguém é sempre perigoso em história, especialmente se esse alguém viveu há dois mil anos e é uma figura sobre quem temos pouco conhecimento e poucas fontes de acesso. Que evidências concretas são possíveis para sugerir o que Paulo teria feito?

Vale notar nesse sentido que as omissões de Paulo não se restringem à vida e aos ensinamentos de Jesus. Ele não fala de várias coisas que desejaríamos desesperadamente que mencionasse, já que gostaríamos de saber muita coisa sobre vários assuntos diferentes. Há, por exemplo, muitas omissões de Paulo sobre sua própria pessoa. De onde ele era? Quem foram seus pais? Que tipo de educação recebeu? Quem foram seus professores? Quem eram seus amigos? Quem eram seus inimigos? Por que não nomeia nenhum deles? Quais eram suas atividades religiosas antes da conversão? Qual foi a "revelação" responsável por sua conversão? O que fez durante os três anos que passou na Arábia ou em Damasco antes de se encontrar com Pedro em Jerusalém? Ou nos catorze anos seguintes? Por onde viajou? Qual era sua profissão ou sua rotina diária? Como ele convertia as pessoas? Onde as encontrava? O que dizia a elas? O que acontecia quando elas aceitavam o Evangelho? E assim por diante, infinitamente.

Há milhares de coisas sobre Paulo que gostaríamos de saber. Por que ele não fala de nenhuma delas? Basicamente, por falta de ocasião. Ele estava escrevendo cartas a suas igrejas para lidar com os problemas delas, e a maior parte das cartas é dedicada a esses assuntos. É importante lembrar que seu público era composto exclusivamente de cristãos fiéis. Não sabemos quanto essas pessoas já sabiam sobre Paulo ou, mais relevante, sobre Jesus. Se já sabiam bastante sobre Jesus, não havia necessidade de

informá-las que Jesus caminhou sobre a água, ergueu a filha de Jairo dos mortos e foi executado em Jerusalém.

Assim, é mesmo de se estranhar que Paulo discorra relativamente pouco sobre Jesus? Por que não o comparamos a outros autores? Uma vez que foram preservados escritos produzidos anos depois de Paulo por cristãos que certamente acreditavam que Jesus existiu, poderíamos verificar se há neles referências a palavras e feitos de Jesus que não encontramos em Paulo. Naturalmente, os outros livros do Novo Testamento são itens relevantes de comparação. Quantas vezes I Timóteo, Hebreus, I Pedro e Apocalipse – todos escritos por autores que, como já vimos, indicam claramente que Jesus existiu – falam das parábolas, dos milagres, dos exorcismos e de coisas afins de Jesus? Nenhuma. Isso significa que não têm conhecimento sobre Jesus? Não, provavelmente significa que essas tradições sobre Jesus não eram importantes para seus propósitos.

Ou consideremos dois casos ainda mais evidentes, de autores que certamente conheciam os Evangelhos de Jesus, propriamente ditos, que existem até hoje. Conforme disse anteriormente, o autor de I, II e III João vivia na mesma comunidade que produziu o Evangelho de João e mostra sinais claros de que conhecia esse texto. Ainda assim, quantas vezes ele o cita em suas três cartas? Nenhuma. Com que frequência fala das parábolas, dos milagres e dos exorcismos de Jesus, de sua viagem a Jerusalém, de seu julgamento sob Pilatos? Nunca. Isso significa que ele não acreditava que Jesus existiu?

Isso também ocorre no livro dos Atos. Nesse caso, trata-se de um autor que efetivamente escreveu um Evangelho, o primeiro volume de sua obra, que é o Evangelho de Lucas. Como já enunciei, cerca de um quarto do livro dos Atos é dedicado a discursos supostamente proferidos pelos apóstolos. E em quantos desses discursos os apóstolos citam as palavras do Jesus histórico ou pelo menos as palavras de Jesus encontradas no Evangelho de Lucas? Em praticamente nenhum. A citação mais clara de Jesus é a que analisamos anteriormente, "Há mais felicidade em dar do que em receber", que na verdade nem aparece no Evangelho de Lucas. Devo sublinhar que esses discursos tratam de assuntos frequentes nos ensinamentos de Jesus – perseguição e falsos pregadores, por exemplo –, mas as palavras dele sobre os temas não são referenciadas diretamente.

Ou então vejamos textos posteriores que não estão no Novo Testamento. Os autores tanto de I Clemente (de aproximadamente 95 EC) quanto da Epístola de Barnabé (cerca de 135 EC) mostram de maneira clara e convincente que tinham conhecimento a respeito de Jesus e entendiam que ele foi uma figura histórica real. Dizem várias coisas sobre ele, mas suas omissões são quase tão grandes quanto as de Paulo. Considerando apenas alguns dos assuntos mencionados por Wells como "surpreendentemente" ausentes dos escritos de Paulo, nem I Clemente nem Barnabé indicam que Jesus nasceu em Belém de uma virgem, que morava em Nazaré, que foi tentado no deserto, que

contava parábolas, que curava os enfermos, que exorcizava demônios, que passou por uma transfiguração, que se envolveu em controvérsias com os fariseus, que fez uma derradeira viagem a Jerusalém durante a Páscoa, que entrou na cidade montado em um jumento, que purificou o templo, que participou da Última Ceia, que foi ao jardim de Getsêmani, que foi traído por Judas Iscariotes, que foi julgado primeiramente perante o sumo sacerdote Caifás e depois pelo governador romano Pôncio Pilatos, que a multidão judia convenceu Pilatos a libertar Barrabás em lugar de Jesus e assim por diante.

O que essas omissões demonstram? Não que esses autores não tinham conhecimento do Jesus histórico, pois eles claramente tinham. Se mostram alguma coisa, é simplesmente que essas tradições sobre Jesus não eram relevantes para seus propósitos.

Por que então Paulo não diz mais sobre o Jesus histórico, se sabia mais sobre ele? Há uma questão que quero enfatizar novamente. Baseando-se estritamente no que Paulo diz, fica claro que ele tinha sim conhecimento do Jesus histórico. Ele nos dá informações importantes sobre a vida de Jesus e referencia seus ensinamentos em várias ocasiões. Por que então não o cita com mais frequência e por que não nos dá mais informações? Essa é, de fato, uma pergunta recorrente entre estudiosos do Novo Testamento, e há diversas possibilidades a serem consideradas para respondê-la.

Uma delas é que Paulo não disse mais sobre o Jesus histórico porque ele não saberia muito mais. Isso soa improvável para muitos leitores: se ele adorava Jesus como seu Senhor, com certeza tinha interesse em saber mais sobre ele. Não desejaria saber absolutamente tudo sobre ele? Tudo indica que sim. Mas é importante atentar que os cristãos atuais pensam no Novo Testamento como a fonte principal de sua fé, começando com os Evangelhos que descrevem o que Jesus disse e fez. Assim, hoje em dia faz sentido para um cristão ser bem informado sobre a vida de Jesus. Mas não havia Evangelhos na época em que Paulo estava escrevendo. Só foram escritos mais tarde. Não está claro até que ponto os detalhes da vida de Jesus eram importantes para Paulo.

Nesse sentido, cabe lembrar o que Paulo ensinou aos coríntios quando os visitou: “Entre vocês, eu não quis saber outra coisa a não ser Jesus Cristo, e Jesus Cristo crucificado” (I Coríntios 2:2). O que realmente interessava a Paulo era a morte de Jesus e a sua ressurreição subsequente. É por isso que, quando Paulo resume o que transmitiu “por primeiro” (I Coríntios 15:3-5), a lista é bastante curta: Jesus morreu conforme as escrituras, foi sepultado, ressuscitou conforme as escrituras e apresentou-se a seus seguidores (depois a Paulo). Essas são as coisas – e não o Sermão da Montanha – que mais interessavam a Paulo.

Por que Paulo teria mais interesse na morte e ressurreição de Jesus do que em sua vida é uma questão mais complexa, que tem ocupado os estudiosos há anos, mas não é pertinente ao argumento deste livro. Paulo talvez conhecesse, talvez não conhecesse os

ensinamentos de Jesus que constam do Sermão da Montanha. Não há como sabermos. O que sabemos é que, em certas ocasiões, ele considerou úteis para seus propósitos os ensinamentos de Jesus que conhecia e os citou. Por que não os citou com mais frequência é motivo de pura especulação. Talvez não tivesse conhecimento de grande parte deles. Talvez não os considerasse tão importantes assim. Talvez presumisse que seus leitores já os conhecessem. Talvez os tenha citado profusamente em suas outras cartas (as muitas que se perderam). Nunca saberemos.

O que podemos saber é que Paulo certamente achava que Jesus existiu. Ele conhecia evidentemente aspectos importantes da vida de Jesus – uma vida totalmente humana, nascido judeu de mãe judia e feito pregador dos judeus antes de ser rejeitado por eles, o que levou à sua morte. Ele dominava alguns dos ensinamentos de Jesus e sabia como Jesus havia morrido, por crucificação. Por algum motivo, esse era o aspecto mais importante da vida de Jesus: sua morte. E Paulo dificilmente acreditaria que Jesus havia morrido se ele não tivesse existido.

Conclusão

Nossa investigação até o momento deixa claro que os historiadores não precisam depender de apenas uma fonte (o Evangelho de Marcos, por exemplo) para saber se o Jesus histórico existiu ou não. Ele é claramente atestado por Paulo, de maneira independente dos Evangelhos, e em várias outras fontes também: nos discursos do Atos, que contêm material anterior às cartas de Paulo, e mais tarde em Hebreus, I e II Pedro, Judas, Apocalipse, Pápias, Inácio e I Clemente. São dez testemunhos que podem ser acrescentados aos nossos sete Evangelhos independentes (inteira ou parcialmente), fornecendo uma grande variedade de fontes que corroboram amplamente vários dos relatos sobre Jesus, sem evidências de colaboração. Isso sem contar todas as tradições orais que circulavam antes mesmo desses registros escritos que subsistiram. Além disso, a informação que Paulo tinha sobre Jesus parece remontar ao início da década de 30 da Era Comum, como também remonta parte do material do livro dos Atos, provavelmente. A informação sobre Jesus nessas fontes confirma aspectos das versões dos Evangelhos, algumas das quais também se reportam à década de 30, em regiões palestinas de fala aramaica. Combinadas, essas fontes representam um argumento poderoso de que Jesus não foi simplesmente inventado, mas existiu como uma pessoa histórica na Palestina. Há ainda mais evidências, porém, que examinaremos no capítulo seguinte.

CAPÍTULO 5

DOIS DADOS CRUCIAIS SOBRE A HISTORICIDADE DE JESUS

Às vezes me perguntam (geralmente leitores que me apoiam) por que não respondo regularmente a estudiosos e blogueiros que criticam meu trabalho e fazem ataques pessoais. É uma boa pergunta, e tenho diversas respostas. A primeira é que o dia só tem 24 horas. Se eu respondesse a todas as maluquices que as pessoas dizem, não teria tempo para minhas outras atividades profissionais, muito menos uma vida particular. Segundo, acho que, no fundo, simplesmente confio na inteligência humana. Qualquer um deveria ser capaz de enxergar se um ponto de vista é plausível ou absurdo, se uma alegação histórica tem mérito ou se é pura fantasia a serviço do desejo ideológico ou teológico de se confirmar determinado conjunto de ideias.

No último ano, um grupo de conservadores cristãos bem financiado (entre eles ao menos um ex-aluno meu que não gostava do que eu ensinava) lançou um site respeitável na internet, *O Projeto Ehrman* (*The Ehrman Project*). Ele contém vídeos curtos de estudiosos evangélicos (muito) conservadores respondendo a praticamente tudo que já escrevi, pensei em escrever e, bem, pensei. Os meus alunos daquele semestre não sabiam muito bem como refletir a respeito. Eu disse a eles que considerava o site perfeitamente legítimo, ao menos em teoria. Eles deveriam ler tudo que eu escrevera em meu livro didático sobre o Novo Testamento ou em qualquer outro livro, ouvir o que os críticos do site tinham a dizer, pesar as evidências por si mesmos e depois formar uma opinião.

Acredito que os melhores argumentos acabam prevalecendo quando as pessoas consideram uma questão sem nenhuma parcialidade. Talvez eu seja confiante demais.

Eu já disse anteriormente que, quando este livro for publicado, temo levar chumbo de todos os lados. Os miticistas que são gratos por eu ter revelado o ceticismo existente nos meios acadêmicos em relação à credibilidade histórica de Bíblia ficarão aborrecidos por eu discordar de sua visão do Jesus histórico, o tema mais caro a eles. Os leitores

cristãos conservadores gostarão de ver essa posição específica, mas ficarão revoltados com outras coisas que digo sobre Jesus neste livro. O debate acadêmico é assim, ofende pessoas em ambos os lados da polêmica. Contudo, estudos acadêmicos devem ser baseados em evidências e argumentos, e não fundamentados no que se *gostaria* de pensar. Eu sempre desconfio vigorosamente de "estudiosos" cujas conclusões "históricas" por acaso confirmam o que eles já pensavam, seja qual for a posição que defendem. Novamente, isso ocorre em ambos os lados da discussão: com aqueles que anunciam apaixonadamente que "Jesus nunca existiu!" e também com aqueles que insistem impetuosamente que "Jesus foi fisicamente erguido dos mortos – e posso *prová-lo*".

Minha opinião é que Jesus realmente existiu, mas ele não era a pessoa em que a maioria dos cristãos acredita hoje em dia. Discutirei essa questão ao final do livro. Por enquanto, quero reforçar o argumento de que não importa o que mais se diga sobre Jesus, é possível afirmar com alto grau de certeza que ele foi uma figura histórica. Neste capítulo concluirei minha discussão das evidências históricas para sublinhar apenas dois pontos em especial. Esses dois pontos não representam todo o argumento em favor do Jesus histórico, uma vez que várias outras evidências supracitadas conduzem precisamente na mesma direção. Mas esses dois pontos são cruciais. Cada um mostra sem nenhuma sombra de dúvida que Jesus deve ter existido como um judeu palestino que foi crucificado pelos romanos. O primeiro remete a Paulo, com a diferença de não mais se tratar do que Paulo disse sobre Jesus, mas sim de quem Paulo conhecia, pois tinha relações com o discípulo mais próximo de Jesus, Pedro, e com o próprio irmão de Jesus, Tiago.

As relações de Paulo

É importante começar recordando alguns eventos marcantes na cronologia da vida de Paulo. Já vimos que Paulo aparentemente se converteu a seguidor de Jesus por volta de 32 ou 33 EC, supondo-se que Jesus tenha morrido por volta do ano de 30. Em uma de suas raras passagens autobiográficas, Paulo indica que, poucos anos após sua conversão, viajou a Jerusalém e se encontrou pessoalmente com duas figuras significativas do movimento cristão primitivo: "Três anos mais tarde, fui a Jerusalém para conhecer Cefas,[84] e fiquei com ele quinze dias. Entretanto, não vi nenhum outro apóstolo, a não ser Tiago, o irmão do Senhor. Deus é testemunha: o que estou escrevendo a vocês não é mentira" (Gálatas 1:18-20).

Cefas era, comprovadamente, Simão Pedro (ver João 1:42), o discípulo mais próximo de Jesus.[85] Paulo nos diz que Tiago era o irmão do Senhor. São duas pessoas-chave para

se conhecer se há um interesse em saber qualquer aspecto do Jesus histórico. Eu gostaria de tê-los conhecido.

O DISCÍPULO PEDRO

Pedro não era simplesmente um membro dos doze discípulos que, segundo todas as nossas tradições evangélicas, Jesus escolheu como seus companheiros mais próximos (nos capítulos finais demonstrarei por que essa tradição é tida como historicamente correta). Ele era membro de um círculo interno ainda mais fechado composto de Pedro, Tiago e João. Nos Evangelhos, esses três passam mais tempo com Jesus do que qualquer outra pessoa durante todo o seu ministério. E desses três, novamente segundo todas as nossas tradições, Pedro era o mais próximo. Em quase todas as nossas fontes, Pedro era o companheiro e confidente mais íntimo de Jesus durante todo o seu ministério após seu batismo.

Por volta do ano de 36, Paulo foi a Jerusalém para se encontrar com Pedro (Gálatas 1:18-20) e lá passou quinze dias. É possível que não tenha ido apenas ou principalmente para obter informações sobre o que Jesus disse ou fez durante seu ministério. Aliás, é plausível que Paulo quisesse discutir com Pedro, que era o líder (ou um dos líderes) dos cristãos de Jerusalém, suas próprias atividades missionárias, não entre os judeus (missão de Pedro), mas entre os gentios (missão de Paulo). Essa foi a razão dada para a segunda visita de Paulo a Pedro e aos outros catorze anos mais tarde, segundo Gálatas 2:1-10. Mas não é razoável que Paulo tenha passado mais de duas semanas com o companheiro mais íntimo de Jesus sem aprender algo sobre ele – por exemplo, que ele de fato existiu.

Ainda mais reveladora é a alegação frequentemente lembrada de que Paulo se encontrou e, portanto, conhecia pessoalmente o próprio irmão de Jesus, Tiago. É verdade que Paulo o chama de "irmão do Senhor", não "irmão de Jesus". Mas isso não tem muita importância, já que Paulo geralmente chama Jesus de Senhor e raramente usa o nome Jesus (sem acrescentar "Cristo" ou outros títulos).[86] Assim, Paulo afirma na carta aos Gálatas, da maneira mais clara possível, que conhecia o irmão de Jesus. Qual testemunho ocular poderia ser mais próximo do que isso? O fato de que Paulo conhecia o discípulo mais próximo de Jesus e seu próprio irmão causa sérios estragos à proposta miticista de que Jesus nunca existiu.

OS IRMÃOS DE JESUS

Há algo mais que devo dizer sobre os irmãos de Jesus. Mencionei em um capítulo anterior que Paulo sabia que "os irmãos do Senhor" estavam envolvidos em atividades missionárias cristãs (I Coríntios 9:5), e vimos que Paulo não poderia estar usando o

termo “irmãos” em sentido abrangente e espiritual (de que somos todos irmãos e irmãs, ou todos os fiéis são “irmãos” em Cristo). É verdade que Paulo usa frequentemente o termo “irmãos” dessa maneira metafórica quando se dirige aos membros de suas congregações, mas, quando fala dos “irmãos do Senhor” em I Coríntios 9:5, é para distingui-los tanto de si mesmo quanto de Pedro. Isso não faria sentido se estivesse se referindo de modo abrangente aos “fiéis a Jesus”, já que ele e Pedro também se encaixariam nessa categoria mais ampla. Assim, ele se refere a algo mais específico, não generalizado, sobre esses missionários. Eles são mesmo irmãos de Jesus, envolvidos em atividades missionárias como Pedro e Paulo.

A mesma lógica se aplica ao que Paulo tem a dizer em Gálatas 1:18-19. Quando diz que, além de Pedro, o único apóstolo que viu foi “Tiago, o irmão do Senhor”, não pode estar usando o termo “irmão” no sentido genérico de “fiel”. Pedro também era um fiel, assim como todos os apóstolos. Assim, é provável que esteja usando a palavra no sentido específico: trata-se realmente do irmão de Jesus.

Devo notar ainda que há séculos a Igreja Católica Romana insiste que Jesus não tinha irmãos de verdade. Isso não significa uma negação da existência de Tiago e dos outros irmãos de Jesus, nem da relação especial deles com Jesus. No entanto, segundo a concepção católica romana, os irmãos de Jesus não tinham laços de sangue com ele porque não eram filhos de sua mãe, Maria. Essa alegação, porém, não possui razões históricas ou vem de uma análise criteriosa dos textos do Novo Testamento. Ela surgiu de uma doutrina particular desenvolvida na Igreja Católica por volta do quarto século cristão. No dogma católico tradicional, Maria, a mãe de Jesus, não era virgem apenas quando Jesus nasceu, mas manteve essa condição pelo resto da vida. É a doutrina da virgindade perpétua de Maria.

Essa crença está em grande parte enraizada no entendimento de que relações sexuais invariavelmente envolvem atividades pecadoras. Maria, porém, segundo a doutrina católica, não tinha uma natureza pecadora. Não poderia ter, ou Jesus a teria herdado quando nasceu. A própria Maria foi concebida sem a mancha do pecado original: a doutrina da imaculada conceição. Como não tinha natureza pecadora, não se envolveu em atividades pecadoras, incluindo sexo. É por isso que, ao final de sua vida, em vez de morrer, Maria subiu ao céu: a doutrina da assunção da virgem.

Há muito que os protestantes alegam que nenhuma dessas doutrinas sobre Maria está fundamentada nas escrituras, e, do ponto de vista de um historiador, admito que concordo com eles. São pontos de vista teológicos inspirados por preocupações teológicas que não têm nada a ver com as tradições primitivas sobre Jesus e sua família. Mas, se para os católicos romanos Maria era uma virgem perpétua e nunca teve relações sexuais, quem eram exatamente os chamados irmãos de Jesus?

Pensadores católicos desenvolveram duas teorias sobre a questão, uma das quais se tornou padrão. Na mais antiga delas, os "irmãos" de Jesus eram filhos de José, de um casamento anterior. Isso faria deles meios-irmãos de Jesus. Essa formulação pode ser encontrada em relatos apócrifos tardios sobre o nascimento de Jesus, nos quais lemos que José já era bastante velho quando desposou Maria. Aliás, isso é supostamente um dos motivos pelos quais eles nunca tiveram relações sexuais; José era velho demais. Essa perspectiva exerceu influência entre pensadores católicos durante vários séculos. Em todos os quadros medievais do nascimento de Jesus, José é retratado como um homem velho, ao contrário de Maria, que está na flor da idade. Devo enfatizar que, ainda que essa configuração fosse historicamente correta – não há uma única evidência confiável que a sustente –, a relação de Tiago com Jesus não deixaria de ser especialmente próxima.

Essa concepção foi abandonada, porém, em grande parte por causa da influência poderosa de Jerônimo, um padre e teólogo do século IV. Jerônimo era um asceta, que entre outras coisas negava a si mesmo os prazeres do sexo. Ele achava que a forma de vida cristã superior deveria envolver ascetismo, mas decerto não era mais asceta do que os parentes próximos de Jesus. Para Jerônimo, não só a mãe como também o pai de Jesus (que não era pai de verdade, e sim adotivo) eram ascetas. Até mesmo José nunca teve relações sexuais. Isso significa obviamente que ele não poderia ter filhos de um casamento anterior, e, portanto, os irmãos de Jesus não tinham parentesco com José. Eram primos de Jesus.

O problema principal dessa formulação é que, quando o Novo Testamento fala dos irmãos de Jesus, o texto usa a palavra grega que se refere literalmente a um irmão do sexo masculino. Há uma palavra grega diferente para primo. Essa outra palavra não é usada para se referir a Tiago e aos outros. Uma leitura clara e objetiva dos Evangelhos e de Paulo conduzem a um resultado inequívoco: esses "irmãos" de Jesus eram mesmo irmãos de sangue. Se nem Marcos (o primeiro a mencionar que Jesus tem quatro irmãos e várias irmãs, em 6:3) nem Paulo dão qualquer indicação de saber que Jesus nasceu de uma virgem, a suposição mais natural é que ambos achavam que os pais de Jesus eram seus pais de verdade. Eles tiveram relações sexuais, e Jesus nasceu. E (mais tarde?) o casal feliz teve outros filhos. Assim, os irmãos de Jesus eram realmente seus irmãos.

Paulo conhece pessoalmente um desses irmãos. Mais intimidade histórica com Jesus do que isso é difícil. Se Jesus nunca existiu, o irmão dele certamente teria conhecimento disso.

IDEIAS MITICISTAS SOBRE TIAGO

Há muito os miticistas reconhecem os enormes problemas causados à sua teoria pelo fato de Paulo conhecer o irmão de Jesus. Perceberam que, afinal, seu argumento

supostamente convincente (para eles) contra a existência de Jesus é incompatível com o relacionamento pessoal de Paulo com um parente de sangue de Jesus. Assim, eles têm procurado argumentar, a meu ver com certa futilidade, que, apesar de Paulo chamar Tiago de irmão do Senhor, não era exatamente isso o que ele queria dizer. A tentativa mais recente de resolver o problema encontra-se no abrangente estudo de Robert Price, em que ele cita três explicações possíveis para a hipótese de Tiago não ser irmão de Jesus. Price é suficientemente honesto para admitir que, se essas explicações "acabarem soando como tentativas forçadas de acomodação, devemos aceitar o fato e rejeitá-las".[87] No final, ele não aceita o fato nem rejeita as tentativas. Ao mesmo tempo, também não adota nenhuma das explicações, o que no mínimo deve deixar seus leitores confusos.

Uma das explicações tem sido defendida de maneira bastante vigorosa por G. A. Wells, que resgata uma teoria proposta sem muito sucesso por J. M. Robertson em 1927.[88] Segundo Wells, havia uma pequena irmandade de judeus messiânicos em Jerusalém que se autodenominava "os irmãos do Senhor". Tiago era membro desse grupo missionário, e é por isso que ele pode ser chamado de "o irmão do Senhor". Wells faz uma comparação com a situação a que Paulo se refere na cidade de Corinto, onde ele chama a si mesmo de "pai" da comunidade (I Coríntios 4:15) e onde alguns membros da congregação alegam que eles são "de Cristo" (I Coríntios 1:11-13). Wells conclui: "Se havia um grupo coríntio chamado 'aqueles de Cristo', poderia haver também um grupo em Jerusalém chamado 'os irmãos do Senhor', que não necessariamente teria mais contato pessoal com Jesus do que o próprio Paulo. E Tiago, como 'o irmão do Senhor', poderia ser o líder desse grupo".[89] Wells cita também Mateus 28:9-10 e João 20:17, momentos em que Jesus se refere a seus seguidores indiretos como seus "irmãos".

Essa teoria parece bastante razoável à primeira vista, até ser analisada detalhadamente. A primeira coisa a destacar é que as duas últimas passagens evangélicas citadas por Wells são irrelevantes. Não se referem a um grupo específico de missionários zelosos, e sim pura e simplesmente aos doze discípulos de Jesus. Mas Wells não acha que Tiago (ou qualquer outro) era membro desse grupo porque ele não acha que Jesus existiu nem que teve discípulos. Assim, as referências evangélicas aos discípulos como irmãos de Jesus não sustentam a alegação de Wells de que havia um grupo missionário seleto em Jerusalém, que incluía Tiago.

O argumento de que havia uma situação análoga na igreja de Corinto também não funciona. Paulo considera a si mesmo como o "pai" de toda a igreja de Corinto, não de um grupo específico dentro dela. Ainda mais importante, e ao contrário do que afirma Wells, é que decididamente não sabemos de nenhum grupo que se autodenominava "aqueles de Cristo". Havia com certeza cristãos que declaravam resolutamente sua devoção a Cristo (não a Paulo, ou Pedro, ou Apolo), mas não temos a mínima ideia de

como se chamavam porque Paulo não nos diz. Não é, portanto, um grupo distinto comparável ao que Wells imagina ter existido em Jerusalém sob a chefia de Tiago.

E que evidência Wells apresenta para a existência de um grupo de judeus messiânicos zelosos em Jerusalém, que se diferenciava de todos os outros cristãos da cidade? Nenhuma. Nada. Que evidência poderia haver? Nenhum grupo parecido é mencionado nas fontes subsistentes de qualquer tipo. É uma invenção de Wells (ou de seu precursor, Robertson).

Há uma boa razão para achar que tal grupo realmente não existiu. Em todas as nossas fontes, Pedro e Tiago são retratados como totalmente alinhados entre si. São ambos judeus, acreditam na ressurreição de Jesus, moram em Jerusalém, trabalham para os mesmos fins, participam das mesmas reuniões, lideram ativamente em conjunto a igreja local. Além disso, Pedro é um missionário enviado por essa igreja. Se houvesse um grupo chamado "os irmãos do Senhor" em Jerusalém, composto de missionários judeus zelosos, Pedro certamente seria um de seus membros. Por que então é Tiago o denominado de "o irmão do Senhor", justamente para diferenciá-lo de Pedro?

Como não há evidências para sustentar a ideia da existência de um grupo assim, essa explicação parece não ter onde se apegar. É importante rever o que sabemos. Há várias tradições indicando que Jesus tinha irmãos de fato (afirmações independentes em Marcos, João, Paulo e Josefo). Em várias fontes independentes um desses irmãos é chamado de Tiago. Paulo também fala de Tiago como o irmão de seu Senhor. Seguramente, a interpretação mais óbvia, objetiva e convincente é a sustentada, que eu saiba, por todos os estudiosos de Gálatas que existem na face da Terra. Paulo está se referindo ao próprio irmão de Jesus.

Price apresenta uma maneira diferente de interpretar as palavras de Paulo, de modo a não reconhecer que o Tiago que Paulo conhecia era de fato parente de Jesus. Essa segunda teoria (que, devo acrescentar, é incompatível com a primeira) argumenta que Tiago é considerado o irmão do Senhor porque ele reflete tão bem na terra as ideias de Jesus no céu que é praticamente seu irmão gêmeo. Como evidência, Price recorre a vários livros apócrifos externos ao Novo Testamento, incluindo o famoso texto Atos de Tomé. Trata-se do relato dos esforços missionários do apóstolo Tomé após a ressurreição de Jesus, escrito no século II e famoso por suas histórias de como Tomé foi o primeiro a levar o Evangelho à Índia. Nessa narrativa, Tomé é chamado de "gêmeo" de Jesus. Por quê? Para Price, é porque Tomé, mais do que qualquer outro discípulo, compreende Jesus plenamente, conforme indicado em outro livro apócrifo, o Evangelho de Tomé (Evangelho de Tomé 13). Além disso, Price relaciona várias obras apócrifas que falam de Tiago em Jerusalém e que também o chamam de irmão de Jesus. Price argumenta que isso ocorre em razão de suas relações particularmente íntimas com Jesus e seu perfeito entendimento em relação a ele e seus ensinamentos.

A última evidência revela a falha do argumento de Price. O motivo pelo qual Tiago é chamado de irmão de Jesus nesses textos apócrifos é que, no início do cristianismo, muitos acreditavam que Tiago era realmente irmão de Jesus. Esses textos não dizem uma só palavra que rebata essa ideia. Eles simplesmente dão como certa a relação fraternal.

A mesma ideia vale para o Atos de Tomé. O objetivo da narrativa desse livro intrigante é precisamente mostrar que Tomé é de fato irmão de Jesus. Aliás, ele é gêmeo de Jesus. Não só isso: é gêmeo idêntico. E não porque ele concorde notadamente com Jesus ou o entenda particularmente bem. Pelo contrário, o primeiro episódio do livro já mostra que Tomé não concorda com ele em quase nada. Após a ressurreição de Jesus, os outros apóstolos instruem Tomé a ir à Índia para converter os pagãos, mas ele se recusa a fazê-lo. Somente quando Jesus aparece do céu é que ele é forçado a agir contra a vontade. É apenas outro livro, o Evangelho de Tomé, que diz que Tomé entende Jesus melhor do que todos os outros. É de se reparar, porém, que o Evangelho de Tomé não diz que é por isso que Tomé era irmão de Jesus, muito menos irmão gêmeo.

A verdade é que havia uma tradição em alguma parcela da igreja primitiva de que Tomé era mesmo irmão gêmeo de Jesus. Por sinal, a palavra aramaica *Tomé* significa "gêmeo". O fato de Jesus e Tomé serem gêmeos idênticos tem um papel central em um dos episódios mais divertidos do Atos de Tomé. Durante a viagem (relutante) de Tomé à Índia, seu navio para em uma cidade portuária importante, onde a filha do rei está prestes a celebrar seu casamento com um aristocrata local. Na condição de estrangeiro, Tomé é convidado ao casamento e, após a cerimônia, dirige algumas palavras altamente inusitadas aos noivos. Como um bom cristão asceta, Tomé acredita que sexo é pecado e que quem deseja ser plenamente correto aos olhos de Deus deve se abster de praticá-lo, mesmo sendo casado. Assim, ele tenta convencer a filha do rei e seu noivo a não consumarem seu casamento naquela noite.

No entanto, suas tentativas são infrutíferas. Ele deixa a cena, e os recém-casados entram no quarto nupcial. Para surpresa deles, porém, lá está Tomé novamente, sentado na cama. Ao menos eles pensam que é Tomé, já que ele é exatamente igual ao homem com quem estavam falando. Mas não é Tomé. É seu irmão gêmeo, Jesus, que desceu do céu para concluir a tarefa inacabada que seu irmão começara. Jesus, com poderes de convencimento obviamente mais poderosos do que o irmão, conquista o coração dos noivos, que passam a noite conversando, evitando o abraço conjugal.

Esse conto se baseia na interpretação de que Tomé e Jesus eram gêmeos literalmente, e não apenas no sentido simbólico ou espiritual. É curioso que os cristãos que contavam tais histórias pudessem imaginar que Jesus tinha um irmão gêmeo. Sua mãe não era virgem? Então de onde veio esse irmão gêmeo?

Nenhuma de nossas fontes indica uma resposta a essa pergunta, mas creio que seja possível fazer alguma relação com as mitologias populares da época. Há vários mitos de homens divinos nascidos da união entre um deus e um mortal. Em algumas dessas histórias a mulher mortal é também fecundada pelo marido, resultando no nascimento de gêmeos (é difícil entender como poderiam ser gêmeos idênticos, mas biologia não era um requisito da maioria dos antigos contadores de histórias). É assim, aliás, que nasce o semideus Héracles. Sua mãe, Alcmena, é violada pelo rei dos deuses, Zeus, e depois fica grávida também de seu marido, Anfitrião. Assim, ela dá à luz dois filhos, o imortal Héracles[90] e o mortal Íficles.

Seria possível que os cristãos que contavam histórias sobre Jesus e seu irmão gêmeo, Tomé, tivessem uma ideia semelhante – que Jesus foi concebido enquanto Maria era virgem, mas depois seu marido também dormiu com ela, e assim nasceram dois filhos? Nunca saberemos se pensaram isso, mas é uma possibilidade admissível. O que não parece plausível, em vista do que as histórias sobre Tomé e Jesus dizem, é que eles não tivessem parentesco. Aliás, pelo contrário, pois as histórias indicam que eram irmãos gêmeos.

Price alega que sua tese de que um mortal poderia ser um "irmão" especial de Jesus porque o entendia tão bem é sustentada por vários textos apócrifos.[91] Porém, ele não cita nenhum outro texto além dos que mencionam Tomé e Tiago, as duas figuras da igreja primitiva mais conhecidas justamente por serem irmãos de fato de Jesus. Como argumento definitivo, Price recorre ao líder revolucionário chinês do século XIX, o chamado messias de Taiping, Hong Xiuquan, que se autodenominava "o Pequeno Irmão de Jesus". Segundo Price, o exemplo desse sujeito fornece evidências convincentes para amparar sua proposição. Em suas palavras, "Considero o possível paralelo com o caso de Hong Xiuquan praticamente uma prova autônoma de que o fato de Tiago ser o irmão do Senhor não prova necessariamente a existência recente de um Jesus histórico". Ou seja, já que Hong Xiuquan não era realmente irmão de Jesus, isso também pode ser verdade em relação a Tiago.[92]

Estamos realmente diante de uma tentativa de argumento desesperada. Um homem chinês do século XIX é evidência do que alguém que viveu na década de 30 EC na Palestina achava de si mesmo? Hong Xiuquan viveu 1.800 anos depois, em uma região diferente do mundo, em outro contexto social e cultural. Era herdeiro de 18 séculos de tradição cristã. Ele não tem nada a ver com o Jesus histórico ou o Tiago histórico. Usar o caso dele como argumento definitivo é uma apelação enorme, até mesmo para os padrões de Price.

Price sugere uma terceira alternativa para interpretar a formulação "Tiago, o irmão do Senhor" de modo a não admitir que ele era irmão de sangue de Jesus. Esse raciocínio final não é elaborado tão claramente quanto as outras duas ideias. Ocasionalmente,

destaca Price, uma pessoa identificada na Bíblia personifica as características de um grupo maior. Assim, no livro do Gênesis o patriarca Jacó é renomeado Israel e torna-se o pai das tribos de Israel, Ismael é o pai dos ismaelitas, Benjamim representa a tribo do sul de Israel, chamada Benjamim, e assim por diante. Para Price, seriam personagens fictícias, e ele alega que o caso de Tiago poderia ser semelhante. Ele seria o líder de um grupo que veio a ser identificado com Jesus. Price sugere que se tratava de uma seita dentro do judaísmo, que seria aliás a comunidade que produziu os manuscritos do mar Morto. Para enfatizar a importância do grupo e sua proximidade com Jesus, eles teriam alegado mais tarde que Tiago era o irmão do Senhor. Mas, segundo Price, ele era o sumo sacerdote da comunidade dos manuscritos do mar Morto.

Esse entendimento da verdadeira identidade de Tiago, continua Price, esclareceria a "rivalidade inexplicável de outra maneira entre os partidários do grupo dos doze e do grupo dos pilares (liderados por Tiago)".[93]

O nível especulativo dessa proposição é ainda mais fantasioso. Há razões convincentes para achar que a comunidade dos manuscritos do mar Morto não tinha laços diretos com grupos cristãos posteriores e que o Tiago histórico não tinha ligações com a comunidade dos manuscritos, muito menos que era um sumo sacerdote.[94] Quais fontes antigas mencionam tais coisas? Nenhuma. As fontes que mencionam o Tiago cristão, como Paulo, o livro dos Atos e livros cristãos posteriores conhecidos como escritos pseudoclementinos, são unânimes em retratá-lo como o chefe da igreja em Jerusalém desde os seus primórdios; a maioria delas (ao lado de Marcos e Josefo) indica que ele era de fato irmão de Jesus. Não há nenhuma semelhança com Israel, Ismael ou Benjamim. Eles eram considerados os *pais* das tribos ou grupos de sua descendência, com os quais tinham laços de sangue. Ninguém acha que o grupo de Tiago em Jerusalém era composto de seus filhos e netos. Price não faz nenhuma analogia para o que ele supõe serem os motivos de Tiago ser chamado de "irmão do Senhor" na condição de líder de um grupo especial em Jerusalém. E ele está certamente enganado ao alegar que essa teoria explica qualquer rivalidade existente entre os "doze" e os "pilares". O segundo termo é usado por Paulo em Gálatas para se referir aos líderes da igreja de Jerusalém, Pedro, Tiago e João, dois dos quais eram membros dos doze. É difícil saber que tipo de rivalidade poderia haver entre os dois grupos. A menos, é claro, que fosse apenas um conflito interno entre Pedro e João.

Price é novamente honesto em sua conclusão, dizendo que "devemos estar alertas contra [...] defender a todo custo uma teoria predileta" no desejo de explicar as referências que Paulo faz a Tiago como irmão de Jesus. Mas é exatamente isso que ele parece fazer. Paulo conheceu Tiago por volta de 35-36 EC, apenas alguns anos após a data tradicional da morte de Jesus. Ele o chama de irmão do Senhor. Outras tradições bem anteriores aos nossos Evangelhos afirmam que Jesus tinha irmãos de sangue e um

deles se chamava Tiago. Josefo também identifica Tiago como um irmão de Jesus. Aparentemente, portanto, Jesus tinha um irmão chamado Tiago, e Paulo o conhecia pessoalmente, a partir de um primeiro contato em meados da década de 30 EC. Novamente retornamos a uma época bem próxima do período em que Jesus deve ter vivido. Seguramente Tiago, seu próprio irmão, saberia se ele tivesse existido ou não.

O Messias crucificado

Indiquei acima que este capítulo se dedica a duas evidências que sustentam de maneira extremamente persuasiva a tese da existência histórica de Jesus. Há várias outras evidências que se revelam convincentes a qualquer um que as analise de maneira desapaixonada, buscando apenas saber o que aconteceu no passado, seja qual for o caminho apontado por elas. Essas duas evidências, porém, são particularmente convincentes e não dependem uma da outra, são totalmente autônomas. A primeira se relaciona com quem Paulo conhecia: o discípulo mais próximo de Jesus, Pedro, e seu irmão de sangue Tiago, que eram companheiros ocasionais de Paulo em meados da década de 30 EC na Palestina. A segunda, ao contrário, remete ao que Paulo sabia antes mesmo de conhecê-los e que não era apenas o que ele sabia, mas o que todos os primeiros seguidores de Jesus sabiam. Esses cristãos primitivos acreditavam que Jesus era o Messias. Mas sabiam que ele fora crucificado.

Por motivos que podem não ser evidentes à primeira vista, alegar que Jesus foi crucificado é um argumento poderoso em favor da existência dele. É importante recordar primeiramente um aspecto da cronologia da vida de Paulo. Segundo o livro dos Atos e a narrativa de Paulo em suas próprias cartas (Gálatas I), antes de vir a acreditar em Jesus, Paulo fora um perseguidor violento dos cristãos. Como ele se converteu por volta de 32 ou 33 EC, esses atos de perseguição devem ter ocorrido logo no início da década de 30.

Como um judeu zeloso perseguindo cristãos, o próprio Paulo nos diz que estava determinado a "arrasar" a "Igreja de Deus" (Gálatas 1:13). Obviamente, os seguidores de Jesus diziam coisas (ou pelo menos alguma coisa) que Paulo considerava muito erradas e perigosas. Infelizmente, Paulo não revela o que eram, mas não é difícil deduzir com base em seus ensinamentos posteriores e nas expectativas convencionais dos judeus em relação ao messias.

Antes de entrar em detalhes, quero enfatizar que Paulo tinha, necessariamente, um contato bastante íntimo e pessoal com quem ele perseguia, seja em que nível fosse, e esse contato deve ter contribuído para aumentar o conhecimento restrito que ele tinha sobre Jesus no início de sua campanha (em 31-32 EC, digamos). Essas pessoas deviam ter aprendido o que sabiam sobre Jesus antes da perseguição de Paulo. Assim, podemos

dizer com certeza quase absoluta que, no máximo um ou dois anos após a data tradicional da morte de Jesus, já havia cristãos com informações sobre o Messias, e Paulo sabia ao menos alguma coisa sobre o que essas pessoas diziam de Jesus.

Como veremos em mais detalhe adiante, esses cristãos não consideravam Jesus um deus de morte e ressurreição. Eles o consideravam o Messias judeu. E viam esse Messias como uma figura totalmente humana, escolhida por Deus para mediar sua vontade na terra. Esse é o Jesus de quem Paulo primeiro ouviu falar. Mas não havia nenhuma blasfêmia em chamar um pregador judeu de messias. Isso é comum ao longo da história do judaísmo e persiste até hoje. A alegação por si mesma de que alguém é o messias não é profana nem necessariamente problemática (embora possa parecer, como ocorre frequentemente, meio maluca para não judeus). O que parece ter ofendido Paulo é o fato de Jesus em particular ser chamado de Messias. O motivo disso é que Paulo, bem como todo mundo, sabia que Jesus fora condenado a morrer crucificado. Nesse caso, Jesus dificilmente poderia ser considerado o messias de Deus, por razões que Paulo teria achado extremamente convincentes antes de mudar de ideia e se tornar um seguidor de Jesus.

É preciso destacar que o próprio Paulo dá indícios do problema em sua carta aos Gálatas, que escreveu bem mais tarde, vários anos após sua conversão e o início de seu trabalho missionário. Em uma passagem particularmente comovente de Gálatas, Paulo cita um trecho das escrituras que deveria ser importante para ele, mesmo em seus dias pré-cristãos, Deuteronômio 21:23: "[…] quem é suspenso [de uma árvore] torna-se um maldito de Deus". No contexto original de Deuteronômio, isso se refere à prática de pendurar um cadáver em uma árvore como uma expressão pública de vergonha e humilhação. Séculos mais tarde, a noção do versículo passou a ser igualmente aplicada nas circunstâncias da crucificação, a pena imposta pelos romanos aos criminosos e bandidos mais hediondos. Manifestamente, quem fosse executado dessa maneira era amaldiçoado por Deus.

Jesus também fora crucificado, como todos sabiam – ou ao menos diziam saber. E foi provavelmente isso que levou Paulo, no início da década de 30 EC, a perseguir os cristãos. Eles diziam que Jesus era o escolhido de Deus, seu filho amado, o Messias. Mas, para o Paulo pré-cristão, não havia dúvida: Jesus não se parecia em nada com o escolhido de Deus, aquele selecionado para fazer sua vontade na terra. Jesus não tinha a bênção de Deus. Aliás, ao contrário: era amaldiçoado por Deus. Prova? Fora suspenso em uma árvore.

Mas por que isso seria um problema? O Messias não *deveria* sofrer terrivelmente pelos pecados dos outros e ser erguido dos mortos? Segundo os judeus antigos, não. Pelo contrário, o Messias nem deveria ser morto. Esse é o momento em que precisamos

examinar o que os judeus antigos, incluindo o Paulo pré-cristão, pensavam sobre o Messias.

VISÕES ANTIGAS DO MESSIAS

A primeira coisa a afirmar sobre o assunto, de maneira enfática, é que os judeus nunca acharam que o Messias fosse Deus. O motivo para realçar isso é que hoje muitos cristãos aparentemente pensam que era essa a ideia do messias, Deus descendo à terra para salvar os homens. Mas não é nem nunca foi uma noção judaica. É uma visão cristã porque os cristãos sempre chamaram Jesus de Messias, e a maioria dos cristãos, até hoje, considera que Jesus é Deus. Segundo a suposição generalizada, se Jesus é o Messias e Jesus é Deus, então o Messias deve ser Deus. Trata-se, no entanto, de teologia cristã sem fundamento em crenças judaicas antigas. O messias não era Deus, era o escolhido de Deus ou o enviado de Deus. Só há um Deus, e o messias é o "ungido" por Deus para ser seu representante especial e realizar seu trabalho especial.

Em hebraico, a palavra "messias" significa "o ungido". Já vimos que a tradução do termo para o grego é *christos*, portanto "Jesus Cristo" significa literalmente "Jesus, o Messias". O termo tem origem na história antiga de Israel, à época em que a nação era governada por reis, que eram supostamente favorecidos ou "ungidos" por Deus. Aliás, o rei era literalmente ungido durante as cerimônias de coroação, quando se derramava óleo em sua cabeça como maneira de mostrar que era especialmente favorecido por Deus, conforme se vê em passagens como I Samuel 10:1 e II Samuel 23:1. Outras pessoas que eram consideradas representantes especiais de Deus na terra, como sumos sacerdotes, eram ocasionalmente ungidas também (ver Levítico 4:3, 5, 16). Além de na Bíblia Hebraica, há na tradição judaica outros registros de cerimônias de unção mostrando que a pessoa tinha uma condição especial perante Deus (por exemplo, II Macabeus 1:10 e o Testamento de Rúben 6:8). Na verdade, qualquer líder usado por Deus de uma maneira especial poderia ser chamado de ungido; até mesmo o rei persa Ciro, um dos conquistadores de Israel, foi considerado pelo profeta Isaías um instrumento de Deus e é explicitamente chamado de seu messias, o ungido (Isaías 45:1).

Em geral, porém, o termo se aplicava ao rei de Israel. Desenvolveu-se nas tradições israelitas antigas a noção de que Deus sempre favoreceria a nação ao governá-la continuamente por meio do rei, seu escolhido. Uma profecia foi anunciada ao maior dos reis de Israel, Davi, em II Samuel 7:11-14, indicando que ele sempre teria um descendente no trono – que a nação seria perpetuamente governada por um ungido. Essa promessa, no entanto, não veio a se realizar. Em 586 AEC, os exércitos babilônios comandados pelo rei Nabucodonosor invadiram a terra de Judá, destruíram a cidade de

Jerusalém, incendiaram o templo judaico e removeram o rei do trono. Durante vários séculos o povo judeu foi governado por potências estrangeiras: os babilônios, os persas, os gregos e depois os sírios.

Alguns pensadores judeus, no entanto, se lembraram da promessa original de Davi de que sempre haveria um ungido, um messias, no trono e passaram a considerar que a promessa seria cumprida algum dia. Em algum momento, possivelmente próximo, Deus se lembraria de sua promessa e enviaria um rei como Davi para governar seu povo. Esse futuro rei seria naturalmente chamado de "messias", simplesmente. Seria humano, como Davi, Salomão e outros reis, mas seria enviado por Deus para derrotar os inimigos dos judeus e reestabelecer Israel, como uma nação independente na terra prometida por Deus.

À época de Jesus, havia judeus que esperavam a chegada desse messias. Os judeus da Palestina estavam sob o jugo dos romanos, e alguns achavam que Deus iria intervir e enviar um grande guerreiro para destruir esses inimigos pagãos e restaurar o reino de Israel. Uma das expressões mais claras desse tipo de expectativa messiânica aparece em um texto judaico conhecido como Salmos de Salomão, provavelmente escrito durante o século I AEC. Vale citá-lo integralmente, com sua poderosa esperança no futuro messias:

Veja, Senhor, e levante para eles o seu rei,
o filho de Davi, para reinar sobre seu servo Israel
no tempo de sua escolha, Deus.
Dê-lhe a força para destruir os governantes injustos,
para purificar Jerusalém dos gentios
que nela pisam até a destruição;
para expulsar com sabedoria e justiça
os pecadores da herança;
para despedaçar a arrogância dos pecadores como um
pote de oleiro;
para arrasar toda a substância deles com vara de ferro;
para destruir as nações ímpias com a palavra de sua boca;
as nações fugirão diante de sua presença ameaçadora;
e ele condenará os pecadores pelos pensamentos de seu
coração […]
E ele terá nações gentílicas servindo sob seu jugo […]
E ele purificará Jerusalém
e a consagrará, assim como era no início […]
E ele será um rei justo sobre eles, instruído por Deus.

Não haverá injustiça entre eles em seus dias,
pois todos serão santos,
e seu rei será o messias do Senhor.[95]

Claramente essa não é a expectativa de um messias que seria torturado até a morte por seus inimigos, os romanos. Muito pelo contrário: o messias iria destruir o inimigo e estabelecer seu trono em Jerusalém, onde governaria seu povo com força, grandeza e justiça.

Era isso que se dizia sobre o que Jesus fizera? Se não era, como poderia ser ele o Messias?

Havia ainda outras expectativas, entre os judeus da época de Jesus, em relação ao futuro rei de Israel. Alguns achavam que o messias não seria meramente um rei terreno. Seria uma figura cósmica, uma força angelical enviada por Deus para destruir o inimigo e estabelecer o reino de Deus na terra. Essa imagem tomava frequentemente a forma de "alguém como um filho do homem" do livro de Daniel (por exemplo, 7:13-14). Em um texto apócrifo conhecido como I Enoque, provavelmente do mesmo período, aparece a seguinte previsão sobre o futuro e messiânico filho do homem:

> [O filho do homem] nunca perecerá ou desaparecerá da face da terra. Mas aqueles que seduziram o mundo serão atados por correntes; e sua congregação ruinosa será aprisionada; e todas as suas obras desaparecerão da face da terra. A partir de então não haverá nada que possa ser corrompido; pois o filho do homem surgiu e sentou-se sobre seu trono de glória; e todo o mal desaparecerá diante de sua face (I Enoque 69).[96]

Outros judeus ainda da época de Jesus esperavam que o ungido fosse um sacerdote poderoso que governaria o povo de Israel com autoridade conferida por Deus, interpretando as leis sagradas de Israel e impondo o respeito a elas no futuro reino do bem. A comunidade que produziu os manuscritos do mar Morto esperava *dois* messias, um regente/rei e, acima dele, o messias sacerdote.[97]

Em suma, havia uma variedade de expectativas sobre a natureza do futuro messias entre os judeus da época de Jesus. Todas elas, porém, tinham vários aspectos em comum. Em todas as versões, o messias seria o futuro regente do povo de Israel, à frente de um reino concreto aqui na terra. Seria amplamente reconhecido como o emissário especial de Deus, o ungido, e seria importante e poderoso, uma figura de força e grandeza.

E quem era Jesus? Em todas as nossas tradições mais antigas ele era um camponês pobre da área rural da Galileia, visto por alguns como o futuro rei de Israel, mas crucificado sem estabelecer um reino na terra. Sua morte por crucificação é atestada em

praticamente todas as fontes que subsistiram, primitivas e posteriores. Há tradições da execução sangrenta de Jesus em fontes evangélicas independentes (Marcos, M, L, João, Evangelho de Pedro), em várias epístolas e outros escritos (Hebreus, I Pedro, Apocalipse), certamente em Paulo – por toda parte em Paulo. A crucificação de Jesus está no cerne da mensagem paulina e é citada profusamente em seus escritos como uma das primeiras – se não a primeira – coisas que ele soube sobre o homem.

Quem teria a ideia de um messias crucificado? Nenhum judeu que conhecemos. E quem eram os seguidores de Jesus nos anos imediatamente posteriores à sua morte? Judeus que viviam na Palestina. Não é por menos que Paulo ficou revoltado com suas ideias. Eles alegavam que Jesus era o ungido, aquele que era especialmente favorecido por Deus, o grande e poderoso regente de toda Israel. Jesus, o homem que foi executado por revolta contra o estado? É ele o abençoado de Deus, a solução definitiva para o sofrimento do povo escolhido? Um criminoso crucificado? Isso é pior do que loucura. É uma ofensa contra Deus, uma blasfêmia. Ou assim pensava Paulo. Por isso resolveu perseguir essa minúscula seita de judeus e tentar destruí-la.

Hoje, é difícil entender quanto seria ultrajante para a maioria dos judeus do século I EC a ideia de um messias crucificado. Tento ilustrar isso em minhas aulas com uma analogia. O que você pensaria se eu tentasse convencê-lo de que David Koresh era o escolhido de Deus para reinar sobre a terra em seu nome? David Koresh? O líder do Ramo Davidiano de Waco, que armazenou armas e abusou de crianças, que foi morto pelo FBI? Ele é o escolhido de Deus? Sim, ele é o Senhor de tudo. Você ficou completamente louco? (Tenho problemas com meus alunos toda vez que uso essa analogia. Ao final do semestre, há sempre um ou dois que comentam que não conseguem acreditar que Ehrman acha que David Koresh é o Senhor…)

Se é difícil imaginar que judeus tenham inventado um messias crucificado, de onde teria vindo a ideia? A resposta é: ela nasceu de realidades históricas. Houve realmente um homem chamado Jesus. Algumas das coisas que dizia e possivelmente fazia levaram seus seguidores a pensar que ele talvez fosse o Messias. E eventualmente acabaram convencidos: devia realmente ser o Messias. Mas então ele provocou as autoridades, que o prenderam, julgaram e condenaram à morte. Ele foi crucificado. É evidente que isso contrariou radicalmente todas as ideias e esperanças de seus seguidores, já que isso obviamente não tinha nada a ver com o Messias. No entanto, algo mais aconteceu. Alguns seguidores começaram a dizer que ele fora ressuscitado por intervenção de Deus. A história se espalhou, e alguns (ou todos – não sabemos) de seus companheiros mais próximos passaram a acreditar que ele fora realmente erguido dos mortos. Isso reconfirmou em grande medida as esperanças que haviam sido severamente destroçadas por sua crucificação. Para seus seguidores revigorados, Jesus era de fato favorecido por Deus. Então ele *é* o Messias. Mas um tipo de messias diferente do que todos esperavam.

Deus tinha um plano diferente desde o começo. Ele planejava salvar Israel não por meio de um messias monárquico, poderoso, mas de um messias crucificado.

Uma vez que seria impossível alguém inventar um messias crucificado, Jesus deve realmente ter existido, realmente ter levantado esperanças messiânicas e realmente ter sido crucificado. Nenhum judeu o teria inventado. E é importante lembrar que já havia judeus dizendo que Jesus era o Messias crucificado no início da década de 30 EC. Suas alegações datam de pelo menos 32 EC, quando Paulo começou a perseguir esses judeus. Na verdade, a origem desses rumores deve ser ainda anterior a isso. Paulo conhecia o braço direito de Jesus, Pedro, e o irmão de Jesus, Tiago. Eles são evidências de que essa crença no Messias crucificado remonta a pouco tempo após a morte de Jesus.

UM MESSIAS SOFREDOR?

Será que não havia *nenhum* grupo de judeus esperando por um messias que sofresse e morresse? A resposta curta é que, pelo que conseguimos saber, não havia nenhum. Muitos de meus alunos acham isso difícil de acreditar, impossível até. Foram criados como cristãos e aprenderam que o Messias *deveria* sofrer. A prova estaria em passagens como Isaías 53, no Antigo Testamento:

> Desprezado e rejeitado pelos homens, homem do sofrimento e experimentado na dor [...] Todavia, eram as nossas doenças que ele carregava, eram as nossas dores que ele levava em suas costas. E nós achávamos que ele era um homem castigado, um homem ferido por Deus e humilhado. Mas ele estava sendo transpassado por causa de nossas revoltas, esmagado por nossos crimes. Caiu sobre ele o castigo que nos deixaria quites; e por suas feridas é que veio a cura para nós (Isaías 53:3-5).

Meus alunos às vezes citam esses versículos para mim, dizendo presunçosamente: "Está vendo? O sofrimento do Messias estava previsto!". Minha resposta é sempre a mesma: peço que me mostrem onde está a palavra "messias" nessa passagem. Os alunos ficam perdidos ao perceber que a palavra não aparece em nenhum ponto dessa passagem. Eles protestam: "Mas isso lembra exatamente a crucificação de Jesus! Assim como o Salmo 22. E o Salmo 69". E assim por diante. Peço que examinem cada caso para ver se o autor está falando do Messias. Cada uma dessas passagens fala do sofrimento de alguém, mas esse alguém nunca é o Messias.

Em Isaías 53, por exemplo, o sofredor não é chamado de "messias" mas de "servo do Senhor", e a passagem fala de seu sofrimento no pretérito, como algo que já acontecera à época em que o texto foi escrito (600 anos antes de Jesus). Já faz algum tempo que os intérpretes notaram, pela leitura em contexto mais amplo, que o autor revela quem é

esse servo do Senhor. Em Isaías 49:3 o profeta declara: "Ele me disse: 'Você é o meu servo, Israel, e eu me orgulho de você'".

Israel é o servo do Senhor que sofreu pelos pecados do povo e assim trouxe a cura. Isaías 53 foi escrito durante o exílio, quando os exércitos babilônios haviam transportado os líderes de Judá por centenas de quilômetros de distância, forçando-os a viver na Babilônia. Isaías está lamentando o exílio, porém indica ao mesmo tempo que o sofrimento trará absolvição para os pecados do povo e que Deus restaurará sua sorte. Ele não está falando do futuro messias.

Há um ponto ainda mais importante: não havia judeus antes do cristianismo que achassem que Isaías 53 (ou qualquer uma das passagens de "sofrimento") se referia ao futuro messias. Não há um único texto judaico anterior à época de Jesus que interprete a passagem messianicamente. Por que então os cristãos a interpretam assim, tradicionalmente? Pelo mesmo motivo que os faz pensar que o Messias tinha de sofrer. Para eles, Jesus é o Messias. E Jesus sofreu. Consequentemente, o Messias tinha de sofrer. Isso não deve ter sido uma surpresa para Deus; deve ter sido tudo planejado. Assim, os cristãos buscaram passagens na Bíblia Hebraica que falavam de alguém sofrendo e disseram que elas se referiam aos sofrimentos do futuro Messias, Jesus. Os judeus discordaram veementemente dessas interpretações, e começaram as discussões.

Antes de sua conversão, Paulo estava do lado dos judeus não cristãos. A ideia de um messias sofredor era tão contrária às escrituras e às expectativas morais do povo de Deus que eles a consideravam inimaginável, blasfema até. Paulo, no entanto, mudou de opinião mais tarde e decidiu que aquele que fora amaldiçoado por Deus – já que quem é "suspenso de uma árvore" torna-se maldito – era na verdade o Cristo. Fora amaldiçoado por Deus, mas não por causa de seus próprios atos, e sim dos atos dos outros. Ele carregou a maldição de outros e dessa forma os salvou da ira de Deus. Quando Paulo se convenceu disso, passou de perseguidor de cristãos a seu mais famoso defensor, missionário e teólogo – uma conversão que transpôs muitos e muitos séculos.

UMA RESPOSTA MITICISTA

Mesmo assim, não há *nenhuma* passagem que se refira a um messias sofredor? Alguns miticistas percebem que isso é um problema, pois, se alguém quisesse inventar um messias – como eles alegam que os cristãos inventaram Jesus –, nunca teria a ideia de um messias sofredor, já que isso é exatamente o que ninguém espera. Um dos miticistas que abordam o problema é Richard Carrier, que mencionei anteriormente como um dos dois únicos miticistas do mundo (de meu conhecimento) com pós-graduação em uma disciplina relevante: no seu caso, um doutorado em estudos clássicos pela Universidade

Columbia. Ele é um sujeito inteligente, mas temo que tenha tropeçado dessa vez. Até mesmo as pessoas mais inteligentes cometem erros.

Em seu livro recente *Not the Impossible Faith: Why Christianity Didn't Need a Miracle to Succeed* [*Uma fé possível: Por que o cristianismo não precisava de um milagre*], Carrier afirma que "essa ideia de um deus sofredor, executado, teria repercussão especialmente entre aqueles judeus e seus simpatizantes que *esperavam* por um messias humilhado".[98] Há diversos problemas nessa afirmação. Primeiro, como desenvolveremos adiante, os primeiros cristãos, do início da década de 30 EC, digamos, não pensavam em Jesus nem falavam dele como Deus. Segundo, não sabemos de nenhum judeu que achasse, nem mesmo em sonho, que Deus pudesse ser executado. Terceiro e particularmente relevante para o argumento aqui, ninguém esperava um messias humilhado.

Para sustentar sua teoria, Carrier cita primeiro Isaías 53. Porém, já demonstrei que Isaías não está falando do futuro messias nem nunca foi interpretado dessa maneira por nenhum judeu antes do século I EC.

O argumento de Carrier fica mais interessante quando ele recorre a uma passagem no capítulo 9 do livro de Daniel. Trata-se de uma daquelas profecias pós-datadas tão comuns nos seis capítulos finais desse livro. O que quero dizer com "profecias pós-datadas" é que o livro de Daniel alega ter sido escrito por um homem hebreu, Daniel, durante o exílio na Babilônia, por volta de 550 AEC. Mas, na verdade, como é de conhecimento entre estudiosos há algum tempo (Carrier concorda com isso), foi escrito mesmo por volta de 160 AEC.[99] Quando o personagem Daniel "prevê" o que vai acontecer, o verdadeiro autor, fingindo ser Daniel, simplesmente narra o que já aconteceu. Assim, tem-se a impressão de que o profeta do século VI é capaz de antecipar o futuro, pois o que ele prevê de fato acontece.

Daniel 9 é uma passagem complicada que "prevê" detalhadamente o que acontecerá ao povo de Jerusalém ao longo de "setenta semanas" que foram "determinadas para o seu povo e sua cidade santa, para fazer cessar a transgressão, selar o pecado e expiar o crime [...]" (Daniel 9:24). As semanas são interpretadas no próprio texto como setenta semanas de anos, ou seja, uma semana representa sete anos. Segundo o versículo 25, haverá um período de sete dessas semanas de anos separando a ordem para reconstruir Jerusalém do surgimento de um "príncipe ungido". Em seguida, o versículo 26 indica que, sessenta e duas semanas de anos depois, o "ungido" será "eliminado". Carrier argumenta veementemente que isso mostra que o autor de Daniel esperava que o Messias (o "ungido") seria morto ("eliminado").

É uma interpretação interessante, porém altamente idiossincrática. Não aparece em comentários sobre Daniel escritos por estudiosos críticos da Bíblia Hebraica (os que não são fundamentalistas nem evangélicos conservadores) por bons motivos. Para começar, é óbvio que o príncipe ungido do versículo 25 e o ungido do versículo 26 não são a

mesma pessoa. Seriam ambos príncipes, ou seja, figuras messiânicas tradicionais? É importante lembrar que o termo "o ungido" era ocasionalmente usado como um termo técnico para se referir ao futuro governante de Israel. Mas nem sempre era usado dessa maneira. Às vezes se referia simplesmente a um rei (Salomão), ou um sumo sacerdote, ou qualquer um que tivesse passado por uma cerimônia de unção. Isto é, não era apenas um termo técnico mas também um termo comum. Chama a atenção nessa passagem que a figura do versículo 26 não seja chamada de príncipe ou "o" ungido – ou seja, o Messias.

Assim, em um dos comentários definitivos sobre Daniel, escrito por Louis Hartman, um estudioso renomado da Bíblia Hebraica (Carrier não se diz estudioso da Bíblia Hebraica; não sei se ele sabe hebraico ou aramaico, as línguas em que o livro foi escrito), lemos o seguinte sobre o versículo 25:

> Embora no período pré-exílio [o período vivido em Israel antes do exílio babilônio de 586 AEC – 400 anos ou mais antes que Daniel fosse escrito] a palavra hebraica *masiah*, "o ungido", fosse usada quase exclusivamente para se referir a reis, ao menos no período pós-exílio [após o retorno do povo à terra, vários anos depois] o sumo sacerdote recebia uma unção solene com óleo sagrado ao assumir o posto [...] Parece muito mais provável, portanto, que o "príncipe ungido" em 9:25 se refira ao sumo sacerdote, Josué ben Josedec.[100]

Em outras palavras, 9:25 não só *não* está falando de um futuro messias, como está falando de uma figura da história de Israel que já conhecemos: o sacerdote Josué, mencionado em outras passagens da Bíblia Hebraica (ver, por exemplo, Zacarias 6:11). O versículo 26 se refere a alguém que viveu séculos mais tarde, embora também não fosse um futuro messias. Conforme argumentado por Hartman – em consonância a vários outros estudiosos da Bíblia Hebraica –, a menção a "um" (não "o") ungido em 9:26 "quase certamente" remete a outra figura conhecida da história judaica, o sumo sacerdote Onias III, que foi deposto do sacerdócio e assassinado em 171 AEC, vários anos antes da famosa revolta dos Macabeus, evento reconstituído em II Macabeus 4:1-38.[101]

As duas figuras chamadas de "ungido" não são futuros messias. Ambas eram sumos sacerdotes que, graças à sua posição, foram ungidos. E ambos já tinham vivido no passado. O mais importante de tudo é que, até onde sabemos, essa passagem nunca foi interpretada messianicamente por judeus antes do surgimento do cristianismo. Em outras palavras, nenhum judeu no início da década de 30 EC teria proposto a ideia de um messias sofredor baseado em Daniel 9:26. Ninguém achava que a passagem se referia a isso.

O que resta, então? Não há a mínima evidência sugerindo que existiam judeus antes do advento do cristianismo aguardando a chegada de um futuro messias que seria morto pelos pecados – ou mesmo apenas morto. Muito menos que esperavam um messias que seria destruído sem nenhuma cerimônia pelos inimigos dos judeus, publicamente torturado e crucificado. Isso era o oposto do que os judeus pensavam do messias. Então de onde veio a ideia de um messias crucificado? Não surgiu do nada. Veio de pessoas que acreditavam que Jesus era o Messias e tinham plena consciência de que ele fora crucificado.

O próprio Paulo deixa muito claro em uma de suas cartas que nenhum judeu imaginaria essa ideia. Escrevendo aos coríntios, Paulo indica de maneira intrigante e convincente que o fato de os cristãos terem proclamado um Messias que fora crucificado era um "escândalo" para judeus (I Coríntios 1:23) e uma noção totalmente ridícula para os gentios (mesmo versículo). Ou seja, os judeus não conseguiam acreditar nisso. E por que não? Porque, para os judeus, essa alegação – o cerne da profissão de fé dos cristãos – era absurda, ultrajante e potencialmente blasfema.

No entanto, já antes do ano de 32 EC, era isso que um grupo pequeno de judeus estava dizendo sobre Jesus. Não que ele era Deus. Nem que ele era o grande rei, então governando Jerusalém. Ele era o Messias crucificado. É praticamente impossível explicar essa alegação – surgida nesse lugar, nessa época, em meio a essa gente – sem que houvesse de fato um Jesus que foi crucificado.

Conclusão

O que podemos concluir sobre as evidências que sustentam a concepção de que houve mesmo um Jesus histórico, um pregador judeu que passou a vida adulta na Palestina na década de 20 da Era Comum, crucificado sob Pôncio Pilatos por volta do ano de 30? São evidências abundantes e variadas. Nos Evangelhos há vários relatos independentes atestando a vida de Jesus; ao menos sete foram escritos no período de cem anos após a data tradicional da morte dele. Porém, esses relatos não surgiram do nada. Foram baseados em fontes escritas datadas de épocas bem anteriores, às vezes remontando à década de 50 da Era Comum. Mesmo essas fontes, no entanto, não eram simples fruto da imaginação de seus autores. Foram baseadas em tradições orais que circularam ano após ano entre os seguidores de Jesus e foram transmitidas em várias regiões – basicamente em áreas urbanas, podemos supor – do Império Romano; a difusão de algumas, todavia, remete à terra natal de Jesus, a Palestina, onde se realizou originalmente em aramaico. Aparentemente, há dessas tradições (várias, provavelmente) cuja origem reporta à década de 30 EC. Portanto, não dependemos

apenas de Evangelhos produzidos de cinquenta a sessenta anos depois da suposta morte de Jesus como os principais testemunhos de sua existência. Estamos falando de uma grande quantidade de fontes espalhadas por uma área geográfica notavelmente ampla, muitas delas datando dos anos imediatamente posteriores ao presumido período de vida de Jesus, algumas surgidas na própria Palestina. Com base apenas nessas evidências, é difícil entender como Jesus poderia ter sido "inventado". Inventado por quem? Onde? Quando? Como então poderia haver tantas fontes de evidência independentes?

Mas isso é apenas o começo. A verdade é que todos os autores que mencionam Jesus, sejam eles pagãos, cristãos ou judeus, tinham plena convicção de que no mínimo ele existiu. Até mesmo os inimigos do movimento de Jesus acreditavam nisso; suas críticas e seus insultos contra a religião nunca incluíam uma negação de sua existência. Além disso, as fontes cristãs não se restringem a Marcos. É, por exemplo, o discurso de todos os autores das epístolas escritas antes e depois de Marcos, cujas perspectivas não são baseadas na leitura dos Evangelhos, mas em tradições independentes de Marcos. É também o ponto de vista de Q, M, L, João e todas as fontes do último. É a abordagem dos livros ou das cartas do século I EC: I Clemente, I Pedro, I João, Hebreus etc. É também o entendimento do livro dos Atos, que preserva tradições bastante primitivas em vários de seus discursos, tradições que parecem datar dos primórdios do movimento cristão, mesmo antes de os seguidores de Jesus começarem a alegar que ele era o filho de Deus desde sempre ou mesmo apenas a partir de seu batismo; segundo essas tradições, ele se tornou o filho de Deus na ressurreição. Essa é a cristologia mais antiga de todas, provavelmente a dos seguidores originais de Jesus, e, portanto, surgiu nas comunidades cristãs palestinas primitivas. Trata-se novamente da década de 30 da Era Comum, e o testemunho dessas fontes indica claramente a existência de Jesus.

Um estudo criterioso das cartas de Paulo produz os mesmos resultados. Paulo soube de Jesus depois de apenas um ano da sua morte, ou no máximo dois. O texto de Paulo também preserva tradições originadas no período inicial de sua vida cristã, logo após sua conversão, por volta de 32-33 EC. Não há dúvida de que Paulo sabia que Jesus existiu. Ele menciona o nascimento de Jesus, sua herança judaica, sua descendência de Davi, seus irmãos, seu ministério entre os judeus, seus doze discípulos, vários de seus ensinamentos, sua Última Ceia e, o mais importante para Paulo, sua crucificação. Ele indica que recebeu algumas dessas tradições daqueles que o antecederam, e é relativamente fácil determinar quando. Paulo declara ter se encontrado com o discípulo mais íntimo de Jesus, Pedro, e com seu irmão Tiago três anos após sua conversão, ou seja, por volta de 35-36 EC. Muito do que Paulo tem a dizer sobre Jesus, portanto, tem origem no mesmo grupo de tradições primitivas que podemos rastrear, de maneira completamente independente, nos Evangelhos.

Ainda mais impressionante do que as informações que Paulo tem sobre Jesus é quem ele conhecia. Retomando, Paulo conhecia Pedro e Tiago pessoalmente. Pedro foi o confidente mais íntimo de Jesus ao longo de todo o seu ministério, e Tiago era seu irmão de sangue. Paulo teve contato com eles durante décadas, começando em meados dos anos 30 EC. É difícil imaginar como Jesus poderia ter sido inventado, uma vez que Paulo conhecia seu melhor amigo e seu irmão.

Paulo também sabia que Jesus fora crucificado. Antes do movimento cristão, nenhum judeu achava que o Messias iria sofrer. Muito pelo contrário. O Jesus crucificado, portanto, não foi inventado como uma espécie de realização mítica de uma expectativa judaica. O grande obstáculo que os cristãos encontraram ao tentar converter judeus foi precisamente sua resistência quanto à execução de Jesus. Eles não inventariam essa parte. Tiveram de aceitar o fato e criar uma teologia especial e inédita para justificá-lo. Assim, o que criaram não foi uma pessoa chamada Jesus, mas a ideia de um messias sofredor. Essa invenção está tão enraizada na doutrina oficial que os cristãos de hoje supõem que era tudo parte do plano original de Deus, conforme estabelecido no Antigo Testamento. Mas a verdade é que a ideia de um messias sofredor não é encontrada lá: teve de ser formulada. O motivo dessa necessidade é que em toda parte as pessoas sabiam que Jesus havia sido crucificado – aquele que os cristãos consideravam o Messias. E ele não poderia ter morrido se não tivesse vivido.

Jesus certamente existiu. O objetivo deste livro, porém, não é simplesmente apresentar as evidências da existência de Jesus aceitas por praticamente todos os estudiosos que já analisaram o assunto, mas também mostrar por que os poucos autores que discordam disso estão errados. Para fazê-lo, preciso ir além das evidências do Jesus histórico e examinar as alegações sobre sua existência feitas por vários miticistas. Não tentarei refutar cada autor individualmente, ponto por ponto. Isso exigiria um livro enorme que certamente não seria uma leitura agradável. Em vez disso, vou considerar as questões mais importantes e os argumentos mais interessantes e significativos. No próximo capítulo, passaremos pelos diversos argumentos miticistas que, a meu ver, são irrelevantes para o debate sobre a existência ou não de Jesus. Então, no capítulo seguinte, consideraremos várias das teorias miticistas mais conhecidas sobre como Jesus foi criado, e argumentarei que também elas são totalmente inadequadas para consolidar o ponto de vista miticista.

Parte II
As alegações dos miticistas

CAPÍTULO 6

O ARGUMENTO MITICISTA: ALEGAÇÕES FRACAS E IRRELEVANTES

Até agora, em nossa investigação para determinar se Jesus realmente existiu ou não, construí um argumento positivo, mostrando por que são tão convincentes as evidências de que Jesus viveu como um pregador judeu na Palestina e foi crucificado a mando do governador romano Pôncio Pilatos. Será de igual importância saber o que o Jesus histórico realmente disse e fez, já que o mero fato da existência de Jesus não nos levará muito longe. Quem tem um verdadeiro interesse pela história de Jesus deseja saber as características de seu ministério, a natureza de suas atividades, os motivos de sua execução e assim por diante. Guardarei a exploração desses assuntos para o final do livro. Por ora preciso tratar de um tópico mais urgente. Se Jesus existiu, por que os miticistas dizem o contrário? Este capítulo analisará os argumentos típicos usados pelos miticistas que são, segundo a minha apreciação, fracos e/ou irrelevantes à questão. No próximo capítulo, considerarei as diferentes hipóteses construídas pelos miticistas para a "invenção" original de Cristo e mostrarei por que essas teorias também são problemáticas e não comprometem as evidências consistentes a favor da existência do Jesus histórico.

Irrelevâncias na argumentação histórica

Quem passa muito tempo lidando com questões históricas polêmicas sabe bem que vários argumentos são simplesmente irrelevantes. Só para dar um exemplo situado no lado oposto ao dos miticistas: diversos fundamentalistas e evangélicos conservadores, defensores da Bíblia, argumentam muitas vezes que o Novo Testamento é confiável porque é atestado com mais frequência em fontes antigas do que qualquer obra da antiguidade. Temo que haja uma falácia nesse argumento. É verdade que há bem mais manuscritos dos livros do Novo Testamento do que das obras de Homero, Platão,

Aristóteles, Eurípedes, Cícero, Marco Aurélio – de qualquer autor antigo. Mas isso não tem valor nenhum sobre a questão da confiabilidade dos livros do Novo Testamento. É relevante apenas para sabermos o que diziam os originais desses livros.

Pensando de outra maneira, tanto *O capital* de Karl Marx quanto *Minha luta* de Adolf Hitler são mais bem atestados do que, digamos, o Evangelho de João. Bem mais. Não há comparação. Existe uma quantidade bem maior de cópias de cada um desses livros, produzidas em época bem mais próxima da dos originais, que o número de cópias de qualquer um dos livros do Novo Testamento, incluindo João. O fato de serem extremamente bem atestados tem alguma relação com a confiabilidade dos livros? As opiniões dos autores são mais confiáveis por causa disso? Devemos seguir seus ensinamentos simplesmente porque temos várias cópias de suas obras? O raciocínio se aplica ao Evangelho de João e a qualquer outro livro do Novo Testamento. Haver mais cópias de João do que de *A república* de Platão não tem relação nenhuma com a questão de ser mais confiável ou não. Só tem relação com o grau de certeza que podemos ter de que se trata do texto original do autor. Se o que ele escreveu é certo ou não deve ser um juízo com base em outros parâmetros.

Cristãos fundamentalistas e evangélicos conservadores não são os únicos que apresentam argumentos irrelevantes na tentativa de agradar o público leitor. Os miticistas – retornando ao lado oposto – também o fazem. Neste capítulo vamos analisar várias reflexões típicas propostas por eles para comprovar que Jesus não existiu. Minha tese é que a maioria dos argumentos é fraca e alguns deles são irrelevantes à questão.

Alegação 1: Os Evangelhos são fontes históricas altamente problemáticas

Ocasionalmente, os miticistas gostam de explorar os problemas históricos que os Evangelhos apresentam: não subsistiram os textos originais dos Evangelhos, de modo que há momentos em que não sabemos o que os autores originalmente disseram; os Evangelhos não foram escritos pelos autores cujos nomes aparecem nas obras (Mateus, Marcos, Lucas e João), mas por pessoas que não foram seguidores diretos de Jesus e viveram de quarenta a sessenta anos depois dele em locais diferentes do mundo; os Evangelhos estão repletos de discrepâncias e contradições; os Evangelhos narram eventos históricos que podem ser comprovadamente refutados.

Estudiosos podem discordar de algumas dessas afirmações – os evangélicos conservadores discordam de todas –, mas eu pessoalmente acho que são absolutamente corretas. E acho que essas questões criam problemas legítimos para o estudo do Novo Testamento, da história da igreja cristã primitiva e da vida do Jesus histórico. Entretanto, também acho que são, em grande medida, irrelevantes à questão da

existência ou não do Jesus histórico, por motivos que explicarei a seguir. Antes disso, porém, é importante nos aprofundarmos um pouco nessas questões.

OS TEXTOS ORIGINAIS DOS EVANGELHOS NÃO SUBSISTIRAM

Em primeiro lugar, embora os Evangelhos estejam entre os livros mais bem atestados da antiguidade, infelizmente estamos impedidos de saber o que os autores desses livros originalmente escreveram. O problema não é a falta de manuscritos. Há milhares de cópias. O problema é que nenhum desses manuscritos é o original produzido pelo autor (isso vale para todos os quatro Evangelhos – aliás, para todos os livros do Novo Testamento). Além disso, a maioria dos manuscritos foi produzida mais de mil anos após os originais, nem sequer um deles foi feito próximo à época dos primeiros textos – dez a vinte anos depois, por exemplo –, e todos eles contêm erros comprovados.

Não preciso me alongar aqui, pois já escrevi sobre esses problemas detalhadamente em outra obra.[102] O que quero enfatizar agora é que eles são irrelevantes para a questão da existência ou não de Jesus. As evidências de sua existência não dependem de haver manuscritos de sua vida e ensinamentos que sejam perfeitamente alinhados com o que os autores dos Evangelhos do Novo Testamento originalmente escreveram. Digamos, por exemplo, que seja verdade que a famosa história de Jesus e a mulher adúltera não fazia parte do Evangelho original de João (o único Evangelho em que aparece), embora conste da vasta maioria dos manuscritos produzidos na Idade Média. O que isso nos diz? Que é provável que a história não estava originalmente em João; isso, por sua vez, provavelmente significa que não foi algo que realmente aconteceu na vida de Jesus. E daí? Não é sinal de que Jesus não existiu. Apenas leva à conclusão de que, até onde sabemos, esse evento nunca aconteceu.

Em uma analogia, digamos que a certidão de nascimento de Barack Obama tenha sido alterada a partir da sua forma original (não acho nem por um segundo que isso tenha acontecido, mas suponhamos que fosse um fato). Que relevância isso teria para determinar se Barack Obama nasceu ou não? Seria preciso procurar outras evidências de que ele veio ao mundo, e o texto da certidão de nascimento seria irrelevante à questão.

Os manuscritos do Novo Testamento realmente contêm diversas variações: maneiras alternativas de expressar um versículo ou uma passagem, omissões de palavras ou frases, inserções de palavras e frases aqui e ali. Mas o problema não é tão grave a ponto de ser impossível se ter uma ideia do que os autores cristãos antigos escreveram. Se não tivéssemos a mínima ideia do conteúdo original dos textos de Paulo ou dos Evangelhos, essa objeção talvez tivesse mais peso. No entanto, não há um único crítico textual no planeta que pense assim, pois não há sombra de prova nesse sentido. Tampouco conheço um miticista que estaria disposto a se apegar a essa observação em um debate.

Assim, na maioria dos casos, não há controvérsia em relação ao estilo desses autores. Quando há, raramente tem algo a ver com a existência ou não de Jesus.

NÃO SABEMOS QUEM SÃO OS AUTORES DOS EVANGELHOS

Também é verdade que não sabemos quem escreveu os Evangelhos. Embora sejam atribuídos a dois dos discípulos de Jesus (Mateus, o cobrador de impostos, e João, o discípulo amado) e a dois companheiros dos apóstolos (Marcos, o secretário de Pedro, e Lucas, o companheiro de viagem de Paulo), é quase irrefutável que essas atribuições são erradas. Algo semelhante ocorre na maior parte do restante do Novo Testamento. Dos 27 livros que o compõem, apenas oito foram quase seguramente escritos pelos autores a que são tradicionalmente atribuídos. Os outros ou foram atribuídos erroneamente a pessoas que não os escreveram, ou foram deliberadamente falsificados, isto é, escritos por autores que alegavam ser alguém famoso, com plena ciência de que eram outra pessoa.

Mais uma vez é um assunto de que já tratei com mais detalhe em outra obra, e, portanto, não preciso me aprofundar aqui.[103] O que podemos dizer com certa segurança sobre os autores dos Evangelhos é que, embora os seguidores diretos de Jesus fossem camponeses pobres do interior da Galileia, falantes de aramaico e quase certamente analfabetos, os Evangelhos foram escritos por cristãos cultos, falantes de grego, vivendo fora da Palestina. Esses autores não eram Mateus, Marcos, Lucas ou João.

Contudo, novamente, isso é irrelevante à questão da existência de Jesus. É possível traçar um paralelo com o caso dos famosos, ou melhor, infames diários de Hitler que vieram a público em 1983 e foram imediatamente autenticados por especialistas. Logo, porém, revelaram-se falsos, e o falsificador, um vigarista alemão chamado Konrad Kujau, foi preso em flagrante. Ele recebera milhões pelos volumes e fizera tudo por dinheiro. Mas o fato de ele ter falsificado essas fontes sobre Hitler não tem relação nenhuma com a existência ou não de Hitler. Isso tem de ser determinado a partir de outra fundamentação. No caso dos Evangelhos e de Jesus, apesar de não sabermos quem foram os autores desses livros, ainda podemos usá-los como fontes históricas de conhecimento sobre Jesus, conforme argumentei em capítulos anteriores.[104] Os Evangelhos são fontes valiosas para esse fim, independentemente de quem os escreveu, seja Mateus, Marcos, Lucas e João, ou Zé, Tião, Juca e Mané.

OS EVANGELHOS ESTÃO REPLETOS DE DISCREPÂNCIAS E CONTRADIÇÕES

Em minha opinião, está absolutamente correto dizer que os relatos de Jesus no Novo Testamento estão repletos de discrepâncias e contradições em assuntos de maior e menor relevância. Se alguém duvida disso, basta comparar com cuidado uma história

encontrada em um dos Evangelhos com a mesma história encontrada em outro. Pode-se escolher o conjunto de relatos que se queira. Comparar a genealogia de Jesus em Mateus com a de Lucas, por exemplo. É simplesmente impossível conciliá-las (ambas partem de José, mas quem é seu pai, avô, bisavô?). Isso também vale para as histórias do nascimento de Jesus (seus pais fugiram com ele para o Egito, conforme Mateus, ou retornaram a Nazaré um mês depois que ele nasceu, conforme Lucas?).[105] E também para os relatos de sua morte (foi crucificado na tarde anterior à refeição da Páscoa, conforme João, ou na manhã seguinte, conforme Marcos?) e de sua ressurreição (seus discípulos foram instruídos a seguir para a Galileia e lá encontraram Jesus ressuscitado, conforme Mateus, ou foram instruídos a não sair de Jerusalém e lá ficaram, não só para ver Jesus ressuscitado, mas para passar alguns meses, conforme Lucas?).

Eventualmente, essas discrepâncias não dizem respeito a detalhes pequenos, mas a questões importantes. Jesus chamava a si mesmo de Deus? Parece ser uma questão significativa, pois, se chamava, somos forçados a questionar o motivo dessa nomeação. Ele era louco? Irremediavelmente presunçoso? Ou possivelmente tinha razão? É notável, no entanto, que, de todos os Evangelhos, apenas João, o último a ser escrito, relata que Jesus se autoproclamava Deus. Se o Jesus histórico realmente passou seu ministério revelando sua identidade divina aos discípulos, como faz em João, não é estranho que Mateus, Marcos e Lucas não mencionem nada sobre isso? Eles achavam que não era uma coisa importante? Ou simplesmente esqueceram essa parte?

Mais uma vez, já analisei as discrepâncias e as contradições dos Evangelhos do Novo Testamento em outro contexto e não preciso entrar em detalhes aqui.[106] Por ora basta reiterar que esses assuntos são mais ou menos irrelevantes à questão da existência ou não de Jesus. Por causa das contradições das fontes disponíveis, será difícil, e pelo menos interessante, determinar adiante o que ele realmente disse e fez. Mas o argumento que construí nos capítulos anteriores em favor da existência de Jesus não exige que os Evangelhos sejam coesos por si mesmos ou livres de discrepâncias. Mais uma analogia: dependendo de a quem se perguntar, serão obtidos relatos bem distintos sobre a presidência de Bill Clinton, mas as diferenças não terão relação nenhuma com a existência dele ou não.

OS EVANGELHOS CONTÊM MATERIAL NÃO HISTÓRICO

É verdade que os Evangelhos estão repletos de outros tipos de problema histórico e narram eventos que quase certamente não aconteceram. Por exemplo, no relato de Lucas sobre o nascimento de Jesus. Ao contrário do Evangelho de Mateus, Lucas indica que os pais de Jesus viviam em Nazaré, na região norte da Galileia (Belém fica ao sul, perto de Jerusalém). Segundo a história de Lucas, um imposto foi decretado por César

Augusto com aplicação no "mundo inteiro", e todos tinham de se registrar em um censo. Como o antepassado distante de José, Davi, nascera em Belém, era lá que ele devia se registrar. Enquanto estava lá, sua noiva, Maria, deu à luz.

Não é possível que esse relato seja historicamente correto. Não houve nenhum censo mundial (ou mesmo imperial) à época de Augusto, muito menos um censo que obrigasse todo o Império Romano a se registrar na cidade de onde seus antepassados haviam saído mil anos antes, como explico em outro contexto.[107] E com certeza esse censo não poderia ter acontecido quando "Quirino era governador da Síria", como alega Lucas, se Jesus nasceu quando Herodes era rei: Quirino só se tornou governador dez anos após a morte de Herodes.

Também é totalmente improvável que, no julgamento de Jesus, Pilatos tenha oferecido a liberdade para um dos dois prisioneiros principais, Barrabás ou Jesus, de acordo com um suposto costume seu na Páscoa (ver Marcos 15:6-15). Não há nenhum registro histórico da prática desse costume, seja por Pilatos, seja por qualquer outra pessoa. E custa crer que o impiedoso Pilatos, que não era conhecido por tentar agradar o povo, libertasse todo ano um insurrecto violento e perigoso só porque a multidão o pedia. Tal cena, assim como o censo, quase certamente não aconteceu. Mas isso tem pouco a ver com o fato de Jesus existir ou não. Significa simplesmente que esse suposto episódio nunca ocorreu.

Voltemos às analogias. Há várias histórias sobre George Washington que podem não ter acontecido. Ele realmente cortou a cerejeira? Tinha mesmo dentes de madeira? Ficou em pé na proa do barco enquanto suas tropas atravessavam o rio Delaware? Ficou mesmo doente após fugir somente com a roupa de baixo pela janela da casa de sua amante, quando o marido dela chegou, e morreu em consequência disso? Algumas dessas coisas podem ter acontecido (bem, não a cerejeira), outras não. No entanto, sendo fatos ou lendas, não têm importância nenhuma para a existência ou não de Washington. Ele existiu, e podemos ter certeza de algumas informações sobre ele. Isso também vale para Jesus.

TODAS AS HISTÓRIAS DOS EVANGELHOS ESTÃO REPLETAS DE MATERIAL LENDÁRIO?

O caráter lendário dos relatos evangélicos de Jesus é enfatizado por quase todos os miticistas, mas nenhum deles o faz com o rigor e o entusiasmo de Robert Price, cuja obra recente *The Christ-Myth Theory and Its Problems* [*A teoria do Cristo mítico e seus problemas*] ecoa muitos dos temas nesse sentido e reafirma muitas das conclusões a que chegou em seu livro anterior, *The Incredible Shrinking Son of Man* [*A incrível redução do Filho de Deus*].[108] Analisarei aspectos importantes do argumento de Price contra a existência do Jesus histórico no próximo capítulo. Por enquanto quero apontar que sua ênfase –

exaustivamente repetida – no material lendário dos relatos evangélicos é apenas minimamente relevante à questão da existência de Jesus quando vista de uma óptica imparcial.

O argumento de Price é sofisticado, e não é muito fácil explicar de maneira simples a metodologia básica sobre a qual ele se firma. Há certa relação com o que comentei anteriormente sobre os críticos da forma, autores alemães do início do século XX como Martin Dibelius e Rudolf Bultmann. Vimos que, na reflexão deles, as comunidades moldaram as tradições sobre Jesus que elas transmitiam, de modo que as histórias adquiriram "formas" específicas, dependendo do contexto (o *Sitz im Leben* – a "situação na vida") em que eram contadas. As controvérsias de Jesus sobre o sábado tomaram uma forma, os relatos de seus milagres tomaram outra, e assim por diante. Uma das implicações dessa teoria é que comunidades cristãs primitivas só contavam histórias sobre Jesus quando elas eram relevantes para suas próprias situações de vida. Para que contar histórias irrelevantes? Na lógica do argumento de Price, esse é o primeiro ponto: comunidades contam histórias apenas quando elas servem aos seus próprios interesses, de uma maneira ou de outra.

Seu segundo ponto surge do desenvolvimento de estudos realizados na esteira da crítica da forma, especialmente entre os alunos de Rudolf Bultmann. Esses alunos se perguntaram se era possível analisar o que havia *por trás* das histórias moldadas pelas comunidades cristãs primitivas, em busca de tradições que tivessem escapado à influência dos narradores cristãos. Talvez houvesse histórias sobre Jesus que não mostrassem sinais de terem sido criadas pelas comunidades que as contavam; histórias, por exemplo, que parecessem contrariar o que as comunidades cristãs primitivas gostariam de ter dito sobre Jesus. Tradições dessemelhantes às que os cristãos disseminavam sobre Jesus não teriam sido criadas ou formuladas pelos primeiros narradores cristãos. Essas tradições, se existissem, envolveriam histórias que não seriam contadas simplesmente por serem úteis à situação na vida (*Sitz im Leben*) das comunidades que as transmitiam. Histórias assim provavelmente seriam narradas simplesmente por serem episódios sobre Jesus que realmente aconteceram.

Esse é o principal critério usado hoje em dia por estudiosos que tencionam estabelecer quais histórias dos Evangelhos remontam ao Jesus histórico em vez de terem sido criadas por contadores de histórias posteriores, de acordo com as preocupações e as necessidades de suas comunidades. É chamado de "critério de dissimilaridade". Se há uma tradição que não coincide com o que sabemos sobre as preocupações e os interesses das comunidades cristãs primitivas – ou que contraria frontalmente esses interesses –, essa tradição é provavelmente mais autêntica do que uma que coincide com os interesses da comunidade. (Darei alguns exemplos em breve.)

A metodologia de Price consiste em rever todas as tradições dos Evangelhos e mostrar que cada uma delas atende a alguma necessidade, preocupação ou interesse dos cristãos primitivos; portanto, *não* haveria histórias que pudessem ser rastreadas até uma figura histórica, Jesus. Em todos os casos, o que vem antes determinaria o que vem depois, de modo que não haveria material historicamente correto nos Evangelhos.

A meu ver, isso está totalmente errado, por diversas razões. Em primeiro lugar, faz mau uso do critério de dissimilaridade para mostrar o que *não* aconteceu na vida de Jesus. O propósito do critério é servir como um guia positivo para revelar o que Jesus realmente disse, fez e vivenciou, não como critério negativo para mostrar o que ele não fez. Por exemplo, digamos que nos Evangelhos Jesus preveja que irá a Jerusalém, será crucificado e depois ressuscitado. Essa previsão atende ao critério da dissimilaridade? Certamente não! Isso é algo que a comunidade de cristãos provavelmente teria interesse em ouvir Jesus falar. Como não atende ao critério, não podemos usar esse caso para indicar que Jesus realmente fez essa previsão. Mas podemos usá-lo para dizer que ele não fez a previsão? De novo, certamente não! O critério pode levantar suspeitas sobre essa ou aquela tradição, mas não é capaz de mostrar por si mesmo se a tradição é ou não histórica. Em outras palavras, o critério não determina nem pode determinar por sua natureza o que Jesus *não* fez ou disse, apenas o que ele *fez* ou *disse*.

Meu segundo ponto é relacionado ao primeiro. Esse critério – e outros que veremos adiante – tem como objetivo considerar probabilidades, não certezas. Como reconhece o próprio Price, isso é tudo que um historiador pode fazer: estabelecer o que provavelmente aconteceu no passado. Exigir um critério que produza certezas é sair da esfera da pesquisa histórica. Tudo que podemos estabelecer são probabilidades. E há diversas tradições sobre Jesus que atendem facilmente ao critério da dissimilaridade, aumentando assim as probabilidades de sua historicidade.

Devo acrescentar como terceiro ponto que as probabilidades estabelecidas com o uso de um critério podem ser fortalecidas com o uso de outros. Por exemplo, vimos anteriormente que, além dos Evangelhos subsistentes (sete no período de cem anos a contar da morte de Jesus), há vários testemunhos independentes da vida de Jesus, entre os quais estão as diversas fontes escritas e orais dos Evangelhos e um grande número adicional de textos cristãos independentes. Digamos que uma tradição sobre Jesus seja encontrada em apenas uma dessas fontes (a visita dos reis magos a Jesus, por exemplo, que está apenas em Mateus, ou a parábola do Bom Samaritano, encontrada apenas em Lucas). É possível que o autor tenha "inventado" a história. Mas podemos supor que duas fontes independentes tenham a mesma narrativa ou versões muito parecidas. Nesse caso, nenhuma delas pode tê-la inventado, já que são independentes, e, portanto, a história deve ser mais antiga do que ambas. E se uma história, ou tipo de história, é encontrada em um número variado de fontes? É bem mais provável que seja

historicamente correta do que um episódio encontrado em apenas uma fonte. Se há um relato não apenas atestado por várias fontes independentes, mas que *também* atende ao critério da dissimilaridade, é possível estabelecer com maior grau de probabilidade que se trata de um relato histórico. Pode carregar aspectos lendários, mas o cerne do relato pode ser histórico.

Vou dar três exemplos breves. Vimos em um capítulo anterior que é altamente improvável que os primeiros seguidores judeus de Jesus na Palestina tenham inventado a alegação de que o Messias foi crucificado. Esse caso atende ao critério da dissimilaridade. E é uma alegação atestada por várias fontes (Marcos, M, L, João, Paulo, Josefo, Tácito). Conclusão? Se estamos atrás de probabilidades, essa é uma tradição altamente provável. Jesus foi crucificado.

Bem menos importante para a maioria das pessoas é a questão dos irmãos de Jesus. Mas as fontes independentes de Marcos, João, Paulo e Josefo dizem que ele tinha irmãos e, em todas elas, com exceção de João, um dos irmãos é identificado como Tiago. As histórias em que os irmãos de Jesus aparecem não são tendenciosas, no sentido de promover interesses cristãos específicos. Assim, a tradição de que Jesus tinha irmãos, além de ser atestada por várias fontes, atende ao critério da dissimilaridade. Conclusão: Jesus provavelmente tinha irmãos, um dos quais se chamava Tiago.

Um último exemplo, que será importante no decorrer deste capítulo: várias fontes (Marcos, Q, João, L, M) dizem que Jesus era de Nazaré. Em nenhuma dessas histórias há qualquer indicação de que essa informação esteja promovendo interesses particulares do autor ou de sua comunidade. Muito pelo contrário, aliás: os primeiros cristãos tinham de *explicar* o fato de Jesus ser de Nazaré, como lemos em João 1:45-46 e nas narrativas do nascimento em Mateus e Lucas, tentativas independentes de mostrar que, embora Jesus fosse de Nazaré, ele nascera na verdade em Belém. Por que essa preocupação? Porque o profeta Miqueias do Antigo Testamento dissera que o salvador viria de Belém, não de Nazaré (Miqueias 5:1). Além disso, João reflete um constrangimento generalizado sobre Nazaré ("Pode sair algo bom de Nazaré?"), que era uma cidade pequena e insignificante (nem isso; era uma aldeia). Pelo que se sabe, ninguém tinha ouvido falar dela antes do advento do cristianismo. O salvador do mundo veio de *lá*? Não de Belém? Ou Jerusalém? Ou Roma? Qual é a probabilidade disso? Assim, esse estranhamento constitui uma tradição atestada em diversas fontes que atende ao critério da dissimilaridade. Conclusão: Jesus provavelmente era de Nazaré.

Expliquei parcialmente os critérios usados por estudiosos para mostrar por que as teorias de Price são problemáticas. Ao contrário do que ele diz, existem diversas tradições que provavelmente dão a conhecer a vida do Jesus histórico. Mais adiante mostrarei que há várias outras. Agora quero concluir com uma questão metodológica mais importante: se a discussão sobre até que ponto as tradições de Jesus são

efetivamente lendárias é em grande parte irrelevante para a questão de sua existência ou não.

É possível argumentar que todo mundo que fala de outra pessoa introduz um viés pessoal na história. Toda história tem algo de tendencioso. Somos humanos, não máquinas, e necessariamente contamos as coisas de nosso ponto de vista. Isso significa que quase tudo que dizemos sobre outra pessoa tem um componente lendário (nosso viés). Com Jesus não era diferente. As pessoas que contavam histórias sobre ele incluíam aspectos lendários. Às vezes a lenda se impunha completamente, e as narrativas perdiam toda a essência histórica. Em outras um núcleo histórico era moldado por interesses lendários. Mas havia de fato alguns relatos com núcleos históricos, e a capacidade de um estudioso em mostrar que mesmo essas histórias foram moldadas por lendas não tem relevância nenhuma para a questão da existência ou não de Jesus. Para começo de conversa, há os núcleos históricos por si mesmos. Este é meu argumento principal: moldar uma história não é a mesma coisa que inventá-la. É possível moldar uma história sobre Jesus até que soe altamente lendária, mas isso é irrelevante para a questão de haver ou não um núcleo histórico por trás de todas as lendas.

E há outro ponto que quero reiterar: as evidências do Jesus histórico não dependem exclusivamente de quais relatos evangélicos são ou não historicamente corretos. São baseadas em outras considerações que apresentei em capítulos anteriores, incluindo o testemunho de Paulo e os discursos do Atos, que são bem anteriores aos Evangelhos.

Em suma, os problemas que os Evangelhos apresentam para os estudiosos – o fato de os textos originais não terem subsistido, de não sabermos quem foram os verdadeiros autores, de estarem repletos de discrepâncias, de conterem material lendário, não histórico – não são muito relevantes para a questão em particular que estamos investigando, a existência ou não de Jesus. Esses problemas podem parecer relevantes, mas, quando analisados de maneira mais criteriosa, torna-se evidente que não são.

Alegação 2: Nazaré não existia

Um dos aspectos supostamente lendários dos Evangelhos está intimamente ligado ao que acabo de argumentar e é uma das alegações mais comuns encontradas nos escritos dos miticistas: a cidade onde Jesus teria nascido, Nazaré, na verdade nunca existiu, mas é ela mesma um mito (usando o termo no sentido dos miticistas). A lógica aparente desse argumento, que é eventualmente defendido com considerável veemência, é que, se os cristãos inventaram a cidade natal de Jesus, provavelmente o inventaram também. Para contestar esse argumento, bastaria ressaltar que é irrelevante. Se Jesus existiu, como sugerem as evidências, mas Nazaré não, segundo essa alegação, então ele

simplesmente nasceu em outro lugar. Se Barack Obama nasceu ou não nos Estados Unidos (ele nasceu, por sinal) é irrelevante para determinar se ele realmente nasceu.

No entanto, uma vez que esse argumento é tão caro aos miticistas, devo me aprofundar nele. Não é um argumento novo. Schweitzer tratou dele já em 1906 ao discutir as proposições miticistas de sua época.[109] Vários defensores atuais desse ponto de vista já foram mencionados neste livro. Frank Zindler, por exemplo, em um ensaio espirituosamente intitulado "Where Jesus Never Walked" ["Onde Jesus nunca andou"], tenta descontruir de forma bastante simples os locais geográficos associados a Jesus, especialmente Nazaré. Ele alega que o Evangelho de Marcos não afirma em lugar nenhum que Jesus era de Nazaré. Isso obviamente vai de encontro a Marcos 1:9, que diz exatamente de onde Jesus veio ("Jesus veio de Nazaré da Galileia"), mas Zindler sustenta que o versículo não fazia parte originalmente de Marcos, que foi inserido posteriormente por um escriba. Novamente estamos diante de história baseada em conveniência. Se um texto diz exatamente o que você acha que não poderia dizer, basta alegar que originalmente devia dizer outra coisa.[110]

Zindler sustenta que alguns cristãos primitivos viam Jesus como o "ramo" mencionado em Isaías 11:1, que viria da linhagem de Davi como o Messias. O termo "ramo" em hebraico (que não tem vogais) é escrito *NZR*, que é parecido (um pouco) com "Nazaré". Assim, no raciocínio de Zindler, o que aconteceu foi que cristãos posteriores, que não entendiam o que significava chamar Jesus de *NZR* (ramo), acharam que as tradições que o chamavam assim estavam dizendo que ele vinha de uma cidade (não existente), Nazaré.

Zindler faz essa alegação sem fornecer qualquer evidência para sustentá-la. E não explica por que os cristãos que não sabiam o que *NZR* queria dizer não perguntaram a ninguém. Ainda mais considerável é que ele não explica por que inventaram o nome de uma cidade que não existia (segundo sua proposição) como local de nascimento de Jesus, ou como passaram de "Jesus é o *NZR*" para "Jesus *veio de* Nazaré". O argumento soa totalmente implausível, ainda mais por que, já vimos, várias fontes independentes afirmam que Jesus era de Nazaré. Além disso, há evidências adicionais, que analisaremos em breve, de que havia mesmo uma pequena cidade judaica chamada Nazaré na época de Jesus.

G. A. Wells defende um argumento diferente com a mesma finalidade. Em sua perspectiva, a chave para entender a inexistência de Nazaré está nas quatro ocasiões em que Marcos indica que Jesus era um nazareno (1:24; 10:47; 14:67; 16:6). Segundo Wells, Marcos interpretou isso de maneira errada. O significado original era que Jesus pertencia a uma seita judaica pré-cristã chamada nazarenos, composta de figuras semelhantes aos nazireus do Antigo Testamento (como o forte Sansão), que faziam votos para se distinguir como servos especiais de Deus (não podiam tocar em cadáveres,

beber vinho ou cortar o cabelo). Marcos, porém, não sabia disso e supôs erroneamente que o termo "nazareno" devia indicar o local de nascimento de Jesus. Assim, Marcos inventou "Nazaré" como sua cidade natal.[111]

Novamente, procura-se em vão por qualquer evidência ou lógica clara para sustentar essa concepção. Por que Marcos inventaria uma cidade que não existia para explicar como Jesus poderia ser um nazareno, quando o termo originalmente significava que ele era um nazireu? Além disso, Marcos devia conhecer o Antigo Testamento, já que o cita em diversas ocasiões. Por que ele não saberia o que era um nazireu? E, se os sectários com quem Jesus se associava eram nazireus, por que se proclamavam nazarenos (uma palavra não relacionada etimologicamente)? Também é preciso enfatizar que há várias tradições sobre Nazaré (Marcos, M, L, João) – Nazaré não foi inventada por Marcos.

Uma das coisas que esses dois exemplos mostram é que estudiosos modernos parecem não ter a menor pista do significado de "nazareno" ou de onde pode ter vindo o nome Nazaré no caso de não ser original em si mesmo. Assim, como podemos imaginar algum tipo de motivação cristã antiga para inventar Nazaré se não temos ideia do que levou os cristãos a fazê-lo, nem do significado da raiz da palavra? O problema é agravado pelo fato, já mencionado, de que Nazaré realmente existia na época de Jesus, no local sugerido por Marcos e os outros Evangelhos.

O crítico mais recente a duvidar da existência de Nazaré é René Salm, que dedicou um livro inteiro ao assunto, *The Myth of Nazareth* [*O mito de Nazaré*].[112] Salm considera essa questão altamente significativa para o debate da historicidade de Jesus: "Muito depende dessa determinação [isto é, da existência de Nazaré], talvez até mesmo o arcabouço inteiro da cristandade".[113] Assim como muitos miticistas antes dele, Salm enfatiza o que os estudiosos já sabem há muito tempo: não há nenhuma menção a Nazaré na Bíblia Hebraica, nos escritos de Josefo ou no Talmude. Isso ocorre pela primeira vez nos Evangelhos. Salm também se mostra impressionado pelo fato de que as primeiras gerações de cristãos não teriam procurado pela cidade; pelo contrário, eles a teriam ignorado e pareciam não saber onde ficava (isso é difícil de comprovar; só poderíamos generalizar assim se "todos" os cristãos primitivos tivessem deixado registros informando o que sabiam e fizeram).

O argumento básico de Salm é que Nazaré existiu em tempos mais remotos e durante a Idade do Bronze. Depois disso, porém, houve um hiato. A cidade deixou de existir e assim permaneceu na época de Jesus. Baseado em evidências arqueológicas, particularmente em tumbas encontradas na área, Salm alega que a cidade voltou a ser habitada em algum momento entre as duas revoltas judaicas (entre 70 EC e 132 EC), quando judeus se reestabeleceram em regiões mais a norte após a destruição de Jerusalém pelos romanos. Salm, assim como Zindler, quer insistir que Marcos não

afirmou que Jesus veio de Nazaré: também para ele, Marcos 1:9 é uma inserção posterior.

Salm não é ele próprio um arqueólogo: não tem formação nesse campo altamente técnico nem dá nenhuma indicação de que já tenha participado de escavações arqueológicas. Com certeza nunca trabalhou no sítio de Nazaré. Mesmo assim, ele baseia praticamente todo o seu argumento em relatórios arqueológicos sobre a cidade de Nazaré. Ele se mostra particularmente impressionado com o fato de o tipo de tumba escavada em rocha encontrada ali – chamada tumba *kokh* ou tumba *locula* – não ser usado na Galileia em meados do século I EC e, portanto, não datar da época de Jesus. Assim, a cidade não existiria.

Essa é uma alegação altamente problemática. É difícil entender por que tumbas em Nazaré que datam de época posterior a Jesus indicam que não havia nenhuma cidade ali nos dias de Jesus. Em outras palavras, só porque é possível estabelecer que Nazaré era habitada em um período tardio significa que a cidade não era habitada antes? Ademais, Salm deixa de enfatizar uma das questões mais importantes sobre essas tumbas especiais escavadas em rocha: eram extremamente caras, e apenas as famílias mais abastadas podiam pagar por elas.[114] Não há nada registrado sugerindo que Nazaré tivesse famílias ricas na época de Jesus. Assim, nenhum habitante teria condições de adquirir uma tumba *kokh*. O que significa então o fato de nenhuma tumba contemporânea a Jesus ter sido encontrada? Nada exatamente. As tumbas que os pobres usavam na Palestina eram covas rasas, não escavadas em rochas como as tumbas *kokh*. Essas covas da população pobre quase nunca perduram a ponto de serem exploradas por arqueólogos.

Também devo ressaltar que essas tumbas *kokh* posteriores foram descobertas na encosta da colina do sítio tradicional de Nazaré. Salm alega que a encosta seria inabitável na época de Jesus, e, portanto, na opinião dele a vila que acabou surgindo (nos anos seguintes a 70 EC) estaria localizada no fundo do vale, a menos de um quilômetro de distância. Ele também enfatiza que os arqueólogos nunca escavaram nesse local.

Essa observação cria problemas insuperáveis para a tese dele. Para começar, há uma simples questão de lógica. Se os arqueólogos nunca escavaram no local onde ele acredita que a vila estava localizada, como ele pode afirmar que ela não existia nos dias de Jesus? Isso é uma falha grave: usando uma retórica agressiva, quase imprudente, Salm insiste que quem acha que Nazaré existiu precisa argumentar "*contra* as evidências materiais disponíveis". Mas que evidências materiais poderia haver se o sítio onde tais evidências supostamente existem nunca foi escavado? E que evidências exatamente devem ser contestadas, se nenhuma surgiu ainda?

Porém, há um problema ainda maior. Várias evidências arqueológicas bastante convincentes indicam que Nazaré realmente existiu na época de Jesus e, assim como outras aldeias e vilas naquela região da Galileia, foi construída na encosta, perto de onde as tumbas *kokh* posteriores foram construídas. Os arqueólogos exploraram, por exemplo, uma fazenda ligada à vila datando da época de Jesus.[115] Todavia, Salm contesta a descoberta dos arqueólogos que fizeram a escavação (cabe lembrar que ele não é arqueólogo, mas baseia suas teorias no que dizem os verdadeiros arqueólogos, todos os que discordem dele). Quando a arqueóloga Yardena Alexandre anunciou que 165 moedas foram encontradas nessa escavação, ela especificou no relatório que algumas eram tardias, dos séculos XIV e XV. Isso corresponde bem às expectativas de Salm. No entanto, entre as moedas há algumas que se revelaram originárias dos períodos helenístico, asmoneu e romano inicial, ou seja, são contemporâneas a Jesus. Salm replicou que isso não fazia parte do relatório de Alexandre, apesar de ela ter confirmado verbalmente a informação: havia moedas na coleção datando de época anterior à revolta judaica.[116]

Salm também alega que a cerâmica datada da época de Jesus encontrada no sítio não é de fato desse período, embora ele não seja um especialista em cerâmica. Dois arqueólogos que respondem às contestações de Salm dizem o seguinte: "A avaliação pessoal de Salm a respeito da cerâmica [...] revela sua falta de conhecimento nessa área, bem como sua carência de pesquisa séria das fontes". Em seguida, afirmam que:

> Por ignorar ou desconsiderar material cerâmico, numismático [relativo a moedas] e evidências literárias da existência de Nazaré durante os períodos helenístico tardio e romano inicial, parece-nos que a própria análise que René Salm inclui em sua crítica bem como seu livro recente devem ser relegados à condição de 'mito'.[117]

Outro arqueólogo especializado na região da Galileia, Ken Dark, diretor do Projeto Arqueológico de Nazaré, escreveu uma crítica totalmente negativa do livro de Salm, enfatizando, entre outras coisas, que "não há nenhum indício de que Salm tenha conhecimento acadêmico – ou experiência de campo – em arqueologia". Dark mostra que Salm interpretou erroneamente tanto a hidrologia (os sistemas de abastecimento de água) como a topografia (a disposição) de Nazaré e destaca que a cidade podia perfeitamente estar localizada nas encostas, a exemplo de cidades vizinhas como Khirbet Kana. Seus comentários finais são condenatórios:

> Em conclusão: apesar das aparências iniciais, não se trata de um estudo bem fundamentado, e ele ignora várias evidências e importantes obras publicadas de relevância direta. A premissa básica é falha, e a argumentação de Salm é

frequentemente fraca e moldada por suas preconcepções. No geral, seu argumento central é arqueologicamente insustentável.[118]

Mas ainda há mais evidência a se considerar. Outra descoberta importante foi feita na Nazaré antiga um ano após a publicação do livro de Salm. É uma casa que data da época de Jesus e cuja descoberta foi divulgada pela Associated Press em 21 de dezembro de 2009. Escrevi pessoalmente para a arqueóloga principal, Yardena Alexandre, diretora de escavações da Autoridade de Antiguidades de Israel, e ela confirmou a notícia. A casa está localizada na encosta. Cacos de cerâmica associados a ela são de 100 AEC a 100 EC (isto é, existe material contemporâneo a Jesus). Não há nada na casa sugerindo que as pessoas que a habitaram nesse período fossem ricas: não constam itens de vidro nem produtos importados. Os recipientes são feitos de argila e giz.

A reportagem da AP conclui que

> a habitação e as descobertas anteriores de tumbas próximas em cavernas tumulares sugerem que Nazaré era um povoado isolado de cerca de 50 casas em uma área de aproximadamente 16 mil metros quadrados [...] habitada por judeus de poucos recursos.

Não é por menos que esse lugar não é mencionado na Bíblia Hebraica, em Josefo ou no Talmude. Era pequeno, pobre e insignificante demais. A maioria das pessoas nunca ouvira falar dele, e quem ouvira ignorava-o totalmente. Embora tenha existido, não é o tipo de lugar que alguém inventaria como a cidade natal do Messias. Jesus realmente era de lá, como atestado em várias fontes.

Quero reiterar o argumento principal deste capítulo: mesmo que Jesus não fosse de Nazaré, que diferença faz? A historicidade de Jesus não depende da existência de Nazaré. Na verdade, as duas questões não têm relação nenhuma. A existência (ou melhor, a inexistência) de Nazaré é mais uma irrelevância miticista.

Alegação 3: Os Evangelhos são paráfrases interpretativas do Antigo Testamento

Diversos miticistas argumentam que os Evangelhos do Novo Testamento não passam de reformulações e paráfrases de passagens do Antigo Testamento aplicadas a uma figura fictícia de Jesus. Na tradição judaica, a prática de parafrasear, expandir e reaplicar um texto como meio de interpretá-lo é chamada de *Midrash*; se o texto é narrativo, e não um conjunto de leis, o *Midrash* se chama *haggadic* (em oposição ao *halakhic*). Assim, Robert Price tem argumentado recentemente que "a narrativa evangélica como um todo é produto de um *Midrash haggadic* do Antigo Testamento".[119] A lógica por trás dessa

afirmação é que, se as histórias sobre Jesus narradas nos Evangelhos foram moldadas em relatos de figuras do Antigo Testamento, estamos lidando com ficções literárias, não fatos históricos, e Jesus, consequentemente, é um personagem inventado, fictício.

ROBERT PRICE E O MIDRASH HAGGADIC

Essa argumentação apresenta problemas significativos, que explicarei em breve, mas novamente a questão mais grave é a relevância e a adequação de âmbito. O fato de uma história sobre uma pessoa ser moldada segundo o formato de relatos e tradições mais antigas não prova que a essência da história seja inverídica. Mostra apenas como a história tomou a forma que tem.

Um exemplo é a maneira como a história de Jesus é contada nos capítulos iniciais do Evangelho de Mateus. Há muito se reconhece a intenção de Mateus em retratar Jesus como um "novo Moisés", portanto não é surpresa descobrir um paralelo estreito entre os eventos da vida de Jesus em Mateus e as tradições do Antigo Testamento sobre Moisés. Assim como o faraó egípcio, governante da região, tentou destruir Moisés quando bebê (Êxodo 1), o também governante da respectiva região, rei judaico Herodes, tentou destruir o pequeno Jesus (Mateus 2). Jesus e sua família fugiram para o Egito, a terra de Moisés. Assim como Moisés conduziu a volta dos filhos de Israel do Egito à Terra Prometida (Êxodo 13, 14), Jesus também retornou do Egito para Israel. Mateus destaca o fato citando a declaração do profeta Oseias sobre a salvação de Israel: "Do Egito chamei o meu filho" (Oseias 11:1, citado em Mateus 2:15), com a diferença de o "filho" não ser mais a nação de Israel, mas seu Messias, Jesus. Para fugir do Egito, os israelitas tiveram de atravessar o mar Vermelho no êxodo. A primeira coisa que Jesus fez como adulto também foi entrar e depois sair da água em seu batismo (Mateus 3). Os israelitas passaram quarenta anos no deserto, sendo testados por Deus, e Jesus também ficou no deserto quarenta dias para ser tentado (Mateus 4). Os israelitas viajaram para o monte Sinai, onde receberam a Lei de Moisés; Jesus subiu uma montanha e pronunciou o Sermão da Montanha, interpretando as leis de Moisés (Mateus 5-7).

Em um episódio após o outro, Mateus traça esse paralelo entre a vida de Jesus e a vida de Moisés. Seu motivo para fazer isso é claro: para Mateus, Jesus é o novo Moisés, interpretando de maneira oficial a Lei de Deus para as pessoas que optam por segui-lo. Esse retrato é exclusivo de Mateus: os outros Evangelhos não incluem todos esses paralelos (nenhum rei tenta matar a criança, não há fuga para o Egito nem Sermão da Montanha e assim por diante). É a maneira singular de Mateus moldar a história, por razões pessoais.

Contudo, o fato de Mateus moldar a história dessa maneira não tem nada a ver com a questão da existência ou não de Jesus. O que a narração da história nos faz suspeitar é

de cada um dos detalhes, trabalhados por Mateus de maneira a construir uma tese teológica sobre Jesus (o novo Moisés). A existência histórica da personagem da narrativa é uma questão totalmente diferente.

Isso ocorre porque todos os tipos de história, não apenas as bíblicas, são moldadas por seus autores. No mundo moderno, há fórmulas típicas para as histórias que contamos: a plebeia que vira princesa, a guerra com final feliz, o homem poderoso que cai na vida. A fórmula da história não tem nada a ver com a questão da existência real da personagem.

Seria fácil, por exemplo, contar a história da queda de Richard Nixon nos moldes de uma tragédia de Shakespeare. Diversos fatos se encaixam bem na fórmula, e os que não se encaixam poderiam ser facilmente suprimidos ou alterados de acordo com ela. A possibilidade de trabalhar a história da maneira que quisermos leva a concluir que o caso Watergate não aconteceu ou que Richard Nixon nunca existiu? Nada disso, significa apenas que a história de Nixon se adapta bem a um tipo de fórmula específico.

Podemos pensar analogamente em relação a Jesus. Alguns de seus seguidores acreditavam que ele era o novo porta-voz de Deus, como Moisés no passado, portanto contavam histórias sobre ele para evidenciar as conexões com Moisés. Vários outros seguidores o consideravam um profeta de Deus e o filho de Deus e naturalmente falavam dele da mesma maneira com que falavam de outros profetas hebraicos como Elias, Eliseu e Jeremias.

Um bom exemplo de como isso funciona aparece na história de Jesus e a viúva de Naim em Lucas 7:11-17. Há várias semelhanças com uma história sobre o profeta Elias e seu encontro com outra viúva, dessa vez de Sarepta, também na região norte da terra de Israel (I Reis 17:17-24). Elias ouve que o único filho da viúva morreu e pede à enlutada que lhe entregue o corpo. Ele ressuscita a criança e a devolve à mãe, que proclama: "Agora sei que és um homem de Deus e que de fato anuncias a palavra de Javé". Da mesma maneira, Jesus vai a Naim e ouve que o único filho de uma viúva morreu. Ele pede a ela que não chore, aproxima-se do corpo e ressuscita o jovem. A reação da multidão é parecida: "Um grande profeta apareceu entre nós, e Deus veio visitar o seu povo". Eles percebem que Jesus acaba de realizar um feito comparável ao de seu antecessor Elias e, portanto, também ele é um grande profeta de Deus.

Quando há um paralelo tão estreito entre uma história de Jesus e uma passagem do Antigo Testamento, é razoável supor que o autor da narrativa mais recente – nesse caso, Lucas ou sua fonte – moldou a história de acordo com a passagem correspondente nas escrituras. Mas é justo dizer, como afirma Price, que "a narrativa evangélica como um todo" não passa de um *midrash* das escrituras? Isso é um exagero, comprovado pelo fato de que diversos exemplos citados por Price estão longe de ser óbvios. Vamos analisar um deles: também tendo em vista a história da viúva de Sarepta em I Reis 17, Price

afirma que a história de Jesus curando a sogra de Pedro (Marcos 1:29-31) é tirada mais exatamente de I Reis 17:8-16, em que Elias fornece uma quantidade milagrosa de comida à viúva e a seu filho, em tempos de fome. Em oposição ao paralelo dos relatos das viúvas anteriormente mencionado, porém, há tantas diferenças e tão poucas semelhanças entre os dois episódios trazidos por Price que é difícil ver como um pode ter sido baseado no outro. A história de Elias é sobre uma viúva; Marcos não diz nada sobre uma viúva. A história de Elias é sobre um profeta que alimenta uma família faminta; na história de Jesus, ele cura uma mulher doente, que então o alimenta (e não o contrário). A história de Elias é sobre um profeta que ajuda uma pessoa não judia; a história de Jesus envolve uma judia. É difícil concluir de que maneira uma história foi inspirada na outra.

Outra história, a de Jesus curando um paralítico em Marcos 2, seria baseada, segundo Price, no episódio de II Reis 1:2-17, em que Elias cura o rei Ocozias. Será? Basta ler as histórias para notar que as diferenças são muito grandes, a ponto de ser bem difícil ver como uma pode ser a fonte da outra.

O grande problema é este: Price estava certo ao dizer que os historiadores não lidam com certezas, mas com probabilidades. No entanto, ele parece rejeitar essa posição ao realizar suas análises históricas. Para ele, qualquer história sobre Jesus que tenha a mais tênue ligação com um texto do Antigo Testamento deve ser descartada como *midrash*. E a noção das probabilidades? Para ilustrar o problema, vamos considerar duas histórias: uma em que há um paralelo plausível com um texto do Antigo Testamento e outra sem paralelo evidente.

A entrada triunfal de Jesus em Jerusalém é considerada pelos estudiosos em geral como historicamente problemática. Na versão de Mateus (21:1-11), a história é contada de uma maneira particularmente interessante. Em seus últimos dias, Jesus decide fazer sua fatídica viagem a Jerusalém. Para tanto, ele pede que seus discípulos procurem uma jumenta. Em Mateus, na verdade, os discípulos são instruídos a procurar dois animais, uma jumenta e seu filhote. Eles trazem os animais a Jesus, ele monta em ambos e entra em Jerusalém aclamado pela multidão, que estende mantos e espalha ramos pelo caminho, gritando: "Hosana ao filho de Davi! Bendito aquele que vem em nome do Senhor!". O leitor é informado de que essa entrada extraordinária ocorreu para cumprir uma profecia das escrituras: "Teu rei vem ao teu encontro. Ele é manso e está montado num jumento, num jumentinho, cria de um animal de carga", uma citação do profeta Zacarias no Antigo Testamento (9:9).

Em outros Evangelhos, Jesus entra na cidade montado em apenas um animal, um jumento. Mateus leu a profecia em Zacarias de forma exageradamente literal, sem perceber o caráter poético da passagem. Na poesia da Bíblia Hebraica, a afirmação de um versículo é contrastada pela afirmação do seguinte ou então é reformulada no versículo

seguinte, de maneira diferente. Zacarias descreve a chegada do rei de duas maneiras em dois versículos: ele viria em um jumento, um jumentinho, cria de um animal de carga. Essa é a forma padrão da poesia hebraica. Mas Mateus interpretou a passagem literalmente, achando que Zacarias estava pensando em dois animais diferentes (um jumento e um jumentinho). Quando quis que Jesus cumprisse a profecia, descreveu-o montado em dois animais, uma maneira um tanto desconfortável e pouco digna de entrar em uma cidade.

A cena toda é construída em torno do cumprimento da profecia, o que já poderia levantar suspeitas quanto à sua historicidade. Mas há outros motivos para duvidar de que tenha acontecido como Mateus descreve. Se for verdade que a multidão gritava que Jesus era o Messias chegando à cidade sagrada, por que as autoridades não o prenderam imediatamente por perturbar a ordem e alegar ser o rei judeu (quando apenas Roma podia nomear o rei)? Em vez disso, segundo Mateus e os outros Evangelhos, Jesus passou uma semana em Jerusalém sem ser incomodado e só depois foi preso e julgado. É difícil acreditar que as autoridades romanas presentes na cidade justamente para reprimir manifestações e revoltas não tenham agido quando a multidão aclamou um novo governante que chegava à cidade.

Jesus certamente foi a Jerusalém, como veremos adiante, mas não dessa maneira. A história foi inventada (ou adotada) para mostrar que ele cumpriu a profecia de Zacarias.

Há um segundo exemplo em que o núcleo do relato é quase certamente histórico (argumentarei sobre isso em um capítulo posterior), apesar dos floreios literários. Jesus teria sido batizado por João Batista no início de seu ministério. Os Evangelhos são evidentemente exagerados e improváveis ao narrar o episódio: na versão mais antiga, a de Marcos, quando Jesus sai da água, o céu se abre, o Espírito Santo desce sobre ele na forma de uma pomba, e uma voz celestial diz: "Tu és o meu filho amado; em ti encontro o meu agrado" (Marcos 1:9-11). Narrada dessa maneira, a cena visa mostrar que, já no início de seu ministério, Jesus é reconhecido por Deus como seu filho especial e ungido pelo Espírito Santo, que veio do céu para lhe atribuir poderes de pregar e realizar milagres.

No entanto, os floreios não acusam o caráter fictício do evento em si, como ainda vamos ponderar. E de que maneira Price explica a presença do relato do batismo nos Evangelhos? Para ele,

> Em linhas gerais, a cena pode ter origem em tradições zoroastristas do princípio do ministério de Zoroastro. Filho de um sacerdote veda, Zoroastro imerge o corpo no rio para se purificar, e, ao sair da água, o arcanjo Vohu Manah aparece diante dele, oferece um cálice e o incumbe de portar as novidades do Deus único Ahura-Mazda. Em seguida, o demônio Ahrimã tenta convencê-lo a abandonar essa missão.[120]

Essa explicação é realmente mais plausível historicamente que a descrição da entrada triunfal? Zoroastrismo? Vohu Manah? Ahura-Mazda? Essas foram as influências que determinaram como a história do batismo de Jesus foi contada? Para começar, como Price pode alegar que o Evangelho inteiro é um *midrash haggadic* do Antigo Testamento se o que ele quer dizer é que é uma paráfrase de escrituras zoroastristas? Mesmo que não seja verídica, a história do batismo de Jesus deve remontar às primeiras comunidades cristãs de língua aramaica da Palestina. Quantos judeus palestinos de língua aramaica eram influenciados por relatos da iniciação de Zoroastro na presença do arcanjo Vohu Manah?

Em suma, várias das explicações de Price sobre a origem dos relatos evangélicos são simplesmente incabíveis. Porém, o aspecto desse debate que se sobrepõe a todos os outros é que essas são questões em grande parte irrelevantes. Mesmo que contadores de histórias posteriores tenham resolvido falar do batismo de Jesus à luz de algo que aconteceu com Zoroastro – o que me parece altamente improvável, mas vamos supor que talvez o tivessem feito –, isso não tem relação nenhuma com a existência ou não de Jesus e, nesse caso, também tem muito pouco a ver com a realização ou não de seu batismo por João Batista. Só porque uma história é moldada por um contador de histórias ou autor de acordo com seus próprios interesses não significa que a essência da história não seja histórica ou que sua figura principal não tenha existido. Há outras evidências, bastante abundantes, de que Jesus existiu. E veremos que há razões sólidas para achar que ele foi batizado. Nenhuma dessas evidências depende de como ele iniciou seu ministério, fosse da mesma forma que Zoroastro ou não.

THOMAS THOMPSON E O MITO DO MESSIAS

Thomas Thompson publicou recentemente um livro que defende uma perspectiva semelhante à de Price, apesar do enfoque ligeiramente diferente. Em *The Messiah Myth: The Near Eastern Roots of Jesus and David* [*O mito do Messias: As raízes de Jesus e Davi no Oriente Próximo*], Thompson compara Jesus a personagens notáveis do Antigo Testamento como Abraão, Moisés e Davi, que eram figuras lendárias e não históricas, para propor que os relatos evangélicos não seriam o resultado de tradições orais surgidas logo após os dias de Jesus, mas ficções literárias criadas pelos autores dos Evangelhos e seus antecessores.[121]

Thompson é um estudioso da Bíblia Hebraica com formação acadêmica e também é conhecido em círculos universitários por ser um minimalista, ou seja, alguém que acredita que há pouquíssima informação histórica na Bíblia Hebraica. Não preciso entrar nessa discussão, já que estou mais interessado em analisar como ele transferiu sua interpretação das tradições do Antigo Testamento para as narrativas evangélicas sobre

Jesus. Seu livro sobre Jesus (e Davi) consiste basicamente em uma leitura criteriosa dos Evangelhos, em que ele argumenta que esses textos tentam formular suas histórias sobre Jesus de acordo com as tradições encontradas no Antigo Testamento. Em seu ponto de vista, os relatos evangélicos são construídos especificamente como textos literários por autores que queriam transmitir suas opiniões sobre Jesus por escrito. Não são, portanto, baseados em tradições orais que remontam a um período próximo à época do próprio Jesus, ainda mais porque, no entendimento dele, Jesus não existiu, mas foi uma invenção literária dos cristãos primitivos.

O livro de Thompson não é de fácil compreensão para leigos. Exige uma leitura atenta dos textos, uma leitura às vezes excessivamente densa e quase impenetrável. Leitores sem formação em estudos bíblicos dificilmente conseguirão acompanhar seu argumento, muito menos aceitá-lo. Mas sua proposição básica é clara. Os relatos evangélicos têm funções literárias que dependem fortemente de influências intertextuais (o que significa que são baseados em outros textos; nesse caso, trata-se daqueles da Bíblia Hebraica). Para entender essas histórias, o intérprete precisa entender de onde elas vieram. A partir dessa afirmação, Thompson conclui diretamente que, como as tradições sobre Jesus são textuais e literárias, não são baseadas em tradições orais e também carecem de fundamento histórico. Para ele é um erro, portanto, ler os relatos evangélicos como narrativas históricas.

Em minha opinião, esse raciocínio vai longe demais (demais mesmo) e provém de uma falácia. Dizer que as histórias dos Evangelhos são em grande parte (ele diria totalmente, mas seria um exagero) baseadas em textos literários mais antigos não denuncia necessariamente que as histórias foram inventadas na forma de tradições escritas sem antes terem existido como tradições orais. Mesmo quem contasse as histórias em vez de escrevê-las poderia ter se inspirado em textos anteriores que estavam em circulação. E devemos lembrar sempre que há evidências sólidas e praticamente incontestáveis de que as histórias sobre Jesus circularam oralmente antes de serem escritas. Não há outra maneira de explicar a disseminação do cristianismo por todo o mundo romano, à medida que os seguidores de Jesus convertiam outras pessoas à fé – não por meio de livros (eram quase todos analfabetos), mas contando histórias sobre Jesus. Além disso, diversos autores dizem de modo explícito que as histórias sobre Jesus estavam sendo transmitidas oralmente. Paulo afirma estar passando tradições que ouviu (I Coríntios 11:22-24; 15:3-5), Lucas insinua que seus precursores basearam seus relatos em tradições orais (1:1-4), o autor do quarto Evangelho indica que tinha uma fonte oral para algumas de suas histórias (João 19:35) e até mesmo o padre e teólogo Pápias, mais tarde, declara que entrevistou companheiros de discípulos de Jesus.

Essas tradições orais sobre Jesus não surgiram vinte, trinta ou quarenta anos após a data tradicional de sua morte. Pelo contrário, e já concluímos isso, elas surgiram em

regiões da Palestina onde se falava o aramaico, e podemos datá-las com razoável segurança: no mais tardar, originaram-se no início da década de 30 do século I EC, um ano ou dois após a suposta morte de Jesus. É quase certo que surgiram ainda mais cedo.

No entanto, independentemente de as histórias evangélicas serem ou não invenções puramente literárias (e não relatos escritos de tradições orais mais antigas), precisamos nos perguntar, assim como fizemos com Price, se o ponto de vista defendido por Thompson tem alguma relevância para a questão da existência histórica de Jesus. Uma coisa é dizer que uma história foi moldada à luz de um relato da Bíblia Hebraica. Outra coisa é dizer que o evento nunca aconteceu ou que a pessoa sobre quem a história fala nunca existiu. O fato de as histórias serem trabalhadas de uma maneira ou outra não denota necessariamente qualquer ausência de informação histórica. Isso tem de ser verificado com base em outros critérios.

Uma analogia pode ser útil novamente. O romance histórico é um gênero literário amplamente aceito hoje em dia. Nos últimos anos li *A chave de Sarah*, de Tatiana de Rosnay, baseado em eventos que se deram na França durante o Holocausto; *Um conto de duas cidades*, de Charles Dickens, sobre a Revolução Francesa; e *Romola*, de George Eliot, sobre Savonarola na Florença do século XV. Todos esses livros são escritos na forma de romance. Não visam ser relatos históricos imparciais do Holocausto, da história francesa ou de um famoso herege italiano. Contudo, negar que tenham alguma relação com eventos históricos ou com as pessoas envolvidas nesses eventos é perder de vista uma premissa literária básica. Ninguém alegaria que a Revolução Francesa nunca aconteceu porque é discutida em uma obra de ficção criada por Charles Dickens, ou que o Holocausto foi inventado porque há um romance sobre ele. Em vez de fazê-lo, é preciso buscar outras evidências.

Certamente, também os Evangelhos do Novo Testamento contêm materiais não históricos, muitos dos quais são baseados em tradições encontradas na Bíblia Hebraica. E para entender as histórias dos Evangelhos é realmente necessário entender os intertextos que estabelecem. Mas isso tem pouco a ver com a questão da existência ou não de Jesus; antes aponta para o grau de veracidade de algumas histórias contadas sobre ele. Para determinar se Jesus realmente existiu, deve-se procurar outras evidências, assim como temos feito.

Alegação 4: O "Jesus" não histórico é baseado em histórias pagãs de homens divinos

Esse último argumento, onipresente entre os miticistas, é análogo ao anterior, com a diferença de que, em vez de se dizer que Jesus foi inventado com base em pessoas e profecias da Bíblia Judaica, alega-se que ele foi inventado na esteira do que os pagãos

contavam sobre os deuses ou outros "homens divinos", criaturas sobre-humanas consideradas metade mortais e metade imortais. Assim como na alegação anterior, há muita verdade na ideia de que os cristãos moldaram suas histórias sobre Jesus à luz de outras figuras parecidas com ele. Mas isso também é irrelevante para a questão de sua existência ou não.

A ALEGAÇÃO E A FORMA COMO É PROPOSTA

Em meu livro didático sobre o Novo Testamento,[122] direcionado a graduandos, começo meu estudo sobre o Jesus histórico de uma maneira que os alunos consideram surpreendente e até mesmo inquietante. Digo que quero descrever para eles uma figura importante que viveu há dois mil anos.

Antes mesmo de ele nascer, já se sabia que seria uma pessoa especial. Um ser sobrenatural informou sua mãe de que o filho que ela iria conceber não seria um mero mortal, mas um ser divino. Ele nasceu de maneira milagrosa e se tornou um jovem inusitadamente precoce. Quando adulto, deixou a casa dos pais e se tornou um pregador itinerante, incitando seus ouvintes a viver não pelos bens materiais desse mundo, mas por valores espirituais. Arrebanhou diversos discípulos a seu redor, pessoas que se convenceram de que seus ensinamentos tinham inspiração divina, até mesmo porque ele próprio era divino. Isso foi provado por ele com realização de milagres, cura de enfermos, exorcismo de demônios e ressuscitação de mortos. Contudo, ao final de sua vida, ele angariou inimigos, que o entregaram aos romanos para que fosse julgado. Depois de deixar esse mundo, ele retornou para encontrar seus seguidores e convencê-los de que não estava realmente morto, mas vivendo no reino celestial. E mais tarde alguns de seus seguidores escreveram livros sobre ele.

Nesse momento, eu digo aos meus alunos que duvido que algum deles já tenha lido um desses livros. Acrescento que desconfio, aliás, que nenhum deles ao menos sabe o nome desse homem. Ele foi Apolônio de Tiana, um filósofo pagão, um adorador de deuses pagãos. Sua história foi escrita por uma seguidor posterior chamado Filóstrato, e até hoje temos esse livro, *The Life of Apollonius of Tyana* [*A vida de Apolônio de Tiana*].[123]

É claro que os seguidores de Jesus diziam que Apolônio era um impostor, um charlatão, e que Jesus era o filho de Deus. Os seguidores de Apolônio rebatiam exatamente o contrário, que Jesus era o impostor. E estes não eram os dois únicos homens divinos da antiguidade. Diversos homens foram considerados divinos, alguns em passado recente, pessoas nascidas da união de um mortal (humano) e um imortal (deus), capazes de realizar feitos espetaculares e transmitir ensinamentos notáveis, além de no final de suas vidas terem ascendido ao céu para viver com os deuses.

Meus alunos têm dificuldade para aceitar o fato de que Jesus não foi o único no mundo antigo "conhecido" como um filho de Deus que operava milagres. Mas sim, havia outros. Os miticistas, como era de se esperar, deleitam-se com essa informação, deduzindo que, já que esses outros obviamente não eram pessoas reais, Jesus também não seria. Ele, assim como os outros, teria sido inventado.

No entanto, há um problema nesse raciocínio. Apolônio, por exemplo, foi uma pessoa real, um filósofo pitagórico que viveu cerca de 50 anos depois de Jesus. Eu não acho que a mãe de Apolônio tenha realmente engravidado de um deus, ou que Apolônio realmente curava os enfermos, ou ressuscitava os mortos. Mas ele existiu. E Jesus também. Como sabemos disso? Não julgamos a questão a partir das crenças dos seguidores de Apolônio e Jesus, segundo as quais eles eram seres semidivinos ou totalmente divinos. Refletimos com base em outras evidências, como temos feito neste livro. O fato de que os cristãos viam Jesus como um homem divino (ou melhor, para eles, como o único homem divino) não é relevante por si só na discussão de sua existência ou inexistência. Entretanto, como esse é um dos argumentos principais dos miticistas, vou examiná-lo em mais detalhe.

Analisaremos uma questão muito semelhante no próximo capítulo, ao considerar as observações dos miticistas que me parecem altamente relevantes para o debate da existência de Jesus. Vamos pensar se Jesus foi mesmo inventado como um dos deuses de morte e ressurreição do mundo antigo. Porém, estou mais interessado nos paralelos mitológicos com as tradições de Jesus (seu nascimento, seus milagres, sua ascensão e assim por diante) e na importância disso para a definição da existência ou não de Jesus. Em minha opinião, embora seja possível traçar diversos paralelos interessantes entre as histórias de figuras como Apolônio e Jesus (há várias semelhanças, mas também muitas diferenças), os miticistas enfatizam demais esses pontos, chegando inclusive a inventá-los para sustentar seus argumentos. São exageros que não servem bem a seus propósitos.

Um belo exemplo de um conjunto exagerado de alegações miticistas é o clássico de Kersey Graves de 1875, *The World's Sixteen Crucified Saviors: Christianity Before Christ* [*Os dezesseis salvadores crucificados do mundo: Cristianismo antes de Cristo*]. Logo no início de seu "estudo", Grave apresenta sua tese abrangente:

> Estudos da história oriental revelam o fato notável de que narrativas de deuses encarnados que correspondem e são semelhantes à figura milagrosa de Jesus Cristo são recorrentes na maioria das principais nações religiosas pagãs do mundo antigo, se não em todas; e os relatos e histórias de algumas dessas encarnações deíficas exibem uma semelhança tão extraordinária com as do salvador cristão – não só em seus aspectos gerais, mas em alguns casos até nos mínimos detalhes, da lenda da

> imaculada conceição à da crucificação e subsequente ascensão ao céu – que é até possível confundir um com o outro.[124]

Em seguida, Grave lista 35 dessas figuras divinas, chamando-as de Krishna do Indostão, Buda Sakia da Índia, Baal da Fenícia, Tamuz da Síria, Mitra da Pérsia, Cadmo da Grécia, Maomé da Arábia e assim por diante. O leitor culto moderno já começa a perceber as inconsistências que virão. Buda, Cadmo e Maomé? Suas vidas eram notavelmente semelhantes à de Jesus, até nos mínimos detalhes? Mas Grave prossegue:

> Todos receberam honras divinas; quase todos foram adorados como deuses ou filhos de deuses; vários foram encarnados como cristos, salvadores, messias ou mediadores; diversos deles supostamente nasceram de virgens; alguns correspondiam de modo quase idêntico à figura de Jesus Cristo descrita na Bíblia cristã; muitos, assim como ele, foram alegadamente crucificados; e todos, em conjunto, fornecem um protótipo e paralelo para quase todos os incidentes e milagres, doutrinas e preceitos espantosos registrados no Novo Testamento sobre o salvador cristão.[125]

Trata-se certamente de uma afirmação impressionante e bastante convincente para um leitor descuidado. Mas é perceptível, para começar, o exagero das últimas linhas ("quase *todos* os incidentes"...). Alegações sensacionalistas como essa aparecem repetidamente ao longo do livro, por exemplo, quando somos informados de que as fontes pagãs fornecem paralelos para "quase todos os pensamentos, feitos, palavras, atos, doutrinas, princípios, preceitos, práticas ou cerimônias rituais importantes [...]. Quase todas as histórias milagrosas ou maravilhosas, preceitos morais ou dogmas de fé religiosa [contadas sobre Jesus]".

Em seguida, Grave apresenta esses paralelos fantásticos (para não dizer fantasiosos) em 45 capítulos, incluindo discussões de assuntos como profecias messiânicas, imaculadas conceições, mães virgens, visitas de anjos, pastores e reis magos para ver o recém-nascido, nascimento em 25 de dezembro, crucificações, descidas ao inferno, ressurreições, ascensões, expiações, doutrinas da trindade etc. O mais impressionante nessa longa lista de paralelos espantosos com as concepções cristãs sobre Jesus é provavelmente o fato igualmente espantoso de que Graves não fornece uma única referência documental sobre eles. É tudo baseado unicamente na autoridade de Graves. O leitor que deseja consultar as histórias sobre Buda, Mitra ou Cadmo não sabe onde procurar, porque Graves não cita as fontes de suas informações. Apesar disso, até hoje, 140 depois dessa publicação, há asserções do mesmo tipo espalhadas pelas obras dos miticistas. Como ocorre com Graves, quase sempre carecem de fundamentação.

Só para citar um exemplo mais moderno, há as declarações de Frank Zindler em seu ensaio "How Jesus Got a Life" ["Como Jesus ganhou vida"].[126] Zindler não chega aos extremos de Graves, mas faz algumas alegações imprudentes sem fornecer ao leitor qualquer indicação bibliográfica para fundamentá-las. Na perspectiva de Zindler, a biografia de Cristo começou como um conjunto de especulações astrológicas e mitológicas comparativas em um culto de mistérios pagão, baseado em grande parte na antiga "religião de mistérios" do mitraísmo. Segundo Zindler, a figura cultuada pelos mitraístas, o deus persa Mitra, teria nascido do ventre de uma virgem em 25 de dezembro; o chefe supremo de seu culto era conhecido como um papa, residente na colina do Vaticano; os líderes da religião usavam mitras e celebravam uma refeição sagrada para comemorar a morte redentora de seu deus salvador, supostamente ressuscitado dos mortos em um domingo. Soa familiar?

Zindler diz que o culto era centrado em Tarso (cidade natal do apóstolo Paulo), até que os astrólogos envolvidos com as cerimônias perceberam que a era zodiacal de Mitra estava chegando ao fim, com o equinócio se aproximando de Peixes. Assim, "abandonaram seu centro de culto na Frígia e na Cilícia [...] para ir à Palestina e ver se conseguiam localizar não só o rei dos judeus mas o novo senhor do tempo" (ou seja, eles inventaram Jesus).[127] Zindler afirma isso com toda a sinceridade e, aparentemente, acredita nisso. Que evidência ele apresenta de que os mitraístas deslocaram sua religião para a Palestina com o objetivo de procurar o rei dos judeus? Nenhuma. E poderíamos perguntar: que evidência ele poderia ter citado, caso quisesse? A resposta é a mesma. Não há evidência. É tudo infundado.

Estudiosos dos mistérios do mitraísmo admitem honestamente que, assim como na maioria das religiões de mistérios, não sabemos muito sobre o mitraísmo, ou pelo menos não tanto quanto gostaríamos de saber. Os mitraístas não deixaram livros explicando em que acreditavam e o que faziam em sua religião. Quase todas as evidências que existem são arqueológicas, já que foi descoberto um grande número de santuários do culto (chamados *mithraea*), que contam com uma estátua representando o sacrifício de um touro (chamado *tauroctonia*). Essas estátuas retratam o que era evidentemente o ritual principal da mitologia do grupo. A figura divina de Mitra está montada sobre um touro prostrado, com o joelho dobrado sobre seu dorso, puxando a cabeça do animal para si ao mesmo tempo que desvia o próprio olhar e enfia a faca no pescoço do sacrificado. Um cachorro lambe o sangue que escorre da ferida, de onde sai uma espiga de trigo. A cena apresenta também uma serpente e um escorpião, que pode ser visto mordendo o escroto do touro. Em ambos os lados da estátua, há uma figura humana portando uma tocha: uma a segura na posição normal, voltada para cima, e a outra segura sua tocha virada para baixo.

Há controvérsias entre os estudiosos do mitraísmo sobre o significado de tudo isso. O estudo do zodíaco está certamente envolvido, e diversas teorias interessantes foram aventadas. Infelizmente, não há textos mitraístas para nos explicar tudo isso, muito menos textos que indiquem que Mitra nasceu de uma virgem em 25 de dezembro e morreu para expiar pecados, ressuscitando a seguir em um domingo.[128]

Já destaquei anteriormente que religiões como o mitraísmo são chamadas de cultos de mistérios pelos estudiosos, porque seus seguidores tinham de prestar um juramento de sigilo e nunca revelavam os mistérios de sua religião nem suas práticas e crenças.[129] É verdade que alguns autores posteriores eventualmente fizeram insinuações sobre o que acontecia na religião. Esses autores, porém, não estiveram pessoalmente envolvidos no culto, e os historiadores hesitam em aceitar a palavra deles como se tivessem acessado fontes de informação reais. Em geral, estavam simplesmente especulando, assim como seus colegas modernos.

Isso vale também para algumas das fontes cristãs que declaram haver semelhanças entre sua própria religião e as religiões de mistérios. Esses autores posteriores, como o padre e teólogo Tertuliano, começaram a fazer tais alegações por motivos bastante específicos. Não foi porque pesquisaram essas religiões e entrevistaram seus seguidores. Foi porque queriam que os pagãos percebessem que a cristandade não era tão diferente assim, se comparada ao que os pagãos diziam e faziam em suas religiões, e, portanto, não havia motivos para diferenciar os cristãos e persegui-los. Em outras palavras, as fontes cristãs que aparentam saber alguma coisa sobre esses mistérios tinham um interesse particular em convencer as pessoas de que as religiões pagãs eram bastante semelhantes ao cristianismo. Por esse motivo – além do fato de que não tinham fontes de informação seguras –, não são confiáveis em geral.

Muitos miticistas, contudo, aceitam o que essas fontes posteriores dizem como fato e então enfatizam o óbvio: as alegações cristãs sobre Jesus eram bastante parecidas com as características dessas outras figuras cultuadas, até nos mínimos detalhes. Mas eles obtiveram esses detalhes de fontes que – na avaliação de estudiosos que são especialistas nesse material – simplesmente não são confiáveis.

OUTROS PROBLEMAS COM OS PARALELOS

Há outros problemas com as alegações dos miticistas de que Jesus era simplesmente mais um semideus inventado na antiguidade. Em várias situações, por exemplo, não são muito estreitos os supostos paralelos entre as histórias de Jesus e as dos deuses pagãos. Quando os cristãos diziam que Jesus nasceu do ventre de uma virgem, por exemplo, queriam dizer que a mãe de Jesus nunca tivera relações sexuais. Por outro lado, na maioria dos casos dos homens divinos, quando o pai é deus e a mãe é mortal,

definitivamente há um envolvimento sexual. A criança é literalmente metade humana e metade divina. A mulher mortal não é virgem; ela teve relações com um ser divino.

Em outros casos, os paralelos foram simplesmente inventados. Que fontes antigas falam de um homem divino que foi crucificado para expiar pecados? Que eu saiba, não há correspondentes para esse dogma central do cristianismo. Nesse caso, a invenção está nas afirmações dos miticistas sobre Jesus, e não no Jesus cristão. Não estou dizendo que acredito que Jesus realmente morreu para expiar os pecados do mundo. Quero dizer que as noções cristãs sobre o sacrifício redentor de Jesus não foram baseadas em concepções pagãs sobre homens divinos. Morrer para expiar pecados não fazia parte da mitologia pagã antiga. Os miticistas que se apegam a isso estão simplesmente imaginando coisas.

Minha objeção principal a essa linha de raciocínio, porém, é a que mencionei desde o início. Realmente há semelhanças entre o que os pagãos diziam sobre seus semideuses e o que os cristãos diziam sobre Jesus, como vimos no caso de Apolônio. Mas os paralelos não são tão estreitos e precisos quanto defende a maioria dos miticistas. Não mesmo. É verdade que algumas conformidades são significativas, mas isso não é relevante para se determinar se existiu realmente um pregador judeu chamado Jesus que foi crucificado sob as ordens de Pôncio Pilatos. Da mesma maneira que concluímos anteriormente em relação aos paralelos com figuras do Antigo Testamento, os cristãos moldavam seus relatos sobre Jesus de acordo com histórias que já conheciam.

Os cristãos de origem judaica, em particular, talvez tivessem motivação para retratar Jesus tomando em consideração o Antigo Testamento. Entretanto, assim que o cristianismo rompeu as fronteiras do judaísmo e se tornou uma religião composta basicamente de pagãos convertidos, esses novos fiéis passaram a contar histórias de acordo com o que fazia sentido para eles. Moldaram progressivamente os relatos, de modo que Jesus se tornou cada vez mais parecido com os homens divinos tão comuns na mitologia do mundo romano: homens de origem sobrenatural devida à intervenção de um deus, homens que realizavam milagres, curavam os enfermos, ressuscitavam os mortos e que, no final, subiam ao céu. Para descrever um filho de Deus a alguém no mundo antigo, seria normal se valer desses termos. O vocabulário e os conceitos seriam usuais na linguagem da época. Que outra linguagem poderia ser empregada? Essa deveria ser a única disponível.

O fato de Jesus ter sido moldado à imagem de semideuses pagãos efetivamente cria dificuldades para historiadores que querem ir além da linguagem das narrativas e chegar à realidade histórica por trás delas. Mas o uso da linguagem não denuncia por si mesma que não haja realidade envolvida. A questão de Jesus ser retratado como um profeta judeu ou um homem divino pagão é totalmente independente da determinação de sua existência ou não.

ROBERT PRICE E O ARQUÉTIPO DO HERÓI MÍTICO

Em seu livro recente, o supracitado *The Christ-Myth Theory and Its Problems* [*A teoria do Cristo mítico e seus problemas*], Robert Price traça paralelos com homens divinos pagãos de uma maneira mais sofisticada. Ele argumenta que o arquétipo ideal de um "herói mítico" era "compartilhado por culturas e religiões em todo o mundo e ao longo da história".[130] Esse tipo ideal é composto de 22 características, muitas das quais se aplicam a Jesus. Assim como várias dessas figuras em todo o mundo, Jesus foi criado em consonância arquetípica.

Não é necessário fazer uma crítica aprofundada dessa ideia já que vários dos contra-argumentos que consideramos anteriormente se aplicam aqui. É cabível apenas ressaltar que, quando cientistas sociais falam em um "tipo ideal", não estão se referindo a uma entidade existente, mas a um constructo acadêmico usado para classificar fenômenos. Quem é "fiel ao tipo" não é necessariamente "inventado" para se ajustar ao modelo. Isso é importante porque algumas das figuras que Price usa para estabelecer o tipo realmente existiram, como o famoso Peregrino discutido pelo autor da antiguidade Luciano de Samósata (Price admite-o na página 46). Jesus também poderia ser fiel ao tipo e ser uma pessoa real. Novamente, portanto, temos de fazer uma distinção entre duas perguntas: (a) de que maneira Jesus era comentado e retratado por seus seguidores posteriores? e (b) ele realmente existiu como uma figura histórica?

Price sabe que são duas perguntas distintas e se previne contra a proposição delas, alegando que, ao contrário de outras figuras que realmente existiram, tais como Peregrino, no caso de Jesus não há nenhuma informação "neutra" sobre sua vida. Na opinião de Price, "Todos os detalhes [das histórias evangélicas] correspondem a interesses mitológicos e épicos". Assim, a história toda parece ter sido inventada.

Esse é outro ponto em que discordo totalmente de Price. Não é verdade que todas as histórias dos Evangelhos, e todos os detalhes das histórias, sirvam a interesses mitológicos dos cristãos primitivos. Uma amostra disso é o discurso de que Jesus tinha irmãos chamados Tiago, José, Judas e Simão, além de várias irmãs, pois essa é uma asserção que dificilmente tem motivações mitológicas, assim como a afirmação de que ele veio do pequeno povoado de Nazaré, ou de que ele falava frequentemente sobre sementes.

Price diz ainda que outra coisa que diferencia uma figura histórica de uma totalmente fiel ao tipo é o fato de aquela deixar "uma marca [...] na história profana". Por exemplo, há registros de César Augusto e Apolônio de Tiana, que são mencionados em outras fontes (profanas).

Em resposta a isso, a primeira coisa a enfatizar é que não é justo usar César Augusto como parâmetro para avaliar se uma das outras 60 milhões de pessoas de sua época realmente existiu. Se eu quisesse provar que meu antigo colega Jim Sanford realmente existiu, não o faria comparando sua cobertura na imprensa com a de Ronald Reagan. Além disso, no contexto da antiguidade, nem ao menos sei o que Price quer dizer com o termo "profano" (em oposição a sagrado). O mundo antigo não separava o sagrado do profano, nem sequer considerava pensá-los como categorias distintas. Mesmo que considerasse, por que uma fonte histórica profana seria mais valiosa do que uma não profana (seja lá o que isso queira dizer)? E em qual categoria estaria Filóstrato, a principal fonte de informação sobre Apolônio? Para Filóstrato, Apolônio evidentemente é uma figura religiosa importante, que lhe inspira convicções de devoção profundas. Isso significaria que Filóstrato não é uma fonte valiosa? O mesmo pode ser dito sobre várias das fontes sobre Augusto, que era visto por muitos como um ser sobre-humano e que acabou sendo deificado.

Mais uma vez, porém, minha maior objeção a esse enfoque miticista é a questão da relevância. Sim, os cristãos primitivos contavam histórias sobre Jesus que se embasavam nas noções que tinham sobre outros homens divinos de sua época, crenças anteriores à sua conversão. Historiadores críticos modernos têm ciência desses paralelos, que são bem menos numerosos do que geralmente clamam os miticistas. E já faz um bom tempo que os estudiosos vêm discutindo por que essas correspondências criam problemas para entender exatamente o que Jesus de fato disse e fez. Os antigos contadores de histórias moldaram suas narrativas sobre Jesus de acordo com os modelos que tinham disponíveis, inventando detalhes – e às vezes histórias inteiras – ou alterando um e outro aspecto. Mas isso não tem nenhuma relevância para a determinação da existência de Jesus, que deve ser examinada a partir de outros critérios.

Para expor a questão mais concretamente: digamos que seja verdade que os seguidores de Mitra diziam que ele nasceu em 25 de dezembro e tinha uma auréola, bem como que a religião deles fosse mesmo liderada por um papa na colina do Vaticano. O que isso tem a ver com a suposta existência de um pregador judeu de Nazaré chamado Jesus que foi crucificado por Pôncio Pilatos? Esse conjunto inteiro de argumentos, assim como os outros analisados anteriormente, simplesmente não é relevante para a discussão da existência ou não de um Jesus histórico.

CAPÍTULO 7

INVENÇÕES MITICISTAS: CRIANDO O CRISTO MÍTICO

Lecionar sobre o Novo Testamento na região dos Estados Unidos conhecida como Cinturão Bíblico (Sudeste) é uma verdadeira honra e prazer. Para começo de conversa, nunca preciso me preocupar em ter alunos suficientes. Minhas turmas estão sempre lotadas, com dezenas de alunos que ficaram de fora implorando desesperadamente por uma vaga. E o motivo não sou eu, e sim a disciplina. Em minha experiência em universidades no sul do país, conheci alguns péssimos professores de estudos bíblicos, mas cujas turmas estavam sempre cheias, todos os semestres. Alunos dessa parte do mundo têm grande interesse em estudar o Novo Testamento, tanto cristãos que querem uma perspectiva diferente em relação ao que aprenderam na igreja e nas aulas de catecismo quanto não cristãos que entendem a importância da Bíblia para sua sociedade e cultura.

Por causa da região onde leciono, quase todos os alunos vêm de famílias cristãs conservadoras e têm interesses específicos no assunto, além de opiniões firmes. Isso faz os estudos bíblicos serem diferentes de praticamente todas as outras disciplinas da universidade, e é por isso que os cursos nessa área são perfeitos para uma educação em artes liberais. Os alunos que fazem cursos em outras áreas de humanidades – estudos clássicos, filosofia, história, literatura, o que for – em geral não têm opinião formada sobre a disciplina. Consequentemente, não ficam chocados com o que aprendem, por exemplo, sobre a vida de Platão, Carlos Magno ou do kaiser Guilherme, e não vêm à sala de aula com opiniões profundamente enraizadas sobre obras clássicas como *Rei Lear*, *A casa soturna* ou *Os irmãos Karamazov*. Mas eles têm opiniões próprias sobre a Bíblia – o que é e como deve ser interpretada. Essas opiniões são desafiadas em sala de aula, e, quando isso acontece, os alunos são forçados a pensar. Já que uma das metas de uma educação em artes liberais é ensinar os alunos a pensar, cursos em estudos bíblicos são

perfeitos para esse tipo de educação, especialmente em regiões como o Sul, onde a vasta maioria dos alunos acha que já sabe tudo sobre a Bíblia.

É óbvio que numa universidade renomada os professores não podem simplesmente ensinar o que querem. Precisam ser responsáveis e refletir as visões acadêmicas de sua área. É provavelmente por isso, pelo menos que eu saiba, que não há nenhum miticista lecionando estudos religiosos em universidades e faculdades conceituadas da América do Norte e da Europa. Não é que careçam de teorias e opiniões firmes ou que não consigam sustentá-las com argumentos. É que, em geral, suas conjecturas não são consideradas academicamente respeitáveis pela comunidade acadêmica. Isso não significa que os miticistas estejam errados, mas faz com que sejam marginalizados.

Como vimos no capítulo anterior, alguns dos típicos argumentos propostos pelos miticistas para sustentar sua visão de que Jesus não existiu são na verdade irrelevantes para a questão. Outros argumentos são totalmente relevantes, mas não convincentes. Esses argumentos, que envolvem as maneiras em que os miticistas imaginaram, ou melhor, inventaram seu Cristo mítico, serão analisados neste capítulo. Tentarei expor essas visões de maneira justa e então demonstrar por que estudiosos em áreas de pesquisa acadêmica relevantes simplesmente não as aceitam. Começarei pela teoria mais comum entre as defendidas por eles.

Os cristãos primitivos inventaram Jesus como um deus de morte e ressurreição baseado em mitos pagãos?

Uma das alegações mais comuns encontradas na literatura miticista é a de que Jesus foi inventado por cristãos primitivos profundamente influenciados pela recorrente noção de um deus de morte e ressurreição encontrada em religiões pagãs na antiguidade. A teoria por trás desse argumento é que, em várias religiões antigas, as pessoas adoravam deuses que morriam e depois ressuscitavam: Osíris, Attis, Adônis, Tamuz, Héracles, Melcarte, Eshmun, Baal e assim por diante. Segundo a teoria, esses deuses eram originalmente ligados à vegetação e adorados em cultos de fertilidade. Assim como todo ano as lavouras morrem no inverno e renascem na primavera, os deuses associados às lavouras morreriam (com lavouras), iriam para o submundo e depois reviveriam (com as lavouras) e reapareceriam na terra, ressuscitados. São então cultuados como divindades que morrem e renascem.

Jesus, segundo essa visão, seria a versão judaica do deus da fertilidade pagão, inventado pelos judeus como um deus de morte e ressurreição. Foi apenas mais tarde que alguns devotos dessa divindade judaica historicizaram sua existência e começaram a alegar que ele era na verdade um humano divino que viveu na face da terra, morreu e depois ressuscitou. Uma vez iniciado, esse processo de historicização se desenvolveu

rapidamente até o surgimento de histórias sobre um homem-deus e, por fim, um conjunto inteiro de narrativas inventadas por autores como Marcos – o autor do nosso primeiro Evangelho. Essas narrativas, contudo, não foram baseadas em fatos verídicos, mas em mitos que acabaram sendo historicizados.

Essa visão da invenção de Jesus é praticamente onipresente entre os miticistas (G. A. Wells é um dos que adota uma linha diferente, conforme veremos adiante). Já destacamos sua presença no livro de 1875 de Kersey Graves. Mais recentemente, Robert Price alega em seu livro recém-publicado que ele próprio, um ex-pregador evangélico, virou miticista precisamente quando percebeu a existência de paralelos significativos entre as tradições de Jesus e as histórias de outros deuses de morte e ressurreição.[131]

Problemas com a visão

Há dois problemas principais nessa visão de que Jesus foi originalmente inventado como um deus de morte e ressurreição baseado nos deuses de morte e ressurreição do mundo pagão. Primeiro, há sérias dúvidas se havia mesmo deuses de morte e ressurreição no mundo pagão e, se havia, até que ponto se assemelhavam a Jesus. Segundo, há a questão ainda mais séria de que Jesus não pode ter sido inventado como um deus de morte e ressurreição porque seus primeiros seguidores não achavam que ele era Deus.

DEUSES DE MORTE E RESSURREIÇÃO NA ANTIGUIDADE PAGÃ

Embora a maioria dos miticistas não pareça saber disto, a visão bastante aceita no passado de que deuses de morte e ressurreição eram comuns na antiguidade pagã perdeu credibilidade entre os estudiosos.

Ninguém contribuiu mais para popularizar a noção do deus de morte e ressurreição do que Sir James George Frazer (1854-1941). Frazer fez em sua época o que Joseph Campbell fez na segunda metade do século XX: convenceu milhares de pessoas de que, em sua essência, muitas religiões (ou a maioria) são iguais. Enquanto Campbell era reverenciado por um público popular, especialmente por livros como *The Hero with a Thousand Faces* [*O herói de mil faces*] e *The Power of the Myth* [*O poder do mito*], os estudos de Frazer causaram maior impacto entre estudiosos, especialmente sua proposição sobre deuses de morte e ressurreição.

O livro mais importante de Frazer intitulava-se *The Golden Bough* [*O ramo de ouro*], que foi reeditado várias vezes, com tiragens cada vez maiores. Já na primeira edição, de 1890, Frazer expôs sua visão de divindades pagãs que morreram e depois renasceram; na terceira edição de 1911-1915, Frazer dedicou a parte 4 inteira da obra ao assunto,

alegando que divindades do Mediterrâneo Oriental, como Osíris, Dumuzi (ou Tamuz), Attis e Adônis eram deuses de morte e ressurreição. Em cada um desses casos, afirmou Frazer, lidamos com deuses agrícolas cujos ciclos de vida, morte e ressurreição replicam e explicam a fertilidade da terra. Ele mesmo não fez conexões explícitas entre as divindades e Jesus, mas seu modo pouco sutil de discutir esses outros deuses deixam bem claro o que ele tinha em mente. Frazer achava que os cristãos haviam aplicado essa caracterização largamente difundida entre os pagãos aos seus mitos sobre Jesus.[132]

Apesar da elevada aceitação dessas teorias sobre deuses pagãos em certos círculos ao longo de vários anos, elas sofreram críticas devastadoras no final do século XX. Restam alguns estudiosos aqui e ali que ainda acreditam na existência de evidências de deuses de morte e ressurreição. Mas mesmo esses estudiosos, que parecem constituir uma minoria, não acham que o assunto tenha alguma relevância para a compreensão das tradições sobre Jesus.

Isso vale para o mais entusiasmado defensor da existência de tais deuses na antiguidade, Tryggve N. D. Mettinger, cujo livro *The Riddle of Ressurrection: "Dying and Rising Gods" in the Ancient Near East* [*O enigma da ressurreição: "Morte e ressurreição dos deuses" no Antigo Oriente Próximo*] tenta reviver a tese principal de Frazer. Com base num estudo muito detalhado e diferenciado das evidências, Mettinger alega que "o mundo das religiões do antigo Oriente Próximo tinha de fato diversas divindades que podem ser apropriadamente descritas como deuses de morte e ressurreição".[133] No entanto, ele enfatiza em seguida que o vocabulário da ressurreição (isto é, de uma pessoa morta sendo ressuscitada para viver novamente) é usado apenas em um caso conhecido: Melcarte (ou Héracles). Como exemplos de tais divindades pagãs em épocas pré-cristãs, Mettinger menciona, além de Melcarte, Dumuzi e Baal. Assim como Frazer antes dele, argumenta que a morte e o renascimento desses deuses têm "ligações estreitas com o ciclo sazonal da vida vegetal".[134]

Após ler o livro de Mettinger cuidadosamente, não acredito que ele forneça muito apoio para a visão miticista de deuses pagãos de morte e ressurreição. Para começar, apesar de alegar que essas interpretações eram conhecidas na Palestina por volta da época do Novo Testamento, Messinger não fornece nem uma única evidência para prová-las. Em vez disso, cita passagens do Antigo Testamento (sua área de especialidade): Ezequiel 8:14, Zacarias 12:11 e Daniel 11:37. Mas verifique você mesmo essas passagens; nenhuma delas menciona a morte e ressurreição de um deus. Então como podem provar que um desses deuses era conhecido na Palestina? Além disso, nenhuma das passagens data de períodos próximos à época do Novo Testamento, mas de séculos antes. Alguém é capaz de citar uma única fonte de qualquer tipo que indique claramente que pessoas do interior da Palestina da época de Pedro e Tiago, digamos, adoravam um deus pagão que morria e renascia? Pode acreditar que, se tal fonte

existisse, seria conhecida por todos que se interessam pelo cristianismo primitivo, mas ela não existe.

O que chama particularmente a atenção no estudo de Messinger sobre divindades antigas (não da época do Novo Testamento, mas de séculos antes) é a ambiguidade das evidências que ele apresenta, mesmo nos casos em que se mostra mais convicto. Ele é obrigado a fornecer explicações extremamente diferenciadas e filologicamente detalhadas para argumentar que *alguma* dessas divindades era considerada, por quem quer que fosse, um deus de morte e ressurreição. Portanto, seria mesmo uma categoria de deuses tão importante e consistente, quando na verdade há tão poucas fontes inequívocas, mesmo se nos restringirmos a séculos antes da época em que o assunto se torna relevante para nós?

Vale a pena enfatizar que o próprio Mettinger não considera suas parcas descobertas pertinentes para as alegações cristãs primitivas de que Jesus morreu e ressuscitou. As figuras do antigo Oriente Próximo que ele analisa tinham uma ligação estreita com o ciclo das estações, morrendo e ressuscitando ano após ano. A morte e ressurreição de Jesus, por outro lado, eram consideradas acontecimentos únicos. Ademais – e essa para ele é uma questão crucial –, a morte de Jesus era vista como uma expiação vicária de pecados. Nada parecido ocorre no caso das divindades do antigo Oriente Próximo.

Há um problema ainda maior. Mesmo se – e esse é um grande "se" – houvesse uma ideia entre povos pré-cristãos de um deus que morria e renascia, não havia nisso semelhança alguma com a crença cristã na ressurreição. De certa maneira (a maneira de Mettinger), as evidências ambíguas indicam que os deuses pagãos que morriam de fato renasciam, mas essa não era a questão nos primeiros ensinamentos sobre Jesus. O mais importante não foi seu corpo ter ressuscitado, mas Jesus ter vivenciado a ressurreição. Não é a mesma coisa.

A noção judaica da ressurreição está intimamente ligada a uma visão de mundo que os estudiosos rotularam como apocalipticismo judaico. No capítulo seguinte explicarei melhor o que essa concepção envolve. Por ora basta notar que muitos judeus da época de Jesus acreditavam que o mundo em que vivemos é controlado por forças do mal. É por isso que há tanta dor e desgraça aqui neste mundo: secas, fome, epidemias, terremotos, guerras, sofrimento e morte. Os judeus que se apegavam a essa visão, porém, acreditavam que em algum momento do futuro Deus iria intervir para derrotar as forças do mal no controle desse mundo e estabelecer seu reino do bem. Nesse reino futuro não haveria mais dor, desgraça, sofrimento ou morte. Deus destruiria tudo e todos que se opusessem a ele e recompensaria aqueles que lhe foram fiéis. Essas recompensas, no entanto, não seriam desfrutadas apenas por aqueles que estavam vivos no momento. Judeus fiéis que haviam sofrido e morrido seriam ressuscitados e recompensados. A própria morte, aliás, seria destruída como um dos inimigos de Deus e

de seu povo. Na futura ressurreição, os fiéis receberiam a dádiva da vida eterna, para nunca mais morrer.

Muitos judeus que acreditavam numa ressurreição futura achavam que ela viria logo, possivelmente ainda enquanto vivessem. Deus interromperia o curso da história para julgar o mundo, derrotar todos os seus inimigos, incluindo o pecado e a morte, e erguer seu povo dos mortos. E isso aconteceria muito em breve.

Quando os cristãos primitivos alegaram que Jesus fora ressuscitado, foi no contexto dessa noção judaica da ressurreição prestes a acontecer. Os cristãos primitivos – como mostra nosso primeiro autor cristão, Paulo – achavam que a ressurreição de Jesus era especialmente importante porque sinalizava que a *grande* ressurreição havia começado. Ou seja, achavam que estavam vivendo no final dessa era do mal, à porta do reino vindouro. É por isso que Paulo falava sobre Jesus como os "primeiros frutos" da ressurreição. Assim como os fazendeiros colhem os primeiros frutos da safra no primeiro dia e o restante da colheita no dia seguinte (e não séculos mais tarde), Jesus representa os primeiros frutos de um evento iminente: a ressurreição de todos os mortos, com os que ficaram do lado do mal sendo julgados e os que ficaram do lado de Deus sendo recompensados.

A ideia da ressurreição de Jesus não resultou de noções pagãs de um deus sendo meramente ressuscitado, mas de noções judaicas de ressurreição como um evento escatológico no qual Deus retomaria o controle sobre o mundo. Jesus havia derrotado a força maligna da morte, e em breve sua vitória seria confirmada na ressurreição de todos os fiéis.

Conforme já sugeri, o próprio Mettinger não acha que a ideia de deuses pagãos de morte e renascimento tenha levado à invenção de Jesus. Ele afirma: "Que eu saiba, não há nenhuma evidência *prima facie* de que a morte e a ressurreição de Jesus seja um constructo mitológico baseado em mitos e ritos dos deuses de morte e ressurreição do mundo externo".[135]

Entre os estudiosos, porém, a visão mais comum é a de que não há praticamente nenhuma – ou realmente nenhuma – evidência de que esses deuses fossem de fato adorados. Ninguém colaborou tanto para a derrocada das visões expostas de maneira tão elegante por Frazer em *O ramo de ouro* quanto Jonathan Z. Smith, um eminente historiador de religião da Universidade de Chicago. Smith escreveu um artigo particularmente significativo para a influente *Encyclopedia of Religion* [*Enciclopédia da religião*], originalmente editada por Mircea Eliade.[136] Depois de reexaminar cuidadosamente as alegações de Frazer sobre deuses pagãos de morte e ressurreição, Smith afirma categoricamente:

> A categoria de deuses de morte e ressurreição, outrora um importante objeto de investigação acadêmica, deve ser basicamente entendida como um erro de designação

> baseado em reconstruções imaginativas e textos excessivamente tardios ou altamente ambíguos. [...] Todas as divindades que foram identificadas como pertencendo à classe de deuses de morte e ressurreição podem ser agrupadas nas duas categorias maiores de divindades de desaparecimento e de morte. No primeiro caso as divindades retornam, mas não morreram; no segundo caso os deuses morrem, mas não retornam. Não há um exemplo inequívoco na história das religiões de uma divindade de morte e ressurreição.[137]

Smith fundamenta essas alegações analisando as evidências existentes de deuses como Adônis, Baal, Attis, Marduque, Osíris e Tamuz ou Dumuzi. Em relação a registros antigos do deus grego Adônis, por exemplo, havia na antiguidade duas formas de mitos, que apenas posteriormente foram combinados numa espécie de megamito. Na primeira forma, duas deusas, Afrodite e Perséfone, competem pelas afeições da criança humana Adônis. Zeus (ou Calíope, em alguns mitos) decide, no estilo Salomão, que Adônis passará parte de cada ano com cada divindade, metade do ano com Afrodite nos reinos acima, com os outros deuses, e a outra metade com Perséfone, a deusa do submundo. Não há nada que sugira a morte ou a ressurreição de Adônis. Parte do ano ele está em um lugar (o mundo dos vivos) e parte, no outro (o mundo dos mortos).

A outra forma do mito, mais familiar, vem do autor romano Ovídio. Em sua versão, o jovem humano Adônis é morto por um javali e depois lamentado e celebrado pela deusa Afrodite na forma de uma flor. Nessa versão, portanto, Adônis definitivamente morre. Mas não há nada que sugira sua ressurreição. É apenas em textos posteriores, bem depois de Ovídio e do advento do cristianismo, que surgem sugestões de que Adônis retornou à vida depois de sua morte. Smith argumenta que essa forma posterior da tradição pode na verdade ter sido influenciada pelo cristianismo e sua alegação de que um humano fora erguido dos mortos. Em outras palavras, não foi o mito de Adônis que influenciou visões cristãs sobre Jesus, mas o contrário. No entanto, Smith enfatiza que mesmo nesse caso não há qualquer evidência de algum tipo de culto de mistérios em que Adônis fosse adorado como um deus de morte e ressurreição ou em que seus adoradores fossem identificados com ele e sua sina de morte e ressurreição, como acontece, obviamente, nas religiões cristãs baseadas em Jesus.

Ou então veja o caso de Osíris, frequentemente citado por miticistas como um paralelo pagão de Jesus. Osíris era um deus egípcio muito comentado em escritos antigos. Temos textos discutindo Osíris que abrangem um período de mil anos. Nenhum deles era mais influente ou conhecido do que o relato da obra *Ísis e Osíris* do famoso filósofo e estudioso de religiões do segundo século cristão Plutarco. Segundo os mitos, Osíris foi assassinado, e seu corpo desmembrado e espalhado. Mas sua esposa, Ísis, empreendeu uma busca para recuperar todas as partes de seu corpo e remontá-lo,

levando ao rejuvenescimento de Osíris. O mais importante a enfatizar, porém, é que Osíris decididamente não retorna ao mundo dos vivos. Em vez disso, torna-se um poderoso regente dos mortos no submundo. Portanto, no caso de Osíris, não há ressurreição.

Smith sustenta que toda a tradição sobre Osíris pode ser derivada dos processos de mumificação do Egito, em que os corpos eram preparados para a vida posterior no mundo dos mortos (não como corpos ressuscitados aqui na terra). Assim, Smith conclui que "não há como harmonizar o mito dramático de sua morte e a reanimação com o padrão de deuses de morte e ressurreição".[138] Isso também vale, na opinião de Smith, para todos os outros seres divinos frequentemente apontados como precursores pagãos de Jesus. Alguns morrem, mas não retornam; alguns desaparecem sem morrer e retornam; mas nenhum deles morre e retorna.

As teses bem documentadas de Jonathan Z. Smith causaram grande impacto no meio acadêmico. Um segundo artigo, de Mark S. Smith, é igualmente informativo. Mark Smith é um estudioso do antigo Oriente Próximo e da Bíblia Hebraica que também refuta qualquer noção de deuses de morte e ressurreição na antiguidade.[139] Mark Smith argumenta de maneira convincente que, quando Frazer idealizou sua teoria sobre deuses de morte e ressurreição, foi sob forte influência de seu entendimento sobre o cristianismo e as alegações cristãs sobre Cristo. No entanto, quando analisamos isoladamente a informação sobre as divindades pagãs, sem a influência cristã, não há nada que sugira que sejam deuses que morrem e renascem. Smith mostra por que tais visões são profundamente problemáticas nos casos de Osíris, Dumuzi, Melcarte, Héracles, Adônis e Baal.

Segundo Smith, o problema metodológico de Frazer foi ter reunido dados de vários seres divinos, abrangendo um período de mais de um milênio de um leque amplo de culturas, e comprimido toda a informação numa síntese que nunca existiu. Seria equivalente a pegar as visões sobre Jesus de um monge francês do século XII, um calvinista do século XVII, um mórmon do final do século XIX e um pregador pentecostal atual, combinar todas em um único quadro geral e dizer: "essa era a opinião que se tinha de Jesus". Nunca faríamos isso com Jesus. Por que deveríamos fazê-lo com Osíris, Héracles ou Baal? Ademais, enfatiza Smith, grande parte de nossa informação sobre esses outros deuses vêm de fontes que datam de um período *posterior* à emergência do cristianismo, cujos próprios autores eram influenciados pelas visões cristãs de Jesus e "que frequentemente recebiam suas informações em segunda mão".[140] Em outras palavras, eles provavelmente não nos dizem o que os próprios pagãos, antes do cristianismo, diziam sobre os deuses que adoravam.

A maioria dos estudiosos concorda com as teses de Smith e Smith: não há evidência inequívoca de que pagãos anteriores ao cristianismo acreditassem em deuses de morte e

ressurreição, muito menos de que fosse uma visão disseminada, sustentada por vários pagãos em vários lugares e épocas diferentes. No entanto, conforme já vimos, estudiosos como Mettinger discordam disso. O que podemos concluir dessas divergências acadêmicas em relação à questão que nos interessa, se Jesus foi ou não inventado como um deus de morte e ressurreição? Há vários pontos importantes a enfatizar. É importante entender que o motivo pelo qual há divergências entre os estudiosos (ao menos com pessoas como Mettinger) é que as evidências de tais deuses são, quando muito, escassas, dispersas e ambíguas, e não abundantes, onipresentes e claras. Se essas crenças sobre deuses de morte e ressurreição realmente existiram, evidentemente não eram disseminadas nem estavam ao alcance de todos. Esses deuses definitivamente não eram tão conhecidos e discutidos entre pessoas religiosas da antiguidade, como mostra claramente a falta desse tipo de discussão nas fontes que temos. Quanto a isso todos devem concordar. Ainda mais importante, não há evidência de que tais deuses fossem conhecidos ou adorados em áreas rurais da Palestina, ou mesmo em Jerusalém, na década de 20 EC. Quem acredita que Jesus foi baseado nessas divindades precisa citar algum tipo de evidência de que os judeus palestinos da época em que Jesus supostamente viveu foram influenciados por pessoas que sustentavam essa visão. Um motivo pelo qual estudiosos não acreditam que Jesus foi inventado, como uma dessas divindades, é justamente a falta de evidências de que seus seguidores sabiam de tais divindades na época e no lugar em que Jesus teria sido inventado. Além disso, conforme reconhece o próprio Mettinger, as diferenças entre os deuses de morte e ressurreição (que ele reconstituiu com base em evidências escassas) e Jesus mostram que Jesus não foi inspirado neles, mesmo que fossem discutidos à época dele.

Mas há um motivo ainda mais importante para achar que Jesus não foi inventado como uma versão judaica de um deus de morte e ressurreição. Os cristãos primitivos não achavam que Jesus fosse Deus.

JESUS COMO DEUS

Que os cristãos primitivos não achavam que Jesus fosse Deus não é um ponto de controvérsia entre os estudiosos. Com exceção de fundamentalistas e evangélicos extremamente conservadores, os estudiosos são unânimes em dizer que a visão de Jesus como Deus foi um desenvolvimento posterior em círculos cristãos. Os fundamentalistas discordam, obviamente, pois para eles Jesus é de fato Deus e, assim sendo, sabia que era Deus e deve ter contado isso a seus seguidores, que, portanto, deviam saber desde o início que ele era Deus. Essa visão tem como base a doutrina fundamentalista da infalibilidade das escrituras, segundo a qual tudo que Jesus teria dito, por exemplo, no Evangelho de João, é historicamente correto e inquestionável. Mas essa não é a visão dos estudiosos críticos. Fosse Jesus Deus ou não (o que configura uma questão

teológica, e não histórica), seus primeiros seguidores não acreditavam nisso. Conforme indiquei logo no início deste livro, a questão de como, quando e por que os cristãos vieram a considerar Jesus como Deus será o tema de meu próximo livro. No entanto, há um ponto que devo enfatizar aqui: essa questão foi um desenvolvimento posterior da doutrina cristã.

É digno de nota que nenhum de nossos três primeiros Evangelhos – Mateus, Marcos e Lucas – declara que Jesus é Deus ou indica que Jesus alguma vez se autodenominou Deus. Os ensinamentos de Jesus nas tradições evangélicas primitivas não são sobre sua divindade pessoal, mas sobre o reino futuro de Deus e a necessidade de se preparar para ele. Isso nos dá motivo para refletir. Se os primeiros seguidores de Jesus achavam que ele era Deus, por que isso não é mencionado nos primeiros Evangelhos? Provavelmente esse seria um aspecto importante sobre a identidade de Cristo a ser destacado. É verdade que os Evangelhos retratam Jesus consistentemente como o Filho de Deus, mas isso não é o mesmo que dizer que ele era Deus. Mas assim poderíamos considerar, já que para nós o filho de um cachorro é um cachorro e o filho de um gato é um gato; portanto, o filho de um deus seria um deus. Mas os Evangelhos não foram escritos por pessoas com noções modernas do século XXI, nem mesmo por pessoas do século IV com noções do século IV. Eles foram escritos num contexto do século I, norteados basicamente por noções judaicas, especialmente aquelas transmitidas por meio das escrituras judaicas, o Antigo Testamento, que fala de muitos indivíduos e grupos que eram considerados filhos de Deus. Em nenhuma situação essas pessoas eram consideradas Deus.

Assim, por exemplo, o rei de Israel é chamado de "o filho de Deus" (por exemplo, Salomão, em II Samuel 7:11-14). Isso certamente não significava que o rei (especialmente Salomão) fosse Deus. Em vez disso, era um humano que tinha um relacionamento íntimo com Deus, como entre filho e pai, e era usado por Deus para mediar sua vontade na terra. Também a nação de Israel é ocasionalmente chamada de "o filho de Deus" (por exemplo, Oseias 11:1). Isso não significava que a nação fosse divina; em vez disso, Israel tinha o povo por meio do qual Deus mediava sua vontade na terra. O futuro messias era considerado o filho de Deus não porque seria a encarnação de Deus quando chegasse, mas porque seria um humano particularmente íntimo de Deus e por meio de quem Deus realizaria seu trabalho. Jesus, nos Evangelhos de Mateus, Marcos e Lucas, é esse humano.

Obviamente, os autores dos Evangelhos herdaram essa visão das tradições orais e escritas nas quais basearam seus relatos. Jesus não é chamado de Deus em Q, M, L ou em qualquer um dos relatos orais que possamos rastrear nos Evangelhos sinóticos. Mas ainda podemos retroceder. Conforme enfatizei, encontramos visões bastante primitivas de Jesus expressas em certas tradições pré-paulinas, como a que ele cita em Romanos

1:3-4, em que Jesus teria se tornado o filho de Deus (e não Deus) no momento da ressurreição. Isto é, Deus adotou Jesus como seu filho em sua ressurreição. Isso também ocorre nos discursos dos Atos que examinamos anteriormente (ver Atos 2:36; 13:32-33). Deus exaltou Jesus e fez dele seu filho, o Cristo, na ressurreição.

Esta é muito provavelmente a interpretação mais antiga de Jesus entre seus seguidores. Enquanto estava vivo, pensavam que talvez fosse o futuro messias (que também não era Deus, como vimos). Mas essa visão foi radicalmente contestada quando ele foi preso pelas autoridades, julgado e, em seguida, torturado e crucificado. Esse destino era exatamente o oposto do que se esperava para o messias. Por algum motivo, porém, os seguidores de Jesus (ou alguns deles, pelo menos) acharam que ele voltou dos mortos, o que reafirmou contundentemente o que pensavam antes de Jesus – que era alguém especial para Deus. Mas isso também forçou seus seguidores a reconsiderar quem ele era. Alguns começaram a pensar nele como o messias que tivera de sofrer para expiar os pecados, que aceitara obedientemente a morte sabendo que Deus assim o desejava, e que foi por Deus trazido de volta da morte como prova de que era alguém realmente especial. E assim Deus o levou ao céu, onde está agora, esperando a hora de voltar para estabelecer o reino de Deus como o futuro messias.

Uma passagem que os miticistas citam frequentemente pode sugerir à primeira vista que Paulo, escrevendo antes dos Evangelhos, via Jesus como Deus que morreu e renasceu (algo comparável às divindades pagãs de morte e ressurreição). É o muito discutido "hino" – como é chamado – encontrado em Filipenses 2:5-11. É provável que não haja alguma outra passagem em todo o Novo Testamento, e certamente não há sequer uma nos escritos de Paulo, que tenha gerado tanta controvérsia quanto essa. Livros enormes foram escritos apenas sobre esses seis versos.[141] Embora os miticistas geralmente citem essa passagem como evidência inequívoca de suas teorias, a verdade é que ela não tem quase nada de inequívoca. Cada uma de suas palavras e frases tem sido examinada e debatida por estudiosos com os mais sofisticados recursos analíticos disponíveis e, ainda assim, não há consenso sobre o seu significado. Mas uma coisa é certa: não significa o que os miticistas tipicamente alegam. Não retrata Jesus como um deus pagão de morte e ressurreição, mesmo que uma leitura superficial possa dar essa impressão.

Citarei a passagem na íntegra. (É importante entender que os estudiosos travam debates longos e intensos até mesmo sobre a tradução dos principais termos.)

Tenham em vocês os mesmos sentimentos que havia em Jesus Cristo:
Ele tinha a condição divina,
mas não se apegou a sua igualdade com Deus.

Pelo contrário, esvaziou-se a si mesmo,
assumindo a condição de servo
e tornando-se semelhante aos homens.

Assim, apresentando-se como simples homem,
humilhou-se a si mesmo,
tornando-se obediente até a morte,
e morte de cruz!

Por isso, Deus o exaltou grandemente [literalmente: o hiperexaltou],
e lhe deu o Nome
que está acima de qualquer outro nome;

para que, ao nome de Jesus,
se dobre todo o joelho
no Céu, na terra e sob a terra;

e toda a língua confesse
que Jesus Cristo é o Senhor,
para a glória de Deus Pai.

Eis então um dos relatos mais intrigantes de Cristo no Novo Testamento. Não posso sequer começar a dar uma interpretação detalhada da passagem aqui. No entanto, posso fazer alguns comentários gerais sobre ela antes de focar em alguns pontos interpretativos principais.

Há consenso de que a passagem parece ser poética – possivelmente algum tipo de hino (a opinião mais comum antigamente) ou credo (o que é mais plausível) – e parece estar sendo citada por Paulo, em vez de ser uma criação sua. Mesmo isso, porém, é motivo de controvérsia; estudiosos debatem se a passagem foi escrita por alguém antes de Paulo redigir a carta aos cristãos de Filipos ou se o próprio Paulo é o autor.[142] Há discussões sobre como dividir a passagem. Na versão acima, eu a dividi ao meio; a primeira parte consiste de três estrofes de três versos que falam sobre a descida e a humilhação de Cristo, e a segunda parte consiste de três estrofes de três versos que falam sobre a ascensão ou exaltação de Cristo. Essa é uma possibilidade. Várias outras foram propostas por estudiosos excelentes, muitos dos quais estudaram a passagem mais profundamente que eu, embora eu venha estudando o texto, pensando e lendo sobre ele há mais de trinta anos.[143]

Para minha discussão aqui, quero apenas destacar algumas questões básicas. Uma interpretação possível da passagem – a que parece óbvia à primeira vista – é a de que ela

retrata Cristo como um ser divino preexistente que veio à terra, foi crucificado e depois arrebatado de volta ao céu. Talvez essa seja a leitura mais correta da passagem, mas, conforme mencionei, há muita controvérsia. Mesmo que seja a mais correta, essa leitura não sustenta a ideia de que Cristo era originalmente visto como um deus de morte e ressurreição, por vários motivos.

Embora a passagem diga que, antes de se humilhar, Cristo tinha "condição divina", isso não significa que ele era Deus. Divindade era sua "condição", assim como mais adiante a passagem diz que ele assumiu a "condição de servo". Isso não significa que ele fosse permanentemente um servo; foi apenas a forma externa que ele assumiu. Além disso, quando a passagem diz que ele "não se apegou a sua igualdade com Deus", há grande controvérsia sobre se isso significa que ele não "manteve" algo que já tinha ou se não "se agarrou" a algo que ainda não tinha. Em favor da segunda hipótese há o fato de que, depois de se humilhar, Cristo foi hiperexaltado, ou seja, foi exaltado ainda mais do que antes. Isso deve significar que, antes de se humilhar, ele não tinha igualdade com Deus. Caso contrário, como poderia ser ainda mais exaltado depois? Isso o colocaria acima de Deus, o que não é possível. Isso parece sugerir que, embora ele tivesse originalmente uma "condição divina", não era ainda totalmente divino no início; ser totalmente divino era um estado que ele se recusava a assumir.

Mas, se Cristo tinha condição divina sem ser igual a Deus, o que ele era? Aqui os estudiosos fazem a festa. Uma das interpretações mais populares da passagem é uma das menos óbvias. Diversos estudiosos acham que a passagem não fala de Cristo existindo como um ser divino com Deus no céu, vindo à terra para morrer e depois ser ainda mais exaltado. Em vez disso, consideram que a passagem fala de Cristo como um "segundo Adão", semelhante ao primeiro homem, conforme a descrição no livro do Gênesis, mas que age de maneira oposta, levando a um resultado oposto.[144]

No livro do Gênesis, quando Deus cria o "homem", o texto diz que Adão é criado à "imagem" de Deus (Gênesis 1:26). Os termos *imagem* e *forma* são ocasionalmente usados como sinônimos no Antigo Testamento. A forma ou condição divina de Cristo era semelhante à de Adão? Caso seja esse o caso, o que fez Adão? Ele queria ter "igualdade com Deus", e assim pegou o fruto da árvore do conhecimento do bem e do mal. Cristo, ao contrário, não quis "se apegar a sua igualdade com Deus". Ele agiu de maneira totalmente oposta à de Adão. Pelo pecado, Adão foi condenado à morte, assim como seus descendentes. Cristo, ao contrário, optou abertamente por morrer em benefício dos que estavam condenados a morrer por causa de Adão. Por ele não ter se apegado à igualdade com Deus, mas morrido obedientemente, Deus fez o oposto do que tinha feito a Adão com Cristo. Adão e seus descendentes foram amaldiçoados, enquanto Cristo foi grandemente exaltado acima de tudo. Tão exaltado que é ao nome de Jesus que todo joelho se dobrará e toda língua confessará.

Essa parte final da passagem é na verdade um citação de Isaías 45:23, que diz que é apenas diante de Deus que todo joelho se dobrará e toda língua confessará. Seja qual for a interpretação dada ao restante da passagem, a conclusão é assombrosa. Cristo receberá a adoração que por direito é exclusiva de Deus. Isso revela quanto ele foi exaltado por Deus em recompensa por sua obediência.

Se essa interpretação estiver correta, então o começo da passagem está descrevendo Cristo não como um ser divino preexistente, mas essencialmente como um ser humano. Ainda que esteja correta, a passagem começa descrevendo Cristo não como Deus, mas como um ser com condição divina. Outra opção é de que ela está descrevendo Cristo como um ser angelical preexistente. No Antigo Testamento, os anjos são mensageiros de Deus que podem aparecer como Deus, como nas passagens do Antigo Testamento em que "um anjo do Senhor" aparece e é efetivamente chamado de Deus (como em Êxodo 3 – a passagem sobre Moisés e a Sarça Ardente). Nesses casos, porém, os anjos podem aparecer como Deus (na "condição" de Deus), mas não são de fato Deus, mas mensageiros de Deus, seus anjos. É interessante notar que diversas tradições judaicas falam de um anjo sendo exaltado ao nível de Deus, sentado num trono ao lado do trono do Todo-Poderoso.[145]

Seja qual for a interpretação que se dê ao começo dessa passagem em Filipenses, uma coisa é clara, ela não descreve um deus de morte e ressurreição. Tal interpretação obrigaria o leitor a ignorar o que o texto de fato diz na segunda estrofe. O mais importante é que Cristo – seja ele um ser divino preexistente, Adão ou um anjo (minha interpretação predileta) – "esvaziou-se" antes de morrer na cruz. Ou seja, privou-se de qualquer *status* anterior oferecido por sua "condição divina" e assumiu uma forma totalmente diferente, a "condição de servo". Não é como um deus que ele morre, mas como um servo. E ele não é ressuscitado como Deus, mas exaltado a uma posição digna de adoração equivalente a Deus apenas *após* ser ressuscitado. É nesse momento que ele é recompensado com atributos divinos e recebe adoração divina. Portanto, a passagem não está falando de um deus que morre e é ressuscitado, e sim da morte de um servo humilde e sua exaltação a uma posição de autoridade e grandeza divinas.

Meu argumento mais relevante é o de que mesmo os estudiosos que acham que Paulo herdou esse hino (ou credo) não consideram que fosse a forma de crença mais antiga sobre Jesus. Mesmo que seja anterior a Paulo, não representa a visão mais primitiva de Cristo. Seja qual for a interpretação que se dê à passagem, as tradições cristãs mais antigas apontam numa direção totalmente diferente, enfatizando a humanidade total de Jesus, sem nunca considerá-lo Deus. A divindade de Cristo é um desenvolvimento relativamente tardio em termos de reflexões teológicas cristãs.

De todo modo, os pensamentos básicos sobre Jesus nas tradições cristãs primitivas são bastante claros. Conforme indiquei, é quase certo que no mais antigo deles Deus

exaltou Jesus e o fez seu filho quando o trouxe dos mortos (essa é também fundamentalmente a visão do hino em Filipenses, é claro). Assim, os discursos do Atos, que devem preceder em muito qualquer um dos Evangelhos e quase certamente são anteriores aos escritos do próprio Paulo, indicam que foi na ressurreição que Jesus se tornou o Senhor, o Cristo, o Filho de Deus (Atos 2:36; 13:32-33).[146] Essa também é a visão do credo que Paulo cita em Romanos 1:3-4.

Alguns cristãos, porém, não se contentaram com a ideia de que Jesus só se tornou o Filho de Deus na ressurreição e acham que ele já devia ser o Filho de Deus durante todo seu ministério. Assim, surgiram tradições indicando que Jesus se tornou o Filho de Deus no batismo. Este talvez seja o cenário ainda encontrado em nosso Evangelho mais antigo: Marcos começa a narrativa com Jesus sendo batizado e ouvindo a voz de Deus o declarando como filho. Jesus certamente não é Deus no Evangelho de Marcos. Há, aliás, uma passagem em que ele indica claramente que Jesus não deve ser considerado Deus (Marcos 10:17-18; um homem chama Jesus de "bom", e Jesus responde que "só Deus é bom e ninguém mais").

Mais tarde, alguns cristãos passaram a achar que Jesus não devia ter sido o Filho de Deus apenas durante seu ministério, mas durante a vida toda. E assim começaram a contar histórias de como ele *nasceu* como o Filho de Deus. Encontramos essa visão em Mateus e em Lucas, nos quais a mãe de Jesus é realmente virgem, fazendo dele o Filho de Deus num sentido mais literal, pois o Espírito Santo é responsável por engravidar Maria (ver Lucas 1:35).

Como o passar do tempo, até mesmo essa interpretação deixou de satisfazer alguns cristãos, que achavam que Jesus não foi meramente um ser que veio ao mundo como o Filho de Deus, mas alguém que já existia antes mesmo de nascer. Essa visão não é sugerida em Mateus ou Lucas (eles parecem achar que ele passou a existir a partir da concepção). E assim chegamos ao nosso último Evangelho canônico, o Evangelho de João, que afirma que Jesus é a Palavra de Deus, que existiu com Deus por toda a eternidade e foi por meio dele que Deus criou o mundo e depois se tornou humano (João 1:1-18). Mas devo ressaltar que essa é uma interpretação encontrada apenas em nosso último Evangelho,[147] e acabou se tornando a interpretação dominante entre os cristãos, sendo escrita como declaração de fé cristã: Cristo é o próprio Deus. Mas não era a concepção cristã primitiva, nem de longe. Os cristãos da época não inventaram Jesus como um deus de morte e ressurreição. Na forma mais antiga da fé, eles nem o consideravam Deus; tal crença surgiu apenas mais tarde.

Em vez disso, como já vimos, os primeiros cristãos consideravam Jesus o messias crucificado. Embora Jesus nunca seja explicitamente chamado de Deus nos primeiros Evangelhos – nem nas tradições em que foram baseadas, nem em Paulo –, ele era por toda parte chamado de alguma outra coisa. Ele era chamado de o Cristo. Mesmo no hino

em Filipenses, Paulo nos diz que é sobre "Cristo Jesus". Jesus era chamado de Cristo com tanta frequência nas tradições cristãs mais antigas que já na época de Paulo "Cristo" virara o nome de Jesus (Jesus Cristo, e não Jesus Deus). Jesus é chamado de Cristo em Paulo, M, L, João, Josefo, Plínio, Tácito e assim por diante. É importante lembrar o significado desse termo no judaísmo antigo. Referia-se – independentemente de como era interpretado – a um futuro governante poderoso que salvaria o povo de Deus de seus inimigos.

Portanto, a questão principal a ser investigada nas tradições primitivas não é se os primeiros cristãos chamavam Jesus de Deus (já que não chamavam), mas por que o chamavam de Cristo. Afinal, todo mundo sabia que ele fora crucificado, e uma coisa certa sobre o messias é que ele não deveria ser crucificado. Muito pelo contrário, os cristãos primitivos não se perguntaram por que Deus fora crucificado, mas por que Cristo fora crucificado. Não tiraram suas ideias sobre a morte de Jesus da mitologia pagã. Sabiam que ele havia morrido e acreditavam, na tradição apocalíptica judaica, que ele fora ressuscitado. Mas o fato de que o chamavam de Cristo mostra que também não basearam as ideias de sua morte na mitologia judaica, já que os judeus não tinham nenhuma concepção de um messias crucificado. Assim, a conclusão a que chegaram historiadores do mundo inteiro parece ser a correta: Jesus deve mesmo ter existido e deve mesmo ter sido crucificado. Os que acreditavam nele achavam que era de fato o messias, apesar da crucificação, e redefiniram o significado do termo *messias* para que fizesse sentido. Contudo, não inventaram a ideia de Jesus. Se o tivessem feito, nunca teria sido como um messias crucificado. Foram forçados a criar a noção do messias crucificado porque sabiam que realmente existira um homem chamado Jesus que fora crucificado, mas queriam seguir alegando que ele era o messias.

Portanto, Jesus não foi inventado como uma versão judaica de um deus pagão de morte e ressurreição. Há motivos muito sérios para duvidar que houvesse pagãos que acreditavam em tais deuses. Alguns estudiosos, no entanto, se perguntam se havia judeus que acreditavam neles. Não há evidências dessas crenças entre judeus palestinos do século I. Ainda mais importante que isso, os cristãos não viam Jesus como um deus de morte e ressurreição porque não o consideravam Deus no início. A divindade de Cristo foi um desenvolvimento teológico posterior. Os cristãos primitivos o viam como um messias de morte e ressurreição.

JESUS FOI INVENTADO COMO UMA PERSONIFICAÇÃO DA SABEDORIA JUDAICA?

Ninguém tem sido um porta-voz mais persistente de uma visão miticista de Jesus do que G. A. Wells. Há mais de 35 anos ele insiste que a tradição cristã de Cristo não existiu, mas foi inventada. Ele não acha, porém, que a maioria dos miticistas tem razão

em dizer que Cristo foi inventado como uma visão judaica de alguns deuses pagãos de morte e ressurreição. Em sua opinião, os mitos usados para criar Cristo eram judaicos. Especificamente, Cristo foi criado como uma personificação da figura mítica conhecida nos textos judaicos como "Sabedoria".

Conforme veremos adiante em maior detalhe, Wells também discorda da maioria dos outros miticistas; ele acha que realmente existiu um homem chamado Jesus. Mas, para Wells, Jesus teve muito pouco ou nada a ver com o mito sobre Cristo. Ele não foi o pregador galileu do século I que curava as pessoas. Essa figura é criação do Evangelho de Marcos. Jesus foi uma figura judia completamente desconhecida e obscura que viveu mais de cem anos antes. Cristo, por outro lado, foi invenção de uma seita judaica do século I.[148]

Em linhas gerais, essa visão é semelhante à defendida anteriormente por Archibald Robertson, que sugeriu o seguinte: "Não é possível que uma solução para a controvérsia [entre os que insistem que Jesus nunca existiu e os que alegam que ele existiu] esteja no reconhecimento do fato de que os dois lados estão discutindo assuntos diferentes – de que há realmente duas figuras de Jesus distintas, uma mitológica e outra histórica, que não têm nada em comum além do nome, e que ambas foram unidas numa só?".[149] Na visão de Robertson, Paulo foi "um missionário gnóstico que, mesmo que soubesse algo sobre um messias executado na Palestina, não tinha nenhum interesse nele nem em seus seguidores". Para ele, foi Marcos quem realizou a fusão das duas figuras de Jesus. Assim sendo, o Jesus histórico realmente existiu. Mas "não sabemos praticamente nada sobre esse Jesus".

Wells abraça essa ideia e a leva bem mais adiante. Ele acha que os cristãos primitivos que inventaram Cristo foram particularmente influenciados por tradições judaicas que falavam da Sabedoria de Deus como se fosse de fato uma entidade divina, distinta de Deus, mas claramente muito próxima a ele. A Sabedoria sempre existiu com Deus e foi usada por ele para criar o mundo. Wells tem razão quando diz que essa é de fato uma figura conhecida das tradições judaicas, remontando ao livro dos Provérbios no Antigo Testamento. A passagem mais famosa aparece em Provérbios 8, em que a própria Sabedoria está falando:

> Javé me produziu como primeiro fruto de sua obra, no começo de seus feitos mais antigos. Fui estabelecida desde a eternidade, desde o princípio, antes que a terra começasse a existir [...]. Fui gerada antes que as montanhas e colinas fossem implantadas [...]. Quando ele fixava o céu e traçava a abóboda sobre o oceano, eu aí estava. Eu me achava presente quando ele condensava as nuvens no alto e fixava as fontes do oceano [...]. Eu estava junto com ele, como mestre de obras. Eu era o seu encanto todos os dias, e brincava o tempo todo em sua presença [...].

Em um livro da tradição judaica não encontrado no cânone da Bíblia Hebraica (mas incluído nos apócrifos), chamado a Sabedoria de Salomão, aprendemos o seguinte sobre a Sabedoria:

> A sabedoria é exalação do poder de Deus, emanação puríssima da glória do Onipotente [...]. Ela é reflexo da luz eterna, espelho nítido da atividade de Deus e imagem da sua bondade [...]. Ela se estende vigorosamente de um extremo a outro, e governa retamente o universo [...]. De fato, ela é iniciada na ciência de Deus e seleciona as obras dele (Sabedoria de Salomão 7-8).

Temos aqui uma figura que era preexistente com Deus, que reflete Deus perfeitamente, que foi usada por Deus para criar o mundo. Isso, para Wells, soa bastante semelhante ao que encontramos numa passagem que celebra Cristo em uma das cartas atribuídas a Paulo no Novo Testamento:

Ele é a imagem do Deus invisível,
o Primogênito,
anterior a qualquer criatura;
porque nele foram criadas todas as coisas,
tanto as celestes
como as terrestres,
as visíveis como as invisíveis:
Tronos, soberanias, principados
e autoridades.
Tudo foi criado por meio dele
e para ele.
Ele existe antes de todas as coisas,
e tudo nele subsiste.

Ele é também a Cabeça do corpo,
que é a Igreja.
Ele é o Princípio,
o primeiro daqueles
que ressuscitam dos mortos,
para em tudo ter a primazia.
Porque Deus, a Plenitude total,
quis nele habitar,
para, por meio dele,
reconciliar consigo todas as coisas,

tanto as terrestres como as celestes,
estabelecendo a paz
pelo seu sangue derramado na cruz (Colossenses 1:15-20)

Essa passagem, considerada por Wells bastante semelhante ao hino em Filipenses, que acabamos de examinar (Filipenses 2:6-11), retrata Cristo como a Sabedoria de Deus, a imagem do próprio Deus que criou todas as coisas, que desce à terra e morre para reconciliar todas as coisas com Deus. Na visão de Wells, a ideia de que Cristo foi sacrificado ocorreu a Paulo enquanto refletia sobre as tradições da Sabedoria que herdara por meio das tradições judaicas. Antes de Paulo, "alguns cristãos [...] não compartilhavam sua visão de que Jesus foi crucificado". Mas em Sabedoria de Salomão ficamos sabendo do homem sábio que sofreu uma "morte vergonhosa" (ver Sabedoria de Salomão, 2:12-20). "É possível que a reflexão sobre essa passagem tenha levado Paulo (ou seu precursor) à ideia, tão característica em sua teologia, de que Cristo sofreu a morte mais vergonhosa de todas."[150]

O ponto principal para Wells, porém, é que Paulo chama Cristo explicitamente de "sabedoria de Deus" em I Coríntios 1:23-24: "nós, porém, anunciamos Cristo crucificado, escândalo para os judeus e loucura para os pagãos. Mas, para aqueles que são chamados, tanto judeus como gregos, ele é o Messias, poder de Deus e sabedoria de Deus". E mais adiante, no mesmo livro, Paulo diz: "Na realidade, é aos maduros na fé que falamos de uma sabedoria que não foi dada por este mundo, nem pelas autoridades passageiras deste mundo. Ensinamos uma coisa misteriosa e escondida: a sabedoria de Deus, aquela que ele projetou desde o princípio do mundo para nos levar à sua glória. Nenhuma autoridade do mundo conheceu tal sabedoria, pois se a tivessem conhecido não teriam crucificado o Senhor da glória" (I Coríntios 2:6-8).

Segundo Wells, portanto, Paulo defendia a visão de que a Sabedoria fora encarnada em Cristo. O mito de Cristo como Sabedoria encarnada acabou sendo historicizado – isto é, transformado em um ser humano real, histórico – quando os Evangelhos foram escritos no final do século I.

Embora seja uma proposta inerentemente intrigante, temo que esteja repleta de problemas, motivo provável pelo qual não atrai a maioria dos miticistas. Para começar, enquanto é verdade que Paulo chama Jesus de Sabedoria de Deus em I Coríntios, não é essa sua maneira normal de se referir a Jesus e certamente não é sua primeira perspectiva em relação a ele. Não há motivo para privilegiar essa noção em detrimento de várias outras que podem ser encontradas em Paulo. Só nessa mesma passagem, por exemplo, Paulo chama Jesus tanto de "Cristo" quanto de "o poder de Deus". Por que devemos concluir que Paulo (ou seu precursor) imaginou *primeiro* Cristo como a Sabedoria encarnada – especialmente se ele não chama Jesus dessa forma em nenhum

outro lugar de seus escritos? E como ele o chama? Geralmente, ele o chama de Cristo. Essa foi a primeira interpretação de Paulo sobre Jesus ao se converter, e não Sabedoria.

Paulo chama Cristo de sabedoria de Deus na passagem em Coríntios porque quer realçar o fato de que a crucificação do messias é um escândalo para os judeus e uma loucura para os gentios. Já vimos o motivo pelo qual os judeus se escandalizavam com a ideia do messias crucificado: não era isso que deveria acontecer com o messias. Mas, para Paulo, em vez de mostrar que Cristo era "fraco", a cruz revela o verdadeiro "poder" de Deus. Os gentios, por sua vez, achavam ridícula a ideia de um criminoso executado ser o enviado de Deus. Para Paulo era, ao contrário, um sinal da "sabedoria" de Deus. É por isso que Jesus é a sabedoria de Deus, e não porque seja uma personificação das tradições judaicas sobre a figura da Sabedoria.

Além disso, é importante notar a maneira como Paulo se expressa na passagem como um todo, enfatizando sempre "Cristo" e sua crucificação. Isso é importante porque o próprio Wells admite que as tradições judaicas sobre Sabedoria não incluem referências à Sabedoria como um atual ou futuro messias. Não há ligação, portanto, entre a ideia da Sabedoria de Deus ser encarnada em uma figura e a noção de que essa figura é especificamente o messias. É fácil, porém, fazer uma relação na direção contrária. Pode parecer loucura Cristo ter sido crucificado – o argumento principal de Paulo –, mas os caminhos de Deus não são os nossos e, para Deus, essa óbvia loucura é na verdade "sabedoria". Paulo, em outras palavras, não partiu da ideia de que a Sabedoria fora encarnada, mas da ideia de que Cristo fora crucificado.

Não cabe aqui a objeção de Wells de que a passagem poética em Colossenses que eu citei na íntegra mostra que Paulo via Jesus como a Sabedoria encarnada. Há uma falha séria nessa interpretação. É quase certo que Paulo não escreveu a carta aos Colossenses. É uma das falsificações feitas em nome de Paulo, escrita depois de sua morte, identificada há tempos por estudiosos críticos.[151] Argumentar que a passagem é derivada de uma tradição pré-paulina é problemático. A carta aos Colossenses é *pós*-paulina, portanto como podemos argumentar que uma de suas passagens seja *pré*-paulina?

Em suma, a ideia de que Jesus seja de alguma maneira a Sabedoria de Deus é alheia ao pensamento de Paulo. Com certeza não foi a primeira coisa que lhe veio à mente quando se tornou um seguidor de Jesus. Foi uma reflexão teológica posterior. A primeira e mais importante noção de Paulo sobre Jesus foi a de que ele era o messias, e ainda por cima crucificado. Essa é a tradição sobre Jesus que pode nos remeter a uma época ainda anterior à conversão de Paulo, por volta do ano de 32 ou 33 EC. Os cristãos que anunciavam essa visão não pensavam originalmente em Cristo como uma encarnação da Sabedoria, com base nos livros dos Provérbios e da Sabedoria de Salomão. Pensavam em Cristo como aquele que fora crucificado.

E isso não era baseado na reflexão de que um homem sábio teve uma "morte vergonhosa", conforme narrado em uma passagem da Sabedoria de Salomão – um livro que não foi incluído nas escrituras judaicas –, mas no fato de que todos sabiam que Jesus fora crucificado. Assim, os que acreditavam que ele era o messias concluíram que o messias fora crucificado. Consequentemente, redefiniram o significado do termo "messias", que passou a significar aquele que sofreu pelos pecados dos outros. Essa visão parecia ridícula para a maioria das pessoas. Mas os seguidores de Jesus argumentaram que era uma daquelas verdades paradoxais que revelavam que os caminhos de Deus não são os caminhos dos homens, e o que parece loucura para os homens é sabedoria para Deus. Anos após a conversão de Paulo, de tanto insistir nessa alegação, vieram (possivelmente) a pensar em Jesus como a própria Sabedoria de Deus, aquele por meio do qual Deus criou o mundo. Mas não era a crença inicial dos cristãos nem de Paulo.

JESUS FOI UM JUDEU DESCONHECIDO QUE VIVEU NA OBSCURIDADE MAIS DE UM SÉCULO ANTES DE PAULO?

G. A. Wells argumenta que Paulo não via Jesus como um judeu de carne e osso que vivera recentemente como um pregador na Palestina e fora crucificado pelas autoridades romanas num passado recente. Em vez disso, sustenta Wells, Paulo considerava Jesus um ser sobrenatural que vivera em total obscuridade cerca de 150 anos antes e fora crucificado não pelos romanos, mas por forças demoníacas do mundo.[152] A visão de Wells é parcialmente baseada na primeira carta de Paulo aos coríntios, na qual, conforme vimos, ele se refere à sabedoria de Deus: "Ensinamos uma coisa misteriosa e escondida: a sabedoria de Deus, aquela que ele projetou desde o princípio do mundo para nos levar à sua glória. Nenhuma autoridade do mundo conheceu tal sabedoria, pois se a tivessem conhecido não teriam crucificado o Senhor da glória" (I Coríntios 2:7-8).

O fato de as "autoridades" não terem compreendido o mistério da identidade de Cristo mostra que ele viveu em total obscuridade. Ele não era um pregador bem conhecido. Além disso, na opinião de Wells, Paulo não dá nenhuma indicação de que Jesus vivera num passado recente. Paulo meramente afirma, diz Wells, que Jesus começou a "aparecer" para as pessoas num passado recente, após a sua ressurreição (tendo aparecido para o próprio Paulo, por exemplo). Mas isso não significa que ele vivera recentemente. Pelo contrário, embora Jesus fosse descendente do rei Davi, Paulo "não indica em nenhum momento em qual dos vários séculos entre Davi e Paulo" Jesus viveu.[153] Wells argumenta que I Tessalonicenses 2:15 não pode ser usado para determinar as visões de Paulo de um Jesus recente, quando o texto fala dos judeianos "que mataram o Senhor Jesus e os profetas, e agora nos perseguem. Desagradam a Deus

e são inimigos de todo mundo". Segundo Wells, essa passagem é uma inserção na carta de Paulo, não algo escrito pelo próprio Paulo, uma interpretação que discuti (e descartei) anteriormente.

Em suma, para Paulo, Jesus viveu uma vida totalmente desconhecida e obscura mais de um século antes. Foi executado durante o reinado do impiedoso rei judeu Janeu (103-76 AEC), que teria crucificado cerca de 800 de seus adversários judeus. Paulo não sabia nada da vida de Jesus nem se interessava em saber. Só sabia que então, recentemente, Jesus começara a aparecer para as pessoas, mostrando que voltara a viver. Os que acreditavam podiam se unir a ele por meio de um batismo místico à luz do fim próximo. Entre 25 e trinta anos após Paulo, a história de Jesus começou a ser historicizada em tradições evangélicas que acabaram sendo escritas, começando com o Evangelho de Marcos.

Para Wells, se Paulo achasse que Jesus morrera recentemente, certamente teria mencionado algo sobre a crucificação em Jerusalém sob Pôncio Pilatos. Indicações de que Paulo não achava que Jesus vivera recentemente podem ser encontradas em passagens como Colossenses 1:15, que fala de Cristo como "a imagem do Deus invisível, o Primogênito, anterior a qualquer criatura". Para Wells, "tais passagens não soam como alusões a um ser quase contemporâneo".[154]

Essa teoria apresenta vários problemas. Para começar, conforme já vimos, Paulo não escreveu a carta aos colossenses. Ela não pode ser usada para estabelecer as interpretações de Paulo. Porém, mesmo se achássemos que foi escrita por Paulo, a passagem em questão não diz nada sobre a existência de Cristo como ser humano, seja num passado recente seja num remoto. Esse é um exemplo dos típicos argumentos fracos de Wells. Ele não fornece nenhuma evidência sólida para a noção de que Paulo achava que Jesus vivera num passado remoto e certamente nenhuma que sugira que sua vida foi encerrada no reinado do rei Janeu. O fato de Paulo não mencionar que Jesus morreu em Jerusalém sob Pôncio Pilatos não tem nada de anormal. Por que Paulo mencionaria algo que todo mundo já sabia? Que isso era de conhecimento comum está claramente evidenciado em nossas fontes evangélicas, que não começaram a historicizar Jesus duas ou três décadas após Paulo, mas que falavam de um Jesus histórico já no início da década de 30, no máximo um ano após a data tradicional de sua morte, antes mesmo da conversão de Paulo, conforme já vimos.

Há razões consistentes para concluir que Paulo achava que Jesus morrera recentemente. Posso começar com a confissão de fé básica que Paulo expõe em I Coríntios 15:3-5, uma confissão transmitida a ele por aqueles que vieram antes dele, conforme ele próprio afirma: "Por primeiro, eu lhes transmiti aquilo que eu mesmo recebi, isto é: Cristo morreu por nossos pecados, conforme as Escrituras; ele foi

sepultado, ressuscitou ao terceiro dia, conforme as Escrituras; apareceu a Pedro e depois aos Doze".

Há vários pontos a serem enfatizados aqui. Esse credo antigo é uma declaração poética bem equilibrada, com duas partes. Ambas fazem uma alegação sobre Cristo (ele morreu; ele ressuscitou), indicam que o evento ocorreu "conforme as Escrituras" e, em seguida, fornecem uma prova empírica: ele ter morrido está provado pelo fato de ter sido sepultado; ele ter ressuscitado está provado pelo fato de ter aparecido para Pedro e depois para os doze (apóstolos).

O motivo pelo qual a passagem é tão relevante para nossa discussão aqui é que Paulo não dá nenhuma indicação de que cem anos ou mais se passaram entre a ressurreição de Jesus e sua aparição aos apóstolos. Muito pelo contrário. Inserir um hiato de um século entre os dois eventos parece ser uma tentativa de interpretação bizarra. Qual parte da passagem dá alguma sugestão disso? Não, Paulo está expressando uma sequência de eventos perfeitamente cronológica: Jesus morreu; foi sepultado; três dias depois ressuscitou e, em seguida, apareceu aos apóstolos.

Segundo Wells, Jesus morreu mais de um século antes e presumivelmente ressuscitou na mesma época, já que Paulo diz que a ressurreição ocorreu três dias (e não um século) após sua morte. Mas, além de ser completamente infundada e absurda, essa interpretação opõe-se diretamente à lógica envolvida na visão de Paulo sobre a ressurreição de Jesus. Para Wells, o fato de Jesus começar a aparecer para as pessoas agora, um século depois, mostra a Paulo que o fim dos tempos está próximo. Mas qual é a lógica disso? Por que a aparição súbita de um homem morto há muito tempo mostraria a Paulo qualquer coisa além do fato de ele estar tendo alucinações? Em contraste, com a morte, o sepultamento, a ressurreição e as aparições sendo recentes, a compreensão teológica de Paulo sobre a ressurreição faz todo sentido.

A teologia de Paulo era em grande parte baseada no fato (para ele era um fato) de que Jesus ressuscitou, e ressuscitou recentemente (e não simplesmente começou a aparecer recentemente). Se perguntarmos aos cristãos de hoje qual a importância da ressurreição de Jesus, provavelmente teremos um leque amplo de respostas, desde o pouco informado "um homem bom não fica no chão" até o mais sofisticado "mostra que ele era de fato o Filho de Deus". Se fizéssemos a mesma pergunta ao apóstolo Paulo, ele daria uma resposta que quase ninguém daria hoje em dia. Para Paulo, o fato de Jesus ressuscitar (recentemente) dos mortos mostra claramente que o fim dos tempos é iminente.

A lógica está atrelada à noção apocalíptica da ressurreição que descrevi anteriormente neste capítulo. Paulo já era um judeu apocalipticista antes mesmo de se tornar um seguidor de Jesus. Como tal, acreditava que Deus iria intervir em breve na história, derrotar as forças do mal e estabelecer um reino do bem na terra. Nesse sentido, ele se

assemelhava bastante a todos os outros apocalipticistas da época que conhecemos, por exemplo, os autores dos manuscritos do mar Morto e dos vários outros apocalipses. Nesse fim dos tempos cataclísmico iminente, todos seriam julgados, levando à absolvição de uns e à condenação de outros. Isso valeria tanto para os vivos quanto para os mortos, na futura ressurreição. A ideia da "ressurreição dos mortos" era uma ideia apocalíptica compartilhada por vários judeus, como Paulo, antes mesmo de sua conversão. A questão principal é esta: a ressurreição iria acontecer no fim desses tempos.

Para Paulo, a ressurreição de Jesus – evento do fim dos tempos – mostrava que o fim já havia começado. É por isso que, conforme vimos, Paulo chama Jesus de o "primeiro fruto dos que morreram" em I Coríntios 15:20. Depois de colher os primeiros frutos no primeiro dia da colheita, quando o fazendeiro colhe o resto? Ele espera cem anos? Não, ele colhe no dia seguinte. Se Jesus é chamado de os primeiros frutos da ressurreição, é porque todos os outros que estão mortos serão em breve ressuscitados também. Estamos todos vivendo no fim dos tempos.

O fato de Paulo pensar em Jesus como os primeiros frutos mostra, sem sombra de dúvida, que ele considerava a ressurreição um evento recente. Não é que Jesus – morto há um século ou mais – tivesse começado a aparecer para as pessoas (incluindo "apóstolos" que nunca o conheceram) agora, perto do fim. É que ele fora ressuscitado perto do fim. O ápice do fim é, portanto, iminente. É por isso que Paulo insinua que ele estará vivo quando Jesus retornar (ver I Tessalonicenses 4:13-18). A ressurreição recente do messias de Deus é uma indicação clara de que o fim de tudo virtualmente chegou.

Assim, tanto o caráter literário de I Coríntios 15:3-5 quanto a lógica do entendimento de Paulo sobre a ressurreição mostram que ele achava que a vida, a morte e a ressurreição de Jesus eram eventos recentes. Devo enfatizar que essa é a interpretação de todas as fontes consultadas que tratam do assunto. É difícil imaginar que Paulo tivesse uma visão tão radicalmente diferente de todos os cristãos da época, conforme sugere Wells. Que Jesus vivera em tempo recente não está atestado apenas em todos os quatro Evangelhos canônicos (nos quais, por exemplo, é dito que ele conhecia João Batista e nasceu durante o reinado do imperador romano Augusto, sob o governo do rei judeu Herodes e assim por diante); essa também é a visão de todas as fontes evangélicas – Q (que associa Jesus a João Batista), M, L – e de fontes não cristãs, como Josefo e Tático (que mencionam Pilatos). Essas fontes, devo enfatizar, são todas independentes entre si; algumas remetem a tradições palestinas que podem ser prontamente datadas de 31 ou 32 EC, apenas cerca de um ano após a data tradicional da morte de Jesus.

JESUS FOI CRUCIFICADO NUM PLANO ESPIRITUAL EM VEZ DE REAL?

Um dos defensores mais ferrenhos da visão miticista de Cristo, Earl Doherty, sustenta que o apóstolo Paulo acha que Jesus foi crucificado não aqui na terra pelos romanos, mas num plano espiritual por poderes demoníacos. Ao defender essa tese, Doherty se coloca na mesma posição irônica que caracteriza muitos de seus colegas miticistas. Ele cita profusamente os estudiosos profissionais quando suas teses são úteis para o desenvolvimento de seu argumento, mas omite o fato de que nenhum desses estudiosos concorda com sua tese geral. A ideia de que Jesus foi sacrificado no plano espiritual não é uma visão apresentada por Paulo. É uma visão inventada por Doherty.

Não é muito fácil responder a um livro como o enorme tomo recente de Doherty, *Jesus: Neither God nor Man* [*Jesus: nem Deus nem homem*]. É um livro de 800 páginas repleto de afirmações e alegações imprudentes e não fundamentadas, com tantas informações errôneas que seria preciso um livro de 2.400 páginas para lidar com todos os problemas que ele contém. Suas principais teses são expostas no breve prefácio que lista "As doze peças do quebra-cabeça de Jesus". Várias de suas alegações são problemáticas, diversas das quais eu já abordei. Uma delas é particularmente dúbia: na visão de Doherty, Paulo (e outros cristãos primitivos) acreditava que o "Filho de Deus passou por um sacrifício de 'sangue' redentor'" não neste mundo, mas num plano espiritual acima dele.[155]

Doherty justifica essa afirmação extraordinária com o que ele chama de "a visão dos antigos do universo" (havia apenas uma visão dessas?). Segundo Doherty, autores influenciados pelo pensamento de Platão e pela mitologia do antigo Oriente Próximo acreditavam que havia um plano celestial em oposição ao plano terreno. Havia uma realidade "autêntica" não aqui neste mundo, mas nesse outro plano. Essa visão era particularmente presente, afirma Doherty, nos cultos de mistérios, que, segundo ele, forneciam "a forma de religião popular predominante desse período".[156] (A propósito, essa derradeira alegação simplesmente não é verdadeira. A maioria dos pagãos religiosos não era devota de cultos de mistérios.)

Na primeira edição do livro, Doherty alega que os principais eventos divinos dos mistérios ocorriam nesse plano mais elevado; foi lá, por exemplo, que Attis fora castrado, que Osíris fora desmembrado e que Mitra sacrificara o touro.[157] Na segunda edição, ele admite que, na realidade, não sabemos se isso é verdade e não temos nenhuma reflexão sobre tais coisas deixada por devotos dos cultos, já que não temos um único texto de qualquer praticante dos cultos de mistérios antigos. Ainda assim, ele insiste que filósofos influenciados por Platão – como Plutarco, conforme já vimos – certamente interpretavam as coisas dessa maneira.

De todo modo, em ambas as edições do livro Doherty alega que os mitos dos cultos de mistérios e do cristianismo ocorreram num plano mais elevado, espiritual. Jesus teria sido crucificado lá em cima por demônios, e não aqui embaixo por humanos. Conforme ele afirma:

> O elemento essencial na interpretação do *Enigma de Jesus* da crença cristã primitiva, e que a mente moderna tem mais dificuldade para entender e aceitar, é que o Cristo Jesus de Paulo era uma figura totalmente sobrenatural, crucificada nas camadas inferiores do céu pelas mãos dos espíritos demoníacos.[158]

Assim como Wells antes dele, Doherty se recusa a conceder que I Tessalonicenses – que diz explicitamente que os judeus (ou os judeianos) foram os responsáveis pela morte de Jesus – possa ser usado como evidência da interpretação de Paulo: ele insiste que é uma inserção nos escritos de Paulo, e não algo escrito pelo próprio apóstolo. (Aqui vemos, novamente, estudos textuais baseados em conveniência: se uma passagem contradiz suas ideias, basta alegar que ela não foi de fato escrita pelo autor.) Mais relevadora para ele é a passagem que citei acima, de I Coríntios 2:6-8, a qual indica que foram as "autoridades passageiras deste mundo" que haviam "crucificado o Senhor da glória". Para Doherty, é óbvio que não eram autoridades humanas, mas forças demoníacas. Assim, para Paulo e outros cristãos primitivos, Cristo não foi um ser humano crucificado na terra, mas um ser divino crucificado no plano divino.

Mas será que Paulo realmente pensava isso – o Paulo que conhecia o próprio irmão de Jesus e seu discípulo mais íntimo, Pedro, que soube das tradições de Jesus apenas um ou dois anos após a sua morte? Foi por isso que Paulo perseguiu os cristãos, não por que diziam que o messias (terreno) fora crucificado pelos romanos, mas por que diziam que algum tipo de ser espiritual fora morto no céu por demônios? E por que exatamente isso seria tão ofensivo a Paulo? Por que isso o levaria a destruir a fé, como ele próprio admite ter feito em Gálatas I?

Há inúmeros motivos para questionar seriamente a visão de Doherty. Para começar, como ele pode alegar ter desvendado "a" visão de mundo sustentada "pelos" antigos, uma visão envolvendo um mundo superior, que abrigava a verdadeira realidade, e o nosso mundo inferior, que é um mero reflexo daquele? Como podemos falar, aliás, sobre "a" visão de mundo na antiguidade? As visões de mundo antigas eram extremamente complexas e variadas, assim como as visões de hoje. Alguém alegaria que os manipuladores de serpentes de Appalachia e os críticos literários pós-modernistas têm exatamente a mesma visão de mundo? Ou batistas primitivos, episcopais da igreja alta, mórmons, ateus e pagãos? Ou judeus, muçulmanos e budistas? Ou marxistas e capitalistas? Todos esses grupos sustentam "a" visão moderna do mundo? Falar sobre "a" visão do mundo em qualquer século é extremamente simplista e ingênuo.

É verdade que Platão e seus seguidores tinham uma visão específica da realidade em que, *grosso modo*, o mundo material é um mero reflexo do mundo das "formas". Mas o platonismo era apenas uma das filosofias antigas populares à época do cristianismo. Também popular era o estoicismo, com uma visão de vida totalmente diferente, não

dualista; o estoicismo não tinha a noção de que o nosso mundo é uma imitação de um mundo superior. Assim como o epicurismo, que, de maneira bastante moderna, considerava o mundo material o único existente. Por que devemos supor que os cultos de mistérios eram influenciados por apenas uma dessas filosofias? Ou por qualquer uma delas? Que evidência Doherty cita para mostrar que as religiões de mistérios eram platônicas em sua essência? Absolutamente nenhuma.

Quando Doherty admite, na segunda edição do livro, que não sabemos o que os devotos dos cultos de mistérios pensavam, ele está correto, realmente não sabemos. Em seguida, porém, ele afirma que eles pensavam como o platônico Plutarco. Ele não pode afirmar as duas coisas. Ou sabemos o que eles pensavam, ou não sabemos. E é muito improvável que os devotos dos cultos de mistérios (mesmo que pudéssemos colocar todos no mesmo saco) pensassem como um dos maiores intelectuais de sua época (Plutarco). A população em geral raramente pensa sobre o mundo da mesma maneira que filósofos altamente cultos, membros das elites. Você diria que sua compreensão de como funciona a linguagem é semelhante à visão de Wittgenstein? Ou que você tem a mesma compreensão de poder político que Foucault?

No caso de alguém como Plutarco, por sinal, há contraprovas convincentes. Filósofos como Plutarco geralmente assumiam a tarefa de explicar crenças populares por meio de alegorias para mostrar que, apesar de as pessoas comuns ingenuamente acreditarem, por exemplo, em deuses e mitos, tais lendas carregavam verdades filosóficas profundas. Toda a prática de reflexão filosófica sobre mitologia antiga estava fundamentada justamente no fato amplamente aceito de que as pessoas comuns não veem esse mundo e seus mitos da mesma maneira que os filósofos. Os filósofos da elite tentavam mostrar que os mitos aceitos por outros eram símbolos de verdades espirituais mais profundas.

É supérfluo enfatizar mais uma vez que os primeiros seguidores de Jesus não eram filósofos da elite, mas, em geral, pessoas comuns. Nem mesmo Paulo tinha educação filosófica. É óbvio que, como uma pessoa letrada, era bem mais culto do que a maioria dos cristãos de sua época, mas não era nenhum Plutarco. Sua visão de mundo não era basicamente derivada de Platão, mas das tradições judaicas, conforme estabelecidas nas escrituras hebraicas. E as escrituras hebraicas certamente não descartavam os eventos que ocorrem aqui na terra entre seres humanos de verdade. Para os autores da Bíblia Hebraica, os atos de Deus não ocorriam em algum mundo etéreo acima de nós. Aconteciam aqui na terra e eram profundamente enraizados em experiências humanas diárias, históricas e reais. Da mesma maneira, os cristãos primitivos, incluindo Paulo, pensavam em Jesus crucificado da mesma maneira que pensavam em outros profetas que haviam sofrido. Ele foi crucificado aqui na terra, por humanos.

Em suma, já que não sabemos praticamente nada sobre as crenças dos seguidores dos cultos de mistérios, simplesmente não podemos supor que eles tinham uma visão

de mundo igual à de Plutarco e outros filósofos das classes altas. Sabemos, porém, onde eles estavam localizados e, portanto, até certo ponto, onde exerciam influência significativa. Sabemos disso graças aos registros arqueológicos que deixaram para trás. Entre todas as nossas descobertas arqueológicas, não há nenhuma que sugira que os cultos de mistérios pagãos tivessem exercido qualquer influência entre judeus de língua aramaica em áreas rurais da Palestina nas décadas de 20 e 30 do século I. Esse foi o ambiente onde surgiu a fé em Jesus, o messias crucificado, que Paulo antes perseguiu e depois abraçou.

Não há fundamento para supor que Paulo, cujas interpretações de Jesus foram tomadas de cristãos judeus palestinos que o precederam, sustentasse uma visão de Jesus radicalmente diferente daquela de seus precursores. Paulo nos conta sobre seu passado. Foi criado como um judeu altamente religioso e era um fariseu. Os judeus farisaicos eram influenciados pelos cultos dos mistérios? Passavam seus dias mergulhados nos enigmas dos mitos de Attis e Osíris? Analisavam profundamente os mistérios de Ísis e Mitra? É uma pergunta fácil de responder. Os cultos de mistérios nunca são mencionados por Paulo ou nenhum outro autor cristão dos primeiros cem anos da igreja. Não há nenhuma sombra de evidência que sugira que os cultos de mistérios exerceram qualquer papel nas visões dos fariseus ou de qualquer outro grupo judaico do século I: os saduceus, os essênios (que produziram os manuscritos do mar Morto), os revolucionários que queriam expulsar os romanos, os profetas apocalípticos (como João Batista e seus seguidores) ou a população em geral. Assim, não apenas não sabemos se os cultos de mistérios foram influenciados "pela" (alegada) visão de mundo antiga – seja lá o que isso for –, como não há evidência alguma de que esses cultos tenham exercido qualquer papel no desenvolvimento das visões mais antigas sobre Jesus. Ao contrário, baseado em fontes judaicas antigas, temos vários motivos para pensar que ocorreu justamente o oposto.

Esse é, em grande parte, o motivo pelo qual nenhuma fonte cristã primitiva sustenta a alegação de Doherty de que Paulo e seus precedentes viam Jesus como um ser espiritual executado no plano espiritual, e não um ser humano executado no mundo terreno. Essa não é a visão de Marcos, Mateus, Lucas ou João. Não é a visão de nenhuma das fontes escritas desses Evangelhos, por exemplo, M e L. Não é a visão de nenhuma das tradições orais que mais tarde foram incorporadas a esses Evangelhos nem é a visão das epístolas do Novo Testamento, incluindo Hebreus – o único livro do Novo Testamento a possivelmente refletir alguma influência platônica –, que enfatiza abertamente que Cristo entrou no mundo (10:5), declara que ofereceu um sacrifício nesse mundo (10:12) e diz que "Durante a sua vida na terra, Cristo fez orações e súplicas a Deus, em alta voz e com lágrimas, ao Deus que o podia salvar da morte" (5:7). Isso é sofrimento terreno, não celestial. Veja então o livro de I João, que afirma

enfaticamente não só que Jesus derramou seu sangue (1:7) para a "expiação pelos nossos pecados" (2:2) mas também que ele era um ser humano de carne e osso que podia ser ouvido, visto, contemplado e apalpado quando "se manifestou" aqui na terra (1:1-3).

Isso também ocorre em Paulo, que afirma que Jesus nasceu (neste mundo) de uma mulher e como judeu (Gálatas 4:4); ele enfatiza repetidamente que Jesus vivenciou uma morte real e sangrenta (por exemplo, Romanos 3) e foi ressuscitado dos mortos (I Coríntios 15). Para Paulo, essa ressurreição não ocorreu num plano celestial, mas aqui na terra. Foi por isso que Jesus apareceu não para seres celestiais num plano superior, mas para seres humanos no plano terreno (I Coríntios 15:5-8). Se sua ressurreição aconteceu aqui na terra, onde ocorreu sua crucificação? Paulo deixa poucas dúvidas a esse respeito. Jesus fez uma última refeição com seus discípulos na "noite" em que foi entregue à sua sorte. Há noites no plano espiritual? Essa é uma descrição de algo que aconteceu na terra. Não só isso, mas Paulo enfatiza que Jesus foi sepultado entre sua morte e sua ressurreição (terrena). Com certeza quer dizer que ele foi enterrado num túmulo, e isso só poderia ocorrer aqui na terra.

Os cristãos primitivos, incluindo Paulo, tinham uma compreensão totalmente apocalíptica do mundo, herdada de uma visão judaica bem anterior a eles, na qual a ordem existente seria transformada pelo poder de Deus quando ele trouxesse seu reino aqui para a terra. O reino não era um lugar etéreo num plano espiritual. Para os apocalipticistas – desde o autor judeu do famoso "Manuscrito da Guerra", descoberto entre os manuscritos do mar Morto, até o autor cristão do livro do Apocalipse –, o reino futuro seria totalmente terreno (Apocalipse 20-21). Paulo e outros esperavam que Jesus retornasse do céu, conduzindo à transformação tanto dos humanos quanto do mundo (I Coríntios 15). Paulo achava que Jesus deveria "retornar" para cá porque ele havia "saído" daqui. Foi aqui que ele nasceu, viveu, morreu e ressuscitou. Tudo isso aconteceu aqui na terra, e não em algum outro reino celestial. Jesus foi morto por humanos. É possível que as forças do mal tenham planejado essa morte (embora Paulo diga que foi na verdade Deus). Os demônios (que Paulo nunca menciona) podem ter inspirado as autoridades a realizar o trabalho sujo, mas foram elas que o fizeram.

Em suma, não há evidências que sustentem o argumento de Doherty de que Paulo e seus precursores cristãos achassem que a morte de Jesus tivesse ocorrido num plano espiritual em vez de terreno, pelas mãos de demônios, e não de humanos. Mas há várias outras razões para rejeitarmos essa visão.

MARCOS, NOSSO PRIMEIRO EVANGELHO, INVENTOU A IDEIA DE UMA PESSOA HISTÓRICA, JESUS?

Já vimos que a maioria dos miticistas sustenta que os cristãos primitivos acreditavam em um Cristo divino baseado em deuses pagãos de morte e renascimento ou, no caso de G. A. Wells, em um Cristo que era a Sabedoria encarnada. Há grande consenso entre os que defendem essas teorias de que o Jesus da tradição evangélica – o pregador e profeta judeu da Galileia que realizava milagres e foi crucificado pelos romanos – é uma invenção de nosso primeiro Evangelho, Marcos. Mais tarde, os outros Evangelhos tomaram dele suas visões e várias de suas histórias. Essa tese é sugerida em vários momentos por Wells[159] e categoricamente afirmada por Doherty: "Todos os Evangelhos tiram sua história básica sobre Jesus de uma única fonte: o Evangelho de Marcos, o primeiro a ser escrito. Os evangelistas que vieram depois dele reformularam Marcos segundo seus interesses, acrescentando novos materiais".[160] Ao longo deste estudo, abordei essa questão de modo fragmentado, no contexto de outras discussões. Agora quero lidar com ela diretamente para mostrar que é quase certamente incorreta.

Para começar, há razões sólidas para duvidar de que o Evangelho de João seja baseado em Marcos ou em qualquer um dos outros dois Evangelhos anteriores, embora seja um tema controverso entre estudiosos.[161] Mas a realidade é que a maioria das histórias contadas sobre Jesus nos Evangelhos sinóticos não aparece em João, assim como a maioria das histórias em João, incluindo seus relatos dos ensinamentos de Jesus, não aparecem nos sinóticos. Quando há histórias iguais (por exemplo, a purificação do Templo, a traição de Judas, o julgamento diante de Pilatos, as narrativas da crucificação e ressurreição), a linguagem é diferente (sem passagens idênticas) e as concepções são radicalmente diversas.[162] É mais óbvio supor que João tivesse fontes próprias para suas narrativas. Devo enfatizar novamente que, mesmo que João conhecesse os Evangelhos anteriores, eles não fornecem a maioria de suas histórias sobre Jesus, já que, de modo geral, elas não são encontradas nesses outros livros.

Devo salientar também que algumas dessas fontes de João remontam aos primeiros anos do movimento de Jesus, como evidencia o fato de que algumas delas ainda revelam suas raízes em comunidades palestinas de fala aramaica. Isso as situa (algumas delas) nos primeiros dias do movimento, décadas antes da composição do Evangelho de Marcos.[163]

Seja qual for a opinião sobre o Evangelho de João, está claro que Mateus e Lucas usaram narrativas da vida e morte de Jesus que eram independentes de Marcos. As fontes que chamei de M e L contêm relatos não só das palavras e dos atos de Jesus mas também de sua Paixão, os quais diferem daqueles encontrados em Marcos. Mais revelador ainda, Lucas nos informa explicitamente que "muitos" autores antes dele haviam produzido relatos das coisas que Jesus disse, fez e vivenciou. Marcos sozinho não é "muitos". Outros Evangelhos foram produzidos além de Marcos. Infelizmente, alguns dos outros precursores não sobreviveram, mas não há motivo para achar que ele

esteja mentindo quando revela conhecimento deles. Quando resume seu Evangelho ao final de seu segundo volume, o livro dos Atos, fica claro que, para ele, uma narrativa completa "dos acontecimentos que se passaram entre nós" (como ele descreve os relatos de seus precursores em Lucas 1:1) inclui não só o que Jesus disse e fez mas também os relatos de sua Paixão, até a narrativa da ascensão (Atos 1:1-14). Marcos não inventou esse tipo de narrativa. Houve outros. Lucas só escreve a sua porque acha que pode fazê-lo melhor.

Além disso, Lucas indica que esses tipos de narrativa eram baseados no que foi contado por "testemunhas oculares e ministros da palavra" (1:2). Em outras palavras, Lucas admite que, mesmo antes do surgimento de relatos escritos da vida e morte de Jesus, essas histórias foram transmitidas oralmente, desde o princípio. O apóstolo Paulo conhecia várias das pessoas que transmitiram tais histórias, conforme vimos, já que ele menciona tradições que herdou de fiéis anteriores a ele (I Coríntios 11:22; 15:3-5) e diz conhecer pessoalmente diversas pessoas íntimas de Jesus: os discípulos Pedro e João e o irmão de Jesus, Tiago.

A ideia de que cristãos já contavam histórias da vida, morte e ressurreição de Jesus antes de Lucas, antes de Marcos e antes de Paulo é aceita por praticamente todos os estudiosos do Novo Testamento, e por motivos bastante convincentes. Conforme ressaltei anteriormente, a única maneira pela qual os cristãos primitivos – começando meses após a morte de Jesus – poderiam ter transmitido suas crenças, convertendo primeiro judeus e depois gentios à fé em Jesus, seria contando histórias sobre ele. Antes de se converter, Paulo ouvira algumas dessas histórias, no mínimo aquelas sobre a crucificação de Jesus, mas quase certamente outras histórias também. Se ele ficou ofendido com esse judeu em particular ser considerado o messias, significa que ele devia saber algo em particular sobre Jesus (é *possível*, obviamente, que Paulo soubesse apenas que os seguidores de Jesus o consideravam um messias crucificado e nada mais, mas isso é forçar um pouco a imaginação). De todo modo, Paulo certamente ouviu outras histórias sobre Jesus logo depois de se converter em 32-33 EC, já que fornece informação sobre o nascimento, os ensinamentos, a família, o ministério, a Última Ceia e a crucificação de Jesus em seus escritos posteriores, muito antes de Marcos escrever.

Além disso, temos vestígios de algumas das tradições primitivas de Jesus que circularam oralmente, fora dos Evangelhos, e só foram redigidas mais tarde. Já examinamos os discursos no livro dos Atos. Os discursos mostram sinais claros de que foram derivados das primeiras comunidades cristãs, já que suas visões cristológicas são bastante "primitivas" comparadas às visões de Paulo e dos Evangelhos posteriores. Em vários desses discursos fica evidente que os contadores de histórias acreditavam que Jesus se tornara o Filho de Deus e messias à época da ressurreição (e não, digamos, no seu batismo ou nascimento). Esses discursos devem ser de épocas bastante primitivas.

Neles encontramos resumos da vida e morte de Jesus em que fica claro que ele foi um pregador e milagreiro judeu que foi crucificado pelos romanos por instigação dos judeus (ver, por exemplo, Atos 2:22-28; 3:11-26; 13:26-41). Isso não é uma história inventada por Marcos; já estava em circulação desde os primórdios das narrativas orais cristãs.

Que tradições sobre a vida e a morte de Jesus já circulavam nos anos iniciais da comunidade cristã, independentemente de Marcos, também pode ironicamente ser atestado por meio de fontes ainda mais tardias que Marcos. Já vimos que escritos sem nenhuma relação com Marcos, tal como a carta aos Hebreus e o livro de I João, enfatizam tanto a vida terrena de Jesus quanto o fato de ele ter tido uma morte sangrenta, que, para esses autores, tinha a função de expiar os pecados. Se a morte de Jesus foi ou não uma expiação dos pecados é uma questão teológica, mas isso não elimina o fato histórico de que esses autores acreditavam que Jesus viveu e morreu. Consequentemente, basearam suas exortações e suas reflexões teológicas nesses dados históricos e nas histórias que os transmitiam, todos independentes de Marcos.

Até mesmo no Evangelho de Marcos há evidências de tradições bem anteriores a Marcos envolvendo a vida e morte de Jesus. Já vimos que, embora Marcos fosse um cristão que falasse grego, várias de suas histórias revelam claros sinais de terem sido originalmente contadas em aramaico. Assim, algumas passagens encontradas em Marcos só fazem sentido quando traduzidas de volta para o aramaico (por exemplo, "O sábado foi feito para servir ao homem, e não o homem para servir ao sábado. Portanto, o Filho do Homem é senhor até mesmo do sábado"). Mais evidentes ainda são as histórias transmitidas a Marcos sem a tradução de palavras-chave em aramaico, de modo que ele, ou mais provavelmente seu precursor, foi forçado a fornecer uma tradução para os leitores de língua grega. Notavelmente, isso ocorre em histórias que envolvem tanto o ministério de Jesus (Marcos 5:41) quanto sua Paixão (Marcos 15:34).

Não há motivo para achar que Marcos foi o primeiro a imaginar uma narrativa do ministério de Jesus com um relato de sua morte e que todos os outros relatos da vida e morte de Jesus dependam da história dele. Os escritos de Paulo, os discursos dos Atos, o Evangelho de João, as fontes M e L, os comentários de Lucas e outras evidências sugerem o contrário, que, embora Marcos seja o Evangelho mais antigo a chegar até nós, sua narrativa não foi a primeira desse tipo a ser propagada. Lucas sem dúvida tinha razão ao dizer que havia "muitos" relatos desse tipo anteriores a ele, e certamente houve outros depois dele. Não são todos dependentes, em todas as suas histórias, de Marcos.

Conclusão

Nós examinamos fortes e sólidos argumentos que demonstram que Jesus realmente existiu (capítulos 2-5 deste livro). Muitos dos argumentos defendidos pelos miticistas,

ao contrário, são irrelevantes à questão (capítulo 6); vários outros são relevantes, mas sem fundamento ou, na verdade, incorretos (capítulo atual). Houve um Jesus histórico, um pregador judeu da Palestina do século I que foi crucificado pelo prefeito romano Pôncio Pilatos.

Mas isso é apenas parte da história. Os historiadores querem saber mais sobre Jesus, o que ele representava, o que disse, o que fez, o que vivenciou e por que foi executado. Quando progredimos da questão da existência de Jesus para a questão de quem ele foi de fato, perdemos o solo firme da historicidade provavelmente certa e penetramos em incertezas mais profundas. Estas últimas questões são motivo de enorme debate entre estudiosos. Não é minha intenção nos capítulos subsequentes resolver essas questões de maneira definitiva, de modo a satisfazer todos que já refletiram sobre eles. Em vez disso, minha meta é simplesmente explicar por que a maioria dos estudiosos que trataram desses assuntos no último século, ou menos, concluiu que o Jesus que existiu não é o Jesus dos vitrais ou das aulas de catecismo. O Jesus do imaginário popular (há na verdade vários Jesus em vários imaginários populares) é um "mito" no sentido do termo atribuído pelos miticistas: ele não é o Jesus da história.

Mas houve um Jesus na história, e há grandes evidências para supor quem ele foi. Em termos gerais, Albert Schweitzer – com quem comecei essa história – provavelmente tinha razão. Jesus parece ter sido um judeu apocalipticista que esperava que Deus interviesse no curso da história para derrotar as forças do mal e estabelecer seu reino do bem. Na visão de Jesus isso aconteceria em breve, ainda durante a vida de sua própria geração. Veremos nos dois capítulos seguintes por que essa visão de Jesus é convincente.

Parte III
Quem foi o Jesus histórico?

CAPÍTULO 8

BUSCANDO O JESUS DA HISTÓRIA

Todo semestre de primavera em Chapel Hill dou um curso de Introdução ao Novo Testamento para alunos de graduação. Meus alunos são inteligentes, interessantes e interessados; a maioria consiste de cristãos que acreditam na Bíblia. Passamos boa parte do semestre – mais da metade – estudando os primeiros Evangelhos cristãos e depois a vida do Jesus histórico. Para a maioria dos alunos, quase tudo no curso é uma revelação total. Embora a maioria venha de famílias religiosas e tenha frequentado aulas de catecismo por boa parte da infância, o que aprendem no curso é completamente novo para eles. O motivo é que, em vez de ensinar sobre a Bíblia de uma perspectiva teológica, confessional ou devocional, eu ensino de um ponto de vista histórico, como é de se esperar em uma universidade secular pública.

Muitos alunos ficam surpresos, alarmados e, às vezes, deprimidos (ou, alternativamente, livres!) ao adquirir conhecimento histórico sobre o Novo Testamento. Eles ouvem, muitas vezes pela primeira vez, que não sabemos quem foram de fato os autores dos Evangelhos e que quase certamente não eram os camponeses humildes de fala aramaica que compunham o grupo de discípulos de Jesus. Aprendem que os Evangelhos apresentam retratos bastante diferentes sobre quem foi Jesus, o que ele representava e o que ele pregava e que os relatos sobre Jesus no Novo Testamento estão repletos de discrepâncias tanto em questões principais quanto menores. Muitos alunos ficam particularmente surpresos ao perceber que, embora os Evangelhos pareçam apresentar relatos históricos da vida de Jesus, na verdade grande parte de seu conteúdo não é historicamente confiável.

Eu não discuto os miticistas em aula, já que, conforme indiquei repetidamente, a visão miticista não goza de muito prestígio entre os estudiosos críticos modernos da Bíblia. Mas saber que Jesus de fato existiu é apenas o começo da busca pelo Jesus histórico. Digamos que ele realmente existiu. E agora? Como era Jesus? O que sabemos

sobre sua vida? O que ele representava? O que ele pregava e ensinava? O que ele fez? Em que tipos de controvérsia se envolveu? Por que acabou crucificado? São perguntas pelas quais meus alunos ficam particularmente interessados em investigar quando percebem que os Evangelhos não preservam testemunhos oculares totalmente precisos. São essas questões que abordarei neste e no próximo capítulo.

Certezas e incertezas sobre a vida de Jesus

Conforme enfatizei repetidamente, os estudiosos chegam a conclusões radicalmente diferentes sobre como entender a vida do Jesus histórico. Isso se deve quase inteiramente à natureza de nossas fontes. Já vimos que elas são mais do que adequadas para estabelecer que Jesus foi um pregador judeu da Palestina romana do século I que foi crucificado sob ordem de Pôncio Pilatos. Como veremos em breve, também são adequadas para estabelecer mais algumas coisas sobre sua vida, conforme reconhecem praticamente todos os pesquisadores. Mas não são adequadas quando se trata de saber em mais detalhes e com maior profundidade o que ele de fato disse, fez e vivenciou. Algumas fontes são extremamente frustrantes de tão escassas. Se ao menos Josefo, Tácito e, digamos, a carta de Tiago nos dessem mais informações… Outras são tão tendenciosas em seu conteúdo que precisam ser encaradas com extremo cuidado. O Evangelho de Tomé, por exemplo, e o Protoevangelho de Tiago não têm muito material confiável sobre a vida do Jesus histórico, nem mesmo de seus primeiros anos. Paulo fornece alguns bons e úteis dados, mas é pouco se quisermos descrições detalhadas sobre o que Jesus disse, fez e vivenciou. Os Evangelhos canônicos estão cheios de informação, mas há discordâncias entre eles em vários detalhes, e seus panoramas sobre Jesus divergem uns dos outros, às vezes radicalmente. Como resultado, as informações que fornecem precisam ser abordadas com um olhar crítico e atento.

Não obstante esses problemas, há diversos fatos sobre a vida de Jesus que encontram consenso entre praticamente todos os estudiosos críticos. Os motivos disso já foram em parte apresentados e serão progressivamente esclarecidos ao longo deste e do próximo capítulo. Todo mundo, com exceção evidente dos miticistas, concorda que Jesus foi um judeu do norte da Palestina (Nazaré) que viveu como adulto na década de 20 da Era Comum. A certa altura de sua vida foi um seguidor de João Batista e depois passou a pregar para judeus nas áreas rurais da Galileia. Ele pregava uma mensagem sobre o "reino de Deus" e o fazia por meio de parábolas. Juntou discípulos ao seu redor e conquistou a reputação de curar enfermos e exorcizar demônios. Ao final de sua vida, provavelmente por volta de 30 EC, fez uma viagem a Jerusalém durante a celebração da Páscoa e despertou a oposição de líderes judaicos locais, que conspiraram para levá-lo ao

julgamento de Pôncio Pilatos, que o condenou à crucificação por alegar ser o rei dos judeus.

Quase todos os estudiosos críticos concordam com esses dados básicos sobre o Jesus histórico. Mas evidentemente há muito mais sobre ele, o que suscita grandes discussões acadêmicas; não sobre sua existência ou não, mas sobre que tipo de professor e pregador judeu ele era. Alguns estudiosos dizem que ele deve ser basicamente considerado um rabino judeu do século I cuja preocupação principal era ensinar a seus seguidores como melhor obedecer à Lei de Moisés. Outros dizem que ele era um homem santo judeu, como aqueles descritos por Josefo, uma espécie de mago conhecido por realizar feitos espetaculares graças a seus poderes incomuns. Uns sustentam que ele é mais bem interpretado como um revolucionário político que pregava a rebelião armada contra o Império Romano. Alguns alegam que ele era um reformador social que incentivou os judeus de sua época a adotar um estilo de vida totalmente diferente, uma espécie de protomarxista, por exemplo, advogando novos princípios econômicos, ou um protofeminista defendendo uma mudança nas relações sociais. Há ainda os que sugerem que ele deve ser visto como uma versão judaica dos filósofos cínicos da Grécia Antiga, incentivando seus seguidores a abandonar qualquer apego aos bens materiais deste mundo e levar uma vida de pobreza, libertando-se internamente das exigências da vida. Outros sugerem que a melhor interpretação é de um mágico, não no sentido de realizar truques, mas de ser capaz de manipular as leis da natureza, como outros operadores de magia de sua época.

Todas essas interpretações já foram seriamente propostas.[164] Nenhuma delas, no entanto, representa a visão da maioria dos estudiosos nos tempos modernos. Em vez disso, conforme ressaltei repetidamente, a tese da maioria dos estudiosos, tanto nos Estados Unidos quanto na Europa no último século, é de que Jesus deve ser visto como um pregador apocalipticista judeu que previu a intervenção de Deus na história para derrotar as forças do mal que controlam este mundo e estabelecer uma nova ordem, um novo reino aqui na terra, o reino de Deus. Essa é basicamente a visão popularizada por Albert Schweitzer em seu famoso livro *The Quest of the Historical Jesus* [*A busca do Jesus histórico*]. Schweitzer não foi o primeiro a formular essa visão, mas foi o primeiro a divulgá-la ao público em geral.[165] Embora nenhum estudioso da atualidade concorde mais com os detalhes da maneira como Schweitzer formulou seus argumentos, há ainda um consenso amplo de que a tese básica por trás delas é correta; que Jesus realmente previu uma ruptura cataclísmica no curso da história, na qual Deus julgaria o mundo e o livraria do mal, estabelecendo um reinado de paz e justiça na terra ainda durante a vida da própria geração de Jesus.

Não vou me aprofundar muito em minha discussão nem para demonstrar por que essa visão sobre Jesus é tão aceita como correta nem para explicar todos os detalhes da

vida de Jesus que harmonizam tão bem com essa interpretação. Já discorri mais longamente sobre o assunto em meu livro anterior *Jesus: Apocalyptic Prophet of the New Millenium* [*Jesus: profeta apocalíptico do novo milênio*]. Fornecerei apenas um breve resumo para realizar três tarefas principais: a) mostrar o que podemos saber sobre o judaísmo apocalíptico antigo da época de Jesus, já que ele não era o único apocalipticista de seu tempo (longe disso), e que precisamos conhecer o contexto histórico de Jesus se quisermos aprender alguma coisa sobre sua vida; b) discutir os vários critérios que os estudiosos utilizam para determinar quais das muitas tradições sobre Jesus podem ser historicamente confiáveis (um processo já iniciado nos capítulos anteriores); e c) fornecer uma visão geral dos resultados da aplicação rigorosa desses critérios, explicando os aspectos mais importantes e que podemos saber com relativa certeza sobre a vida de Jesus. As duas primeiras tarefas ocuparão o restante do capítulo atual; a terceira será o tópico do próximo capítulo.

Unidade e diversidade no judaísmo do século I

Para entender a perspectiva apocalíptica aparentemente tão influente entre judeus da época de Jesus, temos primeiro de nos situar de maneira mais ampla no mundo judaico do século I. Conforme veremos, havia grandes diferenças entre os judeus por volta da época de Jesus. Ainda assim, é possível identificar alguns aspectos básicos do judaísmo como um todo.[166]

Em primeiro lugar, quase todos os judeus eram monoteístas. Isso não soa muito extraordinário nos dias de hoje, mas no mundo antigo é uma das principais características da religião judaica, a que a diferencia das outras religiões do Império Romano. Todas as demais religiões eram politeístas; os pagãos reconheciam vários deuses que viviam em diversos lugares e serviam a todo tipo de função.[167] Havia os grandes deuses do império (basicamente os que conhecemos da mitologia grega e romana); havia deuses das diferentes cidades, aldeias e povoados; deuses de um campo, uma floresta, um riacho, uma casa e um lar. Havia deuses que controlavam as condições climáticas, deuses que controlavam as lavouras, deuses do parto e da saúde; havia deuses da guerra, deuses do amor, deuses do bem-estar pessoal. Todos esses deuses, e vários outros, eram dignos de adoração, e, por haver tantos, nenhum deles tinha ciúme pelo fato de os outros também serem adorados. As pessoas adoravam todos os deuses que desejavam e escolhiam adorar. Mas não no judaísmo. Os judeus tinham apenas um Deus, e isso os diferenciava de todos os outros povos.

Os judeus (e apenas eles) acreditavam que o seu Deus havia criado o mundo e o controlava. Não insistiam com os outros povos para que adorassem esse Deus, mas, para eles, era o único que havia. Um dos primeiros mandamentos dados aos judeus por

esse Deus era "Não tenha outros deuses diante de mim". De modo geral, os judeus não negavam a existência de outros deuses, mas não deviam adorá-los.

Isso se devia em grande parte ao fato de que os judeus acreditavam que seu Deus não só havia criado todas as coisas como também escolhera o povo judeu para manter um relacionamento especial com ele. Ele era o Deus dos judeus, e somente os judeus eram o povo dele. Deus mostrara que os escolhera há muito tempo, na época de Moisés, quando libertou milagrosamente os filhos de Israel da escravidão no Egito, destruindo seus inimigos, e depois os deu sua Lei, a Lei de Moisés entregue no Monte Sinai (ver Êxodo 1-20 na Bíblia Hebraica). Os judeus acreditavam que naqueles dias Deus fizera uma espécie de pacto (ou tratado de paz) com eles. Em sua essência, era um acordo muito simples. Deus escolhera Israel. Ele seria o rei deles, e eles seriam o seu povo. Eles provavam que eram seu povo obedecendo aos mandamentos da Lei que ele havia lhes dado.

A Lei foi dada ao povo judeu não como uma espécie de fardo a ser carregado – como tantos cristãos parecem pensar –, mas pelo motivo oposto: para instruir o povo de Deus sobre como deveriam adorá-lo e se relacionar com ele em sua vida comum. A Lei era a maior dádiva que Deus havia dado ao seu povo, instruções do próprio Todo-Poderoso sobre como viver. O que poderia ser mais importante que isso? Hoje em dia, as pessoas se perguntam como agir, como se comportar, o que é certo e o que é errado; as pessoas se perguntam sobre a realidade absoluta, o sentido da vida, a razão da existência. Os judeus antigos acreditavam que Deus havia revelado isso a eles. Estava na Lei dada por Deus.

Essa Lei foi redigida e podia ser encontrada nos cinco livros de Moisés, que juntos são frequentemente chamados de Torá, a palavra hebraica para "lei" (ou diretriz, orientação, instrução). Esses livros do Gênesis, Êxodo, Levítico, Número e Deuteronômio – os primeiros cinco livros da Bíblia Hebraica – descrevem como Deus criou o mundo, escolheu Israel como seu povo, orientou a vida de seus antecessores, salvou-os da escravidão e lhes deu a Lei. A Lei está detalhadamente expressa nesses livros – não só os Dez Mandamentos, mas todas as leis mostrando como servir a Deus e conviver com os outros. Obedecer a essa Lei era considerado por todos não só a maior das obrigações como a maior das alegrias. Incluía instruções sobre circuncisão – o "sinal" de que os judeus eram escolhidos e diferentes de todas as outras nações –, regras de comida *kosher*, a observância do sábado, festas e procedimentos a ser seguidos no culto a Deus.

O culto a Deus envolvia, entre outras coisas, sacrifícios de animais e outros alimentos a Deus em diferentes momentos e em várias ocasiões. Na época de Jesus, era uma opinião quase universal que esses sacrifícios deveriam ser realizados, conforme as orientações da Torá, no santuário central, localizado na capital dos judeus, Jerusalém.

Esse santuário era o famoso Templo Judaico, originalmente construído pelo Rei Salomão, mas depois destruído pelos exércitos babilônios no século VI AEC e reconstruído mais tarde. Nos dias de Jesus, o Templo era uma estrutura enorme e espetacular que desempenhava um importante papel social, político e econômico – além de religioso – na vida dos judeus, especialmente aqueles que viviam em Jerusalém e em suas vizinhanças na Judeia. Era administrado por sacerdotes que herdavam suas funções sagradas de suas famílias. Quem não nascesse em uma família de sacerdotes nunca podia pretender ser um. Os sacerdotes administravam o Templo e todas as suas cerimônias, incluindo os sacrifícios de animais determinados pela Torá.

A realização de sacrifícios era proibida fora de Jerusalém, portanto judeus do mundo inteiro vinham a Jerusalém, se tivessem tempo e dinheiro para isso, para participar do culto a Deus no Templo. Isso ocorria especialmente durante as festividades anuais fixas, como a Páscoa, que comemorava a libertação de Israel de seu cativeiro no Egito nos dias de Moisés. Isso não significa, no entanto, que os judeus não podiam adorar a Deus fora de Jerusalém. Eles certamente o faziam, mas não por meio de sacrifícios. Em vez disso, as comunidades judaicas em todo o mundo romano se reuniam em sinagogas locais, onde ouviam a leitura e a interpretação das escrituras sagradas (principalmente a Torá) e ofereciam orações a Deus. Os judeus se reuniam nas sinagogas em seu dia de descanso semanal, o sábado, um dia especialmente reservado para isso.

Esses são alguns dos aspectos do que podemos chamar de "judaísmo compartilhado" na época de Jesus: a crença em um só Deus; o pacto feito com ele, incluindo a circuncisão de crianças do sexo masculino; a Lei recebida dele; o Templo em Jerusalém onde os sacrifícios eram realizados; a observância do sábado; as sinagogas espalhadas por todo o mundo onde judeus se reuniam para discutir suas tradições e rezar a Deus.

No entanto, judeus e grupos diversos de judeus enfatizavam aspectos diferentes dessa religião compartilhada. Assim como acontece atualmente em quase todos os grupos religiosos grandes (cristãos, muçulmanos, budistas etc.), havia grandes e profundas discordâncias sobre pontos importantes. Baseado nos escritos do historiador judeu Josefo, nossa principal fonte de conhecimento do judaísmo na Palestina no século I, conforme já vimos, sabemos de quatro grupos de judeus na Palestina na época de Jesus. Josefo indica que havia quatro seitas judaicas principais nos dias de Jesus: fariseus, saduceus, essênios e um grupo que ele chama de "quarta filosofia". Não se deve pensar que todo judeu pertencia a um desses grupos. Pelo contrário, a maioria das pessoas não pertencia a nenhum deles. Não é, por exemplo, como os partidos políticos modernos nos Estados Unidos ("Você é democrata, republicano ou libertário?"); é mais como organizações civis ou sociedades secretas ("Você é membro do Rotary ou de um grupo maçônico?").[168]

OS FARISEUS

Os fariseus eram provavelmente o grupo mais conhecido e menos compreendido entre os quatro grupos judeus mencionados por Josefo. Em grande parte em razão da maneira negativa como são retratados em trechos do Novo Testamento (por exemplo, Mateus 23), a maioria dos cristãos parece achar que a característica principal dos fariseus era a hipocrisia. Aliás, muitas vezes os dicionários de língua inglesa incluem *hipócrita* como uma das definições de *fariseu*. Sempre achei isso um tanto estranho. Os fariseus não eram necessariamente hipócritas.

Os fariseus eram um grupo muito religioso que enfatizava a importância de se obedecer à Lei recebida de Deus. É evidente que, de um ponto de vista religioso, não há nada de errado nisso. Se Deus lhe deu uma lei, convém obedecê-la. O problema com a Lei de Moisés, no entanto, é que ela não é muito detalhada em alguns aspectos. Na verdade, é notoriamente vaga e ambígua, ao contrário, por exemplo, do Código Legal norte-americano. Por exemplo, os Dez Mandamentos indicam que o sábado deve ser santificado e honrado, mas a Lei não fornece muitos detalhes de como fazer isso. Os fariseus queriam ter certeza de que estavam cumprindo o que Deus determinara. Mas, se a Lei em si não é clara, é preciso criar algumas regras próprias.

Digamos que haja um consenso de que honrar o dia de descanso significa não trabalhar, conforme indica a Torá. Tudo bem. Mas em que consiste trabalhar? Colher alimentos é trabalhar? Sim, provavelmente. Então não se deve colher aos sábados. Digamos que você não trabalhe o dia inteiro, mas colha um pouquinho só para se alimentar: isso é trabalho? Bem, virtualmente é a mesma coisa que trabalhar o dia todo, só que por menos tempo. Então isso também deve ser proibido, embora não esteja explicitado na Lei. E se você estiver passando por seu campo de cereais num sábado e derrubar acidentalmente alguns grãos no chão, isso é o mesmo que colher? É o tipo de pergunta sem resposta fácil: alguns podem dizer "de jeito nenhum", enquanto outros podem dizer "é claro que sim". Tais questões eram motivo de discussão entre os diferentes mestres judeus.

Sua intenção não era tornar a vida mais difícil. Eles queriam ajudar as pessoas a entender como se deve obedecer à Lei. Obedecer à Lei era o mais importante. Os fariseus desenvolveram uma série de interpretações da Lei com o objetivo de garantir que os judeus seguissem os mandamentos de Moisés. Essas interpretações vieram a ser conhecidas como a "lei oral". Os fariseus achavam que, se você seguisse a lei oral (por exemplo, não andando em seu campo de cereais no sábado), não teria como violar a lei escrita de Moisés. E esse era o objetivo principal da religião; portanto, a intenção era a melhor possível.

Não sabemos tanto quanto gostaríamos sobre os fariseus da época de Jesus, já que eles não deixaram escritos, e temos de usar fontes posteriores – de maneira muito

criteriosa – para tentar entender o que eles representavam. Os fariseus são importantes nas páginas dos Evangelhos porque Jesus está em conflito frequente com eles. Jesus aparentemente não achava que tentar obedecer à Lei de maneira estrita era o que importava a Deus. Ele certamente achava importante fazer a vontade de Deus, mas não da maneira que importava aos fariseus. Isso gerava sérios conflitos. É importante lembrar que, quando Jesus se opunha às interpretações da Lei dos fariseus – por exemplo, sobre o que se podia ou não fazer no sábado –, não estava se opondo ao judaísmo, mas simplesmente se opondo a uma interpretação do judaísmo. Havia outros judeus que também discordavam dos fariseus.

OS SADUCEUS

Os verdadeiros donos do poder na Palestina na época de Jesus não eram os fariseus – apesar de seu destaque nos Evangelhos –, mas os saduceus. Mais uma vez, nosso conhecimento sobre esse grupo é limitado pela falta de textos produzidos por seus membros. De todo modo, é certo que tinham preocupações diferentes em relação aos fariseus e detinham o poder na Judeia.

Os saduceus tinham ligações íntimas com os sacerdotes que administravam o culto do Templo; acredita-se que muitos deles fossem também sacerdotes. Ao contrário dos fariseus, os saduceus aparentemente eram, em sua maioria, aristocratas ricos. De seu grupo era escolhido o "sumo sacerdote", a autoridade maior em Jerusalém de todos os assuntos religiosos e civis. O sumo sacerdote era o principal elo com as autoridades romanas, e, de modo geral, os saduceus aparentemente estavam dispostos a fazer concessões aos romanos para manter a paz e a liberdade de exercer suas prerrogativas religiosas. Ao contrário do que normalmente se pensa, a presença física dos romanos não era significativa na Palestina, ou mesmo em Jerusalém, durante boa parte da época de Jesus. A sede do governador romano, Pilatos, ficava na costa, em Cesareia, onde ele mantinha um pequeno contingente de soldados. Os exércitos de fato estavam estacionados na Síria. Contanto que houvesse paz e recolhimento normal de impostos, não havia necessidade de uma forte presença romana na área.

Como era de hábito em suas províncias, os romanos permitiam que os judeus da Judeia vivessem até certo ponto sob um governo local. Com a exceção de casos de pena de morte, os romanos aparentemente deixavam todas as decisões para as autoridades locais. O conselho judaico local, que tinha autoridade para administrar todos os assuntos políticos e civis em Jerusalém, chamava-se Sinédrio. Era comandado pelo sumo sacerdote e provavelmente composto basicamente de saduceus, que tendiam a ser os judeus mais ricos e bem relacionados.

Em termos de compromissos religiosos, os saduceus desprezavam as leis orais desenvolvidas pelos fariseus. Em vez disso, estavam estritamente interessados nos

mandamentos da Torá em si, particularmente em relação ao culto a Deus. Seu foco era o Templo em Jerusalém e a obediência correta aos mandamentos de Moisés relacionados à realização do culto do Templo e seus sacrifícios. Conforme veremos, apesar das diversas controvérsias entre Jesus e fariseus durante seu ministério, foram os saduceus que selaram sua sorte. Jesus censurou abertamente o Templo e os sacrifícios ali realizados, e foram as autoridades locais – o Sinédrio e seus saduceus – que mais sentiram o insulto. Aparentemente, foram eles que mandaram prender Jesus e o entregaram para ser julgado pelo governador Pilatos, que estava na cidade para manter a ordem durante o período turbulento da celebração da Páscoa.

OS ESSÊNIOS

Ironicamente, o grupo judaico da época de Jesus do qual temos mais informações é justamente aquele que não é mencionado no Novo Testamento. Sabemos sobre os essênios também por meio de escritores judeus como Josefo, mas principalmente graças a uma biblioteca inteira de seus próprios escritos descoberta por puro acaso por um menino pastor em 1947. São os famosos manuscritos do mar Morto, uma coleção de textos aproximadamente da época de Jesus e anos precedentes que foi aparentemente produzida por e para os essênios. Uma comunidade de essênios levava uma vida de estilo monástico num lugar conhecido como Cunrã, a oeste da região norte do mar Morto, atualmente parte de Israel.[169]

Os manuscritos do mar Morto incluem diversos tipos diferentes de livro. Alguns são cópias da Bíblia Hebraica (mil anos mais antigos do que as cópias existentes antes de 1947); outros são comentários sobre as escrituras que indicam que as previsões dos profetas se realizariam nos próprios dias da comunidade; outros são livros de hinos e salmos usados nos cultos da comunidade; outros são descrições apocalípticas do que acontecerá no fim dos tempos; outros são manuais que descrevem e definem o comportamento dos membros da comunidade no convívio social e religioso. Devo enfatizar que não há nada nos manuscritos do mar Morto diretamente relacionado ao cristianismo: Jesus não é mencionado nos manuscritos, nem João Batista, nem nenhum dos primeiros seguidores de Jesus. Os manuscritos do mar Morto são livros inteiramente judaicos, sem nenhum conteúdo cristão. Mas são inestimáveis para que se possa compreender Jesus e seus seguidores primitivos, pois são escritos produzidos na época de Jesus, ou em anos imediatamente anteriores, por judeus que viviam aproximadamente no mesmo local.

O termo essênio não aparece nos manuscritos do mar Morto. Mas Cunrã era localizada precisamente onde outras fontes antigas indicam que havia uma comunidade essênia, e os escritos dos manuscritos coincidem bem com o que sabemos dos essênios

por outros meios. Os judeus dessa comunidade tinham sérios conflitos tanto com os fariseus quanto os saduceus. Acreditavam que todos os outros judeus eram corruptos e interpretavam e aplicavam a Lei Judaica de maneira errada, a ponto de terem poluído o Templo, tornando-o impróprio para a adoração a Deus. De modo a preservar a própria santidade, esse grupo particular de essênios (havia outros essênios, mas sabemos menos sobre eles) isolou-se no deserto para levar uma vida monástica comunitária, preservando sua pureza ao se isolar da impureza da sociedade judaica como um todo.

Em grande parte fizeram isso porque acreditavam que estavam vivendo no fim da era. Em breve, Deus enviaria dois messias para salvar seu povo, um sacerdote que orientaria todos os fiéis sobre como obedecer à lei de Deus e um líder político que administraria os assuntos civis do povo. Na visão dos essênios haveria, no futuro próximo, uma guerra descomunal, na qual Deus e seu povo triunfariam sobre os romanos imundos, e o reino de Deus seria estabelecido na terra.

Jesus não era um essênio. Não há nada que ligue Jesus ou João Batista a esse grupo. Aliás, muito pelo contrário. Conforme veremos, João não estava preocupado em preservar a própria pureza, mas em pregar o arrependimento aos pecadores para desviá-los do mau caminho. Jesus escandalizou os judeus altamente religiosos, ciosos em levar vidas puras e isoladas da imundície do mundo à sua volta, porque preferia se associar aos pecadores, exatamente o contrário do que fizeram os essênios de Cunrã. Mas Jesus tinha algo em comum com eles: também ele achava que o fim dos tempos estava próximo e que Deus em breve estabeleceria seu reino na terra.

A QUARTA FILOSOFIA

O último grupo de judeus mencionado por Josefo não é identificado por um nome. Josefo o chama simplesmente de a "quarta filosofia" (para diferenciá-lo das outras três). Mas suas visões gerais são claras e inequívocas. Era um grupo composto de judeus que acreditavam que os conquistadores romanos haviam usurpado injustamente a Terra Prometida. Esse grupo – ou esses grupos, reunidos num só por Josefo – acreditava que Deus desejava que se erguesse a espada contra os romanos e se promovesse uma rebelião política e militar. Não era um movimento secular, já que tinha raízes religiosas profundas. Na visão dos adeptos dessa filosofia, o próprio Deus clamara por ação e, assim como havia expulsado os cananeus sórdidos da terra sob a liderança de Josué na Bíblia Hebraica (ver o livro de Josué), o faria novamente em sua própria época. Deus lutaria em favor dos judeus fiéis e reestabeleceria Israel como um estado soberano em sua própria terra natal, governado por seu escolhido.

Os membros dessa quarta filosofia, portanto, não estavam preocupados com as leis orais desenvolvidas pelos fariseus para ajudá-los a seguir estritamente os mandamentos de Moisés nem em preservar a própria pureza diante da imundície do mundo à sua

volta, como os essênios. Opunham-se particularmente aos saduceus, que eram vistos como colaboradores dos sórdidos romanos que haviam devastado a terra e se apropriado do que não lhes pertencia. O principal foco dessa quarta filosofia era, na verdade, a terra, prometida por Deus a Israel. Era necessário retomar a terra, e isso se daria como fora no passado, por meio de força militar.

Alguns estudiosos, conforme já mencionei, acreditam que Jesus também pregava uma rebelião armada contra os romanos. Mas isso não parece ser um tema dominante nas tradições mais antigas que temos dele. Não que Jesus fosse um colaboracionista, como os saduceus. Pelo contrário, ele também se opôs a eles e seus soberanos romanos. Aparentemente, porém, não defendia a luta armada como uma opção. Em vez disso, parece ter sido uma apocalipticista que achava que o próprio Deus derrotaria os exércitos romanos, não por ação militar, mas por um ato de julgamento cósmico em que o salvador divino desceria do céu para destruir os exércitos do inimigo e estabelecer um novo reino aqui na terra.

Em suas visões apocalípticas, portanto, Jesus tinha mais em comum com os essênios do que com os outros grupos judaicos. Contudo, ele não era um essênio e sustentava várias visões diferentes das deles. Suas opiniões eram moldadas, em particular, por sua associação com João Batista, um pregador apocalíptico que previa o fim iminente dos tempos. Antes de discutir essa associação, temos de saber mais sobre o apocalipticismo judaico, já que atraía um leque amplo de judeus na época de Jesus.

Apocalipticismo judaico

A visão de mundo que os estudiosos chamam de apocalipticismo surgiu na história judaica antes da época de Jesus, e seus detalhes históricos podem ser encontrados em uma outra discussão minha.[170] Basta dizer aqui que cerca de um século e meio antes do nascimento de Jesus, diversos judeus começaram a ficar seriamente angustiados com o rumo dos acontecimentos políticos e militares. A nação da Judeia estava sob domínio estrangeiro há séculos – primeiro os babilônios no século VI AEC, depois os persas, depois os gregos e depois os sírios. Em reação a atrocidades cometidas pelos sírios, houve uma insurreição nativa em 167 AEC comandada por uma família judaica conhecida por macabeus. Essa Revolta dos Macabeus resultou em um estado independente na Judeia que durou mais de um século, até a conquista da região pelos romanos em 63 AEC.

A angústia política anterior à revolta foi acompanhada por uma espécie de crise teológica. Durante séculos certos profetas judeus haviam declarado que a nação estava sofrendo porque Deus estava punindo seu povo por se afastar dele (profetas como Oseias, Amós, Isaías, Jeremias e – bem, praticamente todos os profetas da Bíblia

Hebraica). Nesse período de domínio sírio, porém, muitos judeus haviam voltado a adorar Deus e seguiam estritamente os mandamentos determinados na Torá. No entanto, estavam sofrendo mais do que nunca. Como isso podia ser possível?

Foi nesse contexto que surgiu o pensamento apocalíptico judaico. O sofrimento do povo de Deus deixou de ser visto como um castigo por pecados imposto pelo próprio Deus. Ao contrário, era um castigo por retidão imposto pelas forças do mal do mundo, alinhadas contra Deus. A primeira expressão literária clara de tal visão é encontrada no livro de Daniel, o último livro da Bíblia Hebraica a ser escrito (por volta de 165 AEC?). Graças às aflições persistentes, essa visão acabou se popularizando entre judeus. Na época de Jesus, ela era sustentada pelos fariseus, pelos essênios e por grupos proféticos como aquele liderado por João Batista.

O termo "apocalíptico" vem da palavra grega *apocalypsis*, que significa uma "revelação" ou um "desvelamento". Os apocalipticistas judeus acreditavam que Deus havia lhes revelado os segredos celestiais que davam sentido às realidades mundanas. Brevemente resumida, a visão era de que Deus, por razões misteriosas, havia cedido temporariamente o controle deste mundo para as forças cósmicas poderosas que se opunham a ele, seus objetivos e seu povo. Era por isso que o povo de Deus vivenciava tanta dor e desgraça. Mas Deus em breve reafirmaria sua soberania sobre este mundo e destruiria as forças do mal para vingar seu povo, restituir seus privilégios e estabelecer a utopia do reino do bem utópico que duraria para sempre.

Essa perspectiva é encontrada em diversos textos judaicos da época, incluindo, por exemplo, os manuscritos do mar Morto e os escritos apocalípticos que não vieram a integrar a Bíblia. Uma análise dessas obras mostra que havia quatro doutrinas básicas entre os apocalipticistas judeus.

DUALISMO

Os apocalipticistas eram, acima de tudo, dualistas. Acreditavam que a realidade era composta de dois componentes fundamentais: as forças do bem e as forças do mal. A fonte derradeira de todo o bem era, naturalmente, Deus. Mas Deus tinha um inimigo pessoal, conhecido por diversos nomes: Diabo, Satanás, Belzebu. (Antes do desenvolvimento do pensamento apocalíptico, os judeus não sustentavam a ideia de um Diabo que fosse arqui-inimigo pessoal de Deus. Essa figura não é encontrada nas escrituras judaicas. Os apocalipticistas, ao contrário, acreditavam firmemente em sua existência.) Além disso, assim como Deus tinha anjos que faziam sua vontade, o Diabo tinha demônios a seu serviço. Havia ainda outras forças cósmicas no mundo – principados, autoridades e poderes. Deus tinha o poder de conceder a vida, enquanto as

forças do mal detinham o poder da morte, sem falar de toda a dor, desgraça e sofrimento relacionados à morte.

A luta entre as forças do bem e do mal tinha consequências radicais e terríveis para os humanos. Uma batalha cósmica estava em curso, e as forças do mal estavam predominando. É por isso que o mundo era um lugar tão horrendo, repleto de fome, secas, epidemias, terremotos, pobreza, injustiça e guerra.

Esse dualismo cósmico tinha um contexto histórico, também dualista, envolvendo a era atual e a era futura. A era atual era controlada pelas forças do mal: o Diabo e seus subordinados. Mas haveria uma era futura, com a destruição de tudo que se opunha a Deus e ao surgimento de um reino do bem. Deus então reinaria supremo, com tudo aquilo que fosse bom. Não haveria mais fome, secas, desastres naturais, guerra ou ódio. Aqueles que fossem aceitos nessa nova era seriam recompensados com paz, alegria e felicidade eternas. Poderiam amar e servir a Deus sem medo, vivendo para sempre num mundo de harmonia e abundância.

PESSIMISMO

Embora em longo prazo a situação parecesse muito boa para os apocalipticistas, em curto prazo parecia desoladora. Os apocalipticistas eram completamente pessimistas em relação às perspectivas da era atual. O poder das forças do mal aumentaria continuamente, e não havia nada que se pudesse fazer para detê-las. Não adiantaria nada desenvolver novas tecnologias, promover o bem-estar público, estabelecer uma defesa nacional, aumentar o policiamento nas ruas ou o número de professores nas escolas. Haveria mais desastres, mais guerra, mais fome, mais pobreza, mais opressão – cada vez mais, até o fim da era atual, quando haveria literalmente o inferno na terra.

Mas a era atual chegaria a um fim abrupto e Deus reafirmaria seu poder.

VINDICAÇÃO

Muitos apocalipticistas nem sonhavam em sobrepujar as forças do mal com esforço próprio; Deus as derrotaria. Isso não se daria aos poucos, ao longo do tempo, com o bem progressivamente ganhando terreno sobre o mal. O fim viria de maneira repentina e cataclísmica. Deus iria intervir no curso da história humana e do mundo para derrotar as forças do mal e estabelecer seu reino do bem. Ele iria salvar o mundo e vindicar sua reputação e seu povo. Quando a situação chegasse a um limite extremo, Deus enviaria um salvador para reparar tudo que estivesse errado.

Os pensadores apocalípticos tinham vários nomes para esse salvador. Já vimos que alguns se referiam a ele como o messias; outros, baseando-se no texto apocalíptico mais antigo a chegar até nós, o livro de Daniel, referiam-se a ele como o Filho do Homem

(ver Daniel 7:13-14). Essa figura cósmica destruiria as forças que estavam alinhadas contra Deus com todas as pessoas na terra que haviam colaborado com elas. Na era atual, os ricos e poderosos estavam evidentemente do lado das forças que controlavam o mundo. Eram eles, portanto, que seriam destruídos quando o Filho do Homem chegasse. Os humildes, os pobres, os oprimidos e os justos estavam sofrendo na era atual porque haviam ficado do lado de Deus. No entanto, seriam vindicados quando o fim chegasse e Deus reafirmasse seu poder para estabelecer um reino do bem na terra.

Não só os vivos passariam por esse julgamento futuro mas também os mortos. No fim dessa era, quando o Filho do Homem chegasse, haveria a ressurreição dos mortos. Todos os que haviam morrido seriam reanimados e novamente encarnados para enfrentar o julgamento. Os que haviam se aliado às forças do mal seriam punidos, ou então aniquilados; os que haviam ficado do lado de Deus seriam recompensados e compartilhariam do reino futuro. Isso significava, entre outras coisas, que ninguém deveria achar que poderia se aliar às forças do mal e prosperar dessa forma, ficando rico e poderoso à custa dos sofrimentos dos outros, e morrer depois impunemente. Ninguém sairia impune. Deus ergueria todos dos mortos, e ninguém poderia fazer qualquer coisa para detê-lo.

Esse é, portanto, o período em que os judeus começaram a afirmar a doutrina da futura ressurreição que iria ocorrer no fim da era atual, conforme discuti no capítulo anterior. Antes da popularização do pensamento apocalíptico, a maioria dos judeus achava que os mortos continuavam vivendo num submundo indistinto chamado Sheol ou que as pessoas simplesmente morriam com seu corpo. Mas não os apocalipticistas; eles acreditavam numa vida eterna futura para os justos a ser vivida na carne, no reino futuro de Deus que seria estabelecido aqui na terra.

IMINÊNCIA

E quando chegaria tal reino? Os apocalipticistas judeus acreditavam que seria muito em breve. Estava prestes a acontecer a qualquer momento. Eles achavam que a situação chegara ao limite, que as forças do mal haviam atingido sua força máxima. Agora era a hora de Deus intervir e destruir essas forças para estabelecer seu reino. “Eu garanto a vocês”, supostamente disse um famoso apocalipticista, “alguns dos que estão aqui não morrerão sem ter visto o Reino de Deus chegar com poder”. Essas são as palavras de Jesus, de nosso Evangelho mais antigo (Marcos 9:1). Ou, conforme ele diz mais adiante no mesmo Evangelho, quando indagado sobre a chegada do cataclismo cósmico que previra, que culminaria com o aparecimento do Filho do Homem: “Eu garanto a vocês: tudo isso vai acontecer antes que morra *esta geração* que agora vive” (Marcos 13:30, grifo nosso).

Como apocalipticista judeu, Jesus acreditava que o mundo era controlado por forças do mal extremamente poderosas. Mas Deus julgaria esse mundo enviando do céu o Filho do Homem. Ele provocaria uma mudança cataclísmica total, um juízo final para tudo que fosse mal e para todos que se aliassem ao mal. E assim chegaria o reino em que os ricos e poderosos seriam subjugados, e os pobres e oprimidos, exaltados. Isso aconteceria ainda durante a própria vida da geração dele. Jesus, assim como vários judeus de sua época e lugar, era um apocalipticista que esperava o fim iminente da história como ele a conhecia.

Como podemos saber que Jesus disse essas palavras – ou qualquer uma das palavras atribuídas a ele nos Evangelhos? Como sabemos que ele representava um ponto de vista apocalíptico? Ou, de modo mais geral, como podemos saber qualquer coisa além do mero fato de sua existência histórica?

Essa pergunta nos remete diretamente à questão do método histórico. Os estudiosos desenvolveram critérios para detectar tradições historicamente autênticas, mesmo em fontes problemáticas, como as que discutem a vida do Jesus histórico. Tais critérios se aplicam, na verdade, a qualquer figura do passado descrita em qualquer tipo de fonte histórica. Mas nosso interesse aqui é obviamente Jesus e sobre o que podemos estabelecer, com boa dose de probabilidade, a respeito do que ele disse e fez. Em capítulos anteriores comentei sobre esses assuntos apenas de passagem. Devo agora abordá-los diretamente. Quais métodos os historiadores usam para determinar as palavras e os atos de Jesus, sejam apocalípticos ou não?

Métodos para estabelecer tradições autênticas

Conforme enfatizei ao longo deste livro, estudar história, ao menos história antiga, significa abandonar qualquer pretensão a alcançar certezas absolutas. No entanto, embora raramente possamos estar totalmente certos a respeito de um evento passado, certas coisas são mais certas do que outras. O fato de Júlio César ter combatido nas Guerras Gálicas (ele escreveu sobre elas, e ainda temos os livros) é bem mais certo do que o fato de Apolônio de Tiana ter ressuscitado uma pessoa realmente morta (além da improbabilidade inerente à situação – a ocorrência de um milagre –, nossa única fonte é bem posterior ao fato e totalmente tendenciosa). Os historiadores lidam basicamente com probabilidades, e algumas coisas são mais prováveis do que outras.

Mencionei anteriormente o que seria, para um historiador, uma lista ideal de fontes de informação sobre o passado. Essa lista ideal certamente se aplica ao Jesus histórico. Para estabelecer a probabilidade histórica de um dito, um feito ou uma experiência de Jesus, queremos um grande número de fontes independentes que não sejam tendenciosas em relação à narrativa em questão e que corroborem os dados umas das

outras sem mostrar evidências de colaboração. E quanto mais próximas da data dos eventos que narram, melhor.

Mais especificamente, a probabilidade de que uma tradição sobre Jesus – ou sobre qualquer pessoa, na verdade – seja historicamente autêntica aumenta na medida em que atende às exigências dos critérios abaixo.

CREDIBILIDADE CONTEXTUAL

Nas páginas anteriores, fiz uma exposição do judaísmo na época de Jesus por uma razão principal. Se uma história sobre Jesus – por exemplo, um relato de algo que ele supostamente disse ou fez – não se encaixa em seu contexto histórico conhecido, é pouco provável que seja historicamente autêntica. Devo enfatizar que só porque uma tradição pode ser plausivelmente situada no contexto de Jesus, não significa que seja historicamente confiável. Significa apenas que é possível. Sua probabilidade precisa ser estabelecida por meio de outros critérios, que serão descritos a seguir. Mas, se uma tradição não se encaixa em um contexto da Palestina no século I, quase certamente pode ser descartada como uma lenda posterior.

Por exemplo, vimos num outro contexto que há relatos de Jesus espalhados pelos Evangelhos que em alguma época devem ter circulado em aramaico, a língua materna de Jesus. Por isso, às vezes, fazem mais sentido quando traduzidos do grego dos Evangelhos de volta ao aramaico ("O sábado foi feito para servir o homem, e não o homem para servir ao sábado. Portanto, o Filho do Homem é o senhor até mesmo do sábado", Marcos 2:27-28). Isso também pode ocorrer porque uma palavra ou expressão em aramaico da versão original da história foi deixada sem tradução, forçando o autor do Evangelho a explicar seu significado ("'Talita cúmi', que quer dizer: 'Menina – eu te digo – levante-se!'", Marcos 5:41). Como Jesus vivia no interior da Palestina, devia falar aramaico, e essas palavras podem ser plausivelmente relacionadas a ele. Isso não significa que ele as disse, mas que *pode* tê-las dito.

Em contraste, se há um dito que claramente não pode ser traduzido de volta ao aramaico, então é quase certo que Jesus não o disse. Isso vale para o exemplo de João 3, que mencionei anteriormente, quando Jesus diz que uma pessoa deve nascer *anothen* para ver o Reino de Deus. Ele quis dizer "de cima" ou "uma segunda vez"? A conversa toda é baseada nesse duplo sentido, que funciona em grego, mas não em aramaico. Portanto, é quase certo que Jesus não tenha tido essa conversa com Nicodemos, ao menos da maneira como foi registrada.

Veremos no próximo capítulo que há razões sólidas para acreditar que Jesus foi um apocalipticista. Assim, tradições sobre Jesus que fazem sentido num contexto apocalíptico têm chance de ser autênticas. Ao mesmo tempo, não temos nada que sugira

que as crenças adotadas por cristãos gnósticos posteriores já existiam na Palestina rural do século I. Portanto, os ensinamentos gnósticos de Jesus encontrados em evangelhos gnósticos como o Evangelho de Felipe ou o Evangelho de Maria Madalena quase certamente não remontam a Jesus em si, mas foram colocados em sua boca por seguidores (gnósticos) posteriores.

Devo esclarecer que, dos três critérios de autenticidade que discuto aqui, apenas esse é negativo. Ele mostra não o que Jesus provavelmente disse ou fez, mas o que ele muito provavelmente *não* disse ou *não* fez. Se uma tradição de Jesus atende a esse critério, ela é possível. Mas não é necessariamente provável. Para estabelecer sua probabilidade, temos de recorrer aos outros dois critérios. Uma tradição é ainda mais provável quando atende a não apenas um, mas a ambos os critérios.

ATESTAÇÃO MÚLTIPLA

Conforme enfatizei repetidamente, uma tradição que aparece em várias fontes independentes tem maior probabilidade de ser historicamente confiável do que uma tradição que aparece em apenas uma. Se um ensinamento ou feito de Jesus só se encontra em uma fonte, é possível que seja simplesmente uma invenção. Mas, se uma palavra ou ação é encontrada em diversas fontes e não há colaboração entre elas, então nenhuma delas a inventou; a tradição deve ser anterior a todas. Se a tradição é encontrada independentemente em diversas fontes, a probabilidade de que seja autêntica aumenta, supondo-se, naturalmente, que seja contextualmente confiável.

Qualquer história encontrada em Mateus, Marcos e Lucas evidentemente não tem atestação múltipla, mesmo sendo encontrada em três de nossas fontes. Mateus e Lucas tiraram diversas de suas histórias de Marcos; portanto, uma história contada praticamente com as mesmas palavras nos três casos pode vir de apenas uma fonte: Marcos. Mas há várias tradições encontradas em fontes antigas independentes – Marcos, Q, M, L, João e suas fontes, Paulo, outros autores de outras epístolas, Tomé e até mesmo Josefo e Tácito – produzidas até um século após a morte de Jesus.

Já vimos alguns exemplos óbvios. A crucificação de Jesus sob ordem de Pôncio Pilatos é, evidentemente, contextualmente confiável. Os romanos crucificavam muita gente o tempo todo, e essa é uma tradição fartamente atestada – em Marcos, M, L, João e nos discursos dos apóstolos, além de Josefo e Tácito. Também é independentemente mencionada em I Timóteo. A crucificação em si é atestada (sem Pilatos) em Paulo e em um leque de fontes independentes: I Pedro, Hebreus e assim por diante. É uma das tradições de Jesus mais bem atestadas e que, conforme veremos, decididamente atende também ao critério que veremos a seguir.

Note, então, a questão dos irmãos de Jesus. Como já vimos, várias fontes independentes afirmam que Jesus tinha irmãos, e a maioria delas identifica um deles como Tiago; isso ocorre em Marcos, João (não identifica Tiago), Paulo e Josefo. Paulo, conforme vimos, conheceu Tiago pessoalmente. Isso estabelece probabilidades bastante razoáveis em favor da tradição.

Além disso, Jesus é descrito como natural de Nazaré, não só em Marcos e João mas também em relatos independentes de M e L. Aqui também, conforme veremos, a tradição atende a ambos os outros critérios e, portanto, parece bastante provável.

O CRITÉRIO DE DISSIMILARIDADE

O critério mais polêmico usado por estudiosos para estabelecer a probabilidade histórica das tradições sobre Jesus é um que já discutimos, o "critério da dissimilaridade". Esse critério está fundamentado na ideia de que o viés de uma fonte, ou da fonte por trás daquela fonte, deve ser levado em consideração. Assim, as histórias sobre Jesus como uma criança de cinco anos que fazia milagres, secando seus colegas quando o irritavam – conforme o relato do Evangelho da Infância de Tomé –, não são historicamente confiáveis, já que têm por objetivo mostrar que Jesus já era um poderoso Filho de Deus mesmo antes de seu ministério. Vimos que o relato do nascimento de Jesus em Lucas historicamente também não faz sentido, pois não há registro de um censo mundial e ele não poderia ter ocorrido durante o governo de Quirino na Síria se Jesus nasceu durante o reino do rei Herodes, pois os dois governos não foram coincidentes. Além disso, contradiz Mateus (não que Mateus esteja necessariamente correto; mas vale a pena saber que *ambos* não podem estar certos). De onde veio a história, então? Parece bem provável que Lucas, ou sua fonte, simplesmente a inventou para garantir que Jesus nascesse em Belém, pois era onde os profetas – nesse caso Miqueias – haviam indicado que o salvador judeu nasceria (ver Miqueias 5:2; citado em Mateus 2:6).

Mas, quando encontramos uma história sobre Jesus que não fundamenta algum propósito cristão antigo ou parece contrariar o que os cristãos primitivos gostariam de ter dito sobre Jesus, há maior probabilidade de o relato ser historicamente confiável, uma vez que há menos chance de ter sido inventado. Vimos como a história da crucificação de Jesus gerava enormes problemas para os missionários cristãos, já que nenhum judeu esperava que o messias fosse crucificado. Essa tradição atende claramente ao critério da dissimilaridade. Dado o fato adicional de que é fartamente atestada em várias fontes independentes, parece muito provável que Jesus tenha sido realmente crucificado. Isso é bem mais provável do que uma alegação alternativa, por exemplo, de que tenha sido apedrejado até a morte ou ascendido sem morrer, ou

mesmo que simplesmente tenha vivido normalmente e morrido em idade avançada em Nazaré, nenhuma das quais é sequer mencionada em nossas fontes.

Ou então vejamos os detalhes da vida de Jesus. A ideia de que ele tinha irmãos não serve a nenhum propósito cristão evidente. É simplesmente um fato constatado por certos autores antigos (Paulo, Marcos, João, Josefo). Portanto, Jesus provavelmente tinha irmãos, um dos quais por acaso se chamava Tiago. Isso também vale para a alegação de que ele era de Nazaré. Como Nazaré era um povoado pequeno e extremamente pobre, é improvável que alguém tivesse inventado a história de que o messias nascera lá. Por ser um dado atestado em várias fontes diferentes, é bem provável que Jesus fosse mesmo de Nazaré.

Devo tornar a enfatizar que os dois últimos critérios – atestação múltipla e dissimilaridade – prestam-se melhor a um uso *positivo* para estabelecer quais tradições são provavelmente as mais confiáveis. Não são úteis quando usados de maneira negativa. Isto é, só porque uma tradição é encontrada em apenas uma fonte não significa necessariamente que não seja confiável. Mas, se não houver nenhuma corroboração, ela é, no mínimo, suspeita. Se não atender ao critério da dissimilaridade, é duplamente suspeita. Da mesma maneira, se uma tradição não atende ao critério da dissimilaridade, não significa automaticamente que não seja autêntica, mas deve ao menos suscitar dúvidas. Se também não for atestada em diversas fontes, simplesmente não é confiável. Conforme já vimos, em certos casos há razões históricas sólidas para achar que uma tradição que não atende ao critério da dissimilaridade deva ser vista não só como pouco provável, mas quase certamente como lendária – por exemplo, no caso do censo que trouxe José e Maria a Belém ou o relato de Mateus sobre a entrada triunfal de Jesus em Jerusalém.

Todas as tradições sobre Jesus, em suma, precisam ser detalhadamente examinadas, caso a caso, para que se possa determinar se atendem aos diversos critérios e analisar se há outros motivos históricos para confirmar ou negar sua probabilidade histórica. A probabilidade de que Jesus tinha irmãos, por exemplo, aumenta com o fato de o apóstolo Paulo ter conhecido um deles. Já a probabilidade de Jesus ter entrado em Jerusalém montado em dois jumentos, aclamado pela multidão como o messias, diminui pela circunstância de que, se o evento tivesse realmente ocorrido (por mais improvável que pareça), Jesus certamente teria sido preso na hora pelas autoridades, e não uma semana depois.

A infância e a juventude de Jesus

Gostaria de concluir este capítulo com o que podemos dizer, com certo grau de probabilidade, sobre a vida de Jesus anterior ao seu ministério na idade adulta.

Vamos começar com as negações: não há como um historiador dizer que Jesus provavelmente nasceu de uma virgem. Além de ser extraordinariamente implausível, há o fato de que as duas fontes que o mencionam explicam o motivo do nascimento milagroso, e essas explicações revelam as intenções dos autores.[171] Em Mateus, Jesus nasce de uma virgem porque assim foi previsto pelo profeta Isaías. Ou pelo menos é assim que Mateus interpreta Isaías. No texto hebraico de Isaías 7:14, o profeta indicou que uma "jovem" iria conceber e dar à luz um filho. Mateus, no entanto, leu o profeta na tradução grega, que diz que uma *parthenos* iria conceber. *Parthenos* é uma palavra grega que muitas vezes, mas nem sempre, se refere a uma mulher jovem que nunca teve relações sexuais. Esse não é o significado da palavra hebraica originalmente usada na passagem (*alma*), mas Mateus provavelmente não sabia disso. Para ele, Jesus tinha de nascer de uma virgem para realizar a profecia, e assim foi. Isso torna a história do nascimento em Mateus, no mínimo, historicamente suspeita.

Em Lucas, Jesus nasce de uma virgem por um motivo diferente. Em seu relato, Jesus é de fato o Filho de Deus porque o Espírito de Deus é quem engravidou Maria. Conforme ela mesma é informada pelo anjo Gabriel (nada disso atende aos nossos critérios, evidentemente), "O Espírito Santo virá sobre você, e o poder do Altíssimo a cobrirá como sua sombra. Por isso, o Santo que nascer de você será chamado Filho de Deus" (Lucas 1:35). A intenção de Lucas é mostrar que Jesus é filho de Deus e que a prova disso é ter nascido de uma virgem.

De todo modo, os historiadores não possuem outros meios para julgar a questão da virgindade da mãe de Jesus para além das probabilidades gerais do caso e do fato de que os dois relatos que mencionam a tradição o fazem por motivos diferentes, porém totalmente tendenciosos. É quase certo que as histórias foram inventadas para ressaltar a importância de Jesus no nascimento.

Também temos bons motivos para duvidar de que Jesus tenha nascido em Belém. Além de ser uma tradição baseada na crença de que o messias viria da cidade de Davi, os dois relatos de como aconteceu são totalmente contraditórios, conforme vimos. O consenso de nossas fontes (as que mencionam fatos relevantes, ao menos) é que Jesus veio de Nazaré. É uma tradição de atestação múltipla e atende ao critério da dissimilaridade.

Jesus, então, era judeu de nascimento e criação. Seus pais viviam no interior da Galileia. Escavações arqueológicas em Nazaré indicam que se tratava de um pequeno povoado sem nenhum sinal de riqueza.[172] Portanto, Jesus muito provavelmente foi criado em condições de relativa pobreza. Ele tinha irmãos e, provavelmente, irmãs (embora elas sejam mencionadas em apenas uma passagem, Marcos 6:3). Sua família era da classe trabalhadora. Nosso relato mais antigo indica que Jesus era um *tekton* (Marcos 6:3), uma palavra normalmente traduzida como "carpinteiro", embora possa se

referir a qualquer um que faça trabalho manual, por exemplo, um pedreiro ou um ferreiro. Era uma ocupação das classes baixas. Naquela parte do mundo, significava uma existência precária. Se Jesus realmente trabalhava com madeira em vez de pedras ou metal, não seria para fazer obras de marcenaria, e sim produtos rurais rústicos, como portões e cangas. Outras tradições indicam que o *tekton* era seu pai (Mateus, 13:55). Mesmo que isso esteja correto, é perfeitamente plausível que o filho mais velho fosse aprendiz e que o próprio Jesus exercesse esse ofício.

Se realmente era carpinteiro, devia levar uma vida de classe baixa, sem muitas perspectivas de progredir. Depois que Jesus iniciou seu ministério, temos relatos de que os habitantes de sua cidade natal não conseguiam entender o que acontecera com ele, como poderia ter adquirido repentinamente tanto conhecimento e sabedoria sobre as tradições religiosas de Israel (Marcos 6; Lucas 4). Isso sugere que ele não foi uma criança prodígio na infância, mas uma pessoa totalmente normal. Há muita controvérsia entre os estudiosos sobre a questão de Jesus ser alfabetizado ou não. Por motivos que sugeri anteriormente, parece mais provável que ele não soubesse escrever. Não há nenhum registro antigo indicando que tivesse escrito alguma coisa ou mesmo que soubesse escrever. Se sabia ler ou não, é uma questão interessante e complicada. A antiga visão acadêmica de que todos os meninos judeus aprendiam a ler já provou ser errada. A maioria não aprendia, e os índices de alfabetização na Palestina romana eram chocantemente baixos. No entanto, se Jesus era visto por seus seguidores em geral como um especialista na interpretação da Torá, como parece provável, isso pode sugerir que fosse capaz de ler e estudar os textos. É possível que tenha aprendido com um professor local. Enfim, é uma questão muito difícil de resolver.

De todo modo, não são essas as questões sobre o Jesus histórico que mais despertam o interesse da maioria das pessoas. Em geral, as questões sobre sua vida adulta são de mais interesse. Quem realmente foi ele? O que ele representava? O que podemos dizer sobre seu ministério? O que ele fez? O que ele disse? Por que foi executado pelos romanos? Abordarei essas questões no próximo capítulo ao explicar mais detalhadamente os motivos que fundamentam a visão de Jesus como um pregador apocalíptico que previu que o fim dos tempos viria ainda durante a vida de sua própria geração.

CAPÍTULO 9

JESUS, O PROFETA APOCALÍPTICO

A maioria dos alunos que frequenta minhas aulas sobre o Novo Testamento ou sobre Jesus histórico parece gostar da experiência e aprender bastante; ao menos é o que dizem em suas avaliações de fim de curso. Há, porém, uma reclamação recorrente: a de que eu não apresento "o outro lado" da história. Eles aprendem no curso que as fontes evangélicas antigas contêm tradições historicamente confiáveis, mas também lendas sobre Jesus (o que os miticistas chamam de "mitos"); aprendem que cada um dos Evangelhos tem uma perspectiva diferente e apresenta Jesus de maneira distinta; ouvem tudo sobre apocalipticismo judaico antigo e estudam as evidências da visão de Jesus como um pregador apocalíptico judeu. No entanto, os alunos gostariam que eu também mostrasse "o outro lado".

Eu entendo a preocupação deles, mas sei também que isso é um problema. O semestre tem apenas quinze semanas. Como podemos cobrir tudo que vários estudiosos já disseram sobre isso ou aquilo? Para surpresa e consternação de meus alunos, eu enfatizo em aula que nenhum dos tópicos que discutimos tem "o" outro lado, e sim *vários* outros lados. Essa é a natureza do estudo acadêmico.

Em relação à visão de Jesus como apocalipticista, qual seria "o" outro lado? Eu poderia apresentar as evidências fornecidas por outros estudiosos para uma visão diferente. Mas qual visão eu escolheria: a de Jesus como político revolucionário? Protomarxista? Protofeminista? Herói da contracultura? Homem santo judeu? Filósofo cínico judeu? Pai de família? É evidente que os alunos que querem ouvir "o" outro lado desejam que eu passe quase metade das aulas apresentando suas próprias visões sobre Jesus, em vez do consenso acadêmico. Aqui no sul dos Estados Unidos, isso quase sempre significa uma visão evangélica conservadora. Mas mesmo em minhas aulas há várias outras visões representadas, já que tenho alunos judeus, muçulmanos, católicos romanos, mórmons, ateus e assim por diante.

O curso inclui a leitura de obras de estudiosos que representam outras visões. Mas, em vez de gastar tempo em aula discutindo Jesus sob vários pontos de vista, eu apresento a visão que parece ser a mais amplamente aceita pelos estudiosos críticos da área, a primeira a ser popularizada, como vimos, por Albert Schweitzer: a de que Jesus foi um pregador apocalíptico que previu que a atual era do mal estava para terminar e que, ainda durante sua geração, Deus enviaria um juiz cósmico da terra, o Filho do Homem, para destruir as forças do mal e todos que haviam se aliado a elas e estabelecer seu reino do bem aqui na terra.

Evidências de Jesus como apocalipticista

A visão de Jesus como apocalipticista é claramente aceitável em termos contextuais, pois temos evidências de que o pensamento apocalíptico era amplamente disseminado em sua época – entre os fariseus,[173] os autores dos manuscritos do mar Morto, os autores dos vários apocalipses judaicos da época e líderes proféticos como João Batista, de quem falarei mais adiante. Veremos também que alguns ensinamentos apocalípticos de Jesus atendem claramente ao critério da dissimilaridade. No entanto, quero começar enfatizando que as declarações apocalípticas de Jesus aparecem em todas as nossas fontes mais antigas.[174] Em outras palavras, são atestadas de maneira variada e generalizada precisamente nas fontes que em geral consideraríamos as mais importantes, aquelas que são mais antigas. Assim, por exemplo, encontramos os seguintes ensinamentos apocalípticos ditos por Jesus em quatro de nossos relatos mais antigos de sua vida: Marcos, Q, M e L.

FONTES INDEPENDENTES ANTIGAS

De Marcos

> Se alguém se envergonhar de mim e das minhas palavras diante dessa geração adúltera e pecadora, também o Filho do Homem se envergonhará dele, quando vier na glória do seu Pai com seus santos anjos. [...] Eu garanto a vocês: alguns dos que estão aqui não morrerão sem ter visto o Reino de Deus chegar com poder (Marcos 8:38-9:1).
>
> [...]
> Nesses dias, depois da tribulação, o sol vai ficar escuro, a lua não brilhará mais, as estrelas começarão a cair do céu, e os poderes do espaço ficarão abalados. Então, eles verão o Filho do Homem vindo sobre as nuvens com grande poder e glória. Ele

enviará os anjos dos quatros cantos da terra, e reunirá as pessoas que Deus escolheu, do extremo da terra ao extremo do céu. [...] Eu garanto a vocês: tudo isso vai acontecer antes que morra esta geração que agora vive (Marcos 13:24-27, 30).

De Q

Pois como o relâmpago brilha de um lado a outro do céu, assim também será o Filho do Homem. [...] Como aconteceu nos dias de Noé, assim também acontecerá nos dias do Filho do Homem. Eles comiam, bebiam, se casavam e se davam em casamento, até o dia em que Noé entrou na arca. Então chegou o dilúvio, e fez com que todos morressem. [...] O mesmo acontecerá no dia em que o Filho do Homem for revelado (Lucas 17:24; 26-27, 30; cf. Mateus 24:27, 37-39).

Vocês também estejam preparados! Porque o Filho do Homem vai chegar na hora em que vocês menos esperarem (Lucas 12:40; Mateus 24:44).

De M

Assim com o joio é recolhido e queimado no fogo, o mesmo acontecerá no fim dos tempos: o Filho do Homem enviará os seus anjos, e eles recolherão todos os que levam os outros a pecar e os que praticam o mal, e depois os lançarão na fornalha de fogo. Aí eles vão chorar e ranger os dentes. Então os justos brilharão como o sol no Reino de seu Pai (Mateus 13:40-43).

De L

Tomem cuidado para que os corações de vocês não fiquem insensíveis por causa da gula, da embriaguez e das preocupações da vida, e que esse dia não caia de repente sobre vocês. Pois esse dia cairá, como armadilha, sobre todos aqueles que habitam a face de toda a terra. Fiquem atentos e rezem o tempo todo, a fim de terem força para escapar de tudo o que deve acontecer e para ficarem de pé diante do Filho do Homem (Lucas 21:34-36).

Eu poderia citar vários outros versos, mas quero apenas enfatizar uma questão bem simples: as fontes mais antigas disponíveis, todas independentes entre si, contêm ensinamentos apocalípticos claros de Jesus. Há, no entanto, uma questão subjacente igualmente notável. O caráter apocalíptico dos ensinamentos de Jesus perde força com o passar do tempo. Posteriormente à produção desses textos mais antigos, encontramos cada vez menos material apocalíptico. Quando chegamos ao nosso último Evangelho

canônico, João, os ensinamentos apocalípticos praticamente desaparecem. Jesus prega então sobre outros assuntos (basicamente sobre sua própria identidade como aquele que veio do Pai para trazer a vida eterna). Quando chegamos a Evangelhos ainda mais tardios, externos ao Novo Testamento, encontramos até mesmo passagens, tal como no Evangelho de Tomé, nas quais Jesus argumenta contra uma visão apocalíptica (Evangelho de Tomé, 3, 113.)

Por qual motivo Jesus seria retratado como apocalipticista em nossas fontes mais antigas, mas não em nossas fontes posteriores, nas quais chega ser contrário a essa visão? Evidentemente, o apocalipticismo de Jesus foi expurgado com o passar do tempo, e não é difícil entender o motivo. Nas fontes mais antigas, Jesus proclama que o fim dos tempos virá repentinamente, ainda em sua própria geração, antes que os discípulos morram. Mas, com o passar do tempo, os discípulos morreram e a geração de Jesus passou, sem que houvesse qualquer ruptura cataclísmica na história, nenhuma chegada do Filho do Homem, nenhuma ressurreição dos mortos. Os cristãos posteriores tiveram de lidar com o fato de que Jesus previu que "tudo isso" iria acontecer durante a vida de seus ouvintes, quando, na verdade, elas não se realizaram. Assim, tomaram a atitude mais óbvia e mudaram o tom e o conteúdo da pregação de Jesus para que ele não previsse mais o fim iminente dos tempos. Posteriormente, Jesus se tornou um pregador cada vez menos apocalíptico. Esse movimento de expurgação do apocalipticismo foi extremamente bem-sucedido, predominando por toda a Idade Média e persistindo até o presente. A maioria das pessoas não pensa em Jesus como um pregador apocalíptico. Isso ocorre porque sua mensagem apocalíptica foi suavizada e, por fim, alterada. Mas ela ainda sobrevive visivelmente em nossas fontes mais antigas, atestada de maneira múltipla e independente.

Há uma razão ainda mais convincente para achar que o Jesus histórico era um apocalipticista judeu. Nós sabemos de que maneira ele iniciou seu ministério e quais foram as consequências de seus ensinamentos depois de sua morte. O início e o fim relativamente certos são as chaves para entender o que aconteceu no meio: a proclamação em si de Jesus como apocalipticista.

O INÍCIO E O FIM COMO CHAVES PARA O MEIO

Há poucas dúvidas sobre como Jesus iniciou seu ministério. Ele foi batizado por João Batista, e isso é importante para entender a visão de Jesus como apocalipticista.

A associação de Jesus com João Batista é atestada por várias de nossas fontes antigas. Aparece tanto em Marcos quanto em João, de maneira independente. Há também tradições da associação inicial de Jesus com João em Q e uma história distinta em M. Por que todas essas fontes relacionariam Jesus a João de forma independente? Provavelmente porque a relação era autêntica.

Além disso, o batismo de Jesus parece atender ao critério da dissimilaridade. Os cristãos primitivos que contavam histórias sobre Jesus acreditavam que a pessoa a ser batizada era espiritualmente inferior à pessoa que a batizava, uma noção sustentada pela maioria dos cristãos até hoje. Quem então inventaria uma história na qual Jesus seria batizado por outra pessoa? Uma história assim sugeriria que João era superior a Jesus. Além disso, por que João batizava? Segundo nossas tradições antigas, ele batizava pessoas arrependidas para "o perdão dos pecados"(Marcos 1:4). Jesus tinha pecados que precisavam ser perdoados? Quem inventaria uma coisa dessas? O fato de termos histórias nas quais Jesus foi batizado por João indica se tratar de uma informação historicamente confiável. Ele realmente foi batizado por João, conforme atestado por fontes múltiplas e independentes.

Esse é um dado crucial. O que João representava e por que Jesus se associaria a ele em vez de a outra pessoa – um fariseu, por exemplo, ou os essênios? João Batista é conhecido por ter pregado uma mensagem apocalíptica de destruição e salvação vindouras. Marcos o retrata como um profeta no deserto, anunciando a realização da profecia de Isaías de que Deus conduziria seu povo do deserto de volta à Terra Prometida (Marcos 1:2-8). A fonte Q fornece informação adicional, pois nela João prega uma mensagem clara de julgamento apocalíptico às multidões que vinham ouvi-lo: "quem lhes ensinou a fugir da ira que vai chegar? Façam coisas para provar que vocês se converteram [...]. O machado já está posto na raiz das árvores. E toda árvore que não der bom fruto será cortada e jogada no fogo" (Lucas 3:7-9).

Essa é uma mensagem apocalíptica. A derrubada de árvores é uma imagem de juízo final: as pessoas que não viviam de acordo com os mandamentos de Deus seriam "jogadas no fogo". E quando virá esse dia do juízo final? Muito em breve. O machado já está posto na raiz da árvore. A derrubada está prestes a começar a qualquer momento.

É evidente que Jesus poderia ter se associado a qualquer líder religioso de sua época. Poderia ter se tornado um fariseu, praticado o culto no Templo ou se juntado à comunidade de essênios ou ao bando de revolucionários. Entre todas essas opções, ele escolheu João Batista. Isso deve significar que ele concordava com a mensagem em particular que João anunciava. A mensagem de João era de julgamento apocalíptico iminente. Jesus iniciou seu ministério apoiando essa visão.

Sabemos como Jesus começou e sabemos com certeza ainda maior o que aconteceu entre seus seguidores depois que ele morreu. Começaram a estabelecer comunidades de fiéis ao redor do Mediterrâneo. Vislumbramos essas comunidades pela primeira vez nos escritos de nosso autor cristão mais antigo, Paulo. O pensamento dessas comunidades (e de Paulo) é claro. Nutriam grandes expectativas de que eles – os cristãos da época – estariam vivos quando Jesus retornasse do céu para julgar a terra (ver, por exemplo, I

Tessalonicenses 4:13-5:12 e I Coríntios 15). Em outras palavras, o cristianismo começou como um movimento apocalíptico após a morte de Jesus.

Isso também é muito significativo para nossa atual discussão. No início de seu ministério, Jesus se associou ao profeta apocalíptico João; como consequência de seu ministério, surgiram comunidades apocalípticas. Qual é o elo entre esse começo e esse fim? Em outras palavras, qual é a ligação entre João Batista e Paulo? É o Jesus histórico. O ministério de Jesus ocorre entre o começo e o fim. Se o começo é apocalíptico e o fim é apocalíptico, como fica o meio? É praticamente certo que tinha de ser apocalíptico também. Para explicar esse começo e esse fim, precisamos pensar que o próprio Jesus era apocalipticista.

Ou seja, se após o começo apocalíptico de Jesus as comunidades de seguidores surgidas com a sua morte não tivessem assumido uma posição apocalíptica, seria fácil argumentar que Jesus se afastou da visão apocalíptica depois de sua associação com João. Mas não é esse o caso: as comunidades posteriores eram de natureza apocalíptica e presumivelmente se inspiraram nele. Da mesma maneira, se Jesus *não* tivesse começado apocalipticamente, mas mesmo assim as comunidades posteriores fossem apocalípticas, poderíamos argumentar que Jesus não era apocalipticista, já que seus seguidores mudaram sua mensagem para torná-la apocalíptica. Mas isso também não é um argumento válido porque Jesus de fato começou apocalipticista. A única explicação plausível para o elo entre um começo apocalíptico e um fim apocalíptico é um meio apocalíptico. Jesus, durante seu ministério, deve ter pregado uma mensagem apocalíptica.

Considero esse um argumento poderoso em favor da visão de que Jesus era apocalipticista. Essa ideia é convincente quando combinada ao fato já visto de que os ensinamentos apocalípticos de Jesus são atestados por várias de nossas fontes antigas independentes.

Em termos gerais, portanto, Jesus é melhor compreendido como apocalipticista. O que podemos dizer especificamente sobre o que ele ensinou e disse?

A mensagem apocalíptica de Jesus

O foco da mensagem apocalíptica de Jesus era o reino futuro de Deus. As primeiras palavras atribuídas a ele dão o tom de grande parte de seus ensinamentos públicos: "'O tempo já se cumpriu, e o Reino de Deus está próximo. Convertam-se e acreditem na Boa Notícia'" (Marcos 1:15). Esta é uma mensagem apocalíptica. Um determinado período de tempo foi reservado para a era atual, e esse tempo expirou. A nova era está prestes a chegar, o reino de Deus. Como preparação para esse reino futuro, os ouvintes de Jesus devem se arrepender de seus pecados.

O REINO DE DEUS

Hoje em dia, quando as pessoas escutam a expressão *reino de Deus*, geralmente pensam no céu, o lugar para onde vão as almas após a morte. Mas não é esse o sentido dado pelos apocalipticistas, conforme já vimos. Para Jesus, o reino era um lugar real, aqui na terra, onde Deus reinaria supremo. Assim, por exemplo, Jesus comenta que seus doze apóstolos estarão sentados em doze tronos como regentes no reino futuro (Mateus 19:28; isso vem de Q); ele fala em comer e beber e de pessoas sendo expulsas desse reino (mais Q: ver Lucas 13:23-29). O reino era um lugar real, tangível, onde prevaleceriam o amor, a paz e a justiça.

O FILHO DO HOMEM

Esse reino futuro seria estabelecido por um juiz cósmico que Jesus chama de "Filho do Homem". Jesus menciona o Filho do Homem diversas vezes nos Evangelhos antigos, e há muito que os estudiosos debatem seu significado. Como essa é uma questão um tanto confusa para muitos leitores, me aprofundarei um pouco nela.

Em alguns dos ditos atribuídos a Jesus, fica claro que ele está se referindo a si mesmo como o Filho do Homem. Em certas ocasiões, por exemplo, ele fala de sua vida presente nesses termos: "'As raposas têm tocas e os pássaros têm ninhos; mas o Filho do Homem não tem onde repousar a cabeça'" (Lucas 9:58). Em outras, usa o termo quando fala de seu destino: "'O Filho do Homem deve sofrer muito, ser rejeitado pelos anciãos, pelos chefes dos sacerdotes e doutores da Lei, deve ser morto e ressuscitar depois de três dias'" (Marcos 8:31).

Em outras ocasiões, não há nada que indique que Jesus está se referindo a si mesmo ao falar do Filho do Homem. Isso ocorre, por exemplo, em Marcos 8:38, já citado anteriormente: "'Se alguém se envergonhar de mim e das minhas palavras diante dessa geração adúltera e pecadora, também o Filho de Homem se envergonhará dele, quando vier na glória do seu Pai com seus santos anjos'". Quem já não pensava em Jesus como o Filho do Homem certamente não faria a relação com base nesse tipo de afirmação; pelo contrário, Jesus parece estar se referindo a outra pessoa.

Dadas essas afirmações diferentes sobre o Filho do Homem, como podemos decidir de que maneira o Jesus histórico usava de fato o termo (em contraste com os autores dos Evangelhos ou dos contadores de histórias de quem receberam esses relatos)? É aqui que entra o critério da dissimilaridade. Os cristãos primitivos acreditavam que o próprio Jesus era o Filho do Homem, o juiz cósmico da terra que retornaria em toda sua glória (ver, por exemplo, Apocalipse 1:13). Os ditos em que Jesus fala de si mesmo como o Filho do Homem não atendem ao critério da dissimilaridade. Mas os ditos em

que Jesus parece estar falando de outra pessoa atendem ao critério: cristãos que acreditassem que Jesus era o Filho do Homem certamente não inventariam ditos que parecem distingui-lo do Filho do Homem.

As afirmações que fazem essa distinção são sempre as que preveem o que acontecerá no futuro, quando o Filho do Homem virá para julgar a terra. Essas afirmações também são atestadas em diversas fontes, conforme já vimos. Conclusão: Jesus aparentemente falava de um futuro Filho do Homem que traria o reino de Deus no fim dos tempos atuais. Cristãos posteriores, que achavam que essa figura era o próprio Jesus, criaram tradições em que ele fala de si mesmo dessa maneira. As afirmações desse tipo, portanto, provavelmente não remontam a Jesus, apenas aquelas que falam do futuro Filho do Homem.

O JUÍZO FUTURO

Jesus fez previsões terríveis sobre as consequências da vinda do Filho do Homem em Marcos, Q, M, e L (ver, por exemplo, Mateus 13:40-43; Marcos 13:24-27; Lucas 17:24; 21:34-36). Assim, por exemplo, na previsão apocalíptica em Mateus 13:47-50, lemos o seguinte (há um paralelo independente no Evangelho de Tomé):

> O Reino do Céu é ainda como uma rede lançada ao mar. Ela apanha peixes de todo o tipo. Quando está cheia, os pescadores puxam a rede para a praia, sentam-se e escolhem: os peixes bons vão para os cestos, os que não prestam são jogados fora. Assim acontecerá no fim dos tempos: os anjos virão para separar os homens maus dos que são bons. E lançarão os maus na fornalha de fogo. Aí eles vão chorar e ranger os dentes.

Portanto, haverá um dia de prestação de contas para todas as pessoas no "fim dos tempos". Um dos ensinamentos característicos de Jesus é que haverá uma inversão total de destinos quando o fim chegar. Os ricos e poderosos de hoje serão humilhados; os fracos e oprimidos de hoje serão exaltados. A lógica apocalíptica dessa visão é clara: as pessoas poderosas só subiram na vida porque se associaram às forças do mal; e as pessoas que se associaram a Deus foram perseguidas e subjugadas. Mas, com a chegada do Filho do Homem, tudo isso será invertido, de modo que quem abriu mão de tudo em função do reino futuro será recompensado: os primeiros serão os últimos e os últimos serão os primeiros, conforme podemos observar em dois ensinamentos, um de Marcos e outro de L:

> Eu garanto a vocês: quem tiver deixado casa, irmãos, irmãs, mãe, filhos e campos por causa de mim e da Boa Notícia vai receber cem vezes mais. Agora, durante esta vida, vai receber casas, irmãos, irmãs, mãe, filhos e campos junto com perseguições.

E, no mundo futuro, vai receber a vida eterna. Muitos que agora são os primeiros serão os últimos, e muitos que agora são os últimos serão os primeiros (Marcos 10:29-31).

Muita gente virá do oriente e do ocidente, do norte e do sul, e tomarão lugar à mesa no Reino de Deus. Assim, os últimos serão os primeiros, e os primeiros serão os últimos (Lucas 13:29-30; isso pode ser Q – cf. Mateus 20:16).

Esse juízo futuro não envolverá apenas humanos: terá uma dimensão cósmica. O mundo inteiro se tornou corrupto e, portanto, será destruído para dar lugar à chegada do reino.

Nesses dias, depois da tribulação, o sol vai ficar escuro, a lua não brilhará mais, as estrelas começarão a cair do céu, e os poderes do espaço ficarão abalados. Então, eles verão o Filho do Homem vindo sobre as nuvens com grande poder e glória. Ele enviará os anjos dos quatros cantos da terra e reunirá as pessoas que Deus escolheu, do extremo da terra ao extremo do céu (Marcos 13:24-27).

PREPARAÇÃO PARA O FIM: OBEDIÊNCIA À TORÁ E AO MODO DE VIDA ÉTICO

Como as pessoas deveriam se preparar para o fim iminente? Vimos no primeiro registro das palavras de Jesus que seus seguidores deveriam "se converter" diante da chegada do novo reino. Isso significava em particular que deveriam mudar seu comportamento e começar a fazer a vontade de Deus. Como um bom pedagogo judeu, Jesus não tinha nenhuma dúvida sobre como saber qual era a vontade de Deus. Está determinado na Torá. A Lei era o componente central dos ensinamentos de Jesus. Isso é comprovado pelo fato de que ele se concentrava na Lei e em sua interpretação correta, conforme atestado em várias fontes independentes, tanto primitivas quanto posteriores.

Marcos: Quando um homem se próxima de Jesus e pergunta o que ele deve fazer para "herdar a vida eterna", Jesus imediatamente responde citando alguns dos Dez Mandamentos. Na versão de Mateus desse relato ele diz explicitamente ao homem: "Se você quer entrar para a vida, guarde os mandamentos" (Marcos 10:17-22; Mateus 19:16-22; ver também Lucas 18:18-23).

Q: Jesus afirma que é mais fácil desaparecer o céu e a terra do que cair da Lei uma só vírgula (Lucas 16:16; Mateus 5:18).

M: Jesus afirma que veio para cumprir a Lei e que seus seguidores devem guardá-la ainda melhor do que os doutores da Lei e os fariseus se quiserem entrar no reino do céu (Mateus 5:17, 19-20).

João: Jesus discute com seus adversários sobre a Lei e ressalta que "ninguém pode anular a Escritura" (João, 10:34-35).

Devo enfatizar que algumas dessas afirmações de atestação múltipla parecem atender ao critério de dissimilaridade. Por exemplo, na primeira passagem mencionada (Marcos 10:17-22), quando um homem rico pergunta a Jesus como alcançar a vida eterna, ele o instrui a "guardar os mandamentos". É isso que pensavam os cristãos primitivos, que uma pessoa herdaria a vida eterna obedecendo à Lei? Pelo contrário, essa é uma visão que a grande maioria dos cristãos rejeitava. Os cristãos primitivos sustentavam que uma pessoa devia acreditar na morte e na ressurreição de Jesus para alcançar a vida eterna. Alguns cristãos primitivos – número que aumentou progressivamente com o tempo – argumentavam exatamente *contra* a ideia de que obedecer à Lei poderia trazer a vida eterna. Se pudesse, então que sentido haveria em Cristo e sua morte? Não, não era a Lei, mas Cristo que traria a salvação. Por que então Cristo é retratado nessa passagem dizendo que a salvação está garantida para quem obedece à Lei? Porque é algo que ele realmente disse.

O que Jesus ensinava sobre a Lei, mais especificamente? Talvez seja mais fácil explicar suas visões contrastando-as com outras perspectivas sobre as quais temos alguma informação. Ao contrário de certos fariseus, Jesus não achava que o mais importante para Deus era observar escrupulosamente as leis nos mínimos detalhes. Para ele, evitar a todo custo fazer algo condenável no sábado tinha pouca importância. Por isso havia conflitos constantes com os fariseus sobre essa questão. Ao contrário de alguns saduceus, Jesus não achava extremamente importante seguir estritamente as regras de culto no Templo por meio de sacrifícios divinamente determinados. Na verdade, conforme veremos, sua oposição ao Templo e ao culto resultaram em sua morte. Ao contrário de alguns essênios, ele não achava que as pessoas deviam tentar manter a própria pureza isolando-se dos outros, buscando assim a aprovação de Deus. Conforme veremos em breve, ele não gozava de boa reputação entre essas pessoas, já que se associava precisamente aos impuros.

O que importava para Jesus – assim como para outros judeus de sua época e sobre os quais temos menos informações (ver, por exemplo, Marcos 12:32-34) – eram os mandamentos de Deus que formavam, em sua opinião, a própria essência da Lei. Esses eram os mandamentos para amar a Deus acima de todas as coisas (como em Deuteronômio 4:4-6) e amar ao próximo como a si mesmo (como em Levítico 19:18).

Tal ênfase nos dois mandamentos para amar é encontrada em nosso Evangelho mais antigo, numa passagem que merece ser citada na íntegra.

> Um doutor da Lei estava aí, e ouviu a discussão. Vendo que Jesus tinha respondido bem, aproximou-se dele e perguntou: "Qual é o primeiro de todos os mandamentos?" Jesus respondeu: "O primeiro mandamento é este: Ouça, ó Israel! O

Senhor nosso Deus é o único Senhor! E ame ao Senhor seu Deus com todo o seu coração, com toda a sua alma, com todo o seu entendimento e com toda a sua força [Deuteronômio 6:4-5]. O segundo mandamento é este: Ame ao seu próximo como a si mesmo [Levítico 19:18]. Não existe outro mandamento mais importante do que esses dois".

O doutor da Lei disse a Jesus: "Muito bem, Mestre! Como disseste, ele é, na verdade, o único Deus, e não existe outro além dele. E amá-lo de todo o coração, de toda a mente, e com toda a força, e amar ao próximo como a si mesmo é melhor do que todos os holocaustos e do que todos os sacrifícios". Jesus viu que o doutor da Lei tinha respondido com inteligência, e disse: "Você não está longe do Reino de Deus" (Marcos 12:28-34).

Note: o reino de Deus novamente. Para Jesus, o caminho para alcançar o reino era obedecer à essência da Lei, que era a exigência de amar a Deus acima de todas as coisas e amar as outras pessoas tanto quanto (ou da mesma maneira que) a si mesmo.

As implicações reais, sociais e práticas desse ensinamento podem ser vistas em uma passagem encontrada agora no Evangelho de Mateus, que atende ao critério da dissimilaridade. Ao final de Mateus 25 encontramos a famosa descrição de Jesus do juízo final: "Quando o Filho do Homem vier na sua glória, acompanhado de todos os anjos, então se assentará em seu trono glorioso" (Mateus 25:31). Todos os povos da terra se unem diante do Filho do Homem, e ele os separa em dois grupos, como um pastor separando as ovelhas dos cabritos. Ele saúda os que estão à sua direita, as "ovelhas", e os convida a vir e receber "como herança o reino que meu Pai lhes preparou desde a criação do mundo". Por que eles têm direito de entrar no reino? Porque, diz o rei: "eu estava com fome, e vocês me deram de comer; eu estava com sede, e me deram de beber; eu era estrangeiro, e me receberam em sua casa; eu estava sem roupa, e me vestiram; eu estava doente, e cuidaram de mim; eu estava na prisão, e vocês foram me visitar". Esses justos, porém, não entendem, já que nunca haviam deitado os olhos nessa gloriosa figura divina, muito menos feito qualquer coisa por ele. Então perguntam, "'Senhor, quando foi que te vimos com fome e te demos de comer, com sede e te demos de beber? Quando foi que te vimos como estrangeiro e te recebemos em casa [...]?'" E o rei responde a eles: "'todas as vezes que vocês fizeram isso a um dos menores de meus irmãos, foi a mim que o fizeram'" (Mateus 25:34-40).

Ele então se vira para o grupo à sua esquerda, os "cabritos", e os amaldiçoa, mandando-os ao "fogo eterno, preparado para o diabo e seus anjos". Por quê? "Porque eu estava com fome, e vocês não me deram de comer; eu estava com sede, e não me deram de beber; eu era estrangeiro, e vocês não me receberam em casa; eu estava sem

roupa, e não me vestiram; eu estava doente e na prisão, e vocês não foram me visitar." Eles, no entanto, ficam igualmente surpresos, pois tampouco já haviam visto esse rei dos reis. Mas ele então os informa: "Eu garanto a vocês: todas as vezes que vocês não fizeram isso a um desses pequeninos, foi a mim que não o fizeram". E ele os envia então "para o castigo eterno", enquanto os justos vão "para a vida eterna".

O que chama a atenção nessa história, quando analisada à luz do critério da dissimilaridade, é a falta de características distintamente cristãs. Isto é, o julgamento futuro não é baseado na crença na morte e na ressurreição de Jesus, mas na realização de boas ações para os necessitados. Cristãos posteriores – incluindo particularmente Paulo (ver, por exemplo, I Tessalonicenses 4:14:-18) e os autores dos Evangelhos – sustentavam que o acesso ao reino futuro seria garantido pela fé em Jesus. Mas nada nessa passagem sugere a necessidade de se acreditar em Jesus: essas pessoas nem ao menos o conheciam. O que importa é ajudar os pobres, os oprimidos e os necessitados. Não parece provável que um cristão teria formulado a passagem dessa maneira.

A conclusão? Os ensinamentos da passagem provavelmente remontam a Jesus. A mensagem é clara. Quem quiser entrar no futuro reino de Deus deve seguir a essência da Torá e fazer a vontade de Deus quando ele comanda seu povo a amar aos outros como a si mesmos.

Jesus é considerado por muitos um grande professor de moral, pensamento com o qual concordo. Mas também é importante entender *por que* ele insistia numa conduta moral baseada no amor ao próximo. Não é pelas mesmas razões defendidas atualmente. Hoje em dia, muitos acham que devemos nos comportar de maneira ética para o bem da sociedade, para que possamos progredir no longo prazo. Para Jesus, no entanto, não haveria um longo prazo. O fim estava próximo, e as pessoas tinham de se preparar para isso. A ética dos ensinamentos de Jesus não visava simplesmente construir uma sociedade melhor. Visava convencer as pessoas a ter uma conduta mais apropriada para ficar entre os eleitos quando o Filho do Homem viesse, e assim entrar no reino, em vez de ser condenado ao sofrimento eterno ou à aniquilação. A ética de Jesus era guiada por uma pauta apocalíptica. Transpor essa ética para uma conjuntura diferente, não apocalíptica, significa arrancar essa ética de seu contexto original e minimizar a importância desse contexto para sua compreensão.

A IMINÊNCIA DO FIM

Devem restar poucas dúvidas de que Jesus pregou que o fim dos tempos, com o surgimento do Filho do Homem, ocorreria em breve, enquanto sua geração ainda vivesse. Conforme vimos, ele declara explicitamente em nossos Evangelhos mais antigos que seus discípulos "não morrerão" antes da chegada do reino (Marcos 9:1). Em outras

ocasiões, ele indica que os grandes eventos cataclísmicos do fim dos tempos ocorrerão "antes que morra esta geração que agora vive" (Marcos 13:30). É por isso que, em todas as nossas tradições antigas – Marcos, Q, M, L –, Jesus exorta constantemente seus ouvintes a estarem "atentos" e "preparados". Tais exortações sugerem que ninguém podia saber exatamente quando viria o fim, mas que seria muito em breve e que todos deveriam estar alertas. Assim, de nosso Evangelho mais antigo:

> "[...] Prestem atenção! Não fiquem dormindo, porque vocês não sabem quando vai ser o momento. Vai acontecer como a um homem que partiu para o estrangeiro. Ele deixou a casa, distribuiu a tarefa a cada um dos empregados e mandou o porteiro ficar vigiando. Vigiem, portanto, porque vocês não sabem quando o dono da casa vai voltar; pode ser à tarde, à meia-noite, de madrugada ou pelo amanhecer. Se ele vier de repente, não deve encontrá-los dormindo. O que eu digo a vocês, digo a todos: Fiquem vigiando." (Marcos 13:33-37)

Ensinamentos parecidos são encontrados em Marcos 24:43-44, 48-50; 25;13; Lucas 12:36, 39-40, 45-56. O fim estava próximo, e as pessoas precisavam estar preparadas.

Ao mesmo tempo, Jesus insistia que, de uma maneira discreta, o reino de Deus já se fazia presente aqui e agora. Isso não contradiz a noção de que viria com a chegada do Filho do Homem. Em vez disso, é uma extensão dos ensinamentos de Jesus sobre o reino futuro. Aqueles que seguiam Jesus e seus princípios já estavam vivenciando um pouco da vida tal qual seria no reino. No reino não haveria mais guerra, portanto os seguidores de Jesus deveriam ser pacifistas agora. No reino não haveria mais ódio, portanto seus seguidores deveriam amar a todos agora. No reino não haveria injustiça nem opressão, portanto seus seguidores deveriam lutar pelos direitos dos oprimidos agora. No reino não haveria fome, sede ou pobreza, portanto seus seguidores deveriam atender às necessidades dos pobres e desabrigados agora. No reino não haveria doença, portanto os seguidores de Jesus deveriam tratar dos doentes agora.

Quando os seguidores de Jesus faziam o que ele pedia, baseados em sua interpretação do significado da Torá, começavam a colocar em prática no presente os ideais do reino futuro. É por isso que o reino, para Jesus, se assemelhava a uma pequena semente de mostarda. Mesmo sendo a menor de todas as sementes, disse Jesus, quando plantada, se torna uma planta enorme (Marcos 4:30-32). O reino era assim: um começo pequeno e desfavorável no ministério de Jesus e na vida de seus seguidores que floresceria de maneira fantástica quando o Filho do Homem chegasse, trazendo o verdadeiro reino no fim dos tempos.

As atividades apocalípticas de Jesus

Agora que já vimos um breve resumo dos ensinamentos de Jesus durante seu ministério, o que podemos dizer sobre suas atividades? O que ele fez?

A REPUTAÇÃO DE JESUS COMO REALIZADOR DE MILAGRES

Qualquer tentativa de determinar com certeza absoluta o que Jesus fez durante seu ministério esbarra inevitavelmente na natureza dos relatos que chegaram até nós. As páginas dos Evangelhos estão repletas de registros de eventos milagrosos nos quais Jesus desafia a natureza, cura os enfermos, exorciza demônios e ressuscita os mortos. O que um historiador pode concluir a partir de todos esses milagres?

A resposta simples é que ele não pode concluir nada. Já expliquei detalhadamente os motivos em outro contexto, portanto não precisamos nos aprofundar aqui.[175] Basta dizer que, se os historiadores querem saber o que Jesus provavelmente fez, devem descartar os milagres, já que são, por natureza e definição, os eventos mais improváveis possíveis. Alguns diriam, naturalmente, que são literalmente impossíveis; caso contrário, não os chamaríamos de milagres. Não há necessidade de entrar nessa discussão aqui, mas simplesmente constatar que, embora a maioria dos relatos evangélicos sobre Jesus envolva elementos miraculosos, essas histórias não fornecem muitos dados para os historiadores.

No entanto, fornecem algum elemento de maneira indireta. Embora os historiadores – quando assumem a postura de historiadores (ao contrário de, por exemplo, historiadores que falam assumindo a postura de fiéis) – não possam dizer, por exemplo, que Jesus de fato curava os mortos ou exorcizava demônios, podem dizer que ele tinha tal reputação. Não há nada improvável no fato de alguém ter a reputação de milagreiro. Diversas pessoas hoje em dia têm exatamente esse tipo de reputação, merecidamente ou não. Mas a questão importante para esta parte de nossa discussão é que Jesus era visto por muita gente como curandeiro e exorcista, uma reputação que faz muito sentido num contexto apocalíptico.

Assim como outros apocalipticistas, Jesus acreditava que havia neste mundo forças do mal que geravam dor e sofrimento. Isso se manifestava particularmente na vida de pessoas aleijadas, com doenças incuráveis ou possuídas por demônios. (Não estou dizendo que eram *realmente* possuídas por demônios, mas que era assim que as pessoas as viam na época.) Jesus se contrapôs às forças do mal com sua mensagem de uma era futura na qual não haveria mais dor, desgraça ou sofrimento – nem o Diabo e os demônios para arruinar a vida das pessoas. Além disso, ele alegava que seus seguidores já vivenciavam algumas vantagens do reino futuro. Assim, não surpreende que fosse associado a práticas de curandeirismo e exorcismo num contexto apocalíptico. Ele já estava antecipando o reino na terra durante seu ministério. As histórias de curas e

exorcismos, portanto, devem ser compreendidas apocalipticamente – não como eventos reais, mas como um reflexo da própria mensagem de Jesus sobre o futuro reino de Deus.

AS PESSOAS COM QUEM JESUS SE ASSOCIAVA

A "boa" reputação de Jesus vinha de sua fama de realizador de milagres em benefício dos necessitados. Mas sua "má" reputação resultava de sua conhecida associação com pobres, párias e pecadores. Outros líderes religiosos aparentemente zombavam dele por preferir a companhia da ralé à de cidadãos virtuosos e honrados. Assim, encontramos em diversas tradições antigas a alegação de que Jesus se associava a "cobradores de impostos e pecadores" (Marcos 2:15-16; Q (Mateus 11:19; Lucas 7:29); M (Mateus 21:31-32); L (Lucas 15:1)). Parece improvável que os seguidores posteriores de Jesus tenham inventado a alegação de que seus amigos eram basicamente párias e prostitutas, portanto é possível que ele realmente tivesse essa reputação.

O termo *cobradores de impostos* se refere a funcionários de grandes organizações de cobrança de impostos que recolhiam tributos dos trabalhadores oprimidos da Galileia para os romanos. Como grupo, os cobradores de impostos eram vistos com desprezo como colaboradores dos romanos e gananciosos, avarentos e desonestos – em parte porque seu salário dependia do recolhimento de mais recursos do que repassavam às autoridades. O termo *pecadores* se refere a qualquer cidadão comum que simplesmente não fazia grandes esforços para seguir estritamente as leis dos judeus. Ao contrário de outros líderes religiosos – por exemplo, dos fariseus, saduceus ou essênios –, Jesus convivia com essas pessoas; e não é difícil entender por que, dada sua mensagem apocalíptica.

Jesus anunciava que todos os papéis sociais seriam invertidos no reino futuro, ou seja, que os ricos e poderosos seriam alijados do poder e que os pobres e oprimidos ocupariam posições de prestígio. Além disso, declarava que o reino já estava se fazendo presente, aqui e agora. Assim, ele se associava com a ralé para mostrar que essas pessoas eram os herdeiros do reino. O reino não viria para os cidadãos ricos, exemplos eminentes de virtuosidade judaica, mas para os marginalizados que eram desprezados pelos poderosos. Não é à toa que Jesus não era popular entre os outros líderes religiosos de sua época.

Um grupo particularmente íntimo de Jesus era os "doze", um círculo interno de discípulos que foram evidentemente escolhidos a dedo por Jesus. A existência desse grupo de doze é extremamente bem atestada em nossas fontes antigas. Chama a atenção o fato de os três Evangelhos sinóticos falarem dos doze e listarem seus nomes mas os nomes diferirem de uma lista para outra (Marcos 3:14-19; Mateus 10:1-4; Lucas 6:12-

16). Isso deve demonstrar que todos sabiam que havia doze no grupo, mas nem todos sabiam quem eles eram. O grupo também é explicitamente mencionado em Paulo (I Coríntios 15:5), João (6:67; 20:24) e Atos (6:2).

Há um dito de Jesus envolvendo os doze que quase certamente atende ao critério da dissimilaridade. É a passagem em Q que mencionei anteriormente, dada em Mateus da seguinte maneira: "'Eu garanto a vocês: no mundo novo, quando o Filho do Homem se sentar no trono de sua glória, vocês, que me seguiram, também se sentarão em doze tronos para julgar as doze tribos de Israel'" (Mateus 19:28).

Que esse dito provavelmente remonta a Jesus em si é sugerido pelo fato de que é dirigido aos doze apóstolos, incluindo, evidentemente, Judas Iscariotes. Ninguém que estivesse vivo após a morte de Jesus, que soubesse que ele fora traído por um dos seus (segundo todas as nossas fontes antigas), inventaria que o traidor fosse um dos regentes do futuro reino. O dito, portanto, foi gerado antes dos eventos que levaram à morte de Jesus. Ou seja, parece ser algo que Jesus realmente disse.

Isso é importante porque o dito revela a importância apocalíptica da decisão de Jesus de convocar doze, e especificamente doze, discípulos. Por que não nove ou catorze? Para Jesus, o número doze era significativo, provavelmente porque na Israel antiga o povo de Deus era formado por doze tribos. Assim, para ele, o futuro reino teria também doze tribos, chefiadas não por antigos patriarcas, mas pelos doze homens que ele escolhera como seus discípulos. A escolha de Jesus de um grupo íntimo de doze foi uma declaração apocalíptica ao mundo de que aqueles que o seguiam entrariam no reino futuro e de que os mais próximos a ele seriam os regentes do reino.

E quem reinaria acima deles? No momento, o senhor deles era o próprio Jesus. Quem seria o regente daquele reino futuro, onde os doze se sentariam nos doze tronos, reinando sobre as doze tribos? Já que Jesus "reinava" sobre eles agora, certamente continuaria a fazê-lo depois. Isso significa que Jesus provavelmente ensinou a seus seguidores mais próximos que ele seria o rei no futuro reino de Deus. Em outras palavras, Jesus parece ter proclamado, ao menos para aqueles de seu círculo íntimo, que ele era realmente o futuro messias, não no sentido de que reuniria um exército para expulsar os romanos, mas no sentido de que quando o Filho do Homem trouxesse o reino à terra, ele, Jesus, seria escolhido como seu regente. Não é por menos que seus discípulos o consideravam o messias. Aparentemente, ouviram isso do próprio Jesus.

OS ADVERSÁRIOS DE JESUS

Várias de nossas tradições mais antigas atestam os constantes conflitos de Jesus com outros líderes judaicos de sua época. E assim, durante seu ministério na Galileia, ele é retratado provocando a ira dos fariseus, que o atacavam severamente por não obedecer de maneira satisfatória à Lei Judaica. Esses confrontos não significam que Jesus tenha

abandonado o judaísmo. Longe disso. As controvérsias envolviam a *interpretação* apropriada do judaísmo. Jesus se opôs aos fariseus e à sua lei oral, assim como a vários outros judeus da época. Na visão de Jesus, Deus não desejava um cumprimento rígido da lei farisaica. Ele desejava que seu povo guardasse a essência da lei nos mandamentos para amar a Deus acima de todas as coisas e amar ao próximo como a si mesmo.

Não temos nenhum indício de que Jesus tivesse entrado em confronto direto com os essênios, embora deva estar claro que ele tinha uma interpretação bem diferente das realidades apocalípticas que o mundo iria sofrer em breve. Enquanto os essênios acreditavam em se separar do resto da sociedade para preservar sua pureza pessoal e comunal, Jesus acreditava em conviver com os impuros, com os "cobradores de impostos e pecadores", aqueles que entrariam no reino. As visões de Jesus teriam soado como anátema para a comunidade de Cunrã.

Outra área contraposta ao ministério de Jesus envolve não um grupo judaico, mas uma ampla entidade social: a família. Por mais estranho que possa parecer aos defensores modernos dos "valores de família", que citam Jesus frequentemente em apoio a suas visões, aparentemente Jesus era contrário à noção da família e tinha conflitos com sua própria família. Essa oposição à família, conforme veremos, está enraizada na mensagem apocalíptica de Jesus.

A oposição de Jesus à unidade familiar aparece claramente quando exige que seus seguidores abandonem seus lares em troca do reino futuro. Com isso, serão recompensados:

> Eu garanto a vocês: quem tiver deixado casa, irmãos, irmãs, mãe, filhos e campos por causa de mim e da Boa Notícia vai receber cem vezes mais. Agora, durante esta vida, vai receber casas, irmãos, irmãs, mãe, filhos e campos junto com perseguições. E, no mundo futuro, vai receber a vida eterna. Muitos que agora são os primeiros serão os últimos, e muitos que agora são os últimos serão os primeiros (Marcos 10:29-31).

Seus seguidores devem se preocupar com o reino futuro, não com suas famílias. Essa é uma exigência severa no contexto histórico de Jesus. Na maioria dos casos, se não em todos, seus seguidores deviam ser os principais provedores de suas famílias. Ao abandoná-las, quase certamente as fizeram passar por enormes privações, talvez até fome. Mas valia a pena, na visão de Jesus. O reino assim o exigia. Nenhum laço familiar era mais importante do que o reino: irmãos, esposas e filhos não valiam nada se comparados ao reino.

É por isso que Jesus é registrado como dizendo (isso vem de Q): "'Se alguém vem a mim e não odeia o pai, a mãe, a mulher, os filhos, os irmãos, as irmãs e até a sua própria vida não pode ser meu discípulo". (Lucas 14:26; Mateus 10:37). Uma pessoa

deve "odiar" sua família? A mesma palavra é usada, notavelmente, na passagem independentemente preservada no Evangelho de Tomé: "Aquele que não odiar seu pai e sua mãe não é digno de ser meu discípulo" (Evangelho de Tomé 55). Se entendermos o significado de *odiar* aqui como "desprezar em comparação a" ou "não manter relações com", ou algo assim, a passagem então faz sentido. Isso ajudaria a explicar a reação de Jesus em relação à sua própria família. Há sinais claros não só de que a família de Jesus rejeitou sua mensagem durante seu ministério, mas de que em troca ele os repudiou publicamente (atestado independentemente em Marcos 3:31-34 e no Evangelho de Tomé 99). Jesus previu claramente as rixas familiares que seriam criadas quando alguém se comprometesse com sua mensagem do reino futuro:

> [...] Vocês pensam que vim trazer a paz sobre a terra? Pelo contrário, eu lhes digo, vim trazer divisão. Pois, daqui em diante, numa família de cinco pessoas, três ficarão divididas contra duas, e duas contra três. Ficarão divididos: o pai contra o filho, e o filho contra o pai; a mãe contra a filha, e a filha contra a mãe; a sogra contra a nora, e a nora contra a sogra (Lucas 12:51-53; Mateus 10:34-36; independentemente atestado no Evangelho de Tomé 16).

As tensões familiares aumentariam na véspera do fim dos tempos, quando "Um irmão entregará seu próprio irmão à morte, e o pai entregará o filho; os filhos ficarão contra os pais e entregá-los-ão à morte" (Marcos 13:12).

Essas tradições antifamília são atestadas em fontes demais para serem ignoradas (são encontradas em Marcos, Q e Tomé, por exemplo) e mostram que Jesus não defendia o que hoje consideramos valores de família. Mas por que não? Evidentemente porque, conforme já enfatizei, ele não estava ensinando como construir e preservar uma boa sociedade. O fim estava próximo, e a ordem social atual estava sendo radicalmente questionada. No fim das contas, o que importava não eram os laços familiares e as instituições sociais fortes desse mundo. O que importava era a coisa nova que estava por vir, o reino futuro. Era impossível pregar essa mensagem e, ao mesmo tempo, tentar preservar a estrutura social atual. Seria como tentar guardar vinho novo num barril velho ou tentar costurar um remendo de pano novo numa roupa velha. Qualquer produtor de vinho ou costureira sabe que não funciona. O barril vai arrebentar e a roupa vai rasgar. Vinhos e panos novos exigem barris e roupas novas. O antigo está passando e o novo está se aproximando (Marcos 2:18-22; Evangelho de Tomé 47).

JESUS E O TEMPLO

Além de ser contrário a outros líderes judaicos e à instituição da família, Jesus é retratado em nossas tradições mais antigas como um severo opositor de uma das

instituições centrais da vida religiosa judaica, o Templo de Jerusalém. Encontramos em nossas tradições evangélicas várias declarações independentes de Jesus de que o Templo será destruído por um ato de juízo divino. Como já vimos, para a maioria dos judeus da época de Jesus, o Templo era o centro de toda prática e autoridade religiosa. Era ali, e apenas ali, que os sacrifícios a Deus determinados na Torá podiam ser realizados. E por prestar serviços tão monumentais, o Templo era o centro de toda a vida política, econômica e social de Jerusalém, a capital da Judeia.

Em diferentes momentos da antiguidade, no entanto, diversos profetas judaicos consideraram que o Templo fora corrompido por seus administradores. Cerca de seis séculos antes de Jesus, por exemplo, essa era a visão do profeta Jeremias, que sofreu maus tratos por parte das autoridades locais devido aos seus discursos inflamados contra o Templo e seus líderes (ver especialmente Jeremias 7). Também era essa a visão dos essênios, apenas poucos anos antes de Jesus. Eles se separaram da vida religiosa dos judeus em Jerusalém em grande parte por acharem que o culto do Templo se tornara poluído e impuro. Essa era também a visão de outros profetas apocalípticos posteriores a Jesus, incluindo um discutido pelo historiador judeu Josefo. Notavelmente, esse homem também se chamava Jesus, mas era filho de um desconhecido de nome Ananias. Cerca de trinta anos após a morte de Jesus, esse outro Jesus anunciou que Deus em breve destruiria a cidade de Jerusalém e o Templo. Os líderes judeus o prenderam e o levaram a julgamento por perturbação da ordem. Foi açoitado e libertado, mas prosseguiu com suas lamentações contra o Templo até ser acidentalmente morto por uma pedra de catapulta durante o cerco a Jerusalém no levante judaico contra Roma em 66-70 EC.

Há também registros de Jesus prevendo a destruição do Templo. O mais famoso faz parte de uma coleção importante de seus ditos em nosso Evangelho mais antigo: "Quando Jesus saiu do Templo, um discípulo comentou: "'Mestre, olha que pedras e que construções!' Jesus respondeu: 'Você está vendo essas grandes construções? Não ficará pedra sobre pedra; tudo será destruído'" (Marcos 13:1).

Em tradições posteriores, o próprio Jesus é acusado de ameaçar destruir o lugar. Por exemplo, em seu julgamento, testemunhas falsas alegam: "'Nós o ouvimos dizer: 'Vou destruir este templo feito por homens, e em três dias construirei um outro, que não será feito pelos homens!'" (Marcos 14:58). Quando estava na cruz, supostamente foi zombado: "'Ei! Você que ia destruir o Templo e construí-lo de novo em três dias" (Marcos 15:29). Algo semelhante é relatado independentemente em João, quando Jesus diz a seus adversários judeus: "'Destruam este Templo, e em três dias eu o levantarei" (João 2:19). E de uma fonte não relacionada, em um discurso encontrado no livro dos Atos, no martírio de Estêvão, falsas testemunhas surgem novamente para dizer que ouviram Estêvão declarar que "'[...] Jesus, o Nazareu, destruirá este lugar e subverterá

os costumes que Moisés transmitiu'". Há uma passagem semelhante até mesmo no Evangelho de Tomé, já que Jesus ali diz: "Eu destruirei esta casa e ninguém será capaz de reconstruí-la" (Evangelho de Tomé 71).

Assim, a tradição de que Jesus falou sobre a destruição do Templo é bastante difundida. A ideia de que ele destruiria o Templo pessoalmente evidentemente não atende ao critério da dissimilaridade: cristãos que o consideravam o Senhor todo-poderoso podem ter criado os ditos para mostrar que, após a sua morte, ele se "vingou" dos judeus destruindo seu Templo. Também não atende muito bem ao critério da credibilidade contextual: é difícil imaginar Jesus demolindo sozinho construções inteiras. Também problemática é a noção, encontrada apenas em João, de que, quando Jesus falava da destruição do Templo e sua reconstrução em três dias, estava na verdade falando de seu corpo (João 2:21).

Afinal, Jesus disse de fato alguma coisa sobre a futura destruição do Templo? Poderíamos ampliar o critério da dissimilaridade e alegar que, como o Templo foi na verdade destruído pelos romanos em 70 EC, nenhuma das previsões de Jesus pode ser seguramente atribuída a ele – isto é, cristãos posteriores colocaram previsões da destruição do Templo em sua boca para mostrar seus poderes proféticos. A maioria dos estudiosos, no entanto, considera essa visão um tanto radical, já que as previsões da destruição atendem, em diferentes níveis, a todos os critérios: a) atestação múltipla (Marcos, João, Atos e Tomé); b) dissimilaridade (ao menos em um aspecto a forma mais antiga desses ditos parece atender a esse critério, já que a alegação de Jesus em Marcos de que não sobraria pedra sobre pedra não se concretizou, como você mesmo pode atestar visitando o Muro das Lamentações em Jerusalém hoje em dia. Alguém que soubesse realmente de todos os detalhes da destruição não inventaria esse verso); e c) tão importante quanto os outros, os ditos são contextualmente confiáveis.

Sabemos que outras figuras proféticas da história de Israel sustentavam que o povo judeu havia se afastado tanto de Deus que ele os puniria destruindo seu local de adoração principal. Jesus pode muito bem ter previsto uma destruição parecida quando o Filho do Homem descesse para julgar os que se opunham a Deus.

Esse é, evidentemente, um ensinamento radical: o Templo de Deus e os sacrifícios realizados nele, sacrifícios determinados pela própria Lei de Moisés, são na verdade contrários a Deus. Não é por menos que os líderes judaicos em Jerusalém tenham se ofendido e visto Jesus como um agitador em potencial.

O estopim da ofensa pode ter sido um dos incidentes mais bem atestados da vida de Jesus. Nos Evangelhos sinóticos, Jesus passa seu ministério inteiro na Galileia e na última semana de sua vida faz uma peregrinação a Jerusalém para celebrar a Páscoa. Historicamente, isso é totalmente plausível. A viagem pode ser entendida no contexto da missão apocalíptica de Jesus. Ele aparentemente acreditava que o fim estava próximo

e que os judeus precisavam se arrepender de seus pecados em preparação à chegada do Filho do Homem. Depois de levar sua mensagem para todo o interior de sua terra natal, Galileia, ele veio a Jerusalém também para anunciar sua mensagem, como nossos Evangelhos dizem que fez, assim que chegasse à cidade. Por que Jerusalém? Porque era o centro do judaísmo. Por que na Páscoa? Porque era a época do ano em que havia mais gente na cidade, com peregrinos vindos do mundo inteiro para celebrar a festa. Era a situação ideal para Jesus espalhar sua mensagem apocalíptica.

Quando Jesus chegou à cidade, segundo os relatos antigos, ele entrou no Templo e provocou um tumulto. De acordo com nosso Evangelho mais antigo, Marcos, foi um tumulto enorme, e Jesus interrompeu sozinho todas as atividades do Templo (ver Marcos 11:15-16). Isso é totalmente implausível, já que o complexo do Templo era imenso, compreendendo uma área de cerca de 450 metros por 300 metros, o suficiente para acomodar 25 campos de futebol americano, incluindo as áreas de pontuação. Deveria haver no local centenas de sacerdotes trabalhando e centenas de judeus participando. Que um homem pudesse sozinho interromper totalmente todas as atividades derrubando algumas mesas e proferindo algumas palavras duras desafia a imaginação.

Mas Jesus pode muito bem ter provocado um tumulto pequeno ali, conforme atestado em mais de uma fonte (Marcos e João), já que essa tradição coincide tão bem com seus pronunciamentos sobre a corrupção do Templo e sua futura destruição. E também explica particularmente bem por que as autoridades locais, os saduceus e os principais sacerdotes à frente do Templo, decidiram mandar prendê-lo como agitador.

Os relatos antigos indicam que Jesus expulsou os vendedores de animais sacrificiais e que derrubou as mesas dos cambistas, citando as palavras de Jeremias às quais me referi anteriormente: "'Não está nas Escrituras: 'Minha casa será chamada casa de oração para todos os povos'? No entanto, vocês fizeram dela uma toca de ladrões'" (Marcos 11:17). Esses vendedores e cambistas não têm gozado de boa reputação entre leitores cristãos ao longo dos anos, mas sua importância para o culto do Templo é evidente. Os judeus que vinham de todas as partes do mundo não podiam trazer nas longas viagens seus próprios animais sacrificiais. Os funcionários do Templo tinham de providenciar animais para venda no local. Mas não fazia sentido para os judeus comprar esses animais com moedas romanas. As moedas romanas traziam estampada a imagem de César, o que era proibido, principalmente no Templo. Assim, é evidente que deveria haver um serviço de câmbio de moedas. Isso permitia que os animais sacrificiais fossem comprados com a moeda do Templo.

Jesus aparentemente se ofendeu com a operação e reagiu com violência. Não sabemos por quê. Possivelmente achou tudo simplesmente corrupto, assim como os essênios, que se recusavam a adorar no Templo. Ou talvez não suportasse a ideia de

alguém lucrar com o culto a Deus. Também é possível (não são opções mutuamente excludentes) que os atos de Jesus fossem apenas um gesto simbólico.[176] Se Jesus previu a destruição do Templo no juízo futuro, como parece provável, pode ter revirado as mesas e provocado um distúrbio como uma espécie de parábola encenada de sua mensagem apocalíptica, com suas atitudes servindo de metáfora para o que aconteceria com o local, uma ilustração simbólica de sua anunciação da destruição que afetaria não só os inimigos de Deus, como os romanos, mas até mesmo as instituições e os líderes religiosos de seu próprio povo.

Era realmente uma mensagem radical, que chamou a atenção dos próprios líderes. Segundo nossas tradições antigas, eles ficaram de olho em Jesus ao longo da semana seguinte, e quando ele começou a juntar multidões para ouvir sua mensagem, mandaram prendê-lo e retirá-lo de circulação, provavelmente para evitar revoltas durante a época incendiária da festa da Páscoa Judaica.

A morte de Jesus

Os últimos dias e horas de Jesus recebem muito mais atenção em nossas fontes antigas do que qualquer outro período de sua vida. Nosso primeiro Evangelho, Marcos, dedica dez capítulos ao ministério de Jesus na Galileia (não somos informados qual sua duração), e os seis capítulos finais são dedicados apenas a sua última semana. Nosso último relato canônico, João, dedica onze capítulos a um ministério de três anos e dez à última semana. Infelizmente, grande parte do material desses capítulos não atende prontamente aos nossos critérios. O que podemos dizer é que Jesus provavelmente foi traído por um de seus seguidores e denunciado às autoridades judaicas; essas autoridades o entregaram ao governador romano, Pilatos, que estava na cidade para manter a ordem durante a festa. Após um julgamento certamente breve, Pilatos ordenou que ele fosse crucificado. Todos esses dados fazem sentido no contexto da proclamação apocalíptica de Jesus.

Os relatos antigos de Mateus, Marcos e Lucas concordam que Jesus veio a Jerusalém uma semana antes da Páscoa. Isso faz sentido, já que era um costume: era necessário passar por certos rituais de purificação antes de celebrar a festividade, e isso exigia frequentar o Templo com uma semana de antecedência. Segundo os relatos, Jesus passou a maior parte da semana fazendo sua proclamação apocalíptica às multidões e foi durante esses dias que alegadamente pregou uma mensagem particularmente direta sobre o futuro apocalipse (por exemplo, Marcos 13). Esses relatos indicam – ao contrário de João, conforme já vimos – que Jesus celebrou a Páscoa com seus discípulos, e foi então que supostamente instituiu a Santa Ceia (Marcos 14). Embora o evento seja narrado também por Paulo, é difícil ver como pode atender ao critério da

dissimilaridade, pois Jesus prevê com detalhes gráficos como seu corpo será partido e seu sangue derramado para salvar os outros – um tema decididamente cristão. Não é implausível, no entanto, que Jesus tenha desconfiado de seu fim próximo. Não é preciso uma revelação de Deus para perceber o que acontece quando se critica violentamente as autoridades governantes nesse contexto explosivo, e havia um longo histórico de profetas judeus que acabaram mortos por exceder os limites do discurso público.

Há razões sólidas para acreditarmos que Jesus foi realmente traído por um de seus seguidores, Judas Iscariotes. Isso está registrado em diversas fontes independentes: Marcos, M, João e o livro dos Atos (Marcos 14:10-11; 43-50; Mateus 27:3-10; João 18:1-11; Atos 1:15-20). Além disso, a tradição parece atender ao critério da dissimilaridade, já que não parece ser o tipo de coisa que um cristão posterior inventaria. *Essa* era toda a autoridade que Jesus tinha sobre seus seguidores mais íntimos?

Não temos como saber por que Judas teria feito tal coisa, embora não tenham faltado sugestões ao longo dos anos.[177] Talvez tenha sido por dinheiro. Talvez tenha sido por maldade (inspirado pelo Diabo, para usar a terminologia do Novo Testamento). Talvez estivesse desiludido com a recusa de Jesus em assumir publicamente o papel de messias. Talvez achasse que poderia forçar Jesus a clamar por apoio público. Ninguém sabe.

De certa maneira, uma questão mais interessante é qual foi exatamente a traição de Judas. Nos Evangelhos, ele simplesmente revela o paradeiro de Jesus para que as autoridades possam prendê-lo sem ninguém por perto. Essa pode ser a resposta mais simples, mas levanta uma pergunta: Por que as autoridades simplesmente não seguiram Jesus?

Porém, há outra possibilidade. Já discuti essa questão extensamente em outra ocasião e vou apenas resumi-la aqui.[178] O que é estranho nos relatos evangélicos sobre a morte de Jesus é que Pilatos o condena à crucificação por se autoproclamar rei dos judeus. Isso é atestado em diversas fontes e atende ao critério da dissimilaridade, pois, até onde sabemos, não é um título que os cristãos primitivos usavam para se referir a Jesus. Seus seguidores o chamavam de o Filho de Deus, o Filho do Homem, o Senhor, o messias e de vários outros termos, mas não de rei dos judeus, ao menos não no Novo Testamento. Portanto, não teriam inventado isso como a acusação contra ele, o que significa que provavelmente foi de fato o crime pelo qual foi acusado.

O problema é que não há registro de que Jesus tenha se autoproclamado rei dos judeus durante seu ministério. Por que então foi executado por uma alegação que nunca tinha feito antes? A solução pode estar no fato mencionado anteriormente sobre a previsão de Jesus de que os doze discípulos (incluindo Judas) se sentariam nos tronos como governantes do futuro reino de Deus. Nesse momento eu sugeri que, como Jesus era o senhor dos doze agora, seria também o senhor dos doze no futuro. Ou seja, ele

seria o futuro rei do futuro reino. Isso não era algo que ele proclamava publicamente, até onde podemos saber. Mas parece ter sido algo que ensinava aos seus discípulos.

Qual foi então a traição de Judas que permitiu que as autoridades prendessem Jesus? Possivelmente a revelação dessa informação confidencial. Jesus estava chamando a si mesmo de futuro rei. Jesus não foi executado por se chamar de o Filho de Deus, o Filho do Homem, o Senhor ou mesmo Deus. Ele foi executado por se chamar de o messias, o escolhido de Deus, o rei dos judeus. E Judas pode muito bem ter sido a pessoa que informou as autoridades disso.

A prisão de Jesus pelas autoridades judaicas faz sentido, já que elas controlavam todos os assuntos civis. Os Evangelhos trazem relatos do julgamento de Jesus diante do Sanhedrin, mas há pouca coisa historicamente confiável. Apenas os líderes judaicos e Jesus estavam presentes – nenhum de seus seguidores estava lá – e não havia ninguém fazendo anotações. Parece improvável que os próprios líderes contassem a cristãos posteriores o que acontecera na época (se lembrassem). E o próprio Jesus não poderia ter contado, já que foi encarcerado e excetuado na manhã seguinte. O que é claro é que as autoridades judaicas não julgaram Jesus segundo a lei judaica: em vez disso, o entregaram a Pilatos.

Também não sabemos exatamente o que aconteceu no julgamento diante de Pilatos. Novamente, não há fontes confiáveis. O que sabemos, conforme indiquei, é que Jesus foi acusado de ter se autoproclamado rei dos judeus. Era uma acusação política, e Pilatos evidentemente só se interessaria por questões políticas, jamais por disputas entre judeus sobre suas próprias tradições religiosas. Como essa é a acusação que resultou na execução de Jesus, não é difícil imaginar o que pode ter acontecido no julgamento. Pilatos fora informado de que Jesus se considerava um rei. Isso era considerado traição. Somente os romanos podiam nomear reis, e Jesus certamente não fora escolhido por eles para governar Israel. Ele estava reivindicando uma posição à qual não tinha direito, e para assumir a condição de rei teria primeiro de derrotar os próprios romanos.

É evidente que não era assim que Jesus entendia sua realeza. Ele era um apocalipticista que acreditava que em breve Deus interviria no curso da história humana para destruir os romanos e todos que se opunham a ele, antes de estabelecer seu reino na terra. Jesus então seria o escolhido para se sentar no trono. Mesmo assim, é possível que Pilatos tenha o interrogado rapidamente para saber como ele respondia à acusação. Jesus dificilmente poderia negar que era o rei dos judeus, já que estava convencido disso. Assim, ou se recusou a responder à acusação ou então confirmou a história.

Seja qual fosse o caso, era tudo de que Pilatos precisava. Outras obrigações exigiam sua atenção e seu tempo. Como governador, ele tinha poder de vida e morte, sem a necessidade de seguir a lei federal romana, que era praticamente inexistente. A melhor maneira de lidar com agitadores era simplesmente se livrar deles, e assim o fez.

Ordenou que Jesus fosse crucificado. É possível que o processo todo não tenha durado mais do que alguns minutos e que a ordem tenha sido imediatamente executada. Jesus foi alegadamente açoitado pelos soldados e conduzido para a sua execução, presumivelmente fora das muralhas da cidade. Antes que alguém soubesse, o pregador apocalíptico estava pendurado em uma cruz. Segundo nosso relato mais antigo, morreu dentro de seis horas.

CONCLUSÃO

JESUS E OS MITICISTAS

Em abril de 2011, fui homenageado na reunião nacional da Associação Humanista Americana, na qual recebi o Prêmio de Liberdade Religiosa. Eu mal tinha ouvido falar da associação antes dessa reunião em Cambridge, Massachusetts. Todos os anos, quatrocentos ou quinhentos humanistas se reúnem para discutir assuntos de interesse mútuo, assistindo a palestras e participando de seminários sobre questões relacionadas à necessidade de se promover objetivos e ideais humanistas em todas as esferas da sociedade. O grupo adota o termo *humanista* com uma conotação positiva. Eles celebram o que há de bom em ser humano. Mas há uma implicação negativa por trás dessa autodefinição que é abertamente debatida nas sessões da reunião e está presente em quase todas as conversas que ali ocorrem. Essa é uma celebração da humanidade *sem Deus*. *Humanista* é entendido como o oposto de *teísta*. Trata-se de uma reunião de descrentes que acreditam no poder da humanidade para tornar sociedades e vidas individuais mais felizes, realizadas, bem-sucedidas e significativas. E o grupo é quase exclusivamente composto por agnósticos e ateus.

Embora eu não conhecesse o grupo e seus objetivos antes dessa ocasião, concordo plenamente com seus ideais. Eu mesmo sou agnóstico e certamente considero tanto desejável quanto possível levar uma vida feliz, plena e significativa sem fé cristã ou qualquer outro tipo de fé. Creio que sou uma prova viva dessa possibilidade. Minha vida é absolutamente fantástica, e eu não poderia desejar nada melhor, a não ser, talvez, mais do mesmo.

Contudo, o que mais me chamou a atenção nessa reunião foi precisamente seu caráter extremamente religioso. Todos os anos eu frequento reuniões da Sociedade de Literatura Bíblica, simpósios sobre cristianismo primitivo e eventos afins. Que eu me lembre, nunca havia participado de uma reunião na qual se falasse tanto sobre

religiosidade pessoal quanto a da Associação Humanista Americana, um grupo dedicado à vida sem religião.

Creio que se falou tanto sobre fé religiosa porque é quase impossível em nossa sociedade falar sobre sentido de vida e plenitude sem falar em religião, e os humanistas sentem necessidade de se contrapor a esse discurso dominante. Assim, suas reuniões anuais incluem cursos e sessões sobre como se relacionar com a família depois de abandonar a religião, como lidar com a religião na escola (rezas obrigatórias, ensino de criacionismo e assim por diante), como praticar meditação fora de estruturas religiosas (budismo, por exemplo) e temas afins. Todas essas questões contrapõem o humanismo a outra coisa, conforme fica claro quando os humanistas descrevem suas crenças pessoais em termos negativos: "agnosticismo" (não saber se existe Deus ou não) ou "ateísmo" (não acreditar em Deus). Até mesmo a descrição da associação em sua página da internet envolve um contraste com outros membros da sociedade: "Humanismo é uma filosofia de vida progressista que, sem teísmo ou outros tipos de crenças sobrenaturais, afirma a capacidade e a responsabilidade do ser humano em levar uma vida ética de realizações pessoais que vise o bem maior da humanidade".

Apesar de minha surpresa em ouvir os humanistas falando tanto de religião, o que não me surpreendeu na reunião foi saber que várias pessoas do grupo – ao menos aquelas com quem conversei – são miticistas ou simpatizantes do miticismo. Seus autores prediletos são figuras como Robert Price, Earl Doherty e alguns outros que mencionei neste livro. Muitos ficaram extremamente admirados de saber que tenho uma visão diferente, que acredito que houve mesmo na história um Jesus de Nazaré que foi crucificado a mando de Pôncio Pilatos e sobre quem podemos saber muito como figura histórica.

O problema do Jesus histórico

Em minha opinião, os miticistas, um tanto ironicamente, prestam um desserviço a seus leitores humanistas. Ao firmar uma posição que quase ninguém mais aceita, eles se expõem ao ridículo e a acusações de desonestidade intelectual. No entanto, isso é totalmente desnecessário para alcançar seus objetivos (dos quais falarei mais adiante). É evidente que, para os miticistas, a fé em Jesus é um problema. Mas o verdadeiro problema de Jesus não é que ele seja um mito inventando pelos cristãos primitivos – isto é, que ele nunca tenha sido um personagem real no palco da história. O problema de Jesus é justamente o contrário. Como Albert Schweitzer percebeu há muito tempo, o problema do Jesus histórico é que ele era histórico *demais*.

Muitos televangelistas, pregadores cristãos populares e donos daquelas empresas que chamamos de megaigrejas compartilham uma visão moderna irrefletida sobre Jesus – a

de que ele pode ser fácil e quase automaticamente traduzido para uma linguagem moderna. O fato, no entanto, é que Jesus não era uma pessoa do século XXI que falava a língua da América cristã moderna (ou da Inglaterra, da Alemanha ou de qualquer outro lugar). Jesus era inescapável e irrefutavelmente um judeu da Palestina do século I. Ele não era igual a nós, e se tentarmos recriá-lo à nossa imagem transformaremos o Jesus histórico numa criatura inventada para nós e nossos propósitos.

Jesus não se reconheceria na pregação da maioria de seus seguidores atuais. Ele não sabia nada de nosso mundo. Ele não era capitalista. Ele não acreditava na livre iniciativa. Ele não defendia o acúmulo de riqueza ou das coisas boas da vida. Ele não acreditava em educação em massa. Ele nunca ouvira falar em democracia. Ele não tinha nada a ver com frequentar a igreja no domingo. Ele não sabia nada de previdência social, cupons de alimentação, bem-estar social, excepcionalismo norte-americano, índices de desemprego ou imigração. Ele não tinha ideias sobre reforma tributária, saúde pública (além de querer curar leprosos) ou o estado do bem-estar social. Até onde sabemos, não expressou nenhuma opinião sobre as questões éticas que nos atormentam hoje em dia: aborto e direitos reprodutivos, casamento entre pessoas do mesmo sexo, eutanásia ou bombardeios no Irã. Seu mundo não era o nosso, suas preocupações não eram as nossas e – mais surpreendente ainda – suas crenças não eram as nossas.

Jesus foi um judeu do século I, e quando tentamos transformá-lo em um americano do século XXI distorcemos tudo o que ele era e tudo aquilo que representava. Jesus era completamente sobrenaturalista. Ele acreditava no Diabo e em demônios e nas forças do mal agindo neste mundo. Ele sabia pouco – possivelmente quase nada – sobre o funcionamento do Império Romano. Mas o pouco que sabia considerava nocivo. É possível que considerasse toda forma de governo nociva, a menos que fosse uma teocracia (futura) a ser governada por Deus por meio de seu messias. Ele certamente não defendia nossas visões políticas, sejam quais forem no momento.

Essas forças do mal estavam impondo seu controle sobre o mundo de maneira cada vez mais vigorosa. Mas Jesus achava que Deus iria intervir em breve e destruir todas elas para trazer seu reino do bem à terra. Isso não viria de esforço humano – ampliando as instituições democráticas, reforçando a defesa nacional, melhorando o sistema educacional, combatendo o tráfico de drogas e assim por diante. Viria de Deus, quando ele mandasse um juiz cósmico para destruir a ordem atual e estabelecer o reino de Deus aqui na terra. Isso não era uma metáfora para Jesus. Ele acreditava que seria assim, e logo, dentro de poucos anos.

Jesus se enganou quanto a isso. Ele se enganou sobre muitas coisas. As pessoas não querem ouvir isso, mas é verdade. Jesus era um homem de sua própria época. E, assim como homens e mulheres de suas próprias épocas se enganam sobre tantas coisas, o mesmo ocorreu com Jesus, e o mesmo ocorre conosco.

Portanto, o problema de Jesus é que é impossível removê-lo de sua época e transportá-lo para a nossa sem recriá-lo completamente. Quando o recriamos, não temos mais o Jesus da história, mas o Jesus de nossa imaginação, uma invenção monstruosa criada para servir aos nossos propósitos. Mas não é tão fácil assim transplantar e modificar Jesus. Ele é extremamente resistente. Ele permanece sempre em sua própria época. Conforme os modismos sobre Jesus vêm e vão, e novos Jesus são inventados e desaparecem, substituídos por Jesus ainda mais novos, o Jesus real, histórico, segue existindo no passado. Ele era o profeta apocalíptico que esperava uma ruptura cataclísmica ainda no tempo de sua geração, com Deus destruindo as forças do mal, estabelecendo seu reino e instalando o próprio Jesus no trono. Esse é o Jesus histórico. E ele é obviamente histórico demais para o gosto moderno. É por isso que tantos cristãos tentam reformá-lo hoje em dia.

A agenda miticista

Em minha visão, humanistas, agnósticos, ateus, miticistas e todos que dizem não acreditar em Jesus estariam mais bem servidos enfatizando que o Jesus da história não é o Jesus do cristianismo moderno do que insistindo – erroneamente – que Jesus nunca existiu. Jesus existiu. Ele simplesmente não foi a pessoa que a maioria dos fiéis modernos acredita que tenha sido.

Por que então os miticistas alegam que ele não existiu? Não estou perguntando que evidências os miticistas fornecem para a não existência de Jesus. Já analisei as evidências e os problemas que apresentam. Minha pergunta vai mais fundo: o que está por trás da agenda dos miticistas? Por que se esforçam tanto para mostrar que Jesus nunca existiu? Não tenho uma resposta definitiva a essa pergunta, mas tenho um palpite.

Não é por acaso que praticamente todos os miticistas (na verdade, todos, que eu saiba) são ateus ou agnósticos. Os que conheço melhor são ateus bastante virulentos, militantes até. À primeira vista, isso pode fazer sentido: *quem* mais teria interesse em provar que Jesus nunca existiu? Pensando bem, não é tão lógico assim. A questão da existência de Jesus é totalmente irrelevante para a questão da existência de Deus. Portanto, por que ateus (e agnósticos) virulentos estariam tão interessados em demonstrar que Jesus não existiu?

É importante ter em mente o óbvio fato de que todos os miticistas vivem num mundo cristão em que o cristianismo é a religião adotada pela vasta maioria da população. É evidente que temos diversos judeus e muçulmanos em nossa sociedade, além de alguns budistas, hindus e representantes de outras tradições religiosas importantes em nossa cultura. De modo geral, contudo, a maioria das pessoas religiosas

que encontramos é avidamente cristã. E os miticistas são avidamente antirreligiosos. Portanto, para desacreditar a religião em geral, é preciso atacar especificamente a forma cristã de religião. E que maneira melhor de atacar o cristianismo do que alegando que a figura central de adoração e devoção cristã nunca existiu, mas que foi inventada, fantasiada, criada? Se o cristianismo é baseado em Jesus, e Jesus nunca existiu, como fica então a religião de bilhões de pessoas no mundo? Fica totalmente destroçada, ao menos na opinião dos miticistas. (Seria fácil argumentar que o cristianismo poderia sobreviver muito bem sem a figura histórica de Jesus, mas isso seria outra história e outro livro.)

Isso significa que, ironicamente, assim como os humanistas seculares que passam tanto tempo em suas reuniões anuais discutindo religião, os miticistas tão determinados a mostrar que o Jesus histórico não existiu também não são movidos por uma preocupação histórica. A agenda deles é religiosa, e eles estão comprometidos com uma ideologia religiosa. O que fazem não é história, e sim teologia.

É certo que fazem teologia para se opor à religião tradicional. Mas essa oposição não é movida por preocupações históricas, e sim religiosas.

Mas por que os miticistas seriam tão furiosamente contrários à religião tradicional? Acredito que seja porque eles acham que o cristianismo histórico – a forma de religião mais bem conhecida na sociedade em que os miticistas vivem – tenha feito e continue fazendo mais mal do que bem ao mundo. Eles olham para nossos sistemas educacionais e veem cristãos fervorosos trabalhando duro para promover a ignorância em detrimento do conhecimento – por exemplo, insistindo que a evolução não passa de uma teoria e defendendo o ensino de criacionismo nas escolas. Olham para nossa sociedade e veem as maneiras inacreditáveis por meio das quais a religião tem prejudicado a vida humana: do apoio à escravidão à recusa em conceder direitos reprodutivos às mulheres e à negação da possibilidade de amor e casamento entre pessoas do mesmo sexo. Olham para o cenário político e veem o formidável poder exercido pela direita religiosa: da imposição de determinadas crenças religiosas em nossa sociedade ou escolas à eleição exclusiva de políticos que apoiam certas agendas religiosas, por mais odiosos que sejam para outros seres humanos (pobres ou não americanos) e por mais ignorantes que sejam em relação ao mundo em geral.

Devo admitir que são questões que também me preocupam. Ao mesmo tempo, sou um historiador que considera importante não promover versões revisionistas do passado por motivos ideológicos enraizados em pautas não históricas. A produção de textos históricos deve seguir protocolos estritamente históricos. Não é meramente um meio de promover um conjunto de opiniões pessoais.

Também desejo enfatizar que, embora eu concorde com vários miticistas que muito mal tem sido feito ao longo dos séculos em nome de Cristo (não só em Cruzadas e

Inquisições, mas em nossa própria sociedade, aqui e agora), também reconheço o enorme bem feito no passado e no presente por homens e mulheres cristãos esforçados e bem-intencionados, que trazem benefícios incalculáveis ao mundo, tanto para sociedades inteiras quanto para indivíduos.

Mas nenhuma dessas questões – o bem feito em nome de Cristo ou o mal – é relevante para mim como historiador quando tento reconstruir o que de fato aconteceu no passado. Eu me recuso a sacrificar o passado para promover uma agenda social e política particular. Ninguém deve fazê-lo. Gostemos ou não, o fato é que Jesus existiu.

Eu incluí duas bibliografias separadas que podem ser úteis para leigos: uma de literatura miticista e outra de estudos acadêmicos sobre o Jesus histórico.

Literatura miticista

Esta lista não é exaustiva. Em vez disso, compreende algumas das obras miticistas mais bem conhecidas e influentes já produzidas, especialmente (mas não exclusivamente) nos últimos anos. Eu incluí nela apenas livros escritos em inglês.

ACHARYA, S. (pseudônimo de D. M. Murdock). *The Christ Conspiracy: The Greatest Story Ever Sold*. Kempton: Adventures Unmlimited, 1999.

CARRIER, Richard. *Not the Impossible Faith: Why Christianity Didn't Need a Miracle to Succeed*. [s.l.]: Lulu Press, 2009.

DOHERTY, Earl. *Jesus: Neither God nor Man: The Case for a Mythical Jesus*. Ottawa: Age of Reason Publications, 2009.

–. *The Jesus Puzzle: Did Christianity Begin with a Mythical Christ?* Ottawa: Age of Reason Publications, 1999.

DREWS, Arthur. *The Witness to the Historicity of Jesus Christ*. Tradução de Joseph McCabe. Londres: Watts & Co., 1912.

FREKE, Timothy e Peter Gandy. *The Jesus Mysteries: Was the "Original Jesus" a Pagan God?* Nova York: Three Rivers Press, 1999.

GRAVES, Kersey. *The World's Sixteen Crucified Saviors: Christianity Before Christ*. Nova York: Cosimo Classics, 2007. 1. ed. em 1875.

HARPUR, Tom. *The Pagan Christ: Recovering the Lost Light*. Nova York: Walker & Co., 2004.

HOFFMAN, R. Joseph (ed.). *Sources of the Jesus Tradition: Separating History from Myth*. Amherst: Prometheus Books, 2010.

JACKSON, John G. *Pagan Origins of the Christ Myth*. Austin: American Atheist Press, 1988. 1. ed. em 1941.

LEIDNER, Harold. *The Fabrication of the Christ Myth*. Tampa: Survey Books, 2000.

PRICE, Robert. *The Christ-Myth Theory and Its Problems*. Cranford: American Atheist Press, 2011.

–. *The Incredible Shrinking Son of Man: How Reliable Is the Gospel Tradition?* Amherst: Prometheus Books, 2003.

–. *Jesus is Dead*. Cranford: American Atheist Press, 2011.

ROBERTSON, Archibald. *Jesus: Myth or History?* Londres: Watts & Co., 1946.

ROBERTSON, John M. *Christianity and Mythology*. Londres: Watts & Co., 1910.

–. *Jesus and Judas: A Textual and Historical Investigation*. Londres: Watts & Co., 1927.

–. *The Jesus Problem: A Restatement of the Myth Theory*. Londres: Watts & Co., 1917.

SALM, René. *The Myth of Nazareth: The Invented Town of Jesus*. Cranford: American Atheist Press, 2008.

THOMPSON, Thomas L. *The Messiah Myth: The Near Eastern Roots of Jesus and David*. Nova York: Basic Books, 2005.

WELLS, George A. *Cutting Jesus Down to Size: What Higher Criticism Has Achieved and Where it Leaves Christianity*. Chicago: Open Court Press, 2009.

–. *Did Jesus Exist?* 2. ed. Amherst: Prometheus Books, 1986. 1. ed. em 1975.

–. *The Historical Evidence for Jesus*. Amherst: Prometheus Books, 1988.

–. "Is There Independent Confirmation of What the Gospels Say of Jesus?" *Free Inquiry* 31 (2011): 19-25.

–. *The Jesus Legend*. Peru: Carus, 1996.

–. *The Jesus Myth*. Chicago: Open Court, 1999.

ZINDLER, Frank R. *Through Atheist Eyes: Scenes from a World That Won't Reason*. Cranford: American Atheist Press, 2011.

Estudos sobre o Jesus histórico (e temas relacionados)

A lista abaixo é muito seletiva. Incluí nela apenas alguns dos livros que, em minha opinião, figuram entre os mais importantes e interessantes estudos dos últimos trinta ou quarenta anos e que são acessíveis a leigos. Para uma bibliografia completa, que tem agora quinze anos, ver Craig A. Evans, *Life of Jesus Research: An Annotated Bibliography*, edição revisada, New Testament Tools and Studies 24 (Leiden: Brill, 1996). A

bibliografia de Evans inclui 2.045 livros e artigos significativos e mesmo ela está longe de ser exaustiva.

ALLISON, Dale. *Jesus of Nazareth: Millenarian Prophet*. Minneapolis: Fortress Press, 1998.

BORG, Marcus J. *Conflict, Holiness, and Politics in the Teachings of Jesus*. Nova York: E. Mellen Press, 1984.

–. *Jesus, the New Vision: The Spirit, Culture, and the Life of Discipleship*. San Francisco: Harper & Row, 1987.

BRANDON, S. G. F. *Jesus and the Zealots: A Study of the Political Factor in Primitive Christianity*. Nova York: Scribner, 1967.

CHARLESWORTH, James. *Jesus Within Judaism: New Light from Exciting Archaeological Discoveries*. Nova York: Doubleday, 1988.

CROSSAN, John Dominic. *The Historical Jesus: The Life of a Mediterranean Jewish Peasant*. San Francisco: Harper San Francisco, 1991.

–. *Jesus: A Revolutionary Biography*. San Francisco: Harper San Francisco, 1994.

–. *Who Killed Jesus? Exposing the Roots of Anti-Semitism in the Gospel Story of the Death of Jesus*. San Francisco: Harper San Francisco, 1995.

DOWNING, F. Gerald. *Christ and the Cynics: Jesus and Other Radical Preachers in First-Century Tradition*. Sheffield: JSOT Press, 1988.

EHRMAN, Bart D. *Jesus: Apocalyptic Prophet of the New Millennium*. Nova York: Oxford University Press, 1999.

–. *The New Testament: A Historical Introduction to the Early Christian Writings*. 5. ed. Nova York: Oxford University Press, 2011.

FREDRIKSEN, Paula. *From Jesus do Christ: The Origins of the New Testament Images of Jesus*. New Haven: Yale University Press, 1988.

–. *Jesus of Nazareth: King of the Jews*. Nova York: Vintage, 1999.

FUNK, Robert W. e The Jesus Seminar. *The Acts of Jesus: The Search for the Authentic Deeds of Jesus*. San Francisco: Harper San Francisco, 1998.

FUNK, Robert W., Roy W. Hoover e The Jesus Seminar. *The Five Gospels: The Search for the Authentic Words of Jesus*. Nova York: Macmillan, 1993.

GOLDSTEIN, Mark. *The Case against Q: Studies in Markan Priority and the Synoptic Problem*. Harrisburg: Trinity Press International, 2002.

HARVEY, Anthony E. *Jesus and the Constraints of History*. Londres: Duckworth, 1982.

HERBERG, R. Travers. *Christianity in Talmud and Midrash*. Nova York: Ktav, 1903.

HORSLEY, Richard A. *Jesus and the Spiral of Violence: Popular Jewish Resistance in Roman Palestine*. Minneapolis: Fortress Press, 1987.

JOHNSON, Luke Timothy. *The Real Jesus: The Misguided Quest for the Historical Jesus and the Truth of the Traditional Gospels*. San Francisco: Harper San Francisco, 1996.

KLOPPENBORD, John. *The Formation of Q: Trajectories in Ancient Wisdom Collections*. Philadelphia: Fortress Press, 1987.

MARSHALL, I. Howard. *I Believe in the Historical Jesus*. Grand Rapids: Edermans, 1977.

MEIER, John. *A Marginal Jew. Rethinking the Historical Jesus*. 4 vols. Nova York: Doubleday, 1991, 1994, 2001, 2009.

MERZ, Annette e Gerd Theissen. *The Historical Jesus: A Comprehensive Guide*. Minneapolis: Fortress Press, 1998.

SANDER, E. P. *The Historical Figure of Jesus*. Londres: Allen Lane/Penguin Press, 1993.

–. *Jesus and Judaism*. Philadelphia: Fortress Press, 1985.

–. *Judaism: Practice and Beliefs, 63 BCE-66 CE*. Londres: SCM Press e Philadelphia: Trinity Press International, 1992.

SCHÜSSLER FIORENZA, Elisabeth. *In Memory of Her: A Feminist Theological Reconstruction of Christian Origins*. Nova York: Crossroad, 1983.

SCHWEITZER, Albert. *The Quest of the Historical Jesus: A Critical Study of Its Progress from Reimarus to Wrede*. Minneapolis: Fortress Press, 2001. 1. ed. alemã em 1906.

SEGAL, Alan F. *Two Powers in Heaven: Early Rabbinic Reports About Christianity and Gnosticism*. Leiden: Brill, 1977

SMITH, Jonathan Z. *Drudgery Divine: On the Comparison of Early Christianities and the Religions of Late Antiquity*. Chicago: University of Chicago Press, 1990.

SMITH, Morton. *Jesus the Magician*. San Francisco: Harper & Row, 1978.

STANTON, Graham. *The Gospels and Jesus*. Oxford: Oxford University Press, 1989.

STRAUSS, David Friedrich. *The Life of Jesus Critically Examined*. Philadelphia: Fortress Press, 1972. 1. ed. alemã em 1835-36.

VERMÈS, Géza. *Jesus in His Jewish Context*. Minneapolis: Fortress Press, 2003.

–. *Jesus in the Jewish World*. Londres: SCM Press, 2011.

–. *Jesus the Jew: A Historian's Reading of the Gospels*. Londres: Collins, 1973.

WRIGHT, N. T. *Jesus and the Victory of God*. Minneapolis: Fortress Press, 1996.

NOTAS

1 Earl Doherty, *Jesus: Neither God nor Man: The Case for a Mythical Jesus* (Ottawa: Age of Reason Publications, 2009. páginas vii-viii). Essa é uma edição bastante ampliada e até certo ponto revisada do livro anterior de Doherty, *The Jesus Puzzle: Did Christianity Begin with a Mythical Christ?* (Ottawa: Age of Reason Publications, 1999), visto por alguns como um clássico moderno na área do miticismo.

2 Albert Schweitzer, *The Quest of the Historical Jesus* (editado por John Bowden, 1906. Minneapolis: Fortress Press, 2001, reimpressão, página 478), citado por Tom Harpur, *The Pagan Christ* (Nova York: Walker & Co., 2004. p. 166). Harpur entende que Schweitzer não está dizendo que Jesus nunca existiu, embora sua maneira de citar a passagem possa dar essa impressão a um leitor incauto.

3 Para resumos mais detalhados dessas obras antigas, ver Schweitzer, *Quest*, capítulos 22 e 23 (ele só acrescentou esses capítulos sobre miticistas após o sucesso de sua primeira edição), e resumo curto, porém útil, de Archibald Robertson, *Jesus: Myth or History?* (Londres: Watts & Co., 1946). Ver também Jonathan Z. Smith, *Drudgery Divine* (Chicago: University of Chicago Press, 1990), capítulo 1.

4 Ver Schweitzer, *Quest*, capítulo 11.

5 J. M. Robertson, *Christianity and Mythology* (2. ed. Londres: Watts & Co., 1910).

6 Ver Schweitzer, *Quest*, páginas 381–389.

7 Robert Price, *The Incredible Shrinking Son of Man: How Reliable is the Gospel Tradition?* (Amherst: Prometheus Books, 2003); Price, *The Christ-Myth Theory and Its Problems* (Cranford: American Atheist Press, 2011).

8 Frank Zindler, *Religions and Scriptures*, volume 1 de *Through Atheist Eyes: Scenes from a World That Won't Reason* (Cranford: American Atheist Press, 2011).

9 Thomas L. Thompson, *The Messiah Myth: The Near Eastern Roots of Jesus and David* (Nova York: Basic Books, 2005).

10 A. Robertson, *Jesus: Myth or History?* (página 107).

11 George A. Wells, *Did Jesus Exist?* (2. ed. Amherst: Prometheus Books, 1986). Ver também a nota 20 deste capítulo e as seguintes obras de Wells, que em geral não alteram ou desenvolvem de maneira significativa seu argumento: *The Historical Evidence for Jesus* (Amherst: Prometheus Books, 1988); *The Jesus Legend* (Peru, IL: Carus, 1996); *Cutting Jesus Down to Size: What Higher Criticism Has Achieved and Where It Leaves Christianity* (Chicago: Open Court, 2009); "Is There Independent Confirmation of What the Gospels Say of Jesus?" (*Free Inquiry*, v. 31, 2011, páginas 19-25).

12 A. Robertson, *Jesus: Myth or History?* (página x).

13 John P. Meier, A Marginal Jew: Rethinking the Historical Jesus (v. 1. Nova York: Doubleday, 1991, página 87).

14 A nota de rodapé dedicada por I. Howard Marshall ao assunto é mais extensa, *I Believe in the Historical Jesus* (Grand Rapids: Eerdmans, 1977).

15 Os miticistas são levados a sério por dois estudiosos alemães do Novo Testamento, Gerd Theissen e Annette Merz, *The Historical Jesus: A Comprehensive Guide* (Minneapolis: Fortress Press, 1998. páginas 122-123).

16 D. M. Murdock, *The Christ Conspiracy: The Greatest Story Ever Sold* (Kempton: Adventures Unlimited, 1999).

17 Nesta publicação, usaremos a sigla EC (Era Comum) como equivalente a d.C. (depois de Cristo). Adotaremos ainda a sigla AEC (Antes da Era Comum) para nos referir ao período anterior a Cristo (a.C.). Muitos autores optam pelo uso dessas formas a fim de marcar a adoção de uma posição neutra em relação à religião. Atualmente, esse é o uso preferido pelos acadêmicos. (N.T.)

18 Murdock, *Christ Conspiracy*, página 21.

19 Murdock, *Christ Conspiracy*, página 154.

20 "Evangelho" em inglês. (N.T.)

21 "Feitiço de Deus" em inglês. (N.T.)

22 Timothy Freke e Peter Gandy, *The Jesus Mysteries: Was the "Original Jesus" a Pagan God?* (Nova York: Three Rivers Press, 1999, página 2.

23 Freke e Gandy, *Jesus Mysteries*, página 4.

24 Freke e Gandy, *Jesus Mysteries*, página 174.

25 Freke e Gandy, *Jesus Mysteries*, página 175.

26

Para uma explicação sólida, clara e recente da visão miticista, ver George A. Wells, "Independent Confirmation". Como ficará claro, Wells difere dos outros miticistas em um aspecto importante: em vez de relacionar a invenção do Jesus histórico aos mitos dos deuses pagãos, Wells acredita que ela se originou das tradições judaicas sobre a sabedoria de Deus, que era vista como um ser personalizado. Ela estava ao lado dele no momento da criação e posteriormente desceu à terra para visitar os humanos (ver, por exemplo, Provérbios 8).

27 Robert Price, *The Christ-Myth Theory and Its Problems* (Cranford: American Atheist Press, 2011, página 15).

28 Price, *Christ-Myth Theory* (página 25, ênfase do autor).

29 A única indicação nos Evangelhos do Novo Testamento de que Jesus sabia escrever está na famosa história da mulher acusada de adultério em João 8, quando ele escreve no chão enquanto discute com os acusadores da mulher (no contexto, "Quem não tiver pecado, que atire a primeira pedra"). Infelizmente, essa passagem não fazia parte do texto original do Evangelho de João, mas foi incluída posteriormente. Ver minha discussão do assunto em Bart D. Ehrman, *Misquoting Jesus: The Story Behind Who Changed the Bible and Why* (San Francisco: Harper San Francisco, 2005), páginas 63–65. Há apenas algumas lendas posteriores nas quais Jesus escreve, como a da sua famosa troca de correspondência com o rei Abgar de Edessa. O rei teria solicitado a Jesus que o curasse, e Jesus educadamente respondeu por escrito. Eu incluí uma tradução de ambas as cartas no livro que publiquei com meu colega Zlatko Plese, *The Apocryphal Gospels: Texts and Translations* (Nova York: Oxford University Press, 2011), páginas 413-417.

30 Neste livro usarei o termo "pagão" no sentido não pejorativo usado por historiadores para se referir a qualquer devoto de qualquer uma das várias religiões politeístas da antiguidade – ou seja, qualquer um que não fosse judeu ou cristão. Vale frisar: nesse sentido, o termo não tem nenhuma conotação negativa.

31 Ver artigo "Pôncio Pilatos" por Daniel Schwartz em *Anchor Bible Dictionary* (editado por David Noel Friedman. Nova York: Doubleday, 1992), volume 5, páginas 395-401.

32 William Harris, *Ancient Literacy* (Cambridge: Harvard University Press, 1989).

33 Catherine Hezser, *Jewish Literacy in Roman Palestine* (Tübingen: Mohr Siebeck, 2001).

34 Sobre as fontes dos Evangelhos, ver minha discussão mais detalhada em Bart D. Ehrman, *The New Testament: A Historical Introduction to the Early Christian Writings* (5. ed. Nova York: Oxford University Press, 2011), capítulos 8 e 12.

35 Para uma coleção desses evangelhos, ver Ehrman e Plese, *Apocryphal Gospels*.

36 Ver a discussão em Hezser, *Jewish Literacy*, especialmente nas páginas 422-426.

37 Para uma tradução acessível dessa carta, bem como para traduções de outras fontes romanas que menciono neste capítulo, ver Robert M. Grant, *Second-Century Christianity: A Collection of Fragments* (2. ed. Louisville: Westminster John Knox Press, 2003), páginas 3-12.

38 Um exemplo desse argumento está em Tom Harpur, *The Pagan Christ* (Nova York: Walker & Co., 2004), página 162.

39 Há uma extensa literatura sobre Josefo. Particularmente útil para os assuntos que analisarei neste livro é Steve Mason, *Josephus and the New Testament* (2. ed. Grand Rapids: Baker Academic, 2002).

40 Ver a discussão em John P. Meier, *A Marginal Jew: Reconsidering the Historical Jesus* (Nova York: Doubleday, 1991), páginas 59–69.

41 Ver Meier, *Marginal Jew*, páginas 59–69.

42 Earl Doherty, *Jesus: Neither God nor Man: The Case for a Mythical Jesus* (Ottawa: Age of Reason Publications, 2009, página 534). A discussão completa pode ser encontrada nas páginas 533–586.

43 Doherty, *Jesus: Neither God nor Man*, página 535.

44 Para dois dos estudos mais importantes sobre os apologistas, ver R. M. Grant, *Greek Apologists of the Second Century* (Louisville: Westminster John Knox Press, 1988), e Eugene Gallagher, *Divine Man or Magician? Celsus and Origen on Jesus* (Atlanta: Scholars Press, 1982).

45 Doherty, *Jesus: Neither God nor Man*, página 562.

46 Ken Olson, "Eusebius and the *Testimonium Flavianum*" (*Catholic Biblical Quarterly*, v. 61, 1999, páginas 305-322).

47 J. Carleton Paget, "Some Observations on Josephus and Christianity" (*Journal of Theological Studies*, v. 52, n. 2, 2001, páginas 539–624); Alice Whealey, "Josephus, Eusebius of Caesarea, and the *Testimonium Flavianum*", em *Josephus und das Neue Testament* (editado por Christfried Böttrich e Jens Herzer. Tübingen: Mohr Siebeck, 2007, páginas 73-116).

48 A avaliação final sobre a autenticidade do *Testimonium* dependerá, a curto prazo, da consistência do argumento que Olson apresentará em sua tese de doutorado e principalmente da reação crítica movida por especialistas em Josefo e Eusébio. Seja qual for o resultado, é evidente que meu argumento em favor da historicidade de Jesus não depende da confiabilidade do testemunho de Josefo, embora eu considere a passagem autêntica em sua essência.

49 As estimativas mais baixas são de uma população de menos de um milhão. Ver Magen Broshi, *Bread, Wine, Walls, and Scrolls* (Sheffield: Sheffield Academic Press, 2002).

50 Neste livro estou apenas resumindo a argumentação que desenvolvi em *Jesus: Apocalyptic Prophet of the New Millennium* (Oxford: Oxford University Press, 1999), páginas 62–63. Para uma discussão mais completa, ver os estudos clássicos de R. Travers Herford, *Christianity in Talmud and Midrash* (Nova York: Ktav, 1903), e Morris Goldstein, *Jesus in the Jewish Tradition* (Nova York: Macmillan, 1950).

51 Ver meu livro didático universitário *The New Testament: A Historical Introduction to the Early Christian Writings* (5. ed. Nova York: Oxford University Press, 2011), capítulo 8 e bibliografia aí indicada.

52 Ver Robert Kysar, *John the Maverick Gospel* (3. ed. Louisville: Westminster John Knox Press, 2007).

53 Alguns acadêmicos acham que João conhecia e usou os Evangelhos sinóticos, mas eu considero improvável. Mesmo que ele os tenha usado, João inclui muitas histórias não relacionadas às dos sinóticos e ao menos essas certamente são independentes. Para uma discussão completa, ver D. Moody Smith, *John Among the Gospels* (2. ed. Columbia: University of South Carolina Press, 2001).

54 Para uma nova tradução do Evangelho de Tomé por Zlatko Plese, ver Bart Ehrman e Zlatko Plese, *The Apocryphal Gospels: Texts and Translations* (Nova York: Oxford University Press, 2011), páginas 310–335. Para uma discussão do conteúdo e caráter do Evangelho, ver meu livro *Lost Christianities: The Battle for Scripture and the Faiths We Never Knew* (Nova York: Oxford University Press, 2003), capítulo 3.

55

Para uma tradução do Evangelho de Pedro, ver Ehrman e Plese, *Apocryphal Gospels*, páginas 371–387. Para uma discussão de seu conteúdo e caráter, ver Ehrman, *Lost Christianities*, capítulo 1.

56 Para um comentário completo do Evangelho de Pedro, ver Paul Foster, *The Gospel of Peter* (Leiden: Brill, 2010).

57 Tradução e comentário breve do Papiro Egerton 2 em Ehrman e Plese, *Apocryphal Gospels*, páginas 245–253.

58 Trata-se de um relato bem fragmentado sobre Jesus à beira do rio Jordão, aparentemente realizando um milagre. É possível que a narrativa seja um recurso para ilustrar a parábola sobre o crescimento milagroso de sementes.

59 Ver Ehrman, *New Testament*, capítulo 8.

60 Para uma tentativa corajosa de desconsiderar Q e argumentar que Mateus foi a fonte de Lucas, ver Mark Goodacre, *The Case Against Q: Studies in Markan Priority and the Synoptic Problem* (Harrisburg: Trinity Press International, 2002). Por mais criativo que seja o argumento do livro, não conseguiu convencer a maioria dos estudiosos da área.

61 Joel Marcus, *Mark: A New Translation with Introduction and Commentary* (2 volumes, Anchor Bible Commentary. Nova York: Doubleday, 2000–2009).

62 Apresento parte das evidências, com bibliografia, em *New Testament*, capítulo 12.

63 April D. DeConick, *The Original Gospel of Thomas in Translation* (Londres: T & T Clark, 2006). Sobre o Evangelho de Pedro, veja o argumento menos convincente de John Dominic Crossan, *The Cross That Spoke: The Origins of the Passion Narrative* (San Francisco: Harper San Francisco, 1988). Mesmo que não se aceitem as ideias radicais de Crossan sobre um Evangelho da Cruz anterior até mesmo a Marcos e usado por todos os quatro autores dos Evangelhos do Novo Testamento, ainda é válido o argumento de que o Evangelho de Pedro é baseado em fontes escritas.

64 Ver Edgar McKnight, *What Is Form Criticism?* (Philadelphia: Fortress Press, 1969).

65 Para uma introdução a Pápias e uma tradução de todos os seus fragmentos literários subsistentes, ver Bart D. Ehrman, *The Apostolic Fathers* (Loeb Classical Library. Cambridge: Harvard University Press, 2003), volume 2, páginas 86–119.

66 Esse e os trechos seguintes de Pápias foram tirados de Ehrman, *Apostolic Fathers*, páginas 85–119.

67 Ver João 7:53–8:11.

68 Ver minha discussão em *Jesus, Interrupted: Revealing the Hidden Contradictions in the Bible (and Why We Don't Know About Them)* (San Francisco: HarperOne, 2009), páginas 107–110.

69 Ver Ehrman, *Jesus, Interrupted*, páginas 107–110.

70 Para introduções e traduções, ver Ehrman, *Apostolic Fathers*, volume 1, páginas 203–321.

71 Traduções em Ehrman, *Apostolic Fathers*, páginas 203–321.

72 Ver Ehrman, *Apostolic Fathers*, volume 1, páginas 23–25.

73 Esta é a forma mais antiga da cena de batismo encontrada no Evangelho de Lucas; ver minha discussão em Bart Ehrman, *The Orthodox Corruption of Scripture* (2. ed. Nova York: Oxford University Press, 2011), páginas 73–79.

74 Ver meu estudo mais completo, *Forged: Writing in the Name of God: Why the Bible's Authors Are Not Who We Think They Are* (San Francisco: HarperOne, 2011), páginas 79–114.

75 Ver Ehrman, *Forged*, páginas 43-78.

76 Ver capítulo 3. Para recordar: os sete testemunhos evangélicos independentes são Marcos, partes de Mateus, partes de Lucas, João (total ou parcialmente), o Evangelho de Pedro, o Evangelho de Tomé (total ou parcialmente) e Papiro Egerton 2 (total ou parcialmente).

77 George A. Wells, *Did Jesus Exist?* (2. ed. Amherst: Prometheus Books, 1986. página 28).

78 Ver Joel Marcus, *Mark 8–16: A New Translation with Introduction and Commentary* (Anchor Bible. New Haven: Yale University Press, 2009), volume 27, páginas 705–707.

79 Ver Victor Paul Furnish, *Jesus According to Paul* (Cambridge: Cambridge University Press, 1993).

80 Uma passagem em relação à qual alguns acreditam que Paulo está citando uma profecia em vez de um ensinamento do Jesus histórico é I Coríntios 14:34-37, quando ele instrui as mulheres a ficarem caladas nas igrejas porque esse é um "mandamento do Senhor". O problema dessa passagem é que há razões sólidas, incluindo certas evidências manuscritas, sugerindo que a ordem para as mulheres se calarem não constava originalmente de I Coríntios e foi acrescentada por escribas posteriores. Nesse caso, o mandamento do Senhor estaria relacionado à passagem anterior a 14:34, quando Paulo pede ordem nos ritos de adoração em vez de deixar reinar o caos, como parecia ser o caso em Corinto. É fácil imaginar um ensinamento de Jesus em que ele instrui seus discípulos a serem harmoniosos, unidos e calmos em vez de pomposos e desordeiros. Esse poderia sim ser um ensinamento por trás da ordem de Paulo, em vez de uma profecia cristã.

81 Estou tirando esses exemplos de Wells, *Did Jesus Exist?*, página 19.

82 George A. Wells, *The Jesus Legend* (Peru: Carus, 1996, página 14).

83 George A. Wells, "Is There Independent Confirmation of What the Gospels Say of Jesus" (*Free Inquiry*, v. 31, 2011, página 22).

84 A Edição Pastoral da Bíblia Sagrada (que fornece as citações diretas encontradas nesta publicação) deixa o nome "Pedro" na passagem que lemos. Em virtude das explicações do autor que vêm a seguir, fizemos apenas a substituição de "Pedro" para "Cefas".

85 No início de minha carreira, cheguei a considerar que Cefas e Pedro fossem duas pessoas diferentes, mas hoje vejo a proposição como insólita, conforme justificado pelos críticos da ideia. A razão mais convincente para identificá-los como a mesma pessoa não é apenas João 1:42, mas o fato histórico de que nem Cefas nem Pedro eram nomes próprios no mundo antigo. Pedro (*petros*) é a palavra grega para "pedra", que em aramaico era Cefas. Assim, Jesus deu a essa pessoa – cujo nome de fato era Simão – um apelido, "a Pedra". Parece altamente improvável que duas pessoas diferentes tenham sido apelidadas exatamente da mesma maneira em igual momento histórico, sendo que esse nome não existia previamente.

86 Por exemplo, nas duas cartas mais compridas de Paulo, Romanos e I Coríntios, ele usa o nome Jesus isoladamente apenas uma vez. No entanto, fala frequentemente em "o Senhor".

87 Robert Price, *The Christ-Myth Theory and Its Problems* (Cranford: American Atheist Press, 2011, página 336).

88 J. M. Robertson, *Jesus and Judas: A Textual and Historical Investigation* (Londres: Watts & Co., 1927).

89 George A. Wells, *The Historical Evidence for Jesus* (Amherst: Prometheus Books, 1988, página 168).

90 A edição original do livro de Bart Ehrman aponta Zeus em vez de Héracles, o que pode se tratar de um deslize do autor. (N.T.)

91 Price, *Christ-Myth Theory*, páginas 336–343.

92 Price, *Christ-Myth Theory*, página 352.

93 Price, *Christ-Myth Theory*, página 349.

94 Price está desenvolvendo as visões criativas, mas extremamente especulativas, de Robert Eisenmann em seu livro *James, the Brother of Jesus* (Nova York: Viking, 1997). Para avaliações mais sóbrias do que os estudiosos pensam sobre os manuscritos do mar Morto e sua comunidade, ver as obras confiáveis e merecidamente aclamadas de acadêmicos como Joseph Fitzmyer, *Responses to 101 Questions on the Dead Sea Scrolls* (Nova York: Paulist Press, 1992); Géza Vermès, *The Story of the Scrolls* (Londres: Penguin, 2010); e James Vanderkam, *The Dead Sea Scrolls Today* (Grand Rapids: Eerdmans, 2010).

95 Tradução de R. B. Wright, "Psalms of Solomon", em *The Old Testament Pseudepigrapha* (editado por James H. Charlesworth. Nova York: Doubleday, 1985), volume 2, página 667.

96 Tradução de E. Isaac, em *Old Testament Pseudepigrapha* (editado por Charlesworth), volume 2, página 49.

97 Ver John Collins, *The Scepter and the Star: Messianism in Light of the Dead Sea Scrolls* (2. ed. Grand Rapids: Eerdmans, 2010).

98 Richard Carrier, *Not the Impossible Faith: Why Christianity Didn't Need a Miracle to Succeed* ([s.l.]: Lulu Press, 2009, página 34, ênfase do autor).

99 Ver John Collins, "Daniel, Book of", em *Anchor Bible Dictionary* (editado por David Noel Friedman. Nova York: Doubleday, 1992), volume 2, páginas 29–37.

100 Louis Hartman, *The Book of Daniel: A New Translation with Introduction and Commentary* (Anchor Bible. New Haven: Yale University Press, 1978, página 251).

101 Hartman, *Book of Daniel*, página 252.

102 Ver Bart Ehrman, *Misquoting Jesus: The Story Behind Who Changed the Bible and Why* (San Francisco: Harper San Francisco, 2005).

103 Ver Bart Ehrman, *Forged: Writing in the Name of God: Why the Bible's Authors Are Not Who We Think They Are* (San Francisco: HarperOne, 2010).

104 A diferença, obviamente, é que ninguém usaria os diários de Hitler como fontes históricas para a vida de Hitler, como argumentou meu aluno Stephen Carlson. Mas a razão disso é que temos muitas fontes alternativas, inclusive as utilizadas por Kujau em suas falsificações. Se não tivéssemos essas outras fontes, no entanto, um estudo criterioso de suas falsificações poderia nos ajudar a reconstruir suas bases, e nesse sentido os diários de Hitler seriam semelhantes aos Evangelhos: evidências de relatos históricos anteriores. Meu argumento principal é que não é o nome do autor do livro que importa (verdadeiro ou falso), mas a natureza de seu conteúdo.

105 Lucas indica que Maria e José retornaram a Nazaré depois de completar os ritos de purificação necessários. Isso é uma referência à lei encontrada em Levítico 12, que indica que, 32 dias após dar à luz, a mulher deveria fazer uma oferenda a Deus para purificação.

106 Ver Bart Ehrman, *Jesus, Interrupted: Revealing the Hidden Contradictions in the Bible (and Why We Don't Know About Them)*, San Francisco: HarperOne, 2009, capítulo 2.

107 Ver Ehrman, *Jesus, Interrupted*, páginas 29–39.

108 Robert Price, *The Christ-Myth Theory and Its Problems* (Cranford: American Atheist Press, 2011); Robert Price, *The Incredible Shrinking Son of Man: How Reliable is the Gospel Tradition?* (Amherst: Prometheus Books, 2003).

109 Ver Albert Schweitzer, *The Quest of the Historical Jesus* (editado por John Bowden, 1906. Minneapolis: Fortress Press, 2001, reimpressão), capítulos 22 e 23.

110 Frank Zindler, "Where Jesus Never Walked," em *Through Atheist Eyes: Scenes from a World That Won't Reason* (v. 1. Cranford: American Atheist Press, 2011, páginas 27-55). Não estou dizendo que Zindler não cita evidências para apoiar sua visão. Ele alega que o nome Jesus em Marcos 1:9 não leva o artigo definido, diferentemente do que ocorre nos outros oitenta lugares em que aparece nesse Evangelho e que, portanto, o versículo não parece ter sido escrito no estilo de Marcos. Em resposta a isso, eu diria que (a) há duas outras ocorrências do nome Jesus sem o artigo em Marcos; (b) se o problema com o versículo inteiro é que o nome Jesus não tem artigo e se assumirmos que houve alteração feita por um escriba, a explicação mais provável é que o escriba omitiu o artigo inadvertidamente – Nazaré não tem nada a ver com isso; e (c) não há a mínima sombra de evidência manuscrita para sustentar a alegação de que o versículo foi interpolado no Evangelho. Cabe frisar este último ponto, já que é o motivo pelo qual nenhum estudioso sério da tradição textual de Marcos acha que o versículo é uma interpolação.

111 George A. Wells, *Did Jesus Exist?* (2. ed. Amherst: Prometheus Books, 1986, página 146).

112 René Salm, *The Myth of Nazareth* (Cranford: American Atheist Press, 2008).

113 Salm, *Myth of Nazareth*, página xii.

114 Aprendi isso com meu colega da UNC, Jodi Magness, um dos principais arqueólogos da Palestina romana em todo o mundo atualmente.

115 Stephen J. Pfann, Ross Voss e Yehudah Rapuano, "Surveys and Excavations at the Nazareth Village Farm (1997-2002): Final Report" (*Bulletin of the Anglo-Israel Archaeological Society*, v. 25, 2007, páginas 16-79).

116 René Salm, "A Response to 'Surveys and Excavations at the Nazareth Village Farm (1997-2002): Final Report'" (*Bulletin of the Anglo-Israel Archaeological Society*, v. 26, 2008, páginas 95-103). As respostas foram convincentes (parcialmente baseadas em suas comunicações com Alexandre): Stephen J. Pfann e Yehudah Rapuano, "On the Nazareth Village Farm Report: A Reply to Salm" (*Bulletin of the Anglo-Israel Archaeological Society*, v. 26, 2008, páginas 105-108); Ken Dark, "Nazareth Village Farm: A Reply to Salm" (*Bulletin of the Anglo-Israel Archaeological Society*, v. 26, 2008, páginas 109-111).

117 Pfann e Rapuano, "Nazareth Village Farm Report", página 108.

118 Ken Dark, "Review of Salm, *Myth of Nazareth*" (*Bulletin of the Anglo-Israel Archaeological Society*, v. 26, 2008, página 145).

119 Price, *Christ-Myth Theory*, página 34.

120 Price, *Christ-Myth Theory*, página 67.

121 Thomas L. Thompson, *The Messiah Myth: The Near Eastern Roots of Jesus and David* (Nova York: Basic Books, 2005).

122 *The New Testament: A Historical Introduction to the Early Christian Writings* (5. ed. Nova York: Oxford University Press, 2011).

123 Uma versão abreviada conveniente de *Vida de Apolônio de Tiana* pode ser encontrada em David Cartlidge e David Dungan, *Documents for the Study of the Gospels* (Minneapolis: Fortress Press, 1994).

124 Kersey Graves, *The World's Sixteen Crucified Saviors: Christianity Before Christ* (1875. Nova York: Cosimo Classics, 2007, reimpressão, página 29).

125 Graves, *Sixteen Crucified Saviors*, páginas 30–31.

126 Frank Zindler, "How Jesus Got a Life" em *Through Atheist Eyes: Scenes from a World That Won't Reason* (v. 1. Cranford: American Atheist Press, 2011, páginas 57-80).

127 Zindler, "How Jesus Got a Life", página 66.
128 Para obras interessantes de cunho genuinamente acadêmico, ver Roger Beck, *The Religion of the Mithras Cult in the Roman Empire: Mysteries of the Unconquered Sun* (Nova York: Oxford University Press, 2007), e o trabalho especulativo, porém fascinante, de David Ulansey, *The Origins of the Mithraic Mysteries: Cosmology and Salvation in the Ancient World* (Nova York: Oxford University Press, 1991).
129 A literatura sobre cultos de mistérios é ampla. Para uma introdução bastante recente e acessível, assinada por uma autoridade na área, ver Hugh Bowden, *Mystery Cults of the Ancient World* (Princeton: Princeton University Press, 2010).
130 Price, *Christ-Myth Theory*, páginas 44-46.
131 Sobre Kersey Graves, ver capítulo anterior. Para discussões mais recentes, ver Robert Price, *Christ-Myth Theory,* 16. Os detalhes da transformação do deus de morte e ressurreição no Jesus histórico são obviamente diferentes entre os diferentes autores miticistas. Para dois exemplos populares, ver Tom Harpur, *The Pagan Christ* (Nova York: Walker & Co., 2004), e Timothy Freke e Peter Gandy, *The Jesus Mysteries: Was the "Original Jesus" a Pagan God?* (Nova York: Three Rivers Press, 1999).
132 Ver a discussão, por exemplo, em Jonathan Z. Smith, *Drudgery Divine*: *On the Comparison of Early Christianities and the Religions of Late Antiquity* (Chicago: University of Chicago Press, 1990, capítulo 4).
133 Tryggve N. D. Mettinger, *The Riddle of the Resurrection: "Dying and Rising Gods" in the Ancient Near East* (Stockholm: Almquist and Wiksell International, 2001, página 217).
134 Mettinger, *Riddle of the Resurrection,* página 219.
135 Mettinger, *Riddle of the Resurrection,* página 221.
136 Jonathan Z. Smith, "Dying and Rising Gods," *Encyclopedia of Religion,* 2. ed., editado por Lindsay Jones (Detroit: Macmillan, 2005, volume 4, páginas 2535-2540).
137 J. Z. Smith, "Dying and Rising Gods", página 2535.
138 J. Z. Smith, "Dying and Rising Gods", página 2538.
139 Mark S. Smith, "The Death of 'Dying and Rising God' in the Biblical World: An Update, with Special Reference to Baal in the Baal Cycle", *Scandinavian Journal of the Old Testament,* 12(1998): páginas 257-313.
140 M. S. Smith, "Death of 'Dying and Rising Gods'", página 288.
141 Um livro muito famoso é o de Ralph Martin, *A Hymn of Christ: Philippians 2:5-11 in Recent Interpretation and in the Setting of Early Christian Worship* (Downers Grove: Intervarsity Press, 1997). Ver também a útil coleção de ensaios em Ralph Martin e Brian Dodd, editores, *Where Christology Began: Essays on Philippians 2* (Louisville: Westminster John Knox Press, 1998).
142 Poucos estudiosos adotam a última visão. Uma exceção é Gordon Fee, *Paul's Letter to the Philippians,* New International Commentary on the Bible (Grand Rapids: Eerdmans, 1995).
143 Para fornecer uma ideia da riqueza da tradição interpretativa, ver, por exemplo, o comentário de John Reumann, *Philippians: A New Translation with Introduction and Commentary,* Yale Anchor Bible (New Haven: Yale University Press, 2008), páginas 338-383.
144 Para uma breve explicação dessa visão, ver o ensaio de James D. G. Dunn, "Christ, Adam, and Preexistence", em *Where Christology Began,* editado por Martin e Dodd, páginas 74-83.
145 Ver Alan Segal, *Two Powers in Heaven: Early Rabbinic Reports About Christianity and Gnosticism* (Leiden: Brill, 1977).
146 Ver os discursos do Atos no capítulo 4 deste livro.
147 Essa interpretação é, obviamente, encontrada também em textos cristãos posteriores. Uma questão ainda em aberto é se representa ou não a visão em Filipenses. É importante saber que as perspectivas sobre Jesus não se desenvolveram por igual em todas as comunidades cristãs primitivas. Algumas comunidades começaram a chamar Jesus de Deus antes de outras. Contudo, o desenvolvimento que vemos nitidamente nos Evangelhos (começando com Marcos e terminando com João) reproduz o desenvolvimento que ocorreu no mundo cristão como um todo, em locais e épocas diferentes, com Jesus considerado inicialmente Filho de Deus a partir da ressurreição, depois a partir do batismo, depois a partir do nascimento e então desde antes de seu nascimento.
148 Wells, *The Historical Evidence for Jesus*.
149 Archibald Robertson, *Jesus: Myth or History?* (Londres: Watts & Co., 1946, página 95).
150 Wells, *Did Jesus Exist?,* página 39.
151 Ver minha discussão em *Forged.*
152 Ver Wells, *Did Jesus Exist?,* página 97.
153 Wells, *Did Jesus Exist?,* página 18.
154 Wells, *The Historical Evidence for Jesus,* página 33.
155 Doherty, *Jesus: Neither God nor Man,* página 97.
156 Por exemplo, Earl Doherty, *The Jesus Puzzle: Did Christianity Begin with a Mythical Christ?* (Ottawa: Age of Reason Publications, 1999).
157 Doherty, *Jesus Puzzle,* página 98.
158 Doherty, *Jesus: Neither God nor Man,* página 101.
159 Wells, *Did Jesus Exist?,* página 101; Wells, "Is There Independent Confirmation of What the Gospels Say of Jesus?" *Free Inquiry* 31 (2011): 23. Para Wells, Marcos foi o primeiro a combinar a ideia de um Jesus terreno que pregava e realizava milagres com uma narrativa da paixão.
160 Doherty, *Jesus: Neither God nor Man,* página xi.
161 Ver D. Moody Smith, *John Among the Gospels,* 2. ed. (Columbia: University of South Carolina Press, 2001).
162 Ver Robert Kysar, *John the Maverick Gospel,* 3. ed. (Louisville: Westminster John Knox Press, 2007).
163 Ver "As origens aramaicas de (algumas) tradições orais", no capítulo 3 deste livro.
164 Ver ainda minha discussão em *Jesus: Apocalyptic Prophet of the New Millennium* (Nova York: Oxford University Press, 1999), capítulo 2, especialmente nº 1.

165 Uma declaração anterior dessa visão pode ser encontrada em Johannes Weiss, *Jesus' Proclamation of the Kingdom of God* (1892; repr., Chico: Scholars Press, 1995).

166 Para uma exposição completa sobre o judaísmo nos dias de Jesus, ver E. P. Sanders, *Judaism: Practice and Belief, 63 BCE–66 CE* (Philadelphia: Trinity Press International, 1992).

167 É preciso lembrar que, quando os estudiosos usam o termo *pagão*, não há nenhuma conotação depreciativa; simplesmente se referem a pessoas com crenças religiosas politeístas, que não eram, portanto, nem cristãs nem judias.

168 Josefo indica que os fariseus eram o grupo maior, com 6 mil adeptos, os essênios alegavam ter 4 mil e os saduceus tinham bem menos. Esses números devem ser considerados à luz da população judaica total na época, possivelmente em torno de 4 milhões.

169 Para uma leitura adicional sobre os essênios e os manuscritos do mar Morto, ver James Vanderkam, *The Dead Sea Scrolls Today*, 2. ed. (Grand Rapids: Eerdmans, 2010).

170 Para informações mais completas, ver minha discussão em *Jesus: Apocalyptic Prophet*. Para uma análise abrangente do pensamento apocalíptico judeu e cristão, ver John Collins, editor, *Encyclopedia of Apocalypticism: The Origins of Apocalypticism in Judaism and Christianity*, vol. 1 (Nova York: Continuum, 1998).

171 A história só é encontrada em Mateus e Lucas, portanto nesse sentido tem atestação múltipla, mas os detalhes dos relatos divergem bastante.

172 Ver Jonathan Reed, *Archaeology and the Galilean Jesus: A Re-examination of the Evidence* (Harrisburg: Trinity Press International, 2000).

173 Os fariseus eram conhecidos como adeptos convictos da doutrina apocalíptica da ressurreição dos mortos no fim dos tempos, em contraste com os saduceus. Ver, por exemplo, Atos 23:6-8.

174 Em certas partes das discussões a seguir, utilizei fartamente minha análise mais abrangente em Bart Ehrman, *Jesus: Apocalyptic Prophet of the New Millennium* (Oxford: Oxford University Press, 1999), capítulos 8-10.

175 Ver Ehrman, *Jesus: Apocalyptic Prophet,* páginas 193-197.

176 Há um argumento bastante convincente disso em E. P. Sanders, *Jesus and Judaism* (Philadelphia: Fortress Press, 1985, páginas 71-76).

177 Ver a discussão em meu livro *The Lost Gospel of Judas Iscariot: A New Look at Betrayer and Betrayed* (Oxford: Oxford University Press, 2006, páginas 166-169).

178 Ver Ehrman, *Lost Gospel of Judas,* capítulo 10.